

2

ORGANIZADORES

Maro Lara Martins

Igor Suzano Machado

AUSÊNCIAS E EXCESSOS

leituras sobre o Brasil

fapes
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

pimenta
cultural

2

ORGANIZADORES

Maro Lara Martins

Igor Suzano Machado

AUSÊNCIAS E EXCESSOS

leituras sobre o Brasil

fapes
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

I São Paulo I 2024 I

 **pimenta**
letrados

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A932

Ausências e excessos: leituras sobre o Brasil / Organização
Maro Lara Martins, Igor Suzano Machado. – São Paulo:
Pimenta Cultural, 2024.

Coleção Pensamento Social Brasileiro. Volume 2

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-171-0

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0

1. Pensamento Social Brasileiro. 2. História das Ciências
Sociais. 3. Intelectuais. 4. Interpretações do Brasil. 5. Teoria e
Pensamento Político. I. Martins, Maro Lara (Org.). II. Machado,
Igor Suzano (Org.). III. Título.

CDD: 302.072981

Índice para catálogo sistemático:

I. Ciências Sociais – Pesquisa

II. Brasil

Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	adwire - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Elizeth, Futura PT
Revisão	Isabela Marques Lara Martins Eduarda Geovanna Soares Souza
Organizadora	Maro Lara Martins Igor Suzano Machado



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil



Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil



Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil



PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



SUMÁRIO

Apresentação	13

CAPÍTULO 1

Albér Carlos Alves Santos

Laurindo Mékie Pereira

Elites da área pública e o regionalismo:

análise da construção de um discurso sobre o Vale do Jequitinhonha	14

CAPÍTULO 2

Alexandre Nogueira Souza

Dos Saquaremas ao Bolsonarismo:

genealogia das Direitas Brasileiras	33

CAPÍTULO 3

Anderson Barbosa de Lima

Transformações em uma ótica sociológica

e política durante a era FHC	53

CAPÍTULO 4

Beatriz de Paula Azevedo

Releitura do “Preconceito de Marca” nas Comissões de Heteroidentificação:

uma análise do documentário Autodeclarado (2022)	74

CAPÍTULO 5

Carla Juliana Loiola de Oliveira

Milícias: uma proposta político-eleitoral.

a influência do discurso bolsonarista como projeto de governança criminal, um recorte entre 2018 e 2023	97



CAPÍTULO 6

Cauê Gomes Flor

Gramática epistemológica:

o dever ser do Negro no pensamento social brasileiro..... 119

CAPÍTULO 7

Crislaine Gomes Souza Félix

Priscila Tinelli Pinheiro

Invisíveis sociais:

uma análise sobre os idosos como sujeitos de direitos..... 136

CAPÍTULO 8

Edson Linhares da Silva

Te trago verdades, acredite se quiser:

rap e conhecimento, rap é conhecimento 157

CAPÍTULO 9

Eduarda Cintra Palmeira

Maiana do Amor Divino de Jesus

O lugar social e político da irmandade

da boa morte e do samba de roda de Dona Dalva:

a mulher negra como símbolo atuante de diversidade

e resistência cultural religiosa em cachoeira - Bahia 178

CAPÍTULO 10

Felipe Silva Motta

Ana Paula da Costa Munção

O Herói e o Malandro:

os protagonistas que refletem sobre

a história do Brasil e Estados Unidos 195

CAPÍTULO 11

Guilherme Nascimento Prates

Uma invenção chamada Brasil:

os intérpretes e a busca pela identidade nacional 212



CAPÍTULO 12

Hermana Oliveira

Relatos da travessia:

o antirracismo das histórias de vida de òyálorixás na Paraíba 230

CAPÍTULO 13

Israel David de Oliveira Frois

Sandra Soares Della Fonte

Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação:

os intelectuais orgânicos da classe dominante capixaba na educação 249

CAPÍTULO 14

Jeferson Alexandre Miranda

Capitalismo Periférico Brasileiro:

a evolução das políticas de bem-estar ao longo do século XX 273

CAPÍTULO 15

José Walber Vieira de Oliveira

Da fome à alimentação:

Luís da Câmara Cascudo, Josué de Castro e a formação
de uma epistemologia da alimentação 296

CAPÍTULO 16

Julia Ribeiro Ferreira

Bruno de Oliveira Ribeiro

O reconhecimento facial no Brasil:

projetos de Lei, regulação social e o racismo brasileiro (2018-2023) 311

CAPÍTULO 17

Karine Nogueira dos Santos

A política que forja a família:

análise das relações entre política e família a partir do caso
das memórias dos Abrantes/Gonçalves (Lastro/PB, 1983-2018) 331



CAPÍTULO 18

Luciana dos Santos Jorge Pessanha

Corpos indesejados nas Universidades:

o trote universitário e a violação dos direitos 346

CAPÍTULO 19

Micheli Longo Dorigan

A questão racial no Brasil:

reflexões sobre cor, raça e identidade no contexto nacional 362

CAPÍTULO 20

Noah de Melo Machado

A Reforma Empresarial da educação em Goiás:

uma análise do caso das Organizações Sociais (OS) 380

CAPÍTULO 21

Pedro Antonio Maciel de Arruda

**Inclinação político-partidária na Comissão
de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento
e Abastecimento Rural (CAPADR) em 2023:**

novos arranjos, velhas questões..... 400

CAPÍTULO 22

Raurislandia dos Santos Pereira

A Filha do seu Filho:

trajetória intelectual da professora Crisantina Monteiro Dias
(Barro/CE, 2010-2013)..... 414

CAPÍTULO 23

Tarsizio Cipriano Freitas

**Olhares, percepções e produções
sobre cultura na escola:**

relato de experiência pedagógica na produção
de cartilha e mini documentários culturais 436



CAPÍTULO 24

Thiago Prestes de Oliveira

**Os interesses da confederação nacional
da indústria no neodesenvolvimentismo:**

do apoio à ruptura..... 453

CAPÍTULO 25

Viviane Gonzalez Dias

Educação e construção da cidadania no Brasil..... 466

Sobre os organizadores 478

Sobre os autores e as autoras.....479

Índice remissivo..... 486

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 18 a 23 de setembro de 2023, o Netsib-Ufes - Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil organizou o 3º Seminário de Pensamento Social Brasileiro - Intelectuais, cultura e democracia. Neste evento foram apresentadas comunicações orais, além das conferências de abertura e encerramento. Em abril de 2024, os debates continuaram com a realização do 1º Ciclo de Leituras Negras, promovido na Universidade Federal do Espírito Santo. Os apresentadores de trabalho e conferencistas vieram das mais diversas regiões do país interessados em debater estes temas candentes do pensamento social brasileiro e do contexto social e político em que vivemos. Este livro é fruto dos debates realizados durante os eventos, cujos autores, gentilmente, se dispuseram a encarar o desafio de compartilhar suas reflexões com público mais amplo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) – 107/2024 - P: 2024-F1SQB - através do Edital Fapes nº 20/2023 - organização de eventos técnico-científicos - 1ª chamada.

SUMÁRIO

The background is a complex abstract composition featuring various geometric shapes such as circles, triangles, and rectangles. The color palette is dominated by shades of blue, red, yellow, and black, with some green and grey accents. The shapes are layered and overlap, creating a sense of depth and movement. Some areas have a stippled or speckled texture.

1

*Albér Carlos Alves Santos
Laurindo Mékie Pereira*

ELITES DA ÁREA PÚBLICA E O REGIONALISMO:

**ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO
DE UM DISCURSO SOBRE O VALE
DO JEQUITINHONHA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.1

INTRODUÇÃO

O Vale do Jequitinhonha é analisado neste trabalho como uma representação individual e coletiva que está em disputa, seja por conservação ou manutenção de poder no espaço simbólico. É representação no sentido apontado por Bourdieu (2010), uma vez que se fundamenta por enunciados performativos produzidos por agentes sociais, sobretudo do campo¹ político e tecnoburocrático. Tais enunciados são classificatórios, sendo que, pelo poder de nomear, cooperam fortemente para produzir a existência do que é anunciado como uma região.

Ressalta-se que o próprio termo região (*regio, regere*) denota um enunciado de di-visão (Bourdieu, 2010), pois está ligado, tanto com a visão, como a princípios de classificação de um determinado espaço. Os cientistas que tratam sobre esse tema são diversos, passando pelos geógrafos, que foram os precursores de uma determinada visão sobre o termo e mais recentemente os economistas e os sociólogos. Nesse sentido, a partir das abordagens circunscritas em cada área de conhecimento, há um alargamento da compreensão sobre o assunto e também demarcação de posição na disputa por uma significação, ou mais precisamente, pelo poder de classificação legítima do que caracteriza a região.

Para falar especificamente do Vale do Jequitinhonha, menciona-se inicialmente a naturalização da abordagem tecnoburocrática, nomeada de recorte administrativo. Nesse aspecto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) dividiu o território estadual de Minas Gerais em 12 mesorregiões homogêneas, entre elas o Jequitinhonha². Além do IBGE, outra instituição que regionalizou

SUMÁRIO

1 A abordagem sobre "campo" é referenciada em Bourdieu (2003).

2 O IBGE, na década de 1960, dividiu o estado de Minas Gerais em mesorregiões e microrregiões homogêneas.

o território mineiro foi a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) e a Fundação João Pinheiro (FJP)³.

Nestas divisões do espaço, o que está posto é o estabelecimento de fronteiras, ou seja, separação de um lugar de outro, que gradativamente naturalizam determinadas representações. Essa separação, além do espaço físico, tende a criar espaços sociais relativamente autônomos, onde diferentes estratégias de manutenção ou subversão dos discursos são operacionalizadas. Um desses espaços, que é revigorado constantemente pelo discurso ortodoxo (dominante) é o recorte do planejamento estatal, nesse sentido, como uma proposição de agentes ocupando posições tecnoburocráticas e de agentes do campo político, que são elites da área pública (Dulci, 1999).

O objetivo deste trabalho é analisar a representação mais difundida sobre o Vale do Jequitinhonha no discurso regionalista presente nos diagnósticos da Codevale e da FJP, entre as décadas de 1960 a 1980, partindo do recorte sobre as elites da área pública (política e técnica) atuantes na região, no período estudado. Esse período foi marcado pela construção de uma série de estudos sobre o Vale do Jequitinhonha. Nesse aspecto, foram escolhidos três diagnósticos produzidos por agentes destas instituições de planejamento. Adicionalmente ao analisado nos diagnósticos, serão apresentados alguns exemplos de discursos que abordam sobre o Vale do Jequitinhonha. Dessa maneira, o delineamento da pesquisa (Gil, 2008) é pautado na análise documental.

Aponta-se a criação da Codevale, na década de 1960, como o marco institucional que expressa um regionalismo do Vale do Jequitinhonha. Mesmo eventualmente considerando pontuais indicações de heterogeneidade sobre o espaço, o que prevalece é

3 Segundo Diniz e Batella (2005), a partir da década de 1970, a FJP institui as Regiões de Planejamento que levaram em consideração a regionalização do IBGE em mesos e microrregiões, entre outros critérios.

uma relativa homogeneidade da região. Dessa maneira, o Vale do Jequitinhonha é uma construção imagético-discursiva que atende interesses ortodoxos dos dominantes em cada campo⁴.

O regionalismo⁵ aqui é entendido, sobretudo, a partir dos interesses políticos, como apontou Castro (2021):

Este deve ser entendido como uma mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a outros grupos dominantes de outras regiões ou do próprio Estado. O regionalismo, portanto, é um conceito eminentemente político, vinculado, porém, aos interesses territoriais (Castro, 2021, p. 48).

Ainda de acordo com Castro (2021) fazem parte do regionalismo, tanto a identificação como a coesão interna, objetivando preservação e aquisição de vantagens, sobretudo quando relacionadas à competição externa. Desse modo, os interesses da região são determinados pelas elites, que neste estudo são entendidas como os agentes dominantes dos campos analisados. A replicação das mesmas fórmulas e textos performativos sobre o Vale do Jequitinhonha foi determinante na construção social da imagem regional utilizada como discurso regionalista.

O Vale do Jequitinhonha é analisado neste trabalho como uma representação individual e coletiva que está em disputa, seja

SUMÁRIO

- 4 Com isso não se exclui os interesses dos agentes com discurso heterodoxo nos mesmos campos que utilizam a representação sobre o Vale do Jequitinhonha. Como apontado por Bourdieu (2011), os interesses, ou *illusio*, são o que movimentam o jogo, dão sustentação às dinâmicas de cada campo.
- 5 Utilizou-se também o estudo de Pereira (2007) sobre o Norte de Minas para subsidiar a abordagem do regionalismo no Vale do Jequitinhonha. Em outro estudo, Pereira (2009, p. 118) também indica quatro importantes fontes para reflexão sobre o regionalismo (no caso do Nordeste), "a) o enfoque cepalino, predominante nos anos 1950 sob a influência intelectual e política de Celso Furtado, b) a visão marxista hegemônica nos anos 1970 e 1980, tendo como principal nome Francisco de Oliveira, c) uma visão "neomarxista", integrada, por exemplo, por Iná Elias de Castro e d) a visão culturalista, que tem, na obra de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, um dos seus principais representantes." Destaca-se que são enfoques que servem como referências para pensar outras localidades, como o Vale do Jequitinhonha.

SUMÁRIO

por conservação ou manutenção de poder no espaço simbólico. É representação no sentido apontado por Bourdieu (2010), uma vez que se fundamenta por enunciados performativos produzidos por agentes sociais, sobretudo do campo⁶ político e tecnoburocrático. Tais enunciados são classificatórios, sendo que, pelo poder de nomear, cooperam fortemente para produzir a existência do que é anunciado como uma região.

Ressalta-se que o próprio termo região (*regio, regere*) denota um enunciado de di-visão (Bourdieu, 2010), pois está ligado, tanto com a visão, como a princípios de classificação de um determinado espaço. Os cientistas que tratam sobre esse tema são diversos, passando pelos geógrafos, que foram os precursores de uma determinada visão sobre o termo e mais recentemente os economistas e os sociólogos. Nesse sentido, a partir das abordagens circunscritas em cada área de conhecimento, há um alargamento da compreensão sobre o assunto e também demarcação de posição na disputa por uma significação, ou mais precisamente, pelo poder de classificação legítima do que caracteriza a região.

Para falar especificamente do Vale do Jequitinhonha, menciona-se inicialmente a naturalização da abordagem tecnoburocrática, nomeada de recorte administrativo. Nesse aspecto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) dividiu o território estadual de Minas Gerais em 12 mesorregiões homogêneas, entre elas o Jequitinhonha⁷. Além do IBGE, outra instituição que regionalizou o território mineiro foi a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) e a Fundação João Pinheiro (FJP)⁸.

6 A abordagem sobre "campo" é referenciada em Bourdieu (2003).

7 O IBGE, na década de 1960, dividiu o estado de Minas Gerais em mesorregiões e microrregiões homogêneas.

8 Segundo Diniz e Batella (2005), a partir da década de 1970, a FJP institui as Regiões de Planejamento que levaram em consideração a regionalização do IBGE em mesos e microrregiões, entre outros critérios.

Nestas di-visões do espaço, o que está posto é o estabelecimento de fronteiras, ou seja, separação de um lugar de outro, que gradativamente naturalizam determinadas representações. Essa separação, além do espaço físico, tende a criar espaços sociais relativamente autônomos, onde diferentes estratégias de manutenção ou subversão dos discursos são operacionalizadas. Um desses espaços, que é revigorado constantemente pelo discurso ortodoxo (dominante) é o recorte do planejamento estatal, nesse sentido, como uma proposição de agentes ocupando posições tecnoburocráticas e de agentes do campo político, que são elites da área pública (Dulci, 1999).

O objetivo deste trabalho é analisar a representação mais difundida sobre o Vale do Jequitinhonha no discurso regionalista presente nos diagnósticos da Codevale e da FJP, entre as décadas de 1960 a 1980, partindo do recorte sobre as elites da área pública (política e técnica) atuantes na região, no período estudado. Esse período foi marcado pela construção de uma série de estudos sobre o Vale do Jequitinhonha. Nesse aspecto, foram escolhidos três diagnósticos produzidos por agentes destas instituições de planejamento. Adicionalmente ao analisado nos diagnósticos, serão apresentados alguns exemplos de discursos que abordam sobre o Vale do Jequitinhonha. Dessa maneira, o delineamento da pesquisa (Gil, 2008) é pautado na análise documental.

Aponta-se a criação da Codevale, na década de 1960, como o marco institucional que expressa um regionalismo do Vale do Jequitinhonha. Mesmo eventualmente considerando pontuais indicações de heterogeneidade sobre o espaço, o que prevalece é uma relativa homogeneidade da região. Dessa maneira, o Vale do Jequitinhonha é uma construção imagético-discursiva que atende interesses ortodoxos dos dominantes em cada campo⁹.

9

Com isso não se exclui os interesses dos agentes com discurso heterodoxo nos mesmos campos que utilizam a representação sobre o Vale do Jequitinhonha. Como apontado por Bourdieu (2011), os interesses, ou *illusio*, são o que movimentam o jogo, dão sustentação às dinâmicas de cada campo.

O regionalismo¹⁰ aqui é entendido, sobretudo, a partir dos interesses políticos, como apontou Castro (2021):

Este deve ser entendido como uma mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a outros grupos dominantes de outras regiões ou do próprio Estado. O regionalismo, portanto, é um conceito eminentemente político, vinculado, porém, aos interesses territoriais (Castro, 2021, p. 48).

Ainda de acordo com Castro (2021) fazem parte do regionalismo, tanto a identificação como a coesão interna, objetivando preservação e aquisição de vantagens, sobretudo quando relacionadas à competição externa. Desse modo, os interesses da região são determinados pelas elites, que neste estudo são entendidas como os agentes dominantes dos campos analisados. A replicação das mesmas fórmulas e textos performativos sobre o Vale do Jequitinhonha foi determinante na construção social da imagem regional utilizada como discurso regionalista.

ELITES DA ÁREA PÚBLICA E OS ELEMENTOS DE DISCURSO

A abordagem sobre as elites regionais tem importância na medida em que não se entende a região como um elemento natural,

SUMÁRIO

10

Utilizou-se também o estudo de Pereira (2007) sobre o Norte de Minas para subsidiar a abordagem do regionalismo no Vale do Jequitinhonha. Em outro estudo, Pereira (2009, p. 118) também indica quatro importantes fontes para reflexão sobre o regionalismo (no caso do Nordeste), "a) o enfoque cepalino, predominante nos anos 1950 sob a influência intelectual e política de Celso Furtado, b) a visão marxista hegemônica nos anos 1970 e 1980, tendo como principal nome Francisco de Oliveira, c) uma visão "neomarxista", integrada, por exemplo, por Iná Elias de Castro e d) a visão culturalista, que tem, na obra de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, um dos seus principais representantes." Destaca-se que são enfoques que servem como referências para pensar outras localidades, como o Vale do Jequitinhonha.

mas sim como uma representação. No que se refere às elites, aqui se trata especificamente de duas, a política e a técnica, no sentido de que ambas são atuantes da área pública, partindo da abordagem de Dulci (1999). Esse recorte específico parte da hipótese que essas duas elites são proponentes e responsáveis pela “escrita” de diversos planos, diagnósticos, projetos, leis *etc* que pautaram um discurso sobre o Vale do Jequitinhonha, comum às práticas de desenvolvimento regional. Esse discurso teve o poder de di-visão (Bourdieu, 2010) sobre o Vale do Jequitinhonha.

De acordo com a caracterização proposta por Dulci (1999), em Minas Gerais, na primeira metade do século XX havia uma articulação de interesses entre as elites política, técnica, agrária e empresarial em torno do projeto de desenvolvimento no estado, sendo a área pública, o espaço de ação da elite política e técnica¹¹. Para Dulci (1999):

Estes quatro segmentos podem ser apresentados em dois pares: político/privado, tradicional/moderno. Assim, a área pública é o espaço de ação da elite política e da elite técnica. Por sua vez, as elites agrária e empresarial urbana pertencem ao setor privado. Outro recorte se refere à estrutura de origem de cada segmento. A elite política e a elite agrária remontam a uma estrutura política tradicional, em que predominavam as atividades rurais. Quanto às outras duas, são modernas no sentido de que correspondem à estrutura urbano-industrial (Dulci, 1999, p. 107).

Uma ferramenta estratégica de articulação das elites da área pública é o discurso sobre a região. No caso estudado por Dulci, o discurso da mineiridade foi decisivo para, entre outras funções, unificar as elites do Estado de Minas Gerais e operar para justifi-

11

A escolha dessas duas elites para análise sobre o regionalismo no Vale do Jequitinhonha parte da hipótese que há uma atuação determinante das mesmas na elaboração dos diagnósticos sobre desenvolvimento regional desde a década de 1960, como foi apontado em Santos (2018).

car suas pretensões políticas em âmbito nacional (Dulci, 1999). O discurso aqui é entendido como uma construção social de agentes interessados¹², tanto pela atuação parlamentar e de dirigentes de instituições estatais, como por meio de documentos técnicos. Cada um, da sua forma e medida, tem o poder de classificar, de distinguir. As representações enunciadas pelo discurso são mais eficazes quando se aliam à ideia de naturalidade, de fronteira legítima. Nesse sentido, de acordo com Bourdieu (2010):

O discurso regionalista é um discurso *performativo* que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si [...] (Bourdieu, 2010, p. 116).

Assim, o discurso regionalista categorizou o Vale do Jequitinhonha a partir dos estigmas ligados à ideia de pobreza ou atributos similares. Nesse sentido, as fronteiras da região se estruturaram por meios tecnoburocráticos, a partir de interesses políticos, que por sua vez produzem efeitos sociais e econômicos na medida em que articulam as propostas (práticas) de desenvolvimento regional.

SUMÁRIO

SOBRE UM VALE DO JEQUITINHONHA

O discurso sobre o Vale do Jequitinhonha produz certa homogeneização do espaço. Em Minas Gerais, por exemplo, sobretudo no campo político, foi construída uma ideia de que ser do estado conformava certas distinções, classificadas genericamente

12

Para Bourdieu (2011) há interesse para os agentes fazerem o que fazem no campo ao qual estão circunscritos. Ainda que na aparência do desinteresse, há alguma forma de interesse, de ganho no jogo.

de “mineiridade”¹³. Nesse sentido, o que está em jogo é a construção imaginária, com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos considerados regionais com objetivo de construir uma legitimidade política (Reis, 2007).

Segundo o já citado Dulci (1999), a mineiridade apresenta três funções ideológicas à ideia da “mineiridade”, assim como eventualmente representam outras manifestações de identidades regionais do Brasil. A primeira é a de servir como uma ideologia da classe dominante. A segunda é a de ajudar a legitimar o domínio das elites, na medida em que o restante da sociedade, ou parcela significativa da mesma, compartilha os valores e símbolos regionais. E a terceira é a de fortalecer os interesses do estado de Minas Gerais na arena nacional.

Nesse sentido, sugere-se aqui a existência de semelhança entre a ideia local de “ser do Jequitinhonha”, com as características da mineiridade. As três funções apresentadas por Dulci (1999) se aplicam ao regionalismo do Vale do Jequitinhonha, no caso da terceira, o interesse é voltado para fortalecer os interesses das elites da região, tanto na arena estadual como nacional.

A institucionalização do Vale do Jequitinhonha (Figura 1), enquanto área de planejamento estatal, tem origem em meados da década de 1960, com a criação da Codevale, como apontado em Santos (2018). Nesse sentido, a dizibilidade sobre a região é amplamente descrita nos diagnósticos produzidos por agências estatais. Isso gerou uma visibilidade sobre o Vale do Jequitinhonha que caracterizou a região.

13

O tema da “mineiridade” como apontou Reis (2007) é polêmico e complexo. Além do trabalho de Dulci (1999) há estudiosos que percebem o tema como extremamente relevante quando se estudam os mecanismos construídos pelo poder institucionalizado ou pelas classes e grupos que exercem o poder, enquanto outros negam sua importância. Este capítulo se alinha com o primeiro grupo de estudiosos. Como a “mineiridade” não é objeto deste estudo, não se aprofundará nessa discussão. Ver Tibo (2020), Cardoso e Tibo (2021).

Figura 1 – Área de atuação da Codevale – Vale do Jequitinhonha

Municípios	Área Km ²	Municípios	Área Km ²
01. Almenara.....	2.859	27. Jacinto.....	1.153
02. André Fernandes.....	708	28. Jequitinhonha.....	3.526
03. Araçuaí.....	2.326	29. Jcaíma.....	2.162
04. Bandeira.....	484	30. Jordânia.....	550
05. Berilo.....	967	31. Malacacheta.....	+ 480
06. Bocaiúva.....	5.186	32. Medina.....	1.497
07. Botumirim.....	1.033	33. Minas Novas.....	1.775
08. Capelinha.....	1.397	34. Nêvo Cruzeiro.....	1.597
09. Carai.....	1.167	35. Padre Paraíso.....	532
10. Carbonita.....	1.174	36. Pedra Azul.....	1.439
11. Chapada do Norte.....	695	37. Porteirinha.....	+ 250
12. Comercinho.....	612	38. Riacho dos Machados.....	1.312
13. Coronel Murta.....	851	39. Rio de Prado.....	976
		Cont....	
Cont....			
14. Couto Mag. Minas.....	297	40. Rio Pardo Minas.....	+ 391
15. Cristália.....	1.184	41. Rio Vermelho.....	+ 98
16. Datas.....	+ 48	42. Rubelita.....	1.312
17. Diamantina.....	4.670	43. Rubim.....	985
18. Felic. dos Santos.....	370	44. Salinas.....	3.299
19. Felisberto Caldeira... 492		45. Salto da Divisa.....	756
20. Felisburgo.....	711	46. Sta Maria do Salto... 553	
21. Francisco Badaró.....	781	47. Sta Antª do Jacinto... 617	
22. Grão Mogol.....	5.472	48. Sen. Mod. Gonçalves... 893	
23. Itacambira.....	1.649	49. Sêrro.....	1.158
24. Itamarandiba.....	2.986	50. Taiobeiras.....	+ 401
25. Itabim.....	620	51. Turmalina.....	1.685
26. Itinga.....	2.813	52. Virgem da Lapa.....	605
SUB-TOTAL.....	41.552	SUB-TOTAL.....	30.000
- Área Total: - 71.552 Km ²			

Fonte: Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha (Codevale, 1968, p. 2-3)¹⁴.

Inicialmente a Codevale e depois a FJP produziram, ao longo das décadas de 1960 a 1980, uma série de estudos e diagnósticos sobre a realidade do Vale do Jequitinhonha. Detém-se aqui especificamente sobre três documentos:

Quadro 1 – Diagnósticos analisados sobre o Vale do Jequitinhonha

Título do documento	Ano de publicação	Principal imagem sobre o Vale do Jequitinhonha
Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha (Codevale)	Data provável - 1968	Uma área completamente desconhecida quer sob o aspecto do potencial econômico, quer humano. O "homem do Jequitinhonha" abandonado, que passa a exigir sua própria redenção.
Vale do Jequitinhonha: diagnóstico preliminar (FJP)	1975	Região-problema. "Expulsora" da população como vetor de emigração. Indicadores de educação e saúde característicos de áreas subdesenvolvidas.
Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale)	1976	Indicadores de educação característicos de áreas subdesenvolvidas, com um sistema oficial de ensino que em pouco ou nada contribui para o desenvolvimento comunitário e econômico. Os indicadores de saúde são também característicos de áreas subdesenvolvidas. Saneamento básico precário.

Fonte: Elaboração pelos autores a partir de Codevale (1968), FJP (1975a) e Codevale (1976).

Analisando os primeiros diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha, observa-se o início da conceituação que foi institucionalizada e formatou um discurso regionalista. Para Vicente Fernandes Guabiroba (Diretor Superintendente da Codevale entre os anos de 1968-1970):

A imensa região que constitui o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais apresentava-se como uma área completamente desconhecida, quer sob o aspecto do potencial econômico, quer do humano. Um dos primeiros passos da CODEVALE foi tornar possível o conhecimento da região, ao mesmo tempo que procurou diagnosticar, dentro de sua área de ação, os principais obstáculos ao desenvolvimento sócio-econômico de uma das regiões potencialmente mais ricas do Estado (Codevale, 1968, n.p).

Essa abordagem sobre o esquecimento da região, como apontado por Servilha (2015), justificou a criação da Codevale.

SUMÁRIO

O Vale do Jequitinhonha seria isolado do restante do estado desde a decadência da mineração e posteriormente do algodão, sendo “redescoberto” pela tecnoburocracia e pelos grupos políticos interessados no desenvolvimento da região. No pré-diagnóstico sobre o Vale do Jequitinhonha, na década de 1960, Vicente Fernandes Guabiroba aborda sobre essa questão do esquecimento (abandono) fazendo a contraposição com a ideia de redenção:

Acreditamos que o primeiro passo foi dado. O homem do Jequitinhonha, relegado ao abandono durante décadas, encontra-se, agora, em condições de exigir sua própria redenção. Muita coisa há que se fazer por ele e por sua terra. O mais importante, contudo, já foi feito: – o início da caminhada (Codevale, 1968, n.p).

Outro Diretor da Codevale, no período de 1967-1968, Fidelcino Viana ao falar, no Jornal do Brasil (1967), sobre questões de saúde na região, apresenta o Vale do Jequitinhonha com grande alarde relacionado à situação socioeconômica. A expectativa de vida dos habitantes da região estaria abaixo dos 30 anos, além da existência da doença de chagas na grande maioria da população. Ainda para o diretor da Codevale:

[...] os surtos de doenças endêmicas, principalmente esquistossomose que ataca 98% da população do Vale e o mal de Chagas são acontecimentos de toda hora e ocorrem em toda extensão do Jequitinhonha. Sua gravidade é muito maior do que a noticiada pela imprensa, há quatro anos, em Itacambira, onde a média de vida é de 27 anos. [...] O matuto do Nordeste de Minas não tem condições de sair do Vale, e espera a redenção de sua região, que tem o maior potencial mineral de Minas, além de um rebanho bovino de 1600 mil cabeças e pode ter o melhor mercado de trabalho da Região do País (Jornal do Brasil, 1967, p. 18).

Em longo discurso na tribuna da câmara dos deputados, Aécio Cunha (partido – Arena/MG) falou sobre os “problemas” do Vale do Jequitinhonha, nas áreas de renda, saúde, transporte, comunicação e educação. O deputado apresentou o contexto de

pobreza da região, que em sua análise, não teve o mesmo desenvolvimento que o crescimento da economia brasileira proporcionou para regiões mais industrializadas. A manifestação do deputado foi em resposta a uma publicação do jornal – O Estado de São Paulo – sobre o Vale do Jequitinhonha, que também apresenta a região a partir da ideia de pobreza, entre outros estigmas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa série de reportagens que honram a imprensa nacional, “O Estado de São Paulo” trouxe recentemente a público o retrato de uma região onde ainda não aconteceu o “milagre brasileiro”, o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. As limitações certamente impostas a um trabalho jornalístico desta natureza não impediram que o drama de mais de um milhão de brasileiros que vivem à margem do progresso chocasse a opinião pública e reclamasse, mais uma vez, a manifestação dos representantes do povo nesta Casa. [...] De fato, Sr. Presidente, os 85.000 quilômetros quadrados do Vale do Jequitinhonha encerram tudo aquilo que há de mais retrógrado e abominável, constituindo-se em chaga viva que desafia os propósitos expressos do Governo de interiorização do desenvolvimento e em motivo permanente de humilhação para o nosso País (Brasil, 1977, p. 10735).

Outro documento, entre os vários diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha foi elaborado pela FJP em 1975, de nome parecido com o já citado documento da Codevale (1968). Neste diagnóstico preliminar sobre o Vale do Jequitinhonha, há uma articulação de três agentes institucionais que estão envolvidos no planejamento regional em Minas Geras. Além da FJP e a Codevale, fez parte da elaboração do documento o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar).

Nesse documento (FJP, 1975a) há uma descrição detalhada sobre a ocupação de Minas Gerais desde o período colonial, na intenção de explicar como surgiu o Vale do Jequitinhonha¹⁵. A mineração

15

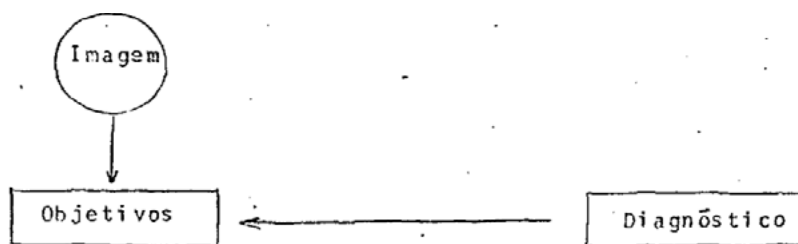
Essa descrição é similar ao apresentado nos diagnósticos já citados, bem como em discursos parlamentares. Percebe-se o efeito de naturalização da representação sobre o Vale do Jequitinhonha.

de ouro e diamante é apresentada como grandes propulsoras do período de destaque econômico, sobretudo da parte alta do Vale do Jequitinhonha. A pecuária é apresentada como atividade vinculada à mineração, sendo que após a decadência das atividades garimpeiras, a pecuária foi incapaz de dinamizar a economia regional. Aqui há um reforço de justificar as representações de carência, pobreza *etc.* do Vale do Jequitinhonha com base no discurso da estagnação econômica e esquecimento regional.

Os principais indicadores socioeconômicos analisados no documento, como educação e saúde, por exemplo, apontam que o Vale do Jequitinhonha se assemelha com as áreas subdesenvolvidas. Como apresentado pela FJP (1975b), o Vale do Jequitinhonha é um bolsão de pobreza, constituindo uma região-problema do estado de Minas Gerais.

Nota-se ainda nesse documento (FJP, 1975b)¹⁶ a ocorrência da ideia de constituir estratégias para o desenvolvimento regional, sendo que o primeiro elemento importante é a imagem da região.

Figura 2 – Visão programática inicial para a estratégia



FONTE: Vale do Jequitinhonha: plano de desenvolvimento regional (FJP, 1975b, n.p).

A imagem que se fez da região no futuro tem de se apoiar na realidade atual levantada pelo diagnóstico que, embora sendo em princípio descritivo, elabora as informações necessárias para uma tipificação inicial da região como

16

Esse documento não foi analisado em conjunto com os citados na Tabela 1 pela natureza do mesmo. Trata-se de um texto preparatório e indicativo de metodológico para diagnósticos posteriores.

um todo, face às demais regiões do Estado ou do país, bem como das sub-áreas que a compõem (FJP, 1975b, n.p).

A imagem da região é uma construção que estruturou uma di-visão regional, estruturante das propostas de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha. De acordo com Servilha (2015), Murilo Badaró¹⁷, ao apresentar na Assembleia legislativa, as justificativas para criação da Codevale, em fevereiro de 1964, focam na ideia de desenvolvimento regional, como a única alternativa para “salvar a população da miséria” no Vale do Jequitinhonha. Isso pode ser notado na própria fala de Badaró (1984):

Esta será a única forma viável de se salvar o Vale do Jequitinhonha e sua população da miséria e do abandono em que vive. Fora deste rumo, não acreditamos ser possível nada mais fazer. Daí, uma tentativa até certo ponto difícil do ponto de vista da tramitação legislativa, mas que virá, caso encontre eco na sensibilidade dos ilustres deputados desta casa, salvar uma população de mais de meio milhão de almas (Badaró, 1984, 213).

Ainda de acordo com Badaró (1984):

À medida em que ia exercendo o mandato, viajava constantemente para o Jequitinhonha, cada vez mais me angustiando com o espetáculo de pobreza e sofrimento da população. Sentia a necessidade de se fazer alguma coisa além do simples paliativo de medidas administrativas, de alcance reduzido e de duvidosa eficiência. A ideia de uma agência de desenvolvimento começava a tomar conta do meu espírito. Iniciei estudos dos diversos aspectos socioeconômicos da região e passei a coletar dados. Analisei-os demoradamente e concluí que as potencialidades da região justificavam a iniciativa. Bastava apenas acionar energias até então adormecidas.

SUMÁRIO

17

A Codevale foi criada por iniciativa de Murilo Badaró, político natural da cidade de Minas Novas (MG), que na ocasião ocupava o cargo de deputado estadual em Minas Gerais. Como apresentado em Santos (2023) Murilo Badaró é parte da elite política de Minas Gerais, “representante” do Vale do Jequitinhonha.

Não demoraria a surgir a CODEVALE e, com ela, uma nova aurora para a sofrida gente do Vale do Jequitinhonha (Badaró, 1984, p. 211).

O Vale do Jequitinhonha foi representado por meio de um regionalismo institucionalizado pela Codevale. As principais características da região são reproduzidas nos discursos políticos e tecnoburocráticos ao longo das décadas de 1960 a 1980. O poder acumulado pelas elites da área pública se converteu em estratégia para nomear e representar, com base numa performance discursiva. Nesse sentido, as fronteiras simbólicas do Vale do Jequitinhonha foram estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Codevale na década de 1960 é o marco institucional que expressa o regionalismo do Vale do Jequitinhonha. Propagou-se a imagem da região a partir da ideia de carência, esquecimento anterior, abandono, miséria *etc.* Esses predicados sobre a região são contrastados com o diagnóstico da riqueza potencial do Vale do Jequitinhonha, como, por exemplo, pela mineração e expansão da pecuária.

A imagem do Vale do Jequitinhonha é justamente o que os documentos (com finalidade de diagnóstico ou planejamento) fizeram ao longo da existência dos órgãos estatais. Criando uma representação (Bourdieu, 2010) regional, que influenciou no regionalismo do Vale do Jequitinhonha. A fronteira determinante da região não é constituída por conjunto de municípios. A fronteira é simbólica.

A unidade regional em torno do discurso da pobreza (e predicados afins) sobre o Vale do Jequitinhonha é uma construção social das elites da área pública. Os diagnósticos, considerando aqueles

que foram analisados neste estudo, tentam justificar uma abordagem naturalista da região, no entanto, o Vale do Jequitinhonha, no aspecto regionalista, é representação.

REFERÊNCIAS

- BADARÓ, Murilo. **Alma de Minas**. Brasília: Senado Federal (Centro Gráfico), 1984.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 107-132.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119-126.
- BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado?. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11 ed. Campinas: Papyrus, 2011. p. 137-156.
- BRASIL. Aécio Cunha: perfil econômico-social do Vale Jequitinhonha, Minas Gerais. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, s. 1, p. 10670-10738, nov. 1977. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02NOV1977.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- CARDOSO, Antônio Dimas; TIBO, Lucas. O olhar sociológico de Otávio Dulci sobre a "questão regional". **Temáticas**, Campinas, SP, v. 29, n. 57, p. 64-87, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v29i5713902>.
- CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha**. Biblioteca da Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 1968. v. 1.
- DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.
- FJP (Fundação João Pinheiro). **Vale do Jequitinhonha**: diagnóstico preliminar. Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1975a.

SUMÁRIO

FJP (Fundação João Pinheiro). **Vale do Jequitinhonha**: plano de desenvolvimento regional. Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1975b.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JORNAL DO BRASIL. Trinta anos é a média de vida dos que habitam o Vale do Jequitinhonha. 1. **Caderno**, Jornal do Brasil, fev. 1967. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1967_A00035.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023.

PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. 241f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades regionais. **História & Perspectivas**, Uberlândia (40), p. 117-150, jan./jun. 2009.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**, v. 9, n. 11, p. 89-98, 2007.

SANTOS, Albér Carlos Alves. **A Codevale e o discurso desenvolvimentista do estado no Vale do Jequitinhonha entre 1960 a 1980**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

SANTOS, Albér Carlos Alves. A polivalência das elites no Vale do Jequitinhonha (MG): uma análise introdutória da trajetória de Murilo Badaró. In: PAPA, Helena Amália *et al.* (Orgs.). **Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social**. Programa de Pós-Graduação em História – Unimontes, 2023, p. 35-42. Disponível em: https://d8052453-b4fe-4daf-936a-75ff8cc76312.filesusr.com/ugd/51513e_7342d9ba8f514e3fb7d78df4fb847f09.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?**: o espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

TIBO, Lucas. **A crise da “ideologia da mineiridade” e perda de protagonismo político das lideranças mineiras no cenário nacional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes, Montes Claros, 2020.



2

Alexandre Nogueira Souza

DOS SAQUAREMAS AO BOLSONARISMO: GENEALOGIA DAS DIREITAS BRASILEIRAS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.2

INTRODUÇÃO

Os termos “direita”, “extrema direita” e “conservadorismo” fazem parte da nossa gramática política cotidiana, são recorrentes nas conversas, na mídia e no Parlamento. A direita não está envergonhada, há vários cidadãos e alguns partidos políticos que se declaram como “direitistas” e “conservadores”, algo que não era comum nos primeiros anos após a redemocratização. Essas semânticas são cada vez mais utilizadas por grupos que visam defender determinadas pautas morais, religiosas e tradições. Todavia, o *modus operandi* radical e extremista que predomina em grande parte da atual direita brasileira não define o espectro político como fenômeno histórico.

Quando olhamos para o passado do país, é possível inferir que há várias acepções e visões dentro do campo da direita, o qual está longe de ser homogêneo. Com o avanço da direita no cenário político brasileiro, precisamos entender a tradição “direitista” do país, que teve sua origem no Império e foi remodelada durante o curso da história nacional.

Pretende-se evidenciar as semelhanças e as diferenças entre as diversas expressões políticas consideradas de “direita” no Brasil, a exemplo de conservadorismo, liberalismo, integralismo, etc. A partir de evidências históricas, é possível saber qual a origem da direita atual e quais os fundamentos que constitui esse espectro político no Brasil.

Objetiva-se, no presente trabalho, compreender de forma histórica e política a genealogia das direitas brasileiras. Para facilitar o entendimento acerca das direitas brasileiras, o presente artigo está dividido em quatro seções, perpassando por significativos momentos da história brasileira: da Independência do Brasil até os dias de hoje. O entendimento histórico permite uma melhor compreensão do fenômeno da direita. Desse modo, é possível realizar análises sistemáticas sobre os fundamentos e os significados das direitas brasileiras.

Para atingir os objetivos propostos, realiza-se uma pesquisa descritiva de natureza básica acerca da temática evidenciada. O problema de pesquisa será abordado por meio do método qualitativo, o qual possibilita uma descrição sobre as origens, as definições e os fundamentos políticos das direitas brasileiras. Este fenômeno, por sua vez, pode ser investigado através de uma pesquisa bibliográfica, a partir da revisão dos textos que versam sobre o tema. Quanto à abordagem científica da dissertação, é interessante utilizar o método dedutivo, uma vez que partiremos do conceito de direita (de forma geral) para suas especificidades (conservadorismo, reacionarismo, liberalismo, positivismo, integralismo...).

É necessário se valer de uma bibliografia capaz de contemplar as questões evidenciadas. Sendo assim, autores renomados no âmbito do pensamento político brasileiro, a exemplo de José Murilo de Carvalho, João Camilo de Oliveira Torres, Maria do Carmo Campelo de Souza, Boris Fausto e Christian Lynch são referências importantes para o desenvolvimento do trabalho.

DEFINIÇÕES ATRIBUÍDAS À DIREITA ENQUANTO CONCEITO POLÍTICO

A direita brasileira tem uma longa marcha datada desde a Independência do Brasil (1822), evento marcado por uma transição pactuada entre as elites. Durante aproximadamente dois séculos, diferentes correntes de pensamento situadas no espectro político da direita emergiram. Entre ascensões e declínios, as direitas se repaginaram no decorrer do tempo, porém conservaram certos vícios inerentes à própria visão política.

André Kaysel, cientista político e professor da Unicamp, ao publicar o texto "Regressando ao Regresso", que faz parte da obra

SUMÁRIO

“Direita, Volver!”, busca encontrar a genealogia das direitas no Brasil. O autor realiza um estudo histórico detalhado no intuito de compreender as origens, os fundamentos e as diferenças existentes na direita brasileira enquanto espectro político. Historicamente, a direita não pode ser considerada um bloco monolítico, uma vez que diversas micro-ideologias auxiliaram na formação da macro-ideologia, a exemplo das ideias conservadoras, liberais, positivistas, reacionárias e integralistas no caso brasileiro, as quais merecem maior atenção no que diz respeito às definições teóricas.

O conservadorismo é formado por três pilares indissociáveis: ceticismo, organicismo e tradicionalismo. Além disso, pode ser entendido como uma disposição política prudente e cética que defende reformas graduais e orgânicas, pois visa preservar aquilo que há de virtuoso no arquétipo civilizacional e reformar o que se encontra obsoleto. Essa definição é uma síntese do pensamento burkeano expresso na “Reflexões sobre a Revolução na França”. Embora o filósofo irlandês não tenha definido o conceito como tal, lançou as bases para aquilo que viria a ser conhecido como conservadorismo (BURKE, 2017).

Nas *Reflexões*, Burke sustentava que o sistema social era *sagrado*, como parte de uma cadeia de ordem eterna ligando o homem a Deus; *natural*, porque parte da lei implantada por Deus na mente humana; *histórico*, produto de um progresso social orgânico; e, por fim, *tradicional*, fundado em costumes e precedentes britânicos marcados por lenta e prescritiva adaptação (LYNCH, 2017, p. 320).

Na interpretação do britânico Michael Oakeshott, expressa no artigo “*On being Conservative*”, presente na obra “*Rationalism in Politics and other Essays*”, o conservadorismo não é uma ideologia política, mas uma disposição de caráter. É muito mais uma forma de se portar e de se relacionar com a realidade do que um conjunto de teorias especulativas sobre governo ou sociedade (OAKESHOTT, 1991).

SUMÁRIO

João Pereira Coutinho, no livro “As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários,” entende que o conservador, ao se pautar no imperativo da continuidade, não busca promover mudanças idealistas rumo a um futuro abstrato, nem pretende retornar a nenhum passado idílico que jamais existiu, ele defende a preservação do arquétipo civilizacional por meio de reformas graduais e orgânicas, as quais são capazes de evitar ameaças reacionárias e revolucionárias (COUTINHO, 2014).

Diferentemente do conservador, o reacionário, na exegese de João Camilo de Oliveira Torres, expressa na obra “Os Construtores do Império”, é alguém que nega o tempo e não se conforma com as mudanças. Desse modo, pretendem “que o rio volte à fonte, que a árvore retorne à condição de semente” (TORRES, 2017, p. 24). O reacionarismo, enquanto corrente de pensamento político, desconsidera o tempo presente, teme o futuro e idealiza o passado.

O liberalismo, por outro lado, difere-se do conservadorismo em diversos aspectos. John Locke (1632-1704), filósofo inglês e um dos principais expoentes do Contratualismo, teorizou a importância dos direitos inalienáveis nos “Dois Tratados Sobre o Governo Civil”, escritos no final do século XVII. As inovações de Locke foram importantíssimas para a constituição de uma ideia fulcral para o pensamento político: a liberdade individual — fundamento basilar do liberalismo (LOCKE, 2018).

Para Locke, os direitos à vida, à liberdade e à propriedade são anteriores ao Estado, são naturais aos indivíduos. A função do Estado é proteger os direitos naturais com o atributo do contrato social, ou seja, abdicamos do nosso estado de natureza para que o Estado garanta esses direitos aos indivíduos já existentes e inerentes ao ser humano. Locke é quem estipula as bases do liberalismo, advogando pelas liberdades individuais e, principalmente, pela limitação do poder estatal. Portanto, é a prevalência da lei, ou seja, da constituição, frente ao arbítrio (LOCKE, 2018).

O liberalismo exerceu influência em vários momentos da história brasileira. Entretanto, o positivismo também foi fundamental para a estruturação dos alicerces republicanos do país. “O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”, lema positivista cunhado na França por Auguste Comte, chegou ao Brasil e foi readaptado, tornando-se um horizonte republicano. Com o passar dos anos, o positivismo influenciou principalmente os militares, que enxergaram nesse ideal uma forma de promover ordem, progresso, modernização e desenvolvimento em uma República embrionária — além dos desdobramentos autoritários (FAUSTO, 2006).

Com o desenrolar do período republicano, as ideias políticas foram se modificando, algumas ganharam força e outras perderam espaço. Ademais, é necessário dizer que houve o surgimento de uma outra corrente de pensamento político que faz parte da direita enquanto macro-ideologia. A ascensão dos regimes totalitários na Europa, principalmente o fascismo, provocou uma nova onda da direita no mundo. Foi naquele momento que o integralismo, movimento político de inspiração fascista, foi criado no Brasil. Liderado por Plínio Salgado, nutria-se de um caráter autoritário, nacionalista, intervencionista, tradicionalista e corporativista. Esse movimento de extrema direita foi corporificado na Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de massa que reivindicava mudanças radicais (CARVALHO, 2001).

Essa breve exposição acerca das definições, origens e significados de algumas correntes de pensamento pertencentes ao espectro da direita é interessante para situar o leitor em termos de conceitos políticos. Sendo assim, entende-se que, após essa conceituação, torna-se possível uma melhor compreensão acerca da temática abordada.

Contudo, veremos que essas concepções políticas tiveram um *modus operandi* próprio no Brasil, desde a forma como foram concebidas e interpretadas até a maneira em que foram praticadas. As idiosincrasias, as instituições e a cultura do país são aspectos primordiais que nos auxiliam a entender o porquê da prática política ter se distanciado, em diversos momentos, da natureza original dos conceitos mencionados.

“O TEMPO SAQUAREMA”: A GRAMÁTICA DO PARTIDO CONSERVADOR DURANTE O IMPÉRIO

A direita brasileira, na época do Império, está vinculada principalmente ao ideário do Partido Conservador. Estadistas como Visconde do Uruguay e Visconde de Cairu foram saquaremas¹ de suma importância para o início de uma tradição política brasileira no espectro da direita e, mais especificamente, do conservadorismo. Enxergavam na monarquia e no centralismo formas de evitar a desordem, de modo que a soberania do país fosse mantida juntamente com a integridade territorial. Ambos eram apologistas da “santíssima trindade” imperial: o Poder Moderador, o Senado Vitalício e o Conselho de Estado. Essas instituições, somadas ao pecado da escravidão, formaram o primeiro cenário político do Brasil independente, revestido por uma gramática conservadora. Diante disso, Christian Lynch diz:

Cairu continuava a vincular a defesa daquelas instituições à necessidade de civilizar o país e abolir a escravidão. A escravatura representava o “compêndio de todos os males, e o emblema e prova da depravação do homem, que ou não quer trabalhar, ou se apraz do espetáculo da violência e miséria alheia”. Em síntese: por meio da aclimação das teorias e argumentos de Smith e Burke, Silva Lisboa adaptava de modo pragmático o liberalismo britânico à realidade brasileira, para assim, alardeando a sua vocação “cosmopolita”, elaborar para o Antigo Regime português “um projeto político e cultural que enfrentasse os tempos modernos (LYNCH, 2017, p. 330).

Os saquaremas, na exegese de José Murilo de Carvalho, presente na obra “A Construção da Ordem e Teatro das Sombras”, por meio da defesa da centralização do poder político que auxiliou na

SUMÁRIO

SUMÁRIO

consolidação do Estado Nacional, asseguraram a unidade territorial do país. Desse modo, é possível afirmar que o Brasil foi formado a partir de um viés conservador (CARVALHO, 2003). Isso pode ser vislumbrado de forma histórica pelos exemplos de Visconde do Uruguay, principal responsável pela defesa da centralização política (URUGUAY, 1960); e Visconde de Cairu, um intelectual e político brasileiro que foi bastante ativo no processo de independência, além de ter trazido as obras de Edmund Burke² para o Brasil:

Não nos persuadamos que os nossos maiores nos deixaram todas as possíveis lições de sabedoria. Adotemos da antiguidade o que é bom, e venerável, e não o que se mostra irracional e caduco. Quando a órbita política tornea com tão vertiginoso movimento, é absurdo ficar-se estacionário, e não se seguirem novas regras. Quando o vento salta à proa, o bom piloto muda logo de rumo (CAIRU, 2001, p. 194).

Qual o significado do conservadorismo brasileiro daquela época? Segundo João Camilo de Oliveira Torres, no livro “Os Construtores do Império”, o conservadorismo pode ser definido como uma posição política que valoriza as tradições e preza por reformas lentas, graduais e orgânicas, “o que veio do passado existe e vale; há o que deve ser preservado e o que deve ser reformado” (TORRES, 2017, p. 29). Para o autor, o Partido Conservador soube defender os ideais do conservadorismo na mais exata acepção do vocábulo, e esse pensamento foi fundamental para a construção do Brasil enquanto Estado Nacional, revestindo-o na soberania e na unidade territorial. Segundo Torres (2017), espera-se da postura conservadora o seguinte:

O conservador reconhece o tempo, mas como sendo passado e futuro. Não nega o passado, como o progressista – os tempos pretéritos não foram trevosos nem ignorantes.

2 Filósofo e político irlandês que recebeu o epíteto de “pai do conservadorismo moderno” devido à atuação parlamentar como Whig e, principalmente, por conta de suas “Reflexões sobre a Revolução na França”.

Não nega o futuro, como os reacionários: o dia de amanhã poderá trazer grandes alegrias se soubermos trabalhar... Machado de Assis, que representa admiravelmente o verdadeiro espírito conservador, tem frases definitivas – “O menino é o pai do homem” (TORRES, 2017, p. 24-25).

O conservadorismo brasileiro, na época do Império, assumiu traços políticos notadamente burkeanos, a exemplo da valorização de uma perspectiva organicista e tradicionalista. Metaforicamente, Edmund Burke, ainda no final do século XVIII, entendia que nós recebemos uma “habitação” das gerações anteriores e, com humildade e prudência, cabe-nos desfrutar dessa herança temporária e aprimorá-la até o momento em que, inevitavelmente, legaremos à próxima geração, a fim de que nossos sucessores recebam uma casa, e não uma ruína. Afinal, “a sociedade é uma comunidade de almas que reúne os vivos, os mortos e aqueles que estão por nascer” (BURKE, 2017, p. 25). É um eterno elo entre presente, passado e futuro. Certamente, algumas virtudes são retransmitidas, porém vários vícios e mazelas também se tornam “crônicos” no corpo social.

Durante a vigência do Império do Brasil, a matriz burkeana, oriunda da Grã-Bretanha, foi readaptada por Uruguay, Cairu e outros saquaremas às idiossincrasias brasileiras. O Partido Conservador construiu as bases institucionais do Império a partir de uma tônica política centralizadora, ordeira e hierárquica, entendendo que o “Imperador era a encarnação viva da unidade nacional no tempo e no espaço” (TORRES, 2017, p. 33). Contudo, o ideário conservador possuía diversas lacunas e falhas, a exemplo da defesa da escravidão e da manutenção de uma sociedade com evidentes desigualdades.

Com o declínio do Segundo Reinado, sucedido pela Proclamação da República (1889), percebe-se uma mudança de orientação dentro do espectro da direita. O conservadorismo dos saquaremas, inspirado em grande parte nas contribuições teóricas de Edmund Burke e nas ações de Uruguay e Cairu, perdeu bastante espaço justamente por estar atrelado às condições institucionais do Império.

“ERA DOS EXTREMOS”: O LONGO SÉCULO XX

No início da República, é possível visualizar dois grupos de direita: os positivistas, que defendiam um Estado autoritário, interventor, centralizador e desenvolvimentista, cujo principal representante era o Marechal Floriano Peixoto; do outro lado estavam os liberais, que advogavam por uma maior descentralização política atrelada ao liberalismo econômico, essa posição era amplamente defendida pelas elites cafeeiras de São Paulo (KAYSEL, 2015).

Na transição da Primeira República para a Era Vargas, outras acepções políticas vinculadas ao campo da direita surgiram no cenário nacional. É importante mencionar as posições autoritárias do autor Oliveira Vianna, que rechaçava o liberalismo e as esquerdas em defesa de um Estado centralizador e corporativista capaz de garantir a coesão do corpo social. Se considerarmos as especificidades de cada período, é possível estabelecer um paralelo entre o pensamento de Oliveira Vianna e o do Visconde do Uruguai no que diz respeito ao centralismo. Kaysel ressalta a atuação de Vianna nesse período:

Como alternativa, o autor propugnava pela formação de um Estado forte e centralizado, como única garantia à liberdade e integridade dos cidadãos nas condições brasileiras, em explícita ressonância das ideias do Visconde do Uruguai, acima referidas. Como se verá mais adiante, após a Revolução de 1930, Oliveira Vianna teria um papel de destaque como consultor do recém-criado Ministério do Trabalho no desenho da legislação trabalhista de perfil corporativista, de longa duração entre nós (KAYSEL, 2015, p. 55).

No prelúdio da década de 1930, parte da direita brasileira vestiu-se com uma roupagem mais autoritária. A Ação Integralista Brasileira (AIB), fortemente influenciada pelo fascismo italiano de Mussolini, tinha alcance nacional e se postava como uma organização de massa.

SUMÁRIO

Objetivava o fortalecimento do governo central e o combate às oligarquias regionais, além de defender amplas reformas sociais e econômicas por meio de um Estado intervencionista e autoritário. Liderada por Plínio Salgado, a AIB atraía a classe média urbana, uma parcela considerável da Igreja Católica e demais setores tradicionalistas da sociedade civil (CARVALHO, 2001). O movimento também recorria ao uso de símbolos, como as camisas verdes com a letra grega “sigma” e os cumprimentos através do vocábulo tupi “anauê” (KAYSEL, 2015).

Como a Era Vargas foi marcada sobretudo pelo corporativismo atrelado à centralização do poder sob os auspícios de Getúlio, as ideologias (tanto de direita quanto de esquerda) floresceram limitadamente em termos práticos. No entanto, com a abertura democrática devido à insustentabilidade do Estado Novo, as clivagens políticas assumiram uma nova face. Segundo Maria do Carmo Campelo de Souza, a principal divisão daquela época era entre varguistas e anti-varguistas. No primeiro grupo, estavam o PTB e o PSD; no segundo, a UDN (SOUZA, 1976). “Isso não equivale a dizer que a clivagem esquerda/direita fosse irrelevante, mas sim que ela era perpassada por outra divisão” (KAYSEL, 2015, p. 59).

Diante disso, é válido ressaltar que o PSD e a UDN, embora divergissem em questões pragmáticas, possuíam certas semelhanças em termos programáticos. Ambos podem ser considerados partidos de direita. O PSD possuía uma característica mais clientelista e fisiológica, o que implicava em uma postura mais moderada e conciliadora. Por outro lado, a moralista UDN se postava como “anti-populista” e defensora do liberalismo. Quando falamos sobre PSD e UDN, é interessante mencionar que ambos englobavam forças heterogêneas no interior do quadro partidário. A direita não era um bloco unificado, estava em constante disputa consigo mesma.

Na interpretação de Kaysel (2015), a direita conseguiu se unir no momento da “crise pré-1964”, quando camadas tradicionalistas da sociedade brasileira, a exemplo de militares, empresários,

SUMÁRIO

latifundiários e setores da classe média, posicionaram-se contrariamente às reformas de base ensaiadas pelo então Presidente João Goulart. Para utilizar das expressões do historiador René Armand Dreyfus, um “bloco histórico multinacional-associado”, vinculado ao capital multinacional, postou-se como alternativa ao impulso reformador do “bloco histórico nacional-populista” a fim de “conter as ameaças” (DREYFUS, 1987).

A direita se unificou por causa de questões pragmáticas no intuito de conservar os próprios privilégios, o prestígio social e, claramente, o poder político. A Ditadura Militar (1964-1985) é o pináculo da direita autoritária no Brasil, momento marcado por excessiva centralização do processo decisório no âmbito das Forças Armadas, censura, perseguição aos opositores e não-reconhecimento das demais instituições políticas. O arbítrio pairava sobre a atmosfera política brasileira — um Estado autoritário oprimiu o povo brasileiro por duas décadas. Diante disso, Boris Fausto realiza uma síntese sobre o regime:

O regime não correspondeu a um simples instrumento de classe dominante. Ela foi beneficiária — com vantagens desiguais para os diferentes setores — da política do governo, mas por muitos anos não participou da condução política e econômica. O regime militar rompeu claramente com a prática do governo Goulart, baseada no esquema populista, que incluía a tentativa fracassada de promover o desenvolvimento autônomo, a partir da burguesia nacional (FAUSTO, 2006, p. 513-514).

Durante o período de vigência do regime ditatorial, a Ação Renovadora Nacional (ARENA) agrupou a direita brasileira. Era o partido oficial do governo e possuía alcance nacional, o que corroborou para a continuidade das práticas clientelistas, centralizadoras e arbitrárias. A gramática autoritária era indissociável dos governos encabeçados pelos militares.

Segundo o cientista político americano Alfred Stepan, as Forças Armadas, ao longo da história republicana brasileira, postam-se como uma espécie de “Poder Moderador”, sendo árbitros dos conflitos sociopolíticos. Parece que os militares herdaram a antiga prerrogativa do Imperador e, por terem sido um dos fundadores da República, acreditam que possuem o direito e o dever de mantê-la conforme à própria imagem e semelhança (STEPAN, 1975). Na Ditadura Militar, essa tônica foi reforçada, ainda mais por se tratar de um contexto global bastante peculiar, a Guerra Fria.

POLIFONIA EM UMA DEMOCRACIA AMEAÇADA

Com a redemocratização, acompanhada por eventos mundiais como a Queda do Muro de Berlim (1989), o esfacelamento da URSS (1991) e, conseqüentemente, o fim da Guerra Fria com vitória do ocidente capitalista, a direita brasileira sofreu uma nova metamorfose. A unidade foi rompida, várias direitas emergiram no cenário brasileiro, sendo avivadas em um ambiente democrático por diferentes siglas partidárias e ideologias incutidas nesse mesmo espectro político. O PDS e o PFL foram os principais representantes da direita nos primeiros anos após a redemocratização, sendo o primeiro um herdeiro direito da ARENA; e o segundo um defensor das ideias liberais que estavam em voga naquele momento, especialmente nos EUA.

O processo de abertura traria duas importantes mudanças no campo oficialista. De um lado, aumentaram as fricções entre o empresariado e o regime. No bojo da “Campanha Contra a Estatização”, as lideranças empresariais, além de fazerem críticas públicas à condução da economia, ensaiaram demandas de autonomia frente ao Estado. Por outro lado, após o retorno do pluripartidarismo em 1979, a unidade da direita se rompeu, com a formação de diferentes siglas.

Durante o processo de democratização, em especial no bojo do momento constituinte (1987-1988), a direita abraçaria a defesa de políticas de liberalização econômica, ditas “neoliberais” (KAYSEL, 2015, p. 68).

Ditaduras já não mais faziam sentido na ordem multipolar e a política econômica nacional-desenvolvimentista havia sido desencorajada. Os EUA reformularam a agenda econômica mundial com base no Consenso de Washington, o que acarretou na guinada neoliberal no Brasil. O receituário americano expresso no Consenso de Washington incentivava uma série de reformas liberalizantes, visando políticas fiscais e monetárias restritivas para controlar, respectivamente, a inflação e a taxa de juros, a fim de garantir estabilidade macroeconômica. Além disso, buscava-se abertura econômica, privatizações, desburocratização do Estado e flexibilização das leis trabalhistas.

A cartilha neoliberal influenciou bastante a direita brasileira na década de 1990, especialmente quando olhamos para a abertura econômica iniciada no mandato de Fernando Collor, na estabilidade fiscal garantida pelo Plano Real no governo de Itamar Franco e a série de privatizações realizadas pelo tucano Fernando Henrique Cardoso no cargo de Presidente da República. Essas medidas demonstram que o Brasil aderiu, durante a década de 1990, o ideário neoliberal, promovendo reformas liberalizantes já promovidas há alguns anos pelo Presidente Ronald Reagan (Partido Republicano) nos EUA e pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher (Partido Conservador) no Reino Unido.

Como disse Mário Covas (PSDB-SP), “O Brasil precisava de um choque de capitalismo” (KAYSEL, 2015, p. 69). Embora diversas reformas liberais tenham sido realizadas por FHC no âmbito da União e por Covas como Governador de São Paulo, o conteúdo programático do PSDB, segundo Kaysel (2015), estava mais próximo da ideia de “terceira via” proposta pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, que influenciou diretamente naquilo que Tony Blair, Primeiro-Ministro

trabalhista, batizou de “New Labour” no Reino Unido. Segundo Giddens, a “terceira via” era uma forma de social-democracia que aceitava elementos neoliberais, uma visão política capaz de lidar com as novas demandas do momento (GIDDENS, 2001).

O caso do PSDB é interessante de ser analisado. Mesmo que o conteúdo programático do partido se assemelhasse ao que Giddens (2001) chama de “terceira via”, os tucanos, no âmbito pragmático, atraíram diversos setores direitistas do Brasil durante décadas, uma vez que eles eram os principais rivais do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo este declaradamente de esquerda. Durante a polarização entre PSDB e PT, grupos de direita se formaram gradualmente no Parlamento e na sociedade civil, ressonando, ainda timidamente, as diversas ideias dentro do escopo da direita.

Um evento ocorrido na sociedade brasileira estremeceu as instituições políticas nacionais. Há exatos dez anos, as manifestações de junho de 2013 trouxeram novas vestes para a política. Embora houvesse uma série de demandas por parte da sociedade civil durante o movimento, é cabível ressaltar que a dimensão política da manifestação ganhou força, de modo que inúmeros cidadãos mostraram-se descontentes com o status quo e com o establishment institucional. Com a maturação das manifestações, esse modus operandi acarretou em uma série de ataques às instituições do Estado Democrático de Direito e em uma descrença em relação à classe política.

As direitas ascenderam em meio a esse ambiente instável, momento em que vários indivíduos clamavam por mudanças. Marcos Paulo dos Reis Quadros e Rafael Machado Madeira, no artigo “Fim da Direita Envergonhada?” demonstram que os quadros que se posicionam à direita já não mais possuem vergonha de serem considerados como tal, tornou-se um trunfo especialmente para alguns grupos que conquistaram ainda mais força política nos últimos anos, a exemplo das bancadas religiosa e militar (QUADROS e MADEIRA, 2018).

Defensores de valores cristãos, da preservação do status quo nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada “bancada BBB” – Bíblia, Boi e Bala), ao passo que bancadas defensoras de pautas “progressistas” sofreram sensível redução (QUADROS e MADEIRA, 2018, p. 492).

Para Quadros e Madeira (2018), esses setores mencionados, somados à bancada do agronegócio, defendem a tolerância zero à criminalidade, a família tradicional, os valores cristãos como guia da moral social e a preservação do status quo nas zonas rurais. São contrários à legalização das drogas e do aborto, além de demonstrarem total indignação com questões de gênero e raça, desprezando os grupos sub-representados. E essas vozes ressoam no Brasil em tons ameaçadores e arbitrários.

As direitas brasileiras constituídas no decorrer dos últimos anos não estão restritas a igrejas, quartéis e fazendas, conseguiram adentrar a outros setores e se organizarem politicamente. Nos anos de 2018 e 2022, por exemplo, a direita se reuniu ao redor da figura de Jair Bolsonaro que, na visão de Casarões (2022), tornou-se o principal representante da direita brasileira, com tons extremados e autoritários. Mesmo que a direita seja formada por várias acepções em termos de preferências ideológicas, uniram-se de modo pragmático com Bolsonaro a fim de que um projeto de poder pudesse ser iniciado em um cenário marcado por instabilidades e incertezas.

Segundo Casarões (2022), há quatro grupos presentes na sociedade civil que compõem essa união da atual direita brasileira que se vincula de forma política e eleitoral a Bolsonaro: os templários digitais, os pastores patriotas, os libertários tropicais e os conservadores em armas. Mesmo que sejam grupos com interesses específicos, teoricamente conseguiram encontrar em Bolsonaro alguém capaz de aglutinar essas visões.

O primeiro grupo confere base ideológica ao bolsonarismo. Inspirado na *alt-right* americana, buscam combater aquilo que eles denominam de “marxismo cultural”, bem como as ideologias “progressistas” presentes nos ambientes intelectuais e midiáticos. Olavo de Carvalho foi um dos principais artífices dessa ideia, a qual esteve representada politicamente durante o governo Bolsonaro no “gabinete do ódio” e na mídia por canais como Record, Terça Livre e páginas bolsonaristas com elevado alcance nas redes sociais (CASARÕES, 2022).

Em segundo lugar, os pastores evangélicos viram em Bolsonaro a oportunidade de combater a chamada “ideologia de gênero” e restringir os direitos da população LGBTQIA+. Também buscaram a valorização da moral cristã, a criminalização do uso de drogas e o empreendedorismo atrelado à teologia calvinista da prosperidade. Esses elementos acarretaram na criação do bordão de Bolsonaro nas eleições de 2018: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Pessoas como Marco Feliciano e Damare Alves representam esse setor (CASARÕES, 2022).

O terceiro grupo é composto pelos libertários³. Estes, ao serem totalmente contrários à esquerda que eles alegam ser “coletivista”, “estatista” e “socialista”, louvam as liberdades individuais como se estas fossem o maior triunfo do ser humano na história. A turma do “Menos Marx, mais Mises” “rejeita qualquer tipo de interferência estatal na vida privada e nas liberdades individuais” (CASARÕES, 2022, p. 27). Com um ideal economicista, think tanks liberais a exemplo de Instituto Mises Brasil e Instituto Millennium formam essa rede. Paulo Guedes, Hélio Beltrão, Rodrigo Constantino e Salim Mattar são alguns dos principais expoentes dessa ala (CASARÕES, 2022).

3

São devotos da Primeira Emenda à Constituição dos EUA — liberdades e direitos individuais (CASARÕES, 2022).

Por último, os conservadores em armas advogam pelo direito de se defenderem usando armas de fogo⁴. Esse é mais um ingrediente para a “bancada da bala” no Congresso Nacional, representada por militares e demais políticos que defendem tal pauta. Eduardo Bolsonaro e Bia Kicis são representantes desse grupo (CASARÕES, 2022).

Como vimos, a atual direita brasileira, representada principalmente na imagem de Bolsonaro, é fruto de várias direitas. Se pensarmos em termos de teoria e ideologia, é possível afirmar que a direita brasileira está recoberta por um caráter heterogêneo. Cada grupo representa um determinado interesse que pode ser considerado de direita. Questões políticas, civis, econômicas, morais e religiosas atravessam esse espectro ideológico. Isso se tornou evidente no lema da campanha de Bolsonaro em 2022: “Deus, pátria, família e liberdade”. Era uma maneira de contemplar suas redes de apoio e de reforçar o caráter direitista da candidatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A direita não está envergonhada. Militares, líderes religiosos e latifundiários mobilizam-se diariamente no Congresso Nacional e nos demais níveis de poder da Federação a fim de fortalecer a direita, orgulhando-se da posição política que defendem (QUADROS e MADEIRA, 2018). Talvez o grande problema dessa direita seja a falta de apreço pelas regras estabelecidas pelo Estado de Direito, pois sabemos que a tentação do autoritarismo ainda permanece presente na direita brasileira, independente das metamorfoses sofridas ao longo do tempo.

4 Os conservadores em armas inspiraram-se na Segunda Emenda à Constituição dos EUA — O direito de portar armas (CASARÕES, 2022).

É possível enxergar que a direita atual herdou vários conceitos das direitas do passado. Com isso, é necessário “regressar ao regresso”, sendo esta a melhor forma de compreender a gênese da direita brasileira. No âmbito prático, o que mais gera incômodo em relação à direita liderada por Bolsonaro é o constante flerte com acepções ditatoriais que desvalorizam o Estado de Direito, parece que ainda insistem “naquela velha roupa que não nos serve mais”, parafraseando o eterno artista Belchior. Todavia, não podemos reduzir a direita apenas a este fenômeno, uma vez que o conceito político está imerso em um “oceano ilimitado” de possibilidades.

Dos saquaremas ao bolsonarismo, o espectro político da direita manteve-se entre metamorfoses e continuidades. Academicamente, é um grande desafio compreender o fenômeno da direita no Brasil. As definições das micro-ideologias que compõem o bloco da direita precisam ser estudadas e fundamentadas. Os significados das múltiplas correntes que compõem o espectro da direita carecem de definições que adotem a realidade brasileira como referencial teórico e empírico.

REFERÊNCIAS

BURKE, Edmund. **Reflexões Sobre a Revolução na França**. Tradução: Marcelo Gonzaga de Oliveira e Giovanna Louise Libralon. Vide Editorial: 4ª edição, 2017.

CASARÕES, Guilherme. **O Movimento Bolsonarista e a Americanização da Política Brasileira**: Causas e Consequências da Extrema Direita no Poder. Journal of Democracy: Fundação FHC, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Civilização Brasileira: São Paulo, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro das Sombras**. Editora Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, João Pereira. **As Ideias Conservadoras Explicam a Revolucionários e Reacionários**. Editora Três Estrelas: 1ª edição, 2014.

SUMÁRIO

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via e seus Críticos**. Record: Rio de Janeiro, 2001.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Conservadorismo Caleidoscópico**: Edmund Burke e o Pensamento Político do Brasil Oitocentista. Lua Nova, São Paulo, 100: 313-362. 2017.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Edipro: São Paulo, 2018.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, S. V. e; KEYSEL, A.; CODAS, G. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Cap.3 p.49-73. 2015.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., p. 486-522. 2018.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Editora Artenova: Rio de Janeiro, 1975.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1945)**. Alfa-Ômega: São Paulo, 1976.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os Construtores do Império**: Ideias e Lutas do Partido Conservador Brasileiro. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara: Brasília, 2017.

VISCONDE DE CAIRU [José da Silva Lisboa]. **Visconde de Cairu**. Organização e introdução de Antônio Penalves Rocha. Editora 34: São Paulo, 2001.

VISCONDE DO URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa. **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1960.

3

Anderson Barbosa de Lima

TRANSFORMAÇÕES EM UMA ÓTICA SOCIOLOGICA E POLITICA DURANTE A ERA FHC

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.3

INTRODUÇÃO

Para os defensores dos valores democráticos: “democrata clássico”; para os mais acalorados e saudosistas: “o melhor presidente do Brasil”; e para apoiadores da esquerda no geral: “incoerente” e “carrasco”. Esses termos foram e continuam sendo utilizados regularmente quando a figura de Fernando Henrique Cardoso é rebuscada.

FHC é uma daquelas figuras célebres e enigmáticas que definitivamente podem ser consideradas como uma das mais reconhecidas, e em um certo grau, respeitadas, pela classe política e intelectual brasileira contemporânea. Por meio de suas produções acadêmicas, o professor e sociólogo ajudou a amadurecer e moldar a estrada da sociologia nacional que ainda vinha dando os seus primeiros passos na metade do século passado.

Simpatizante do marxismo durante a sua juventude, o carioca, em sua fase mais madura, passou a se respaldar pelo liberalismo, doutrina política-filosófica no qual bebeu abundantemente da fonte ao aplicar seus principais regulamentos enquanto Ministro da Economia durante a gestão Itamar Franco. Já como presidente da República, abraçou a sua versão mais moderna e agressiva, o neoliberalismo, com toques da social-democracia.

Seja como for, a sua relevância política continua sendo demasiadamente apreciada na política brasileira, em especial, em tempos estranhos em que as ameaças de ruptura na democracia continuam pairando pelo ar. No âmbito dos campos das ciências sociais, as suas considerações reflexivas e teóricas no que se diz a respeito ao (sub)desenvolvimentismo e nas relações de dependência brasileira embutidas na realidade de transformações socioeconômicas e institucionais, impulsionadas pelas novas exigências do capitalismo financeiro, ainda é alvo de análises, críticas e contraposições.

Logo, o objetivo principal deste trabalho é propor uma breve discussão expositiva referente a essas mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no Brasil, estendendo a reprodução do fenômeno nas escalas regional e mundial, durante os mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1995 e 2002. Deste modo, busca-se vincular tais abordagens com alguns autores que auxiliam a compreender os elementos outorgantes no desenvolvimento e na condução viabilizadoras em um período marcado pela intensificação dos processos de globalização, pela difusão da economia de mercado e pelo avanço desenfreado da controversa agenda político-econômica neoliberal.

FHC – UMA BREVE BIOGRAFIA POLÍTICA

Na década de 1950, ainda no auge de sua mocidade, Fernando Henrique Cardoso fazia parte das atividades lideradas pelo então clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de outras manifestações consideradas de esquerda, como a defesa da educação popular, o apoio a organizações embrionárias, que, dentro de alguns anos, iriam se tornar as grandes centrais sindicais da região do ABC paulista e a nacionalização do petróleo (CARDOSO, 2006).

Já na década seguinte, com o avanço do autoritarismo reacionário militar, assim como tantos outros intelectuais e críticos do regime ditatorial, FHC foi obrigado a se exilar. Em tempos de exílio, o sociólogo foi testemunha ocular das profundas metamorfoses que ocorriam no seio da sociedade chilena. A sua experiência no país sul-americano o auxiliou a elaborar as suas próprias observações e ponderações particulares referentes a questões que afligem a América Latina, como subdesenvolvimentismo e dependência, em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto.

De regresso ao Brasil em 1968, foi impedido de assumir a cátedra no curso de ciências sociais da USP, ao ser aposentado compulsoriamente pelos militares. Isto o impulsionar a adentrar-se no campo político. À medida que defendia publicamente a democracia e, paralelamente, lecionava na França e nos Estados Unidos, o sociólogo foi pessoalmente convidado por Ulysses Guimarães a afiliar-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a contribuir na construção da plataforma eleitoral e política do único partido oficial de oposição, ainda no regime bipartidário (CARDOSO, 2006).

Articulador nato, Cardoso expandiu rapidamente o seu capital político no campo político brasileiro na década de 1970. Integrante da alta cúpula do MDB, defendia o estabelecimento de alianças multipartidárias, a vitória via voto eleitoral e o rechaço a luta armada, contrariando, por exemplo, a atuação do PCB, organização na qual havia rompido relações ainda nos anos 1950 ao criticar a invasão soviética na Hungria.

O seu carácter exitoso articulador resultou na sua candidatura ao cargo de Senador pelo estado de São Paulo em 1978. Mesmo apoiado por segmentos da esquerda, como sindicatos, e liberais, como economistas, FHC não conseguiu ganhar as eleições. Porém, com a quantidade expressiva de votos recebidos, tornou-se suplente. Com a resignação de Franco Mutoro, FHC assumiu oficialmente o cargo de Senador em 1983, sendo posteriormente reconduzido ao mandato em 1986, desta vez, via eleições.

O fim dos anos 1980 foram imprescindíveis para impulsionar de forma definitiva a carreira política e o reconhecimento de FHC. Com o regime militar entrando em colapso, atrelado ao acirramento das reivindicações populares frente ao agravamento da crise econômica, o Senador auxiliou na organização do Movimento Diretas-Já, a partir da união plural que englobava diferentes setores sociais e ideologias políticas.

SUMÁRIO

Paralelamente, com o fim do bipartidarismo, o sociólogo foi um dos fundadores do Partido da Social-Democracia Brasileiro (PSDB). Com a redemocratização e a consolidação do multipartidarismo, o PSDB, em pouquíssimo tempo, tornou-se um dos maiores partidos políticos brasileiros, em virtude do seu poderoso capital político, social e eleitoral, especialmente no estado de São Paulo.

Em 1993, FHC é pessoalmente convidado por Itamar Franco a assumir o Ministério da Economia após uma temporada no Itamaraty. O reconhecimento e confiança mútua entre Franco e Cardoso evoluiu desde a época em que ambos eram Senadores pró-democráticos (CARDOSO, 2006). Cabia agora ao sociólogo a missão de amenizar os impactos devastadores gerados pela hiperinflação descontrolada, a insegurança econômica generalizada, a colossal dívida externa, a desvalorização da moeda brasileira e a perda abismal do poder de compra da população, herança das políticas econômicas defasadas e desastrosas do regime militar.

Dentre a maior medida de enfrentamento ao cenário de calamidade ainda no governo de Itamar Franco, Cardoso implementou o Plano Real, um projeto macroeconômico que visava a estabilização econômica, mediante reformas e o lançamento de uma nova moeda. O sucesso do Plano Real catapultou a imagem e a popularidade de Fernando Henrique Cardoso, que lançou a sua candidatura às eleições presidenciais de 1994.

Eleito com uma margem confortável frente ao seu maior rival, o ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), FHC assumiu oficialmente em janeiro de 1995, dando início a uma era marcada por inúmeras transformações em virtualmente todas as esferas institucionais, sociais, políticas e econômicas.

Esta nova era foi a responsável por inserir de vez o Brasil na nova etapa do capitalismo, representada aqui pela aceleração de sua internacionalização controlada pela burguesia financeira mundial.

Deste modo, o PSDB aproveitou-se da estabilidade do Real e do apoio da classe burguesa brasileira, e reconduziu o país a uma nova fase que incluía a abertura econômico-financeira e privatizações, em um processo que para os seus defensores aludia à ideia de modernidade do Estado nacional (DEO, 2011).

Reeleito em 1998, o segundo mandato de FHC ficou marcado por denúncias de corrupção; desvalorização do real; uma austera crise econômica; a piora nos índices socioeconômicos e o aumento das ofensivas da oposição, em união à insatisfação social. Era a crise do neoliberalismo que atingia a América Latina em cheio na virada do milênio.

Como efeito do avanço das resoluções políticas e econômicas neoliberais, o sociólogo tornou-se alvo constante de críticas de intelectuais, acadêmicos e pela esquerda brasileira que o responsabilizam pela supressão de direitos trabalhistas e o aumento da pobreza e da exclusão social. Críticas à parte, considera-se que a importância da atuação de Fernando Henrique Cardoso no cenário nacional nos últimos cinquenta anos, converteu-se em referencial a inúmeras análises políticas, econômicas e sociais de especialistas e acadêmicos nos mais variados espectros. Ademais, a sua relevância no campo institucional-político brasileiro é reforçada ao verificar a atual situação do próprio partido no qual ele ajudou a fundar.

Por anos, o PSDB era uma das organizações partidárias liberais mais expressivas na América Latina. O estado de São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, passou por quase trinta anos sendo governados pelos "tucanos". Muito deste êxito político dos sociais-democratas deveu, e muito, à sagacidade articulista e a bagagem socio-política de Fernando Henrique Cardoso. A atual derrocada do partido, puxada pelo descrédito popular nos últimos anos e a perda de espaço por outros grupos do mesmo espectro político, ou mesmo, do avanço do neoconservadorismo reacionário, coincide com o aumento das críticas públicas do sociólogo direcionadas aos posicionamentos, muitas vezes, controversos do partido frente ao apoio a movimentos políticos que abertamente flertam com o autoritarismo.

O ESTADO BRASILEIRO EM TEMPOS DE FHC E GLOBALIZAÇÃO

As aceleradas e profundas mudanças socioestruturais ocorridas durante os oito anos da era FHC ainda são memórias vivas em uma parte considerável da população. Muitas dessas lembranças vívidas vinculam-se às intensas e consecutivas transformações ocorridas durante o seu tempo na gestão. Este período temporal se singulariza pelo cenário heterogêneo de transfigurações observadas na sociedade brasileira, e em extensão, a latino-americana.

Dentre essas mudanças locais, destaca-se a constatação de novos comportamentos econômicos, muitas delas, imposições advindas dos países industrializados detentores do capital e da tecnologia de ponta. Muito deste novo caráter estão atreladas a disseminação do que o renomado geógrafo brasileiro Milton Santos (2002) denominada de “meio técnico-científico-internacional”. Surgido ainda na década de 1970 e culminado nos anos 1990, este fenômeno atribui-se a especialização e universalização de técnicas de informação e comunicação que se inculcam, acumulam e transmitem mediante a execução dos meios científicos, técnicos e tecnológicos mais avançados (MAIA, 2012).

Deste modo, o mundo passa a dispor de uma maior instantaneidade na circulação e fluidez de transmissão dos fluxos de informações; dos câmbios e acordos comerciais; das mercadorias, bens e insumos; além do capital financeiro, humano, político e sociocultural, a partir da constituição e ampliação de extensas redes técnicas e no aprimoramento tecnológico de dispositivos de comunicação, para satisfazer as crescentes demandas do sistema-mundo econômico e industrial cada vez mais competitivo, representados aqui pelos poderosos oligopólios e multinacionais.

Outrossim, este panorama intimamente se vincula aos processos globalizantes. Em sua perspectiva mais utópica, a globalização prega pela derrubada de barreiras naturais e artificiais e a atenuação das diferenças linguísticas, socioculturais, étnicas e jurídicas, com o intuito de conectar todos os pontos do planeta em redes complexas de convívios e trocas saudáveis e igualitárias de relações, experiências e capitais de forma igualitária.

Em sua práxis, a globalização é marcada pelo acirramento da discrepância distributiva e centralizadora de decisões, bem como, das transações e outros rendimentos financeiros entre blocos econômicos protecionistas e os oligopólios advindos dos territórios industrializados. Assim, a partir desta desproporção relacional e excludente, os pontos fora deste eixo, denominados como periféricos, ficam à margem desse conjunto, gerando a difusão e intensificação da desigualdade socioeconômica (HAESABERT, 1998). Mais uma vez, Santos (2002) alerta que o crescimento desta desproporcionalidade agrava o domínio das nações hegemônicas sob os capitais econômico, político, social e cultural da periferia global, acentuando a exclusão e os níveis de dependência.

Tardiamente, o Brasil se integrou nesta conjuntura desarmônica, a constatar a ocorrência de novas medidas institucionais que concernem às demandas do capital financeiro internacional. A atualização de técnicas e dispositivos de comunicação ocorreram pela maior precisão na instantaneidade nos envios e recepção de mensagens, com a disseminação de sistemas e aparelhos eletrônicos de comunicação, com a coleta e reprodução de imagem e som, e outros tipos de recursos midiáticos.

A popularização de aparelhos de tecnologias móveis, atualmente tão habituais em nossas vidas, como os *paggers*, celulares, computadores e a própria *internet*, gradativamente começaram a penetrar por todo o território brasileiro. Na locomoção, a viabilidade de viagens mais curtas e seguras passaram a ser possíveis,

com o aperfeiçoamento tecnológico e a popularização do acesso a meios de transportes, como aviões e automóveis, além de acelerar os câmbios comerciais, empresariais e financeiros.

Nesse turbilhão de modernização e difusão iniciados em meados da década de 1990 no Brasil, atrela-se estritamente com o parecer institucional dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, mediante a institucionalização do Estado brasileiro frente às transformações e as exigências externas da agenda neoliberal e de órgãos financeiros internacionais.

Logo, o governo intensificou a política reformista liberal iniciada ainda no governo de José Sarney, e aprofundada pelo heterodoxismo da gestão de Fernando Collor. A partir do amplo apoio dado pelo Poder Legislativo, estipulou um conjunto de reformas jurídicas-constitucionais que estipulavam a maior circularidade de capital externo dentro do Brasil.

Para isso, uma série de medidas como a redução da influência estatal na economia; o estímulo a equidade regulamentar entre empresas nacionais e internacionais; a iniciativa, por meio de regulamentos jurídicos, à introdução de capital privado estrangeiro; a concessão do direito de exploração do setor de telecomunicações a empresas privadas; a privatização de diversos serviços públicos e de infraestruturas ao nível federal e estadual; a proteção à propriedade industrial e aos direitos autorais; e por fim, o desenvolvimento do programa de abertura comercial e financeira (SALLUM JR., 1999).

Como pode-se constatar, o Brasil tomava uma nova postura frente a sua conjuntura econômica e política-institucional, para uma suposta modernização e inserção nos novos rearranjos do capitalismo global. Em extensão, esta atitude lidou com um acirramento de enfrentamentos que contestavam o novo posicionamento do Estado brasileiro.

Com a justificativa que as medidas vinham causando enormes impactos negativos, especialmente nas camadas mais vulneráveis da sociedade, essas frentes de resistência foram cruciais para transmitir a necessidade emergencial de discutir pautas relevantes no campo político, como, por exemplo, a defesa do meio ambiente e dos povos originários.

Essas novas correntes eram reflexos de uma tendência reproduzida inicialmente no exterior, a partir do amadurecimento e evolução da conscientização social e política de diversos segmentos sociais e na maior partilha de adversidades e vivências enfrentadas em comum, muito graças a difusão e instantaneidade dos meios de comunicação. Deste modo, a promoção de direitos civis, da inclusão social e a proteção de grupos considerados à margem da sociedade.

Neste período, o fortalecimento de movimentos coletivos, como o negro, feminista, indígena e ambientalista, se multiplicaram velozmente por todo o país, ocupando diferentes espaços na cena política, institucional, midiática e acadêmica. Gohn (1997) relata que esta particularidade de rápida propagação em diferentes âmbitos da sociedade é típica dos novos movimentos sociais, a partir do seu caráter descentralizador, assim facilitando uma maior flexibilização em sua disseminação e mobilizador.

A relevância desses movimentos sociais contemporâneos na ininterrupta contenda sobre a garantia dos direitos civis atrela-se a propostas e implementações de projetos institucionais e multisetoriais voltados ao social. Inspirado em especial pela social-democracia, o governo FHC, na busca de um suposto Estado de bem-estar, visou em políticas de promoção e proteção social, como políticas de distribuição de renda, combate à pobreza e serviços sociais. Em um tom positivo, Draibe (2003, p. 72) aponta que a pauta social era encontrada com frequência ainda no programa eleitoral de 1994, ao destinar “a garantir o direito social, a promover a igualdade de oportunidades e a proteger os grupos vulneráveis”.

SUMÁRIO

Por outro lado, baseado nas políticas reformistas de ajustes empregados pelo governo FHC, e na realidade da conjuntura política-institucional do Estado na época, Cohn (1999) enumera os entraves que inibiram a integralidade do desenvolvimento social do país, a iniciar pelos seus próprios problemas estruturais internos. A tradicional influência do clientelismo, arreigada nas mais diferentes esferas de poder, vinculou-se ao caráter histórico de tratar os serviços públicos e demais assistências sociais como medidas paliativas ou improvisadas. Deste modo, as políticas e programas públicos sociais apenas serviam para amenizar os impactos negativos, e nunca os superar de forma definitiva.

Outro ponto que merece destaque é a continuação da reestruturação reformista adotada pelo governo no setor produtivo e trabalhista, que além de dismantelar os principais setores industriais, induziu a flexibilização e a deterioração da classe trabalhadora. Rotta (2016) reforça que o plano instaurado inicialmente no Plano Real gerou um efeito catastrófico sobre o mercado de trabalho, como o aumento do desemprego, da precarização, da informalidade, da desigualdade social, assim como, a redução da cobertura dos direitos trabalhistas, com a queda expressiva dos trabalhadores com carteira de trabalho: de 60% em 1990 para 40% em 2002.

Ademais, a mentalidade neoliberal majoritária vigente na época entre diversos setores ligados ao governo, bem como, outros campos interligados ao Estado de que o investimento social era desperdício de dinheiro público, atrelada a gradativa retenção orçamentária causada pela agenda de austeridade fiscal e financeira compeliu o refreamento da oferta de serviços públicos e na extensão do alcance dos programas de proteção e promoção social (COHN, 1999).

Por fim, a redução estatal foi além da regulamentação da economia. Ela também atingiu os outros âmbitos institucionais. No caso das políticas sociais, ao ter se empenhado pela inovação e racionalização econômica, técnica e a reforma administrativa pública,

e do próprio Estado, a gestão FHC expandiu como nunca a descentralização de suas incumbências, ao estabelecer novas parcerias com a sociedade civil e o mercado.

Com o suposto objetivo de conter o desperdício de dinheiro público; propor uma maior racionalidade dos serviços públicos e combater a corrupção e a ineficácia, o governo passou a delegar diversas atividades às empresas privadas e organizações não governamentais (ONGs). Porém, bem como novamente aponta Cohn (1999), a oferta por grande parte do setor privado e de membros civis nestas providências não dispõem de total autonomia, já que são altamente dependentes de subsídios e outros rendimentos fiscais. Esta realidade fez com que a intenção inicial do governo entrasse em contradição, pois além de não terem trazido o aperfeiçoamento e racionalidade almejado, fez com que esta cooperação custasse mais aos cofres públicos.

A partir da conjuntura apresentada, conclui-se de que apesar da promulgação de programas, como a Comunidade Solidária em 1995; as políticas de ações afirmativas para a população negra e a de Saúde da Mulher, ambas também em 1995; a Lei Ambiental 9.605/98; e programas de inclusão e distribuição de renda, como o Bolsa-Escola em 2002, este embrião do Bolsa Família, implementado na futura gestão petista, o governo de Fernando Henrique Cardoso entrou em paradoxo, ao simultaneamente, defender o Estado mínimo e a austeridade econômica e financeira que impactavam diretamente o desenvolvimento social nacional.

Em paralelo, devido à postura reformista e mais alinhada ao capital estrangeiro, a gestão FHC também foi intensamente marcada por manifestações populares, a maioria delas, organizadas por partidos de oposição, como o PT, além de sindicatos e movimentos sociais. Dentre elas, destacaram-se a Marcha dos Cem Mil em Brasília em 1999 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001). Além disso, a crescente insatisfação popular nacionalmente, contra resoluções

SUMÁRIO

antipopulares eclodiram tanto nas cidades quanto no campo, como a eclosão de invasões a propriedades privadas do Movimento dos Sem-Terra (MST) entre 1996 e 1999, a Greve dos Petroleiros de 1995 e a Greve dos Caminhoneiros de 1999 (ALMEIDA; MEIRELES, 1999), colocaram em xeque os rumos econômicos e jurídicos tomados pelo governo FHC.

O desgosto popular contra o governo iam desde às políticas de privatização, passando pela depreciação do funcionalismo público, com o congelamento de salários; a piora nos índices socioeconômicos e o aumento no custo de vida; o encolhimento do poder de compra da população, em especial a classe média; a recessão de setores produtivos essenciais; o ínfimo crescimento, e a posterior estagnação econômica; o crescimento gradativo das taxas de juros e nos preços de bens essenciais e até a crise do setor energético, culminado pelo apagão de 2001.

Com isso, constata-se que este panorama complexo, além de apontar o fracasso do neoliberalismo, indicou que as decisões tomadas pela gestão FHC agradavam apenas à classe burguesa interna, além de poderosos grupos internacionais, detentores hegemônicos do capital. O macroprojeto de reestruturação de toda a gestão política, administrativa, social e econômica durante os governos de FHC entrou na beira do colapso no novo milênio (ALMEIDA, 2010).

Dentro deste cenário turbulento e da derrocada neoliberal em estabilizar a economia, que também atingia a América do Sul, o Brasil inseriu-se no fenômeno regional vigente na época de elegerem regimes com tendências progressistas e neodesenvolvimentistas, viabilizada pela vitória eleitoral do petista Luiz Inácio Lula da Silva, maior rival político de FHC.

Instigado pela ideia de total abertura econômica e financeira como via de fomento do consumo interno, bem como, de modernização e inserção no sistema econômico global contemporâneo, os pareceres políticos-institucionais dos dois mandatos

de Fernando Henrique Cardoso são vinculadas à própria ontologia pessoal do então presidente em sua fase mais madura: rechaçar as teorias socialistas, que em sua juventude, o tanto atraía. Uma vez experiente, o sociólogo defendia que o mundo estava cada vez mais próximo dos domínios do livre mercado capitalista.

Deste modo, deduz-se que no poder, FHC pôs em prática às suas observações referentes as novas dinâmicas e exigências do sistema mundial econômico e político. Para isto, propôs uma suposta nova ordem macro institucional, visando apartar-se das seculares articulações nas quais consideravam anacrônica, como o clientelismo e o patrimonialismo histórico, representados pelo corporativismo, burocracia, fisiologismo e a utilização do Estado como meio de perpetuação de poderes e usufruto de interesses particulares.

Partindo de um pressuposto teórico weberiano, Abraão (2020) contempla que para FHC, os motivos do atraso e da subordinação do Estado brasileiro eram heranças do patrimonialismo colonial advindo dos tempos do domínio europeu. Para a superação deste cenário ultrapassado, era necessária a reestruturação e a modernização profunda de todas as camadas institucionais, com o objetivo final de inserção nos novos rearranjos sistêmicos globais. Somente desta forma, o Estado, além de tornar-se referência em uma gestão racional e eficaz, seria capaz de mudar a sua condição para socialmente desenvolvido e economicamente autônomo.

A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA: UMA REFLEXÃO LACÔNICA

Ainda no contexto citado acima, considera-se interessante realizar uma comparação entre os rearranjos internos nas esferas constituintes do Estado brasileiro contemporâneo, ocorridos

a partir da redemocratização, com outro momento histórico e temporal, também singularizado por transformações. Voltamos para as décadas de 1950 e 1960.

Período marcado pela divisão geopolítica mundial entre dois blocos antagônicos e o acirramento dos atritos. Com isso, para refrear o avanço soviético, expandir o seu domínio e recuperar o acúmulo de capital, este como via de superação da crise induzida pelo pós-Segunda Guerra Mundial, que assolou especialmente o continente europeu, o sistema capitalista mundial empenhou-se a buscar novas articulações e reestruturações em uma nova ordem global.

Neste panorama, países periféricos localizados fora da esfera da influência socialista foram tardiamente inseridos neste ordenamento capitalista global inédito ao angariarem novas incumbências coagidas, a partir da complexificação hierárquica de poder com o eixo hegemônico industrializado detentor da exploração e da mais-valia.

Logicamente, a América Latina não ficou de fora deste processo. Ao submeter-se ao capital internacional, México, Argentina e Brasil se despontaram, ao impulsionarem os seus conjuntos sistêmicos internos a partir do estabelecimento de parques industriais em um nível mais avançado em comparação com outros países da região. Assim sendo, rebuscando a teoria de Wallerstein (2014), esses países se integraram no sistema-mundo capitalista na condição de semiperiferia. Preciado (2008) indica que os territórios semiperiféricos combinam, de forma simultânea, características do centro, como a disposição de tecnologias modernas e uma maior diversificação produtiva, e da periferia, como exploração e subordinação.

No caso brasileiro, a ascensão de Juscelino Kubitschek no poder demarcou uma era de intensas e aceleradas transformações no âmbito econômico-social e político-institucional. Com o nacional-desenvolvimentismo como macroprojeto, o governo JK optou pela modernização tecnológica; industrialização; produção de bens manufaturados para incentivar e expandir o consumo interno e a exportação.

SUMÁRIO

O desenvolvimento de setores econômicos e produtivos de base cruciais viabilizou tanto o surgimento de parques industriais e pólos técnicos-científicos-tecnológicos e o maior investimento na infraestrutura nacional, como a extensão de malhas de redes energéticas e a expansão de mobilidade humana, deslocamento e escoamento de mercadorias e bens, aprimorando a integração em um território com dimensões continentais.

Como consequência desse processo, inúmeras mudanças sociais foram constatadas. A começar pela intensificação do êxodo rural e a subsequente explosão desordenada dos centros urbanos, que acarretaram tanto na eclosão de bolsões de pobreza e aglomerados subnormais, quanto o surgimento de novas classes, como a burguesa, a média e a operária.

Adjunto, com o crescimento das metrópoles brasileiras, o florescimento e a difusão do pluralismo de ideologias, induziram no amadurecimento de movimentos e associações políticas e sociais, como o sindicalismo da região do ABC na grande São Paulo, que se impunha frente as complexificações cada vez mais assimétricas das relações entre trabalhadores e empregadores. Com uma população urbana mais engajada e reivindicada, a demanda crescente por educação impulsionou a multiplicação da oferta de escolas, universidades e centros de capacitação técnica e profissional, que mesmo aquém da quantidade desejada, permitiram a expansão da alfabetização, escolarização, formalidade, além da maior participação feminina no mercado de trabalho, alterando de vez as composições tradicionais dos núcleos familiares e rompendo valores seculares referentes ao papel da mulher na sociedade.

Entretanto, apesar das gigantescas mudanças constatadas no país iniciadas ainda nas décadas de 1950-1960, e, também nos anos 1990, adversidades que parecem ser endêmicas e que assombram o Brasil, persistem. A enorme disparidade educacional e sanitária; a enorme concentração de renda; a exclusão socioeconômica

e o racismo estrutural são alguns dos obstáculos que continuaram (e ainda continuam) empurrando milhões de brasileiros para à margem da vulnerabilidade social (FERNANDES, 2013).

Por conseguinte, ampliando o recorte, constata-se que além destes problemas, a perpetuação do poder das elites locais; a informalidade e precarização trabalhista; e a obsolescência de tecnologias, técnicas produtivas e recursos entravam a plena autonomia econômica latino-americana, expondo a condição de dependência da América Latina.

Em suas análises iniciais, Cardoso e Faletto (1977) discorrem que esse caráter de submissão é integrante do próprio arcabouço capitalista da periferia mundial, reforçadas a partir da manutenção das relações entre as elites internas com as internacionais. Deste modo, ao ponderarem que a dependência latino-americana é uma consequência de sua conjuntura histórica e estrutural, os autores apontam a possibilidade do desenvolvimento regional, através do aprimoramento do sistema estrutural de produção via capital estrangeiro. Para este tipo de desenvolvimento associado e subordinado, os países periféricos fortalecem as suas relações com os países centrais, em uma relação de interdependência.

Em contraposição, em uma perspectiva marxista, Marini (2017) estabelece que a dependência é originária do imperialismo das forças hegemônicas, em particular, a estadunidense sob a economia latino-americana. Com o intuito de incrementar o acúmulo de capital e expandir o seu domínio no subcontinente, os estadunidenses impõem uma série de chantagens e exigências desvantajosas às nações latino-americanas, com o total conluio das classes burguesas locais. Além disso, com a divisão internacional do trabalho, a mão-de-obra no subcontinente é coagida a sujeitar-se a superexploração da sua força de trabalho e a conversão quase que irrestrita para a produção e exportação de matérias-primas e insumos para suprir às demandas das potências industrializadas.

Deste modo, a América Latina converte-se em um mero sustentáculo da ordem econômica mundial, encontrando-se à margem da oferta e distribuição de rendas, assim como, recursos técnicos e tecnológicos mais avançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao basear-se na sua formação e no seu itinerário acadêmico, bem como, no seu reconhecimento com movimentos antisistêmicos, considera-se que tal como uma esfinge egípcia, a figura emblemática de FHC continua sendo alvo de reflexões, análises, antíteses, e tudo mais o que é prezado e recorrido no campo da sociologia e ciência política brasileira. Já na presidência, induziu o aperfeiçoamento do fundamentalismo neoliberal, iniciada originalmente ainda no governo de Fernando Collor de Mello, e posteriormente, com o liberal-desenvolvimentismo; apartando-se do predomínio vigente nas ciências sociais das ideias revolucionárias e da política nacional-desenvolvimentista.

Em uma caçada à “modernização” e uma maior integração nas novas dinâmicas da ordem mundial, estimuladas pelos avanços dos processos globalizantes; as duas gestões do sociólogo foram marcadas pela postura internacionalizante. Para isto, estimulou campanhas de acolhida ao capital externo, incentivo à competição e o menor peso estatal frente às instituições e as finanças públicas. Não obstante, a jornada governamental em superar dilemas históricos considerados como entraves ao desenvolvimento, como o patrimonialismo e o clientelismo, impulsionaram a condução e implementação de uma ampla reforma nas esferas que compõem o arcabouço institucional do Estado brasileiro.

Por outro lado, as gestões de Fernando Henrique Cardoso também se destacaram pela instauração de programas referentes ao combate à fome, miséria, analfabetismo e a redistribuição de renda. Acredita-se que muito destas medidas foram rebuscadas justamente pela sua bagagem intelectual e pela influência e atuação ativa de sua esposa, a renomada antropóloga Ruth Cardoso, na defesa das políticas assistenciais e sociais.

Contudo, apesar desta iniciativa, é possível ponderar que a discrepância entre os objetivos da agenda neoliberal e o almejo de uma política nacional de proteção e desenvolvimento social eclodiram e agravaram ainda mais os problemas e mazelas que afligiam uma parte significativa e crescente da população.

Assim, o período dos mandatos de FHC se singularizou por um cenário de paradoxo e de inúmeras transformações, que, simultaneamente, se imbricavam e se distinguiram. A sua concepção de colocar o Brasil nos trilhos da modernização e do desenvolvimento, sem buscar meios de livrar-se das amarras e da influência estadunidense e do capital hegemônico sobre o país, e com delimitação nas políticas públicas e sociais geraram críticas entre os seus colegas.

Aqui, consente-se com a contraposição posta pelo célebre sociólogo, e ironicamente, professor de FHC, Florestan Fernandes. Para ele, o início do caminho para o desenvolvimento integral se dá primeiramente por reformas sociais estruturais. Partindo deste pressuposto, antes de debruçar-se e destinar os esforços aos setores econômico e produtivo, é necessária a execução de reformas internas no próprio sistema social. Logo, a ausência da realização dessas devidas alterações inviabiliza a construção de um método aproveitável e eficaz de desenvolvimento socioeconômico para toda a população. Sem a implementação de medidas, como a erradicação da pobreza e o combate e a condenação ao racismo estrutural, não há como difundir a independência saudável e longa da sociedade e da sua conjuntura institucional e econômica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alvaro; MEIRELES, Andrei. **Por que parou?** ISTOÉ. Disponível em: https://istoe.com.br/32951_POR+QUE+PAROU+/. Acesso em: 29 nov. 2023.

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil:** a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16851>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política:** a história que vivi. 1ª ed. Rio de Janeiro. 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** Ensaio de interpretação sociológica. 4ª ed. Rio de Janeiro. 1977.

COHN, Amélia. As políticas sociais no governo FHC. **Tempo Social**, v. 11, p. 183-197, 1999.

DEO, Anderson. **A consolidação da social democracia no Brasil:** forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101001>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social**, v. 15, p. 63-101, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil.** 1ª ed. São Paulo. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. PT quer reeditar "Marcha dos 100 mil" para protestar contra corrupção. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u19825.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 6ª ed. São Paulo. 1997

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo.** 2ª edição. Niterói. 1998.

MAIA, Lucas. O conceito de meio técnico-científico-informacional em Milton Santos e a não-visão da luta de classes. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 4, p. 175-196, 2012.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Germinal:** marxismo e educação em debate, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

PRECIADO, Jaime. **América Latina no sistema-mundo**: questionamentos e alianças centro-periferia. Caderno CRH, v. 21, p. 251-265, 2008.

RIBEIRO, Marcos. Abraão. A recepção de Max Weber no pensamento de Fernando Henrique Cardoso e a legitimação intelectual do projeto de reforma do Estado no Brasil. /n: **FIAR**: Forum for Inter-American Research. Vol. 13. No. 3. 2020.

ROTTA, Edemar. Gestão pública participativa e compromisso social: a experiência de gestão da Universidade Federal da Fronteira Sul. /n: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. 2016.

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo social**, v. 11, p. 23-47, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **El moderno sistema mundial IV**: El liberalismo centrista triunfante 1789-1914. Trad. Victoria Schussheim. 1ª ed. México. 2014.

The background is a complex abstract composition featuring various geometric shapes such as circles, triangles, and rectangles. The color palette includes shades of blue, red, yellow, green, and black. Some shapes have internal patterns like dots or stripes. The overall effect is a layered, dynamic visual field.

4

Beatriz de Paula Azevedo

RELEITURA DO “PRECONCEITO DE MARCA” NAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO:

**UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO
AUTODECLARADO (2022)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.4

INTRODUÇÃO

O filme documentário *"Autodeclarado – Dear Brown People"* (2022), foco desta análise, foi dirigido pelo diplomata e cineasta Maurício Costa. A obra aborda a temática de classificação étnico-racial brasileira por meio das ações afirmativas, apresentando diferentes perspectivas. Para tanto, o diretor toma como ponto de partida a operacionalização das Comissões de Heteroidentificação (CHI) em contraste com experiências e perspectivas de diferentes sujeitas/os envolvidas/os com essa temática; incluindo lideranças históricas do Movimento Negro, professoras/es e pesquisadoras/es das relações étnico-raciais, criadoras/es e redatoras/es da regulamentação das CHI, reitores de Instituições de Ensino Superiores (IES), *youtubers* negras/os, pessoas que passaram pelas comissões de heteroidentificação, entre outros.

O filme tem 117 minutos de duração e é um projeto independente, financiado internamente pela equipe responsável pela produção do documentário, sem nenhum tipo de apoio financeiro externo. A produção também contou com a colaboração voluntária de vários profissionais. O produtor ressalta que, embora tenha havido alguns trabalhos remunerados, as tarifas foram significativamente abaixo da média.

A obra audiovisual foi lançada no país em 2022, com pré-estreias em Brasília e em São Paulo, nos dias 11 e 12 de julho, respectivamente. No âmbito nacional, o filme é distribuído pela Bretz Filmes foi lançado em setembro de 2022 e está disponível para compra e locação digital em seis plataformas: Youtube Filmes, Microsoft, Google Play, Itunes, Claro TV+ e Vivo Play. Já no quadro internacional, em novembro de 2022, teve um lançamento limitado dos Estados Unidos, distribuído pela *Kaczmarek Digital Media Group* (KDMG), e também foi inscrito no *Spirit Awards 2023*, no qual concorreu na categoria de "melhor documentário" e não ganhou (LOPES, 2022).

SUMÁRIO

SUMÁRIO

O enredo do filme conta com diversas entrevistas, nas quais o eixo central são as comissões de heteroidentificação. Resumidamente, as comissões de heteroidentificação étnico-racial têm como objetivo verificar a autodeclaração étnico-racial fornecida pelas pessoas que estão pleiteando uma vaga afirmativa, ou seja, as/os integrantes que compõe a CHI têm de confirmar se a/o candidata/o em questão realmente pertence ao grupo étnico-racial indicado. Assim, esses mecanismos são empregados para monitorar o público-alvo das ações afirmativas, especialmente em concursos públicos regidos pela Lei nº 12.990 de 2014, que reserva 20% de suas vagas para candidatas/os negras/os (Brasil, 2014), como também nos processos seletivos de ingresso às instituições públicas de ensino superior que adotam políticas afirmativas raciais e no monitoramento dessas.

O debate em torno das Comissões de Heteroidentificação (CHI) tem ocupado um lugar central nas discussões sobre ações afirmativas, especialmente devido ao aumento desse instrumento nas universidades públicas após a publicação da Portaria Normativa (PN) nº 4, de 6 de abril de 2018, a qual regulamenta o procedimento de heteroidentificação como uma etapa complementar à autodeclaração étnico-racial.

Conforme atestam diversos estudos, as Comissões de Heteroidentificação (CHI) têm sido objeto de considerável atenção no debate público, seja por meio de plataformas digitais, como evidenciado por Azevedo (2023), seja por veículos de mídia tradicional, conforme apontam as pesquisas de Amorim (2021), Freitas e Sarmiento (2020), para mencionar apenas alguns exemplos. O fato é de que as CHI trazem consigo os debates em torno das ações afirmativas e das discussões sobre classificação étnico-racial, que são temáticas que envolvem disputas históricas.

No documentário em questão, são colocadas discussões sobre “colorismo”, identidade racial e racismo por diversos atores sociais. A problemática gira em torno de dois eixos principais, a saber: (a) as fraudes cometidas por sujeitas/os brancas, e (b) as

experiências de pessoas autodeclaradas pardas em contraste com as comissões de heteroidentificação, especialmente, no quesito de quem é a/o parda/o no Brasil, e qual é a/o parda/o aceita/o nas CHI.

As discussões e controvérsias sobre classificação étnico-racial abordadas no filme não são temas novos; elas foram e continuam sendo objetos de pesquisa de diversos intelectuais brasileiros no âmbito do pensamento social brasileiro ao longo dos séculos XIX e XX. Ao examinarmos a produção textual (política e acadêmica) da última década sobre as comissões de heteroidentificação, é possível notar que o conceito de “preconceito de marca” desempenha um papel crucial na operacionalização dessas comissões. A dinâmica evidenciada nas entrevistas concedidas para esta obra audiovisual reafirma essa perspectiva, destacando que a ideia do “preconceito de marca” ressurge para determinar quem são as pessoas beneficiárias das ações afirmativas, especialmente naquele grupo que não se enquadra nos extremos (branco e preto), ou seja, as pessoas pardas, conforme expressado por várias entrevistadas/os. Além disso, é importante ressaltar que, embora a noção do “preconceito de marca” esteja presente em diferentes discursos, as narrativas não seguem uma uniformidade. Algumas pessoas o utilizam para legitimar as ações das comissões de heteroidentificação, enquanto outras o retomam para criticar seu uso em tais circunstâncias.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é entender de que maneira as pessoas pardas têm sido percebidas nos procedimentos de heteroidentificação, considerando as divergências relacionadas à classificação, por meio das releituras das contribuições de Nogueira (1998). A análise foi desenvolvida através do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977).

Diante disso, o presente artigo objetiva contribuir com as discussões em torno das classificações étnico-raciais no campo das ações afirmativas. Assim sendo, dividimos o texto em quatro sessões: metodologia, Oracy Nogueira e o “preconceito de marca”, documentário “autodeclarado”: análise do “preconceito de marca” e as Considerações Finais.

SUMÁRIO

METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica voltada para a análise do documentário “autodeclarado”, centrado nas comissões de heteroidentificação. Para atingir o objetivo da pesquisa, foi realizada uma observação detalhada do documentário, buscando identificar como o conceito em questão é abordado e contextualizado.

A análise do material audiovisual foi complementada por uma investigação aprofundada das 25 entrevistas presentes no documentário, concentrando-se especialmente nos discursos relacionados aos mecanismos das comissões de heteroidentificação e aos discursos que envolvem a classificação racial da população negra. Tais discursos foram transcritos. Esse processo permitiu uma compreensão mais profunda das percepções e interpretações dos entrevistados em relação aos mecanismos das comissões, destacando as nuances associadas ao conceito proposto por Nogueira (1998, 2006).

É importante ressaltar que a análise abrangeu tanto as mobilizações positivas quanto as negativas do conceito de «preconceito de marca» no âmbito das comissões de heteroidentificação. Esse enfoque proporcionou uma visão abrangente das diferentes perspectivas e aplicações do conceito, contribuindo para uma compreensão mais completa do papel desempenhado por essa teoria no contexto específico das dinâmicas das comissões de heteroidentificação.

ORACY NOGUEIRA E O “PRECONCEITO DE MARCA”

Oracy Nogueira (1917-1996) foi um proeminente sociólogo brasileiro, originário de uma família de classe média na cidade de

SUMÁRIO

Cunha, localizada no interior paulista. Ele é uma figura incontornável no campo do Pensamento Social Brasileiro e das relações raciais nas ciências sociais nacionais, cujas contribuições têm sido retomadas na temática das comissões de heteroidentificação, como indicam estudos recentes, incluindo os de Neves (2022) e Ribeiro (2022). Essa revisitação destaca sua análise do racismo no país, ou “preconceito racial” em seus termos, e de que maneira ele afeta a população negra (preta e parda).

Antes de tudo, é relevante situar sua trajetória: Oracy Nogueira formou-se em Ciências Políticas e Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), instituição pioneira que ofereceu o primeiro curso de Ciências Sociais no país, e foi também nesse ambiente acadêmico que realizou simultaneamente seu mestrado e tornou-se professor na década de 1940. Nesse período, estabeleceu uma conexão significativa com Donald Pierson, seu orientador desde a graduação que, posteriormente, se tornou seu colega na docência da ELSP. Ambos dedicaram-se a pesquisas abrangendo as relações raciais no Brasil. Pierson, em particular, foi pioneiro no estudo das relações sociais entre brancos e não-brancos, desenvolvendo pesquisas na Bahia entre 1935 e 1937. Seu trabalho influenciou estudos subsequentes no campo da sociologia, realizados por pesquisadores como Felte Bezerra e Roger Bastide (NOGUEIRA, 2006).

Ao longo de sua trajetória no ensino superior, Nogueira, sob a influência de Pierson, já evidenciava um interesse notável pelas temáticas raciais. Um exemplo concreto desse envolvimento é a pesquisa conduzida pelo sociólogo durante sua graduação, a qual investigou as posturas “desfavoráveis” de empregadores em São Paulo na contratação de profissionais negros. Utilizando anúncios de busca e oferta de emprego publicados no jornal Diário Popular em 1941 como fonte, o autor explorou esse cenário. Neste estudo, também existem aspectos notáveis relacionados aos estudos urbanos da Escola Sociológica de Chicago.

SUMÁRIO

Mais tarde, em 1945, Oracy Nogueira deu início ao seu doutorado na Universidade de Chicago, nos cursos de Antropologia e de Sociologia. Nesse cenário, adotando a abordagem de "observador participante", o sociólogo conduziu pesquisas sobre as relações raciais nos Estados Unidos, buscando estabelecer comparações com os fenômenos raciais no Brasil. Para efetuar essa investigação, Nogueira ultrapassou os muros da universidade vinculando-se à *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), e estendendo sua atuação por diversos espaços e organizações focadas em temáticas raciais. Isso envolveu sua participação em iniciativas políticas como o *Committee on Race Equality* e o *Anti-Discrimination Committee*, como também em lugares que representassem experiências cotidianas das populações negras, a exemplo de bairros, igrejas, lojas e outros contextos negros (MAIO, 2008).

Essa prática científica de comparar a situação racial no Brasil com os Estados Unidos não era algo fora do comum no século XX. De acordo com Guimarães (1999, 2004), havia uma tradição no âmbito da sociologia de estabelecer comparações entre esses dois países devido ao fato de que o campo das relações raciais foi introduzido em São Paulo pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson e por outros intelectuais estrangeiros, que tinham como base teórica e metodológica as produções estadunidenses. Além disso, tanto pesquisadores nacionais como internacionais desse segmento adotavam a postura de contrastar as experiências raciais brasileiras com outros lugares, com a finalidade de compreender as aproximações e distanciamentos na dinâmica das relações raciais.

A formação intelectual de Oracy Nogueira percorreu diversas correntes sociológicas. A partir da década de 1930, vários pensadores se dedicaram a explorar de que maneira as disparidades se manifestam ou não com base nas categorias raciais. Nesse cenário, surge o mito da democracia racial, que sugere a inexistência de racismo no país. Além disso, existiam outras correntes que sustentavam que as desigualdades derivavam de diferenças de classe, e não de raça,

como Pierson, Charles Wagley, entre outros, e uma terceira corrente que considerava tanto aspectos econômicos quanto raciais, estudada por Oracy Nogueira (MAIO, 2008).

Ao regressar dos Estados Unidos no final da década de 1947, Oracy Nogueira se deparou com a necessidade de elaborar sua tese de doutorado. Inspirado por sua vivência norte-americana, o sociólogo decidiu abordar as relações raciais no município de Itapetininga (SP) por meio de um estudo de comunidade¹. Esse antigo município, localizado no interior paulista, proporcionaria ao estudioso a oportunidade de avaliar as transformações sociais decorrentes dos processos de imigração, modernização e urbanização. A pesquisa, que buscava compreender a estratificação social e a dinâmica das relações raciais, foi conduzida por meio de uma abordagem sócio-antropológica, utilizando documentos censitários que abarcavam três séculos da cidade (XVIII, XIX e XX).

Neste momento do desenvolvimento da pesquisa, especialmente a partir de 1950, os alicerces dos conceitos centrais de “preconceito de marca” e “preconceito de origem” já estavam delimitados em suas pesquisas. Dito de outra forma, conforme apontado por Maio (2008), Nogueira já estava atento às discrepâncias entre as classificações raciais oficiais e as categorias nativas provenientes dos contextos culturais. Oracy Nogueira percebia que, embora existissem diferenças nas dinâmicas dos preconceitos com base na origem racial (estadunidense) e nas características fenotípicas (brasileiro), outros fatores sociais, como a classe econômica e a diversidade de traços fenotípicos presentes nos indivíduos, também desempenhavam papel relevante nas relações sociais.

Nesse mesmo sentido, Nogueira aprofundou seus estudos sobre as relações raciais em Itapetininga (SP) através da sua

1 Esse método integra uma linha e tradição de estudos das ciências sociais nos Estados Unidos desde a década de 1920, que constituíam uma tentativa de compreender de maneira abrangente a realidade social. No Brasil, essa metodologia emerge na década de 1930 (MAIO, 2008).

SUMÁRIO

participação no Projeto da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), que tinha como foco as relações raciais no Brasil. Tal pesquisa foi iniciada em 1951, como uma parte do seu programa de combate ao racismo. Fundamentalmente, essa iniciativa científica surge da convicção de que o Brasil poderia ser apresentado como um exemplo imparcial e exemplar em relação a questões raciais. Conforme apontado por Schwarcz (2013), essas percepções foram embasadas nas leituras das obras de Freyre e Donald Pierson. Guimarães (2004), por outro lado, aponta que Arthur Ramos, médico e antropólogo brasileiro, aproveitou sua posição privilegiada como intelectual para internacionalizar a ideia de “democracia racial” no Brasil, chamando a atenção da UNESCO.

Em todo caso, o projeto foi financiado e contou com a participação de uma série de pesquisadores proeminentes nacionais e internacionais das ciências sociais, como Charles Wagley, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Luiz Aguiar, Costa Pinto, Virgínia Bicudo, Aníela Ginsberg, entre outros.

O programa de pesquisa dirigido pela UNESCO representa um ponto de referência significativo na trajetória das ciências sociais no Brasil. As investigações foram realizadas em diferentes regiões do país abrangendo desde comunidades rurais até os grandes centros urbanos nacionais², com o intuito de contemplar a pluralidade de diversificação existente no país; especialmente pela variação da composição racial de cada local. Melhor dizendo, os percentuais de brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas não tinham uma distribuição uniforme nos Estados e municípios nacionais, ou seja, isso impactaria as investigações científicas. No estudo de Wagley (1953), por exemplo, o autor analisa o contexto de uma comunidade amazônica, em que havia mais sujeitas/os negras/os (ou mestiços, no termo do autor), diferentemente dos estudos desenvolvidos na

2

Esses foram os que mais foram impactados pelas transformações decorrentes da industrialização e da urbanização (MAIO, 2008).

capital paulista, que indicavam uma maior presença de pessoas brancas (NOGUEIRA, 2006).

Oracy Nogueira desenvolveu sua pesquisa na região de São Paulo, assim como Florestan Fernandes e Roger Bastide. Em seu estudo de comunidade, realizado em Itapetininga (SP), intitulado *"Preconceito racial de marca: As relações raciais em Itapetininga"* (1998). Nessa pesquisa, Nogueira (1998) busca compreender como as diferenças raciais, culturais e sociais acontecem no Brasil e, principalmente, verificar qual o tipo de preconceito que essas dessemelhanças ocasionam. A escolha do município foi embasada pelas seguintes razões:

Itapetininga está representada toda a gama de condições e posições que se podem encontrar no Brasil: famílias abastadas e tradicionais e elementos intermediários até a grande massa dos menos favorecidos; brancos, mulattos e pretos, imigrantes e seus descendentes; profissionais liberais, professores, funcionários burocráticos das repartições federais, estaduais e municipais, a massa dos pequenos trabalhadores urbanos e a proporção ainda maior dos trabalhadores rurais. (NOGUEIRA, 1998, p. 30).

Para o sociólogo, com essas características acima, não haveria "as camadas sociais e as nuances de cor da pele é tal que quase não há margem para equívoco" (NOGUEIRA, 1998, p. 395). Desse modo, dividiu sua pesquisa em duas partes, a saber: (1) "análise da composição da sociedade local no tempo da escravidão e dos padrões de relações inter-raciais" e (2) "situação atual, com atenção ao problema do preconceito racial" (NOGUEIRA, 1998, p. 35). Para tanto, o autor fez um levantamento sistemático estatístico para investigar a estratificação social, considerando as mudanças sociais gerais e inter-raciais.

A partir dos dados da sua pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos junto a essa, investigada no Brasil, Nogueira, constrói dois "tipos ideais" (no sentido weberiano) de preconceito para encaixá-las,

nos quais, o “preconceito de marca” remete à primeira e o “preconceito de origem” representa a segunda. Nas palavras do autor:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Em outras palavras, o preconceito de marca, que está associado à preterição, apresenta um caráter não determinista. Segundo o autor, essa discriminação é atenuada quando levamos em consideração outras variáveis, tais como classe social, costumes, educação, profissão, etc. Desse modo, uma pessoa negra pode enfrentar discriminação devido à sua cor, no entanto, se possuir algum *status* social e/ou econômico, será mais tolerada e “aceita” em determinados ambientes. Essa dinâmica configura o que o autor chama de uma “exceção” à norma. Já o preconceito e origem (estadunidense) remete à rejeição absoluta das/os integrantes do grupo racial que pertencem.

Em termos mais empíricos, na investigação realizada pelo sociólogo, destaca-se uma associação positiva entre a “aparência” racial dos participantes e sua posição social: a discriminação contra indivíduos de cor intensifica-se à medida que se movimenta das classes menos privilegiadas para as mais abastadas; ao comparar aqueles categorizados como pardos com os identificados como pretos, percebe-se que os primeiros enfrentam menos preconceito ou apresentam uma probabilidade maior de ascensão social em comparação com os últimos.

SUMÁRIO

Para o intelectual, no contexto brasileiro, a intensidade do preconceito está diretamente vinculada às características associadas aos “traços negróides”; isto significa que, indivíduos que apresentam características físicas mais associadas à negritude tendem a enfrentar um preconceito mais pronunciado. Então, na tese defendida pelo autor, no segmento da população negra, pessoas pretas sofrem racismo de forma mais intensa. No entanto, isso não exclui a ocorrência de preconceito vivenciado por pessoas pardas, Nogueira (1998), na verdade, difere as experiências entre esses dois grupos com base em análises de mobilidade social. Tal tese, inclusive, foi rediscutida por teóricas/os e ativistas negras/os a partir da década de 1940 e aprofundada na década de 1970.

A partir da contribuição de Nogueira (1998), o intelectual apresenta conclusões que divergem das teorias hegemônicas até então consolidadas sobre a formação da sociedade brasileira. Na visão do autor, sociólogos brasileiros negavam ou subestimavam o preconceito no país, enquanto os estadunidenses e estrangeiros não o identificavam como tal, baseando-se em pressupostos alheios do que seria, de fato, o preconceito.

Como mencionado no início deste tópico, essas contribuições do autor têm sido objeto de revisitação, especialmente diante das denúncias de fraudes ocorridas nas Instituições de Ensino Superior (IES), como também, na operacionalização das CHI. As fraudes podem ser observadas tanto por meio da aplicação da Lei nº 12.711 quanto por implementações de ações afirmativas em conformidade com outras normativas e iniciativas próprias de outras universidades (como as estaduais), bem como na reserva de vagas em concursos públicos, conforme estabelecido pela Lei nº 12.990 de 2014.

Conforme Santos (2021), no período de 2013 a 2020, registrou-se um total de 3.958 denúncias de possíveis irregularidades no uso da reserva de vagas da Lei de Cotas, relatadas em sessenta e nove universidades federais brasileiras. Diante dessas ocorrências, as Comissões de Heteroidentificação (CHI) têm sido reivindicadas

por diversos atores, como membros dos Coletivos de Estudantes Negros (CENs) das IES, docentes negros, participantes do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros das IES, servidores administrativos, movimentos sociais, entre outros.

No período de 2014 a 2020, por exemplo, foram instauradas 44 comissões de verificação e 50 de validação, totalizando 94 CHI em 69 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (SANTOS, 2021). Esse fenômeno é notável, considerando que até 2010, a auto-declaração étnico-racial era exclusivamente utilizada por 85% das Instituições Públicas de Ensino Superior como critério de ingresso (FERES JÚNIOR; DAFLON; CAMPOS, 2011). Ademais, as CHI estão sendo destacadas devido às reflexões sobre a identificação de lacunas e dilemas construídos em torno do nosso sistema classificatório nacional, sobretudo no que diz respeito às classificações de pessoas pardas, como exposto no documentário “autodeclarado” (2022).

DOCUMENTÁRIO “AUTODECLARADO”: ANÁLISE DO “PRECONCEITO DE MARCA”

Nos primeiros minutos do documentário “Autodeclarado” (2022), são apresentadas, de maneira indireta, suas problemáticas centrais. A obra audiovisual começa com o vídeo de uma matéria jornalística veiculada em 9 de junho de 2019 pelo programa “Fantástico” do Grupo Globo. O conteúdo da reportagem envolve um homem branco de olhos claros que, ao realizar *blackface* – pintando sua pele com tonalidade escura, usando lentes de contato e alargadores no nariz, entre outros elementos –, fraudou o concurso para Técnico em Seguro Social do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em Juiz de Fora (MG). Além disso, foi constatado que o mesmo indivíduo havia anteriormente burlado o sistema de cotas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por cerca de dois anos (G1, 2019).

Em um segundo momento, é exibida uma simulação de uma comissão de heteroidentificação sendo conduzida remotamente. Esse episódio é apresentado de maneira fragmentada, ressurgindo em diferentes momentos ao longo do documentário, culminando em seu desfecho na parte final. Trata-se, na simulação, de uma mulher que se autodeclara “negra” em um processo seletivo da reserva de vagas da Lei nº 12.990.

Figura 1 - Simulação de comissão de heteroidentificação



Fonte: Autodeclarado (2022).

Na referida simulação, a candidata, em conformidade com as orientações, reafirma sua autodeclaração como “negra”. Durante esse pronunciamento, alguns membros da banca responsável por verificar sua autodeclaração étnico-racial manifestam desaprovação diante da declaração da candidata. Alguns encerraram a câmera, enquanto outra fez o gesto de negação com a cabeça. Torna-se claro que a autodeclaração pertence a uma pessoa parda. E é nesse ponto que se concentra o outro foco do roteiro.

Em entrevista ao jornal Notícia Preta, Maurício Costa, produtor, diretor e roteirista do documentário, natural do Rio Grande do Sul,

SUMÁRIO

compartilha sua experiência ao se mudar para Brasília (DF) e acompanhar os debates sobre classificação étnico-racial na formação das CHI: "Fiquei muito perturbado em como determinadas pessoas eram acusadas de fraude, quando, na verdade, eram pardas e não brancas, e jamais seriam consideradas brancas onde eu cresci" (LOPES, 2022, s/p). À vista disso (mas não só), o cineasta produziu o documentário *"Autodeclarado – Dear Brown People"*, o primeiro documentário nacional que trata do assunto das comissões de heteroidentificação.

O documentário foi produzido por meio de 25 entrevistas realizadas com indivíduos de diversas origens e/ou atuantes em quatro regiões distintas do país: (1) Nordeste, contemplando as capitais de São Luís (MA) e Salvador (BA); (2) Centro-Oeste, representada pela cidade de Brasília (DF); (3) Sudeste, com as cidades de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ); e (4) Sul, englobando Porto Alegre (RS) e Campo Bom (RS)³. Cada entrevistado/a é contextualizado de acordo com a região em que se encontra, sendo identificada sua relação com a temática do filme, incluindo ocupação, experiência e/ou envolvimento com as comissões de heteroidentificação. Ademais, são apresentados os percentuais dos grupos raciais dos lugares que as/os entrevistadas/os estão, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O elenco desta produção inclui uma série de pesquisadoras/es renomadas/os do campo das ciências humanas e sociais do país, com destaque para a área de relações raciais. Entre elas/es estão Flávia Rios, Luiz Augusto Campos, Paulo Neves, Marcilene Garcia, Winnie Bueno, Mário Theodoro, José Vicente, entre muitas/os outras/os. Além disso, vídeos externos (incluindo animações) também abordam ocorrências relacionadas às ações afirmativas. É fundamental destacar que as opiniões concedidas por essas/es sujeitas/os não representam necessariamente os posicionamentos das instituições e organizações às quais estão vinculadas.

3 É importante ressaltar que algumas entrevistas foram realizadas de modo remoto, e que nem todas as participações vêm acompanhadas de identificação geográfica.

SUMÁRIO

Nessas entrevistas e na narrativa construída ao longo do documentário, observamos que há posicionamentos distintos em relação à operacionalização das comissões de heteroidentificação, ou seja, existe uma diversidade de perspectivas diante do assunto. Conforme indicado na sinopse deste filme, a obra propõe o debate sobre fraudes cometidas por pessoas brancas e as acusações sobre fraudes cometidas por pessoas autodeclaradas pardas nos processos de ações afirmativas, com foco nas reflexões sobre colorismo, racismo e identidade racial (VAZ, 2022, s/p.).

Tendo em mente que as CHI atuam por meio de uma reeleitura do “preconceito de marca” de Oracy Nogueira (RIBEIRO, 2022), o “colorismo” é tratado a partir de interpretações da obra desse autor. De forma sucinta, o colorismo é uma das ramificações do racismo que atua de modo particular em diferentes contextos que tiveram a experiência do colonialismo. No caso brasileiro, ao menos no plano discursivo das comissões da heteroidentificação, esse conceito tem sido reivindicado e mobilizado por meio de uma reinterpretação do conceito de “preconceito de marca” de Oracy Nogueira, com foco na gradação da tonalidade pele associada à intensidade de discriminações e, consequentemente à possibilidade de oportunidades sociais (NEVES, 2022).

De acordo com o entrevistado Gleidson Dias, Mestre em Direito (2022) pela UNISINOS e integrante da comissão que elaborou o método de verificação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através dessa temática (CHI) estão existindo mudanças nos temas de raça e classificação étnico-racial:

Há pouco tempo esse Estado dizia que não existia nem negro, nem branco. Agora a gente tá dizendo mais que isso, que além de existir negros e brancos, nós temos que identificar e construir um raciocínio jurídico para dizer num parecer: olha, Gleidison entra por ‘x, y, z’; Renato não entra por ‘ABC’... É neste embrolho político e jurídico que a gente está. (HÁ POUCO..., 2022, 00:05:09-00:05:30).

SUMÁRIO

A partir dessas definições de “quem entra” e “quem não entra”, efetivamente, se estabelece o jogo das classificações étnico-raciais. Conforme mencionado na introdução do texto, tanto as Comissões de Heteroidentificação (CHI) organizadas para os concursos federais quanto os processos de monitoramento das ações afirmativas têm se respaldado por meio das orientações da Portaria Normativa (PN) n.º 4, de 6 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de Pessoas. Essa normativa estabelece que as características fenotípicas que devem ser avaliadas no preenchimento da reserva de vaga.

É importante ressaltar que o documentário, em nenhum momento, nega a ocorrência de fraudes nas IES e concursos federais, inclusive, são exibidos, durante sua duração, vários exemplos de (denúncias de) fraudes, com matérias jornalísticas (televisivas e publicadas em portais jornalísticos), como também, alguns relatos de entrevistados. Nesses últimos, inserem-se Janedson Almeida, sujeito das ações afirmativas, que pleiteou uma vaga pelo sistema de cotas destinado às Pessoas Pretas e Indígenas (PPI) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no curso de Medicina. E alegou que sua vaga foi indevidamente ocupada por um candidato branco na modalidade de PPI. Diante dessa situação, Janedson buscou apoio na Defensoria Pública da Bahia, onde enfrentou uma revitimização durante o processo. Foi somente após entrar em contato com Vilma Reis, então ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que após quase 9 meses, Janedson conseguiu finalmente ingressar no curso de Medicina da instituição. E há também o entrevistado Cilas Machado, ativista negro e membro de comissões de verificação racial, que também afirma que não havia uma presença significativa negra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, embora todas as vagas PPI fossem preenchidas.

No que diz respeito às menções ao “preconceito de marca” no documentário em questão, existem alguns discursos que têm indicado a importância da tonalidade da pele no plano das comissões

SUMÁRIO

de heteroidentificação e ações afirmativas. Conforme Flávia Rios, socióloga e professora da Universidade Federal Fluminense “alguns grupos mais recentemente, principalmente os mais jovens, tendem a problematizar o fato de pessoas mais claras se autoneomem negras para obterem um tipo de política pública, no caso, por exemplo, as ações afirmativas.” (ALGUNS..., 2022, 00:02:45-00:03:03).

Nesse mesmo sentido, segundo o entrevistado Paulo Neves (2022), sociólogo e professor na Universidade Federal do ABC, ao refletir sobre os processos seletivos das CHI, afirma que, “na prática, a grande maioria de pessoas que estão sendo excluídas são aquelas pessoas que nós poderíamos chamar de ‘pardos de pele clara’” (NA PRÁTICA..., 2022, 00:51:40-00:51:48), tese que o autor reafirma em seu artigo “*Sistemas de Classificação Racial em disputa: Comissões de heteroidentificação em três universidades públicas brasileiras*” (2022). No caso, as CHI são importantes para barrarem as fraudes de pessoas não-negras, entretanto, podem desestimular parte da população parda em seus critérios mais rígidos.

Já nas experiências de pessoas pardas, encontramos as seguintes experiências (entre muitas outras): Cristina Souza, oriunda no nordeste, professora da Universidade Federal do Maranhão e ex-sujeita e atual membra das comissões de verificação, aponta que é questionada pelo próprio movimento negro por conta de sua pele, ou seja, de que é uma clara para se afirmar como negra em algumas situações, a exemplo das ações afirmativas.

Spartakus Santiago, apresentador e *creator*, por sua vez, também expressa como é avaliado no contexto das ações afirmativas por ser pardo:

Eu já passei por grandes linchamentos na internet... e o que mais me deixou mal não foi o ataque das pessoas brancas, porque esse ataque das pessoas brancas eu recebo desde o primeiro dia. MAS quando eu vi pessoas que eu achei que eu estava apoiando, defendendo se

juntando aos conservadores pra me atacar, pra dizer que eu tava roubando o lugar de outras pessoas, isso me doeu muito. (EU JÁ..., 2022, 00:57:48-00:58:12).

E complementa "(...) e é muito louco como eu sou negro o bastante para sofrer racismo, mas as vezes eu não sou negro o bastante pra poder questionar o racismo que eu sofro" (E É..., 2022, 00:30:37-00:30:55). Há também a entrevista de Luciene Guimarães de Faria, sujeita de comissões de verificação racial, na qual relata que ela é compreendida como negra em todos os lugares que circulou na sociedade, entretanto, quando se trata de ações afirmativas, ela tem sua autodeclaração racial questionada. Expõe que já participou de algumas bancas e essas são muito "coloristas".

Por outro lado, há outras/os entrevistadas/os que atuam em uma outra perspectiva, a exemplo de Frei Davi, diretor executivo da Educafro, que aborda a noção do "privilégio de ser pardo nas ações afirmativas". Segundo Frei David (2022), há uma grande quantidade de "pardos-brancos" nas universidades, uma pouca quantidade de "pardos-pardos" e um ínfimo percentual de "pardos-pretos". Para ele, as cotas devem atender aos "pardos-pretos", podem aceitar os "pardos-pardos" e jamais devem homologar os "pardos-brancos".

No que diz respeito ao desfecho da candidata na simulação da comissão de heteroidentificação, ela fundamenta sua autodeclaração com base em experiências racistas e ressalta sua origem em uma família inter-racial, envolvendo negras/os e brancas/os. Enquanto compartilha suas experiências, membras/os da banca continuam demonstrando expressões desconfiadas e claramente desaprovadoras. Ao longo do documentário, a candidata se esforça para justificar por que escolheu se afirmar como uma mulher negra, considerando a construção de sua identidade e suas vivências. Chega o momento da votação, em que três pessoas votam contra sua homologação: uma mulher preta, um homem pardo e um homem branco), enquanto os outros dois: uma mulher e um homem brancos votam a favor. O presidente da comissão dá a palavra à banca, e

a mulher preta justifica diretamente à candidata da CHI, mencionando a falta de características faciais, como lábios e nariz negros, tentando enquadrá-la em outros fenótipos. O homem pardo destaca a dificuldade de identificar vários aspectos, incluindo o cabelo, que aparentemente não é natural. Ou seja, há essa tentativa na narrativa do documentário em expor as disputas que estão ocorrendo dentro da própria comunidade negra, enquanto pessoas brancas não têm dúvidas de quem é negra/o.

Flávia Rios, ao refletir os processos de embraquecimentos vivenciados pela população negra, em especial, mulheres negras, pontua que “hoje se estabeleceu quase um dogma que, para você ser negro, você tem que ter o cabelo ou de trança, transição capilar, cacheado, crespo... e aí, de novo, cai em um essencialismo” (HOJE..., 2022, 01:40:54-01:41:03).

Assim, vemos que os discursos mobilizados no documentário, aqui resumidos por limite de páginas, retomam a questão central do fenótipo, que por vezes, falha em reconhecer as diversidades da própria comunidade negra. Em última análise, *“Autodeclarado”* incita a audiência a questionar os critérios adotados nas comissões de heteroidentificação, promovendo uma reflexão crítica sobre a aplicação das políticas de ações afirmativas e os impactos do preconceito de marca na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do conceito crucial de «preconceito de marca», explorado ao longo deste texto, torna-se evidente que as comissões de heteroidentificação têm desenvolvido um papel central na operacionalização das ações afirmativas. A complexidade e a diversidade de experiências apresentadas no documentário «autodeclarado» revelam que essas comissões não operam de maneira uniforme, mas que

ainda assim prevalece, de acordo com as/os entrevistadas/os, majoritariamente pressupostos baseados no “preconceito de marca”, suscitando uma série de debates e opiniões divergentes em relação às classificações étnico-raciais, que refletem a complexidade do tema.

Um ponto recorrente é a ênfase na tonalidade da cor da pele como um elemento central nas discussões sobre a elegibilidade para ações afirmativas. Isso ressalta a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre como a cor da pele, enquanto indicador, pode influenciar e, por vezes, limitar a inclusão de determinados grupos em políticas de equidade racial.

Diante dessa variedade de relatos, é fundamental considerar as implicações práticas das comissões de heteroidentificação. A complexidade das experiências apresentadas no documentário aponta para a necessidade de avaliações mais sensíveis e inclusivas desses processos, reconhecendo a diversidade de trajetórias e identidades que compõem a realidade étnico-racial no contexto das ações afirmativas no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Francisco Higo de. **Cotas raciais nas universidades e alunos cotistas: representações sociais em textos da mídia online ao longo da primeira década da Lei 12.711/12**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Departamento de Linguística, Português e Línguas clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2021.

AZEVEDO, Beatriz de Paula. **Classificação étnico-racial em discussões no Twitter: denúncias de supostas fraudes em ações afirmativas das universidades públicas brasileiras em 2020**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas), Programa de pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 1977.

SUMÁRIO

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 23 abr. 2021.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luiz Augusto. A ação afirmativa no ensino superior brasileiro. **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**. Rio de Janeiro, IESP-UERJ, 2011.

FREITAS, Matheus; SARMENTO, Rayza. As falas sobre a fraude: análise das notícias sobre casos de fraudes nas cotas raciais em universidades em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP**, v. 101, n. 258, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. 14ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1966.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 1, n. 47, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 1999.

LOPES, Marina. "Nunca fui identificado como branco", comenta autor do documentário Autodeclarado". **Jornal Notícia Preta**. 22 de outubro de 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/mauricio-costa-autodeclarado/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MAIO, Marcos Chor. O Racismo no Microscópio: Oracy Nogueira e o projeto UNESCO. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, v. 19, p. 35-52, 2008.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Sistemas de Classificação Racial em disputa: Comissões de heteroidentificação em três universidades públicas brasileiras, **Revista Mana**, vol. 28, nº 03, 2022.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca:** As relações raciais em Itapetininga. Apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo, Edusp, 1998.

SUMÁRIO

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Revista Tempo Social**, São Paulo, Centro de Ciência Política, Antropologia e Sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. Um retorno ao Oracy Nogueira? A heteroidentificação fenotípica nas políticas afirmativas. **Novos Olhares Sociais**, v. 5, 2022.

SANTOS, Sales Augusto dos. Comissões de heteroidentificação étnico-racial: lócus de constrangimento ou de controle social de uma política pública? **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 50, 2021a, p. 11-62.

SANTOS, Sales Augusto dos. Mapa das Comissões de Heteroidentificação Étnico-racial das Universidades Federais Brasileiras. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, 2021b, p. 365-415, 2021.

SERVIDOR é exonerado do INSS em Juiz de Fora por fraudar sistema de cotas em concurso público. **G1 Zona da Mata e MG1 com informações do Fantástico**, 10 jun. 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/06/10/servidor-e-exonerado-do-inss-em-juiz-de-fora-por-fraudar-sistema-de-cotas-em-concurso-publico.gh.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SCHWARCZ, Lília. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: Cor e raça na sociabilidade brasileira. Ed: Claro Enigma. 2013.

VAZ, Rita. Documentário AUTODECLARADO estreia no streaming na próxima quinta (29). **Portal tudo sobre filme**. 2022. Disponível em: <http://www.tudosobrefilme.com.br/2022/09/documentario-autodeclarado-estreia-no.html>. Acesso em 10 set. 2023.

The background is a complex abstract composition of overlapping geometric shapes, including circles, triangles, and rectangles, in a palette of blue, red, yellow, green, and black. The shapes are layered, creating a sense of depth and movement. Some shapes have internal patterns like dots or stripes. The overall effect is a vibrant, modern, and somewhat chaotic visual field.

5

Carla Juliana Loiola de Oliveira

MILÍCIAS: UMA PROPOSTA POLÍTICO-ELEITORAL.

A INFLUÊNCIA DO DISCURSO
BOLSONARISTA COMO PROJETO
DE GOVERNANÇA CRIMINAL,
UM RECORTE ENTRE 2018 E 2023

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.5

INTRODUÇÃO

North, Wallis e Weingast (2009) inferem que todas as sociedades enfrentam problemas relativos à violência. Questões que, segundo os autores, não se resolveriam a partir de simples tentativas de eliminação do problema, mas através de formas de contê-lo ou gerenciá-lo. As relações entre atos violentos e coerções envolveriam crenças sobre as ações dos outros, de modo que seria imprescindível indagar se tais ações são críveis e quais as condições em que o uso de violência física resultará em respostas de outros indivíduos ou do Estado.

Díaz e Alves (2022) debruçam-se sobre a interferência de um poder correlato à estrutura estatal que age segundo uma organização própria, nomeada pelos autores de governança criminal. O termo governança criminal faz referência ao envolvimento de atores não estatais no que tange à capacidade coercitiva de exercer autoridade e impor regras e normas de conduta em determinados contextos e localidades, seja na administração do crime ou da própria segurança, em um cenário qualificado pela redefinição dos papéis do Estado e na geração de distribuições e delegações que dão suporte ao envolvimento de certos atores sociais e políticos em distintas áreas de atuação de cunho supranacionais e subnacionais.

Desta feita, a seguinte pesquisa se destinou a analisar, a partir de matérias e artigos jornalísticos, a percepção social acerca da atuação das milícias, sua influência, no que tange a possíveis interferências enquanto atuação do Estado em territórios específicos e, além disso, sua relação com o crime organizado e a “zona cinza” que pudesse vir a se estabelecer com vistas a determinar os rumos do processo democrático, a partir de atuações diretas nas escolhas de candidatos a cargos políticos.

SUMÁRIO

Entende-se por “zona cinza” as práticas que se caracterizam pela indistinção entre o Estado e a criminalidade. Ou seja, quando por vezes se estabelece uma economia política criminal com vistas a manter o controle territorial por meio de práticas extorsivas. Tais práticas tomariam corpo a partir da coerção a que são submetidas algumas comunidades que se veem coagidas a “colaborar” com grupos estabelecidos em troca de determinados serviços específicos fornecidos por aqueles que visam a manipulação de áreas convenientes (DÍAZ; ALVES, 2022).

Badillo e Mijares (2021) atentam para a adoção de discursos de cunho político por parte de algumas organizações criminosas, tais como o PCC (Primeiro Comando da Capital) como tentativa de justificar e legitimar as suas ações e manterem coesos os seus membros. Assim, é pertinente problematizar acerca das possibilidades de interferência mútua entre política e crime e seus desdobramentos.

Retomando a problemática da violência, Adorno (2002) atenta para o aumento dos níveis de violência como adversidade que intimida as sociedades, que começam a pressionar o Estado por um posicionamento efetivo, no sentido de cobrar resultados no enfrentamento à violência. Tendo em mente o cenário das sociedades modernas, tais medidas passariam pela garantia de “direitos e deveres”. Outrossim, o Estado se apresentaria como dispositivo de difusão de segurança, adotando, sobretudo, a função de detentor legítimo de práticas de violência, em cenários específicos, em prol da primazia de sua posição como entidade monopolizadora dos poderes que delineiam o atual “Estado de Direito”.

Desse modo, é importante retornar ao que se poderia entender como o que seriam possíveis definições de segurança identificadas nos discursos dos agentes sociais. Vale questionar como seria possível classificar a segurança em detrimento da insegurança experienciada pela exposição de uma parte específica da sociedade quando sujeita aos desmandos das facções e das milícias ou mesmo

SUMÁRIO

à violência estrutural, relativa à impossibilidade do alcance aos direitos básicos. É relevante também atentar para a violência praticada pela polícia legitimada pelo Estado, que contraditoriamente, em determinados cenários, também é tida como dispositivo de promoção de segurança.

Díaz e Alves (2022) atentam para o fato de que a herança do processo colonial, que tinha como base econômica a escravização de negros, ao chegar a possuir uma das maiores concentrações de escravizados da América Latina, teria criado uma diferenciação social e espacial que fundiu segregação e estigmatização em relação aos grupos sociais que começaram a povoar as favelas e, assim, ocupar as margens e periferias do Rio de Janeiro.

Na década de 1950, com o crescimento populacional e das atividades comerciais urbanas, começaram a surgir práticas criminais, cuja solução, socialmente apoiada, sobretudo como modo de resolução da tensão entre as classes, eram as execuções sumárias dos tidos como criminosos. Nessa época, em grandes centros urbanos, como no Rio de Janeiro, comerciantes locais começaram a contratar agentes de grupos de extermínio com objetivo de eliminar os supostos criminosos (PINHEIRO, 2022, p. 34).

Já na década de 1960 apresentaram-se como imbróglios sociais as tensões relativas à reforma agrária e as reivindicações feitas pelos membros dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, com seus componentes socialmente atrelados ao comunismo ou a classes sociais tidas como ameaças. Desta feita, em 1964, com o golpe empresarial militar, tais grupos sociais se viram ameaçados e perseguidos, por vezes, presos, torturados ou até mortos. A desigualdade e a segregação deram origem a um mundo do crime em expansão, com destaque para o crescimento dos assaltos a bancos, tratados pela ditadura como violações da lei de Segurança Nacional (DÍAZ; ALVES, 2022).

Retomando esse período que remonta ao golpe empresarial-militar de 1964, em que muitos policiais foram se transfigurando em grupos de extermínio e que, posteriormente, seriam transformados na estrutura miliciano atualmente conhecida, Pinheiro (2022) atenta para o seguinte fato:

“Essa proximidade entre policiais matadores e a máquina repressora militar também contava com a influência dos bicheiros sobre a estrutura estatal, afinal, os três já interagiam organicamente. É importante destacar que, próximo ao fim dos anos 1970, os movimentos de guerrilha já haviam sido desarticulados, ou seja, não era mais necessária tanta mão de obra para os porões da ditadura. Portanto, esses agentes ficaram à deriva, sentindo-se injustiçados por seus superiores. No entanto, os bicheiros viram a oportunidade de recrutar diversos policiais e militares dotados de experiência mais do que interessante para trabalhar na contravenção (Manso, 2020, p. 139-143)” (PINHEIRO, 2022, p. 36-37).

Assim, é pertinente intuir que antes mesmo do início da atuação das grandes facções atreladas ao narcotráfico, a ditadura deu origem a grupos de extermínio que ampliaram as ilegalidades ao fortalecer a governança criminal na sociedade brasileira. Tais sejam os grupos: aqueles de posse de suas patentes, como agentes de segurança pública que cometiam assassinatos; e empresários que financiaram membros do regime militar e ainda lhes cederam suporte político e jurídico. Sobre isso, Lessa (2023) destaca que:

“Já na década de 1980, são encontradas reportagens destacando assassinatos violentos ocorridos diariamente, sem contar aqueles que não seriam registrados pela polícia, os quais teriam como principal característica a autoria de grupos de extermínio não identificados. Vale notar que é em meados da década, que o termo ‘polícia mineira’ aparece pela primeira vez” (LESSA, 2023, p. 34).

Com o final da ditadura e início da redemocratização, já em meados da década de 1980, alguns civis teriam sido recrutados em um movimento de terceirização de grupos de extermínio, que sempre teve o suporte e a proteção do aparato policial. Sobre tal configuração, Pinheiro (2022) informa que:

“Com a redemocratização, a partir de 1985, as práticas de extermínio não foram extintas, apenas se reinventaram. Os pretextos ideológicos acerca de comunistas e guerrilheiros deram lugar à guerra às drogas. Em especial, nos anos 1990, o narcotráfico se desenvolvia de maneira vertiginosa e consolidava-se a figura inimiga do bandido como traficante de comunidades periféricas. A questão da segurança pública foi alçada ao topo da agenda, enquanto a população urbana era tomada por uma densa atmosfera de pavor” (PINHEIRO, 2022, p. 37).

Em relação aos grupos que posteriormente seriam conhecidos como milícias, Lessa (2023) informa que a nomenclatura “polícia mineira” surge em 1987, e destaca como atuações primordiais desse grupo o sequestro e o subsequente assassinato. Entretanto, o vocábulo se alternaria nas manchetes de jornal com o termo “grupo de extermínio”, de maneira que as duas formas de nomeação são encontradas nessa década. Aos dois modos de nomeação são atribuídas atividades, tais como sequestros relâmpagos, dentre outras ações violentas conforme é possível verificar nos jornais na década, cujas atividades criminosas estariam atreladas aos dois termos retratados no jornal (LESSA, 2023).

No contexto brasileiro, segundo Pinto (2015), vale salientar que a década de 1990 pode ser reconhecida como um período em que se optou por adotar políticas de segurança pública atravessadas pelo ideal de “Tolerância Zero”, que já norteava os tratados de garantia de segurança norte-americanos. O discurso da “Tolerância Zero”, portanto, passa a ecoar nas práticas repressivas vigentes que se presentificam através de uma tendência ao recrudescimento penal e às ações policiais de caráter questionável, considerando que

“a retórica da guerra contra o crime e as classes consideradas criminosas, propiciada pela nova ideologia, já vinha sendo aplicada no Brasil, por meio da violência policial ilegal e de uma longa tradição inquisitorial da história brasileira” (PINTO, 2015, p. 245).

Segundo Díaz e Alves (2022), os protótipos de milícias começaram a aparecer em meados da década de 1990, em determinados bairros cariocas. Ainda nesse período, assassinos foram eleitos vereadores, deputados estaduais e prefeitos da Baixada Fluminense, por meio de uma estrutura de poder baseada no extermínio de populações pobres, em sua maior parte composta por pessoas negras e marginalmente segregadas.

Para os autores supracitados, na década de 2000, o modelo de milícia atingiu a configuração tal como conhecemos hoje: milícias organizadas por agentes de segurança pública, dentro do estado e que operam em parceria com facções do narcotráfico para maximizar ganhos e enfrentar grupos armados rivais.

Pinheiro (2022) destaca que o termo “milícia” teria sido uma denominação advinda das mídias e atenta para a nomenclatura mais “branda” em relação a denominações outras, tais como: “grupos de extermínio” ou “polícia mineira”. Segundo a autora, haveria a intenção de associar as organizações policiais milicianas a agentes estatais no combate ao narcotráfico, tal como sugere ao se referir às milícias de modo que

“a palavra fazia jus à narrativa que camuflava a organização criminosa como uma ‘autodefesa comunitária’; classificação utilizada até pelo então prefeito César Maia, em 2006, demonstrando um entendimento compartilhado por diversas autoridades públicas. Na época, havia uma forte tentativa de associar a milícia a um ‘mal menor’ em vista da defesa contra a ameaça do narcotráfico. Em vez de crime organizado, seria apenas uma estratégia privada necessária para vencer a guerra contra o verdadeiro crime e recuperar territórios ‘perdidos’” (PINHEIRO, 2022, p. 38).

Apesar das justificativas que as milícias utilizam de que suas atividades visariam proteger as comunidades do narcotráfico, é fato que elas sempre tiveram uma relação com essa mesma atividade criminosa. Para além do seu envolvimento com a disputa territorial associada ao tráfico de drogas, as milícias passaram a monopolizar o mercado de venda de terras, imóveis, água, luz, gás, TV a cabo, internet, etc. e cobram taxas de segurança de moradores e comerciantes, atestando o aumento expressivo de práticas extorsivas nas regiões em que agem.

Díaz e Alves (2022) relacionam a ampliação das ações e conquistas de territórios por parte dos milicianos a uma potencialização do projeto político atrelado ao bolsonarismo vigente nas eleições presidenciais de 2018. Tal projeto político contava com uma plataforma de campanha que tinha como um de seus lemas: “bandido bom é bandido morto”, como forma de angariar apoio não só da extrema direita, mas com vistas a congregar partidos da direita e do centro.

Como forma de justificar os muitos assassinatos infundados e de modo a construir uma imagem socialmente bem quista e com vias a despistar a atuação dos grupos de milicianos, tem-se tentado promover um marketing das ações policiais “antimilícias” para esconder o crescente engajamento da polícia nas operações das milícias combinado com a lógica do “bandido bom é bandido morto”, tão importante para a extrema direita no clima político suscitado pelo bolsonarismo (DÍAZ; ALVES, 2022).

Diante do exposto, ao analisar as matérias jornalísticas entre os anos de 2018 e 2023, foi possível perceber a influência das milícias no que tange a existência de um projeto político de poder com desdobramentos para a sociedade, para além de assegurar a lucratividade de seus negócios. Tais projetos políticos milicianos nitidamente sustentados por uma plataforma político-discursiva bolsonarista que os endossava e lhes servia de suporte político-ideológico.

METODOLOGIA

Na tentativa de averiguar a ligação entre um projeto político particular (o programa apregoado pela extrema-direita bolsonarista) e sua combinação com a expansão das milícias para além de seus territórios de atuação – processo que resulta no advento de uma espécie de “zona cinza” de atuação do Estado, em que os interesses milicianos se confundem com as prerrogativas estatais – e visando caminhos alternativos para compreender o fenômeno das milícias e suas tentativas de se imiscuir na política, elegeu-se como material de auxílio metodológico para a pesquisa

“a imprensa como uma fonte que nos apresentaria alguma continuidade de informação, para mapear os principais acontecimentos na região. Consideramos assim, as notícias não como impressões absolutas da realidade, mas como um meio que nos ajuda a delinear o fenômeno aqui privilegiado, tendo em mente que a inclinação e declinação de determinados assuntos por parte de um canal jornalístico pode ter como resultado diversos fatores interiores e exteriores ao canal (MELO NETO, 2016). Em diálogo com a Teoria dos efeitos limitados (LAZARSFELD, BERELSON, GAUDET 1969), compreendemos a imprensa não como um ente determinador da opinião dos leitores, mas como um canal que pode confirmar e expandir as opiniões já preestabelecidas por eles” (LESSA, 2023, p. 12).

Desta feita, as notícias encontradas foram percebidas como resultado de uma escolha editorial que visou estabelecer uma conexão com os discursos e ideias já existentes no cenário analisado.

Para tanto, o presente estudo se utilizou de artigos publicados entre os anos de 2018 e 2023 pelo jornal “O Globo”, todos referindo-se ao termo “milícias” e às suas supostas tentativas de intervenção na política oficial. Além do arquivo digital pago do jornal “O Globo”, adicionou-se ainda como material auxiliar um pequeno conjunto de

26 reportagens sobre o tema, publicadas nos sites da UOL e do G1 durante o mesmo período. Tal recorte temporal teve por finalidade verificar a possível relação entre a ascensão política do bolsonarismo dentro dos canais institucionais e os já mencionados projetos políticos supostamente pretendidos pelas milícias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao buscar no acervo digital pago do jornal “O Globo” notícias com a palavra “milícia”, no ano de 2018, foram encontradas 587 páginas de jornais digitalizadas que faziam menção ao termo buscado. Destas, algumas relacionavam a palavra “milícia” a confrontos internacionais, no entanto, foram encontradas diversas notícias relacionando as milícias ao contexto político brasileiro. Dentre as matérias publicadas neste ano, foram selecionadas 10 que abordavam diretamente a temática escolhida – a relação entre milícias e o processo eleitoral/democrático.

Já o ano de 2019 apresentou para a busca do termo “milícia” 636 páginas jornalísticas que se associavam ao tema. Ao refinar a busca, utilizando como palavras-chave “milícia política”, o resultado é reduzido para 304, das quais foram selecionadas 5 reportagens.

O resultado da busca para “milícia” no ano de 2020 foi de 436 resultados (ano eleitoral, que contou com diversas matérias indicando a tentativa das milícias em influenciar nos resultados) sendo selecionadas 9 reportagens. No entanto, vale ressaltar que boa parte das matérias de 2023 se referem a investigações de candidatos supostamente envolvidos com as milícias referentes a acontecimentos ocorridos ainda em 2020.

Já no ano de 2021, houve um total de 462 páginas de matérias digitalizadas, das quais mereceram destaque 2 notícias,

enquanto o ano de 2022 apresentou um total de 447 páginas digitalizadas que fazem menção à palavra “milícia”, das quais foram destacadas 8 matérias.

O ano de 2023, até o dia 23 de junho, contava com um total de 194 resultados para a busca do vocábulo “milícia”. Dentre as reportagens expostas, 7 matérias foram escolhidas como material para a análise, com destaque para o fato de que boa parte das matérias se referem a acontecimentos relativos ao ano de 2020.

Vale ressaltar que todas as pesquisas tiveram seus resultados ordenados por relevância e que, ao longo da análise das notícias, muitas mencionavam as atuações de cunho econômico das milícias, não só relacionadas às drogas, mas também a questões imobiliárias, dentre a oferta de serviços como gás, internet, dentre outros. Entretanto, para fins de congregar os resultados das buscas com os objetivos da pesquisa, as notícias de viés político das milícias receberam destaque, em detrimento daquelas que versam sobre a atuação de cunho econômico de tais organizações criminosas.

No que tange à problemática relacionada às milícias, é válido considerar que tais organizações se apresentam em seu caráter de multiplicidade relativa ao seu mercado exploratório. Elas se comportam como um vírus, “que apresenta mutações constantes para se adaptar às novas condições e, dessa forma, evade as vacinas e os remédios desenhados para combatê-lo” (CANO; DUARTE, 2012, p.133).

Além disso,

“A atuação dos milicianos, diferente do narcotráfico, conta com a participação direta de agentes das forças de segurança, como policiais e bombeiros – em exercício ou não (Zaluar & Conceição, 2007). Sendo assim, uma vez que seus integrantes fazem parte do aparato repressor estatal, gozam de treinamento e recursos qualificadamente militares.

Logo, conseguem dominar vastas áreas de forma mais hábil, diante de tamanha capacidade coercitiva, e impor seus interesses sobre a população sem grandes receios de constrangimento legal. Afinal, a fronteira da legalidade se torna menos nítida” (PINHEIRO, 2021, p. 11).

O jornal “O Globo”, em uma matéria de 08 de julho de 2018, com o título “Milícias, ontem e hoje” apresenta o ex-presidente (à época candidato à presidência) Jair Bolsonaro enquanto político que outrora apresentava um discurso apoiador das milícias, como se esses grupos fossem uma espécie de “justiceiros” no combate às drogas. Entretanto, ao assumir a posição de candidato à presidência, o político tenta se desvincular de sua opinião anterior, apesar de iniciar sua fala dizendo que “as milícias tinham plena aceitação popular”. Além disso, a matéria reforça ainda o posicionamento de Jair Bolsonaro favorável à revogação do Estatuto do Desarmamento. Seu posicionamento pró-armas e os decretos que ele assinara já no cargo da presidência, e que se mostraram terreno fértil para aqueles que se utilizam das armas em seus negócios escusos.

Diante disso, é válido atentar que, ao longo do mandato presidencial:

“[...] o governo Bolsonaro está impulsionando práticas – dramáticas – mas que já estavam em curso na sociedade brasileira, onde o fosso das desigualdades se mantinha na hipocrisia do horror à morte e à tortura, mas na admissão de sua prática seletiva cotidiana. O que vem sendo defendido e praticado pelo atual governo é seu estímulo e legitimação, é sua intensificação e o aumento de sua escala. [...] Há uma reordenação institucional no sentido de estimular e de direcionar – ainda que de maneira difusa – um empresariamento da ‘segurança’ e da policialização/milicialização, seja em ambiente público (escolas), seja no setor privado. As permanentes justificativas de exclusão de ilicitude para assassinatos realizados por homens de ‘bens’, a difusão e o estímulo aos cursos de tiro, cuja sociabilidade tende a ser policialesca e, enfim, a policialização da existência apontam para a constituição de uma milicialização contra a população” (FONTES, 2019, p. 7 apud LESSA, 2023, p. 62).

SUMÁRIO

A temática das milícias e sua relação com o mundo da política também se faz notar na publicação de 12 de agosto de 2018 d' "O Globo" quando, na sessão das eleições, traz entre as três principais questões feitas a candidatos ao governo do Rio de Janeiro nas eleições do referido ano: "Qual é o seu principal projeto para combater a corrupção policial e o fortalecimento das milícias?", dando a entender que o combate (ou não) às milícias torna-se também bandeira política.

Para fins de aprofundar as relações entre milícia e política, em 10 de maio de 2018 "O Globo" publica uma matéria intitulada "Vereador tem 'estreita ligação' com milicianos, cita inquérito". De modo que o vereador citado na matéria poderia estar envolvido no assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, mas sem resultados conclusivos, apesar dos grampos telefônicos indicarem a ligação do referido candidato, Marcelo Siciliano, com milicianos e testemunhas que teriam lhe associado ao crime. O Jornal "El Pais" em uma publicação na mesma data e comentando o mesmo caso assinala que os eleitores de Siciliano seriam, em sua maioria, oriundos de áreas "dominadas por milicianos, grupos paramilitares formados por agentes do Estado da ativa e da reserva, tais como policiais, bombeiros, que controlam serviços como o de transporte, distribuição de gás e instalação de internet e TV a cabo, além de possuir respaldo de políticos e lideranças comunitárias. (...) Elas (as milícias) já elegeram deputados estaduais e vereadores, vários deles presos após a CPI de 2008" (EL PAIS, Felipe Betim, 10 de maio de 2018, São Paulo). A partir dessa publicação, é possível detectar claramente a associação que os meios midiáticos fazem entre o processo de escolha de candidatos e a influência das milícias. Desta feita, é pertinente ter em consideração a existência de intenções de implantação de um projeto político por parte das milícias.

Ainda no ano de 2018, "O Globo" noticia em matéria publicada no dia 9 de setembro que o Estado do "Rio tem 300 currais eleitorais do tráfico ou milícia", enquanto em reportagem publicada no dia 11 de outubro, intitulada "Arma, urna e 1,7 milhão de eleitores

SUMÁRIO

em jogo”, destaca em seu subtítulo que “autoridades federais e estaduais fazem mapa sobre influência do crime e concluem: 12,8% dos pontos de votação estão em áreas dominadas por facções do tráfico e milicianos, que avançam e pretendem lançar candidatos próprios na política do Rio”. Tais notícias, mais uma vez, dão conta de supostas intenções políticas advindas de milicianos, atribuindo ao exercício da democracia, às eleições, tonalidades de uma “zona cinza” que parece se imiscuir no campo político.

Em relação às pretensões políticas da milícia, Pinheiro (2021) destaca que:

“No lugar da classificação de acordo com suas supostas motivações, deve-se entender o acúmulo dos meios de violência desses grupos armados como um projeto inerentemente político — ainda que não tenham o propósito de atingir completa hegemonia territorial. Afinal, trata-se de forte projeção de poder e conflito direto com o suposto monopólio da violência de qualquer Estado” (PINHEIRO, 2021, p. 23).

“O Globo”, em 6 de setembro do ano de 2019, publicou uma notícia intitulada: “Diálogos revelam demissão para blindar Flávio”, através da qual informa que Fabrício Queiroz, à época, assessor de Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, teria demitido a ex-mulher de um miliciano que trabalharia para Flávio. Além da própria conexão de Queiroz com a Milícia, os dois estariam supostamente envolvidos em esquemas de *“rachadinhas”*, isto é, apropriações indevidas de parte do dinheiro público destinado ao pagamento de profissionais auxiliares dos políticos. Mais uma vez, o veículo midiático sugere aproximação entre membros da família Bolsonaro e pessoas diretamente ligadas à milícia. Vale destacar que, no mês seguinte do mesmo ano, mesmo sendo investigado por participações em *“rachadinhas”*, áudios vazados indicariam que Queiroz negociava com Flávio nomeações políticas, segundo matéria publicada no referido jornal em 25 de outubro.

Ainda no ano de 2019, mais precisamente no dia 26 de agosto, o jornal "O Globo" publica que: "Após ser condenado por chefiar a maior milícia do Rio e ficar mais de dez anos preso, o ex-vereador Jerominho vai anunciar pré-candidatura pelo Partido da Mulher Brasileira (PMB). Sua filha, Carminha, tentará vaga na Câmara". Esse anúncio só reforça a ligação entre milicianos e suas empreitadas políticas, seja através de representantes diretos, oriundos das próprias milícias, seja tentando controlar os redutos eleitorais e seus votos, tal como sugere notícia de 17 de julho do mesmo ano, que atenta para uma investigação realizada pelo Ministério Público quanto a um "braço" da milícia supostamente infiltrado na prefeitura do Rio de Janeiro.

Em mais um ano de eleição, o ano de 2020, segundo notícia publicada em 26 de outubro pelo jornal O Globo, o Rio de Janeiro contaria com 14 cidades que sofreriam com a influência direta da milícia e do tráfico no que concerne aos votos dessas regiões. No mês anterior, no dia 13 de setembro, o referido jornal já havia publicado outra notícia que informava que: "Candidatos suspeitos de ligação com a milícia se lançam na capital e na baixada Fluminense; relatório da Polícia Civil do Rio aponta que 672 locais estão em áreas dominadas por organizações criminosas". Mais uma vez, a reportagem deixa bastante clara a tentativa da milícia de se imiscuir na política, além de taxá-la de organização criminosa.

Em 13 de novembro de 2020, "O Globo" afirma que "Milícia, tráfico e grupos de extermínio são vinculados a 31 candidatos pelo país" e chega a traçar um perfil dos candidatos ligados ao crime organizado, mais uma vez, equiparando as milícias aos demais grupos do "crime organizado". Previamente, em 7 de outubro de 2020, o dito jornal já denunciava: "Paramilitares e traficantes se unem a agentes públicos para dominar Madureira", equiparando as milícias ao termo narcomilícia e paramilitares, de modo a suscitar a "zona cinza", isto é, o elo entre drogas, organização paramilitar e agentes públicos.

Sobre isso, Lessa (2023) afirma que:

“Essa gestão diferencial de ilegalidades, que se constitui hoje na anuência e favorecimento dos grupos milicianos, mas antes era no incentivo aos grupos de extermínio, faz com que o Estado apresente ou se imponha de modo distinto a depender da região e da classe social. Assim, a milícia, é uma qualidade de Estado que o próprio definiu como necessária para ocupar determinados espaços periféricos. É uma decisão política. Desse modo, há um Estado e uma forma de governo para cada espaço e cidade” (LESSA, 2023, p. 66).

Em 20 de fevereiro de 2022, o jornal “O Globo” informa que algumas das armas liberadas para Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) através dos decretos do governo Bolsonaro de facilitação de acesso às armas terminaram por armar milícias e facções no país. Além disso, uma reportagem do site de notícias UOL, publicada em 26 de outubro de 2022, afirma que Bolsonaro é o candidato preferido em áreas de milícia no Rio.

Desta feita, sobre o endosso possivelmente prestado por Bolsonaro às estruturas milicianas, Pinheiro (2021) sugere que:

“Além disso, pode-se identificar medidas do atual governo consideradas relevantes para a máquina criminosa miliciana. Por exemplo, desde janeiro de 2019, quando tomou posse, até abril de 2021, o Presidente já editou trinta e um atos — entre decretos, portarias e dois projetos de lei — a fim de flexibilizar as regras de aquisição, registro e porte de armas no País. Assim, desmontando a estrutura brasileira de controle de armas e munições, tão relevante para o combate à violência e ao crime” (PINHEIRO, 2021, p. 56).

Em matéria do dia 26 de agosto de 2022, “O Globo” noticia a existência de uma milícia que estaria se utilizando de bancos de dados do governo do estado do Rio de Janeiro para planejar homicídios contra inimigos. No subtítulo, as milícias são referidas como grupos paramilitares aludindo aos grupos militares armados sem, contudo, agirem dentro da legalidade.

Ainda no ano de 2022, em reportagem do dia 9 de fevereiro deste ano, o jornal considera o envolvimento de Bolsonaro com as “milícias digitais” que estariam ligadas, tais quais as milícias ligadas ao narcotráfico, a crimes que atentam contra a democracia, apesar de agirem de formas diferentes para tal finalidade. Desta feita, não parece ser ao acaso a escolha do termo “milícias digitais” para se referir aos grupos que visavam determinar o rumo das eleições através da divulgação de *fake news*. E, reforçando a ideia de que as milícias possuem pretensões de ditar os rumos da democracia, o veículo de notícias UOL publica em 23 de outubro deste ano a seguinte matéria: “‘Candidatos de milícias’ são investigados por coagir rivais e eleitores”.

O ano de 2023, até a data em que foi feita a pesquisa, apresentou três assuntos relevantes conectando milícias e política: i) uma ministra que teria tido o apoio de milicianos para ser eleita, com matérias publicadas sobre o assunto em janeiro do dito ano; ii) notícias relativas ao ano de 2020, sobre reuniões entre a Milícia de Tanderá e membros políticos da Baixada Fluminense, a fim de se negociarem cargos e contratos e; iii) uma matéria que apresentou Flávio Bolsonaro tentando mudar a definição de milícias e sendo rebatido por senadores, também publicada em maio do referido ano.

Sobre a suposta conexão do filho do ex-presidente com milicianos, Lessa (2023) pontua que:

“A ascensão das milícias sob a legitimidade do poder público no estado do Rio de Janeiro, relembrando diversas passagens de membros do executivo municipal e honrarias perpetradas, por exemplo, quando Flávio Bolsonaro homenageia Adriano da Nóbrega com a medalha Tiradentes, maior honraria da Alerj, tem-se no corriqueiro a demonstração da arbitrariedade constituinte do aparelho estatal. Como só é possível “definir o Estado a partir dos meios peculiares a ele [...]”, (COHN, 1982, p. 98), tendo em vista os dados destacados nesse trabalho e o resgate histórico que tentamos construir aqui,

temos um Estado que gerencia a morte, apoiando e honrando seus executores. Demonstrando que, a forma oficial de proteção dos cidadãos estaria regulada pelo estado de exceção” (LESSA, 2023, p. 68).

Merece destaque o fato das notícias que faziam conexões entre política e milícia nos anos de 2018 – ano de destaque para as ideias bolsonaristas que posteriormente conquistaram as urnas – e 2020, ambos anos decisivos para os processos eleitorais, sejam de cunho municipal, sejam de cunho nacional, de modo que foram encontradas mais notícias relevantes associando diretamente os dois temas.

Vale ressaltar que, em todos os anos do recorte temporal analisado (2018 - 2023), surgiram matérias sobre a morte da vereadora Marielle Franco, morta em 2018 supostamente por membros associados à milícia. Além de Marielle, outros assassinatos e tentativas de assassinatos ou ameaças a políticos são mencionadas como parte de um projeto político miliciano.

É significativo observar também o movimento midiático que fez relação entre o ex-presidente Jair Bolsonaro com o que a própria mídia nomeou como “milícias digitais”, tida como uma organização criminosa atuante na divulgação de *fake news* e que visava definir as eleições de 2022 através de suas ações. Diante de notáveis indicações da mídia quanto às supostas relações entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e sua família e/ou o bolsonarismo com o aparelhamento das milícias, a escolha do termo “milícias digitais” como uma ferramenta de propagação do bolsonarismo, parece não ter sido aleatória.

É importante destacar, porém, que o surgimento das milícias é bem anterior ao fenômeno do bolsonarismo, remontando aos já mencionados grupos de extermínio de meados do século passado. Entretanto, as matérias jornalísticas mencionadas sugerem a associação entre o ex-presidente, membro de sua família e milicianos, além de declarações problemáticas que inflamaram membros e simpatizantes do bolsonarismo, tais como: “Bandido bom é bandido morto”

ou “Vamos metralhar a petralhada!”. De acordo com notícias relativas às eleições de 2020 e tendo em vista a atuação do bolsonarismo e sua influência nas urnas – considerando também os artigos sobre as tentativas dos milicianos de ocuparem cargos públicos – parece plausível intuir que há uma sólida correlação entre ambos os fenômenos.

CONCLUSÃO

O fenômeno da existência das milícias, ou grupos armados que se misturam a outros agrupamentos criminosos com uma justificativa inicial de combate ao crime, é uma realidade conhecida em diversos países da América do Sul, não uma ocorrência de exclusividade brasileira. É importante atentar para o fato de que, tal como destacam Badillo e Mijares (2021), alguns desses grupos paramilitares adotam discursos políticos de modo a congregar seus membros e, assim, garantir o melhor funcionamento de seus negócios.

Tendo em vista a possibilidade de influência dos discursos políticos sobre os membros das organizações criminosas, esta pesquisa ateve-se a buscar indícios de prováveis tentativas de construção de um projeto político por parte das milícias pautado por discursos políticos de cunho bolsonarista, de modo que tal projeto sugere a existência de uma “zona cinza” que tem como característica principal mesclar atividades criminosas cometidas por membros do Estado às suas tentativas de se imiscuir no processo político eleitoral, tornando-se uma ameaça à democracia.

Apesar do surgimento das milícias ser bem anterior ao bolsonarismo, a consolidação desse movimento político-ideológico proveu as bases para a elaboração de discursos que intensificaram as investidas políticas dos milicianos e seus esforços por tentar influenciar diretamente nos rumos do processo democrático, característica que remonta ao início das organizações milicianas que guardam conexões com o período da ditadura empresarial-militar.

As matérias jornalísticas analisadas discorreram sobre fatos que atestam os ensaios milicianos de inserir seus membros ou pessoas próximas em cargos políticos. Além disso, alguns artigos sugeriram também possíveis conexões da família Bolsonaro, expoentes do bolsonarismo, com as milícias do Rio de Janeiro, o que garante um viés de verossimilhança às associações entre o bolsonarismo, como projeto político-ideológico, e a sua tentativa de consolidação através de uma governança criminal atravessada pelo envolvimento de setores da política com agentes do Estado desviantes de sua função, as milícias.

Importante atentar que a leitura midiática sobre o fenômeno em análise – a relação entre o bolsonarismo e o empreendimento de uma governança criminal – como ameaça ao processo democrático se fez perceber também, além das notícias que fazem associações diretas, através da nomeação de grupos de disseminação de *fake news*, aos quais a mídia se referiu utilizando o termo “milícias digitais”.

Em suma, fez-se mister problematizar as consequências do envolvimento de movimentos político-ideológicos, sobretudo de cunho criminal, como viabilidades que possam ameaçar a existência e o exercício do processo democrático.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. *In: O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. [S.l.;s.n], 2002.
- BADILLO, Reynell; MIJARES, Víctor Manuel. Politicised crime: causes for the discursive politicisation of organised crime *In: Latin America. Global Crime*, v. 22, n. 4, p. 312-335, 2021.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **No sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). LAV, Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

SUMÁRIO

COSTA, Flávio. **Omissão do Estado permitiu avanço das milícias nos últimos 10 anos**, dizem Freixo e relator da CPI. UOL. 17 de abril de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/17/em-dez-anos-governos-do-rio-permitiram-avanco-das-milicias-dizem-freixo-e-relator-da-cpi.htm?cmpid=copiaecola>

DÍAZ, Antonio Fuentes; ALVES, José Cláudio Souza. Michoacán and Rio de Janeiro: Criminal Governance, Social Control and Obtaining Profit and Political Power by Armed Self-Defense Groups and Militias. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 15, p. 153-178, 2022.

FILIPPETTO, Rogério; APOLINÁRIO, Maria da Conceição Benevenuto. Máfia, crime organizado e associação criminosa: elementos para uma perspectiva brasileira. **De jure**: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2016.

G1. Ex-vereador de Queimados, no RJ, é condenado a oito anos de prisão por liderar milícia. 04 de outubro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/04/vereador-de-queimados-no-rj-e-condenado-a-9-anos-de-prisao-por-liderar-milicia.ghml>

LESSA, Hemilim da Silva. **Um estado que gerencia a morte**: particularidades das milícias em São Gonçalo (RJ). 2023.

ARAÚJO, Vera; OTÁVIO, Chico. Rio tem 300 currais eleitorais do tráfico ou milícia. **O Globo**. 09 de setembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

COUTO, M. Do presídio para a disputa pela prefeitura do Rio. **O Globo**. 26 de agosto de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

GRILLO, M; PRADO, T. Milícias, ontem e hoje. **O Globo**. 08 de julho de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/tudo-sobre/assunto/milicia/>

GRINBERG, F; GOULART, G. MP investiga braço de milícia na prefeitura. **O Globo**. 17 de julho de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

HERINGER, C. O Rio na era pós-UPP. **O Globo**. 12 de agosto de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

MAGALHÃES, L; OLIVEIRA, N; SERRA, P; SOUZA, R. Ex-vereador Jerominho que fundou milícia na Zona Oeste, é assassinado. **O Globo**. 05 de agosto de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

SUMÁRIO

MELLO, B; REMIGIO, M. SOARES, R. Influência do crime na eleição liga alerta no MP. **O Globo**. 13 de setembro de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

MOURÃO, Giovani. MP enviará à PF gravações sobre compra de votos. **O Globo**. 11 de agosto de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

MUNIZ, A. PF vai investigar relação de Bolsonaro com milícias digitais. **O Globo**. 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

NORTH, Douglass.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry. **Violence and social orders**: A conceptual framework for interpreting recorded human history. Cambridge University Press, 2009.

O GLOBO. **Flávio Bolsonaro tenta mudar definição de 'milícia' em PL e é rebatido por senador**: 'Tem conhecimento de causa'. 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

O GLOBO. **Justiça aplica sanções a políticos que se reuniram com milicianos**. 08 de maio de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

O GLOBO. **Narcomilícia expande domínio, e polícia do Rio vê elo com política**. 17 de outubro de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

OTÁVIO, Chico. Rio: 8 candidatos são investigados por ligação com crime organizado. **O Globo**. 27 de setembro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

OTÁVIO, Chico; ARAÚJO, Vera. Arma, Urna e 1,7 milhão de eleitores em jogo. **O Globo**. 12 de agosto de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

OTÁVIO, Chico; DAL PIVA, Juliana. Diálogos revelam demissão para blindar Flávio. **O Globo**. 06 de setembro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemônico. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.



6

Cauê Gomes Flor

GRAMÁTICA EPISTEMOLÓGICA:

**O DEVER SER DO NEGRO
NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.6

INTRODUÇÃO

No contexto nacional, o debate sobre o que convencionou-se chamar de “questão do negro”, é recorrentemente mobilizado a partir de duas tradições de pensamento: a Sociologia das Relações Raciais e a Antropologia das Populações Afro-Brasileira. Não poucas vezes, essas distintas tradições do pensamento social brasileiro sustentaram posições, avaliações e perspectivas fundamentalmente dissonantes acerca do lugar dos povos, tradições e culturas de origem africana na sociedade brasileira. Possivelmente, no período recente (desde 2003, com a promulgação da Lei. 10.639), o episódio que mais explicitou tais divergência foi o debate em torno das Ações Afirmativas (cotas raciais) para negros na universidade públicas.

A grosso modo, enquanto o legado sociológico compreendia que a reserva de vagas para estudantes negros nas universidade brasileiras como uma espécie de pré-condição para, se não a superação, a mitigação da discriminação racial. A tradição antropológica, por sua vez, ponderava que tais medidas viriam a constituir-se como um ataque grave à maneira tradicional brasileira de lidar com as diferenças humanas. Temia-se, inclusive, que a adoção de tais políticas públicas viriam a acirrar ou instigar conflitos raciais. Após vinte ano de Ações Afirmativas, com presença estudantes negros no interior das instituições e dos sistemas de ensino superior brasileiro criou-se uma renovada arena de disputa para a expressão de novos valores que traziam consigo. Não é menos verdade, entretanto, que viemos observar a emergência ações reativas e a criação de novos ódios não pela imposição cruel de categorias raciais estáveis, mas por uma inabilidade de mantê-las.

Como explicar avaliações tão dissonantes? Como compreender tanta polêmica e emoção nos betes acadêmicos, no mundo da mídia, no movimento negro? É evidente que por trás dessa cacofonia existem orientações divergentes de ordem teórica/ideológica

ligadas a diferentes ideias de sociedade, igualdade, desigualdade e, me parece crucial, Estado-Nação. E há também divergências fundamentais de conceitos-chave - como raça, identidade, cultura, "negro" e "branco" - que raramente eram explicitadas pelos debatedores, especialmente os acadêmicos.

Ante a essas diferenças, quero argumentar em favor de uma reflexão contraintuitiva. Aparentemente irreduzíveis uma à outra, tais tradições de pensamento, gozam de uma matriz epistemológica colonial/moderna. Epistemes não apenas fornecem a ordem das coisas "subjacente", mas também a ordem do conhecimento (ciências, disciplinas, discursos) através da qual conhecemos e interpretamos objetos. É tarefa dos estudiosos preservar a episteme e sua ordem de conhecimento usando-a, escrevendo a partir dela. Nesse papel, os estudiosos se tornam gramáticos da ordem do conhecimento. Isto dito, o objetivo desse artigo é, justamente, tornar inteligível essa espécie de gramática epistemológica. A partir de uma posição genealógica, recuperando as condições de emergência do negro como objeto de conhecimento, abordo o "lugar" a ele atribuído no interior dessas duas tradições de pensamento.

Ao fim, espero sinalizar que, enclausurado, não há escapatória. De uma lado a outro, entre as duas tradições de pensamento — em que se saliente as intenções emancipatórias da sociologia das relações raciais —, aqueles sujeitos e grupos sublinhados pela categoria "Negro" são compelidos, disciplinarmente, a ocupar um lugar e um dever-ser. São esses, não casuais, processos de fixações e fechamentos que encontram no sujeito centrado, seja antropológico ou sociológico, seu fundamento em comum, a marca de como a racialização tem, exitosamente, funcionado no plano epistemológico. Sobre cada um desses marcos e cada qual a seu modo (isto é, sob o mesmo regime e por meio de relações de representação diferentes), raça, como um significante deslizante, tem produzido uma cadeia de equivalências que outorgam fixar, gramaticalmente, o que é ser Negro para o pensamento social brasileiro.

PREMISSA: RAÇA O SIGNIFICANTE DESLIZANTE

Fruto da *W. E. B. Du Bois Lectures* de 1994, no texto *Race: The Sliding Signifier*, constitutivo da coletânea *The fateful triangle: race, ethnicity*, (2017 [2014]), Hall retomaria o subtítulo de *Dusk of Dawn: an essay toward an autobiography of a race concept* [(DU BOIS, 2007 [1940])] para sustentar a sua leitura acerca do modo como Du Bois articulava o conceito de “raça”. Hall quer posicionar-se, declaradamente, ante a crítica que Kwame Anthony Appiah havia endereçado (com o qual, vale dizer, o crítico cultural caribenho afirma compartilhar pontos em comum) a Du Bois no texto *The Uncompleted Argument: Du Bois and the Illusion of Race* (1986) e na sua reedição nomeada apenas como *Illusion of Race* presente no premiado texto *In my Father's house: Africa in the philosophy of culture/Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*, publicado originalmente em 1993 (1997).

O ponto de dissonância para o crítico literário dizia despeito às denúncias de Appiah (1986; 1992) de que Du Bois (1897) haveria apenas parcialmente concluído a transição de uma definição biológica para uma sócio-histórica e cultural de “raça”, particularmente por identificar nos seus textos termos como “*common blood*” (sangue comum) e “*the physical bond*” (a ligação física). O que é, no entanto, evidente para Hall, a partir da correlação entre os textos de Du Bois que o próprio Appiah evoca e a publicação de 1940¹, é que o histórico sociólogo afro-americano está muito mais analiticamente preocupado com a raça funcionando como um *tropo* *significante* do que com as supostas propriedades capazes oferecer um senso de pertencimento natural.

SUMÁRIO

Nesse sentido, Hall (2017 [2014]) sugere uma leitura de Du Bois substantivamente diferente da de Appiah, atribuindo a Du Bois o trato de “raça” como signo que torna o mundo compreensível, um artefato cultural que organiza a inteligibilidade, o sentido e a subjetividade no mundo ocidental, eficiente em produzir uma cadeia de equivalências entre o biológico, o social e o cultural, convidando-nos a observar como implicitamente a raça tem, no plano epistemológico, funcionado exitosamente à revelia dos esforços em desautorizá-la. As características fenotípicas, como cor e cabelo, que Du Bois evocaria no texto de 1897, que formariam o laço físico, criticado por Appiah (1985, 1993), são importantes para o sociólogo em 1940, na medida em que, e restritos a esse sentido, são emblemas, herança social da escravidão. “Ou, para traduzir Du Bois nos meus termos, a ‘marca’ e o ‘distintivo’ são muito importantes porque significam, porque carregam um certo significado, porque são, em outras palavras, significantes da diferença”².

Nesse sentido, de acordo com a crítico literário, ao funcionar como um tropo e ao tratar a raça nesses termos, é possível não só observá-la como produtora de processos de inferiorização, subalteridade e hierarquias, mas também como um aspecto constitutivo do marco teórico ocidental, notadamente, o sociológico. Não são raros os trabalhos, dentre eles o seminal texto “Identidade Cultural na Pós-Modernidade” (1992 [2011]), em que o autor demonstra o poder, paradoxal, que tal conceito tende a produzir uma cadeia de equivalência e, ao mesmo tempo, fixar e estabilizar, por exemplo, narrativas explicativas e sujeitos sociais. É sob esses termos que virei a operar com a categoria raça; o tropo, que me permite observar trabalho da representação, como somos implicitamente convidados a fixar um lugar para o Negro no interior das narrativas mestras do Estado-Nação, da modernidade e cânone da teoria social.

SUMÁRIO

O LUGAR OUTORGADO PELA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

O lugar sociológico ganha forma, heurísticamente, no contexto nacional com a execução do Projeto Unesco Anhembi nos anos 1952 e 1953, junto às produções que emergiram das atividades de pesquisa desenvolvidas em São Paulo, capital, por Virgínia Leone Bicudo, Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955). Em meio à rediscussão acerca da nacionalidade, da nação, da cidadania e da modernidade nacional, esses estudiosos mobilizaram as premissas da Escola Sociológica de Chicago a fim de elaborar, possivelmente, a mais importante pesquisa sociológica no Brasil, no século XX.

Como efeito, esse cânone foi erigido sobre, não coincidentemente, um dos principais objetos de conhecimento das ciências do espírito, o Outro, aqui, em especial, o Negro. Na sociedade que se aventa a maior democracia moderna do mundo ocidental, o arquétipo do desenvolvimento das relações capitalistas, os ex-escravizados eram um incômodo, sem lugar, para a modernização do país, de modo que a Escola de Chicago e as suas proposições seriam as responsáveis por solver o, então, problema Negro. Portanto, também não coincidentemente, em um momento em que a sociologia, no Brasil, estava preocupada em institucionalizar-se como um campo disciplinar cientificamente acurado e empiricamente lastreado, os pesquisadores do Projeto Unesco Anhembi, em diferentes graus e sentidos, metodologicamente se apoiariam nas formulações e se legitimariam no vocabulário da *Escola de Chicago* para empreender o seu trabalho.

De difícil definição, a iniciativa do conjunto heterogêneo de estudiosos do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago propunha, entre outras preocupações, pensar a relação entre a cidade, como sinônimo de relações sociais modernas e modernizantes, e os chamados grupos “raciais”, especialmente (no caso norte-americano) negros, irlandeses e italianos. Autores como

Robert Park, Franklin Frazier e Donald Pierson — orientador de Virgínia Bicudo e Oracy Nogueira — passariam a se interessar em compreender como determinados grupos sociais experienciavam esta nova ordem e o quanto eles eram assimiláveis ou não à sociedade que estava sendo construída

Tal proposição e interpretação acerca do lugar do negro na nova sociedade que se desenvolvia só ganharia forma e estudos sistemáticos na década de 1950, com os trabalhos de Roger Bastide e, sobretudo, Florestan Fernandes. Os sociólogos compreenderam a contínua presença da desigualdade racial na sociedade brasileira, antes de tudo, como um resíduo do antigo regime (BASTIDE; FERNANDES, 1959). A sociedade escravocrata, um mundo dicotomizado entre brancos e negros. Esses dois mundos, cultural e socialmente separados, antagônicos e irreduzíveis um ao outro, adentrariam ainda cindidos no seio de uma ordem social inclusiva, assumindo declaradamente como orientação aspectos significativos do ciclo das relações raciais de Park — conflito-acomodação-conciliação-assimilação —, mas, poderíamos sinalizar também para o espectro de Franklin Frazier, o, então, preconceito racial tenderia “a desenvolver-se como consequência natural do contacto (sic) intermitente ou contínuo de pessoas ou grupos de pessoas pertencentes a ‘raças’ diversas, sempre que condições de desigualdade econômica e social contrastam marcas raciais com discrepâncias notórias quanto às ocupações, às riquezas, ao nível de vida, à posição social e à educação”. Por meio da pressuposição, implícita, de grupo étnico-raciais bem delimitados, as expressões do, então, preconceito dar-se-ia em razão das relações de ordem econômica, da *função* e posição que tais grupos ocupam nas relações de produção.

Haveria uma subsunção formal da cor/raça do sujeito e dos grupos ao lugar a eles atribuído e ao papel desempenhado dentro do sistema econômico. No projeto do canônico texto publicado como resultado do Projeto Unesco Anhembi, Roger Bastide e Florestan Fernandes afirmariam que a “natureza e função” do “preconceito

racial” não haviam sido tratados adequadamente pela sociologia brasileira, uma vez que a grande maioria dos estudos acerca dessa problemática haviam sido elaborados no contexto norte-americano (BASTIDE; FERNANDES, 1951).

Apoiados no trabalho de Myrdal (1944), os sociólogos enfatizaram que o conceito de raça deve ser usado no sentido sociológico, um conceito social e convencional, não biológico, contudo, em suas reflexões os mesmos tomaram como ponto de início “grupos raciais” bem delimitados, sem, por exemplo, dedicarem-se a pensar o modo como essas *representações* são construídas e sustentadas. Tais representações, que cativariam o imaginário dos sujeitos e grupos, as quais poderiam oferecer outras pistas sobre a valorização e adscrição de tipos humanos não são investidas de análise, não estão no horizonte da investigação. Ao analisar a relações entre brancos e negros sob o novo regime da sociedade de classes, recorrentemente Fernandes (2008a; 2008b) viria a abordar a força do preconceito racial. Mas, não oferece, pode-se dizer, uma formulação teórica sobre o fenômeno em si, considerando-o como um elemento específico, arcaico, resquício de modos de produção sociais em vias de extinção. Nesses termos, as razões conferidas por Fernandes ao, então, problema negro concerniam, por um lado, ao desajustamento estrutural e psíquico/subjetivo do negro frente às novas exigências de uma sociedade marcada pelas modernas relações de classe, e, por outro, a permanência da discriminação racial, uma condição de atraso cultural (demora cultural).

É aqui que o ruído teórico que nos parece existir no quadro sociológico não mais é passível de ser evitado, pois, ao mesmo tempo em que se observa a afirmação de que raça é uma construção social, brancos e negros entram previamente/presumidamente dados no interior de uma relação binária. Esse ruído, gostaríamos de argumentar, é efeito de uma tradição funcional-estruturalista que aborda o conceito de raça/cor, por um lado, a partir de noções naturalizadas de diferença, transferindo para o fenótipo uma conceituação

SUMÁRIO

naturalizada da ideia de raça, mesmo quando essa é mobilizada como uma construção social. Há, nos parece lícito sugerir, a disposição em operar com as categorias “branco”, “negro” e “raça” sem, no entanto, problematizar suas genealogias e/ou as condições de sua emergência. De outro lado, trata-se a diferença a partir de uma narrativa que insiste em epistemologicamente posicioná-la sob a categoria classe.

Apesar de observarmos no conjunto do debate sobre a questão racial no Brasil críticas a esses elementos normativos, muitas delas são, no limite, endogâmicas, com o propósito de reabilitar e recontextualizar os pressupostos metodológicos desse marco sociológico canônico; ao fim e ao cabo, esses elementos normativos, continuam a empreender a sua *gramática* e reiterar as suas, implícitas, *representações*. Sinalizar, para essas problemáticas, não significa desautorizar a análise empreendida por essa tradição de ideias. Não nos resignamos a deixar de abordar e conceber o racismo como um elemento estrutural e estruturante da sociedade nacional ou de qualquer outra marcada pela sua presença, responsável por produzir adscrições jurídico-sociais e desigualdades socioeconômicas entre sujeitos e grupos, pelo contrário. Contudo, “classe” e “raça como construção social”, em nosso argumento (e o modo como redigimos essa ampla discussão tentou apontar para tal), devem ser entendidas muito mais como os *signos* de um amplo marco teórico-normativo e metáforas de uma gramática epistemológica acerca da natureza da modernidade, da modernização, das suas promessas de emancipação, da estética política moderna e do Estado-nação, do que apenas um termo estritamente associado à tradição marxista.

A determinação mais premente, necessária, que se torne o mais explícita quanto possível, dessa, digamos, *sintaxe* subjacente à relação entre classe e raça — na medida em que estabelece relações de concordância, subordinação e ordem —, diz respeito ao como (de que maneira) o sujeito e a identidade negra emergem, em termos analíticos, para o cânone sociológico nacional, cujos vínculos transnacionais estamos nos esforçando em recompor.

SUMÁRIO

É da correlação entre o, agora, negro-cidadão, o processo de urbanização e industrialização, a eclosão de uma sociedade competitiva, a consolidação do Estado-nação moderno e liberal brasileiro, junto com uma sociologia imbuída de um *ethos* modernista e nacional, que emerge o sujeito negro na teoria social brasileira. O sujeito negro emerge, portanto, como um sujeito sociológico. A identidade negra no interior dessa narrativa, por sua vez, emerge como uma identidade centrada, pois esse é o lastro sobre o qual, posteriormente, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, um contingente significativo do associativismo negro organizado passa a formular a sua agenda e cultura política. A noção de uma condição social comum (retroalimentada pelo diálogo com a sociologia das relações raciais) foi fundamental para o associativismo negro organizado denunciar o engodo do mito da democracia racial e essencial para a elaboração de uma solidariedade política, um senso de pertencimento/identidade, baseado em uma condição social comum.

Tal modelo de identidade, útil à construção de uma profícua plataforma antirracista e de um dado tipo de agência na luta pelo estabelecimento de direitos é, no entanto, também hábil em alinhar a subjetividade de sujeitos e grupos com os lugares que ocupam no mundo social e cultural. A identidade costuraria o sujeito na estrutura, estabilizando “tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2015, p. 12). E, na medida em que a crítica dessa representação e a genealogia da sua emergência não são parte das preocupações analíticas e metodológicas, esse modelo de identidade cultural negra é, embora político, também substantivo. Dito de outro modo, o sujeito e a identidade negra essenciais para a sociologia e, especialmente, para a sociologia das relações raciais, são uma invenção moderna. São posicionados, analisados e compreendidos dentro uma perspectiva teórica que converge para estruturas estáveis, para uma gramática que tem sido eficaz em posicionar a experiência vivida dos povos, culturas e tradições de origem africana no interior dos modelos

explicativos ligados às teorias do Estado-nação, da modernização, a conceitos enraizados e organizados segundo as mitologias teleológicas da modernidade. Sob esses termos, a sociologia das relações raciais é antes de tudo um marcador normativo.

O LUGAR OUTORGADO PELO OLHAR ANTROPOLÓGICO

A segunda tradição de pensamento, concerne à matriz antropológica, ao cânone de antropologia afro-brasileira. Muito desse debate já nos é familiar. A noção “cultura(s)” e a sua, portanto, condição histórica e relativa, emerge das elaborações (já evocadas anteriormente) do antropólogo judeu-alemão Franz Boas, a quem coube desafiar os determinismo evolucionista e racial-biológico que marcavam as visões acadêmicas e popular sobre as diferenças do final do século XIX e início do XX (BOAS, 1896 [2015]). Boas recuperaria a noção de “*Volkegeist*” (“espírito de um povo”), elaborada pelos filósofos alemães Herder e Hegel, para requalificar a noção de “cultura”, antes associada, segundo os evolucionistas, como Edward Burnett Tylor (1832-1917), às ideias de “progresso” e “civilização”. O antropólogo trabalharia com uma ideia de cultura como uma totalidade orgânica, representativa da vida psíquica geral de um povo. Assim, Boas não somente seria talvez uma das figuras mais importantes para o estabelecimento da antropologia como disciplina acadêmica nos EUA, como, também, o grande pioneiro da ideia de “culturas” (no plural), por investir na pluralidade/diversidade das culturas (HOFBAUER, 2009, p. 102).

Há, ou pelo menos, havia — na medida em que essa narrativa hegemônica tem sido sistematicamente questionada, as contendas em torno de Du Bois (Baker, 1998, 2010) e Joseph-Anténor Firmin, ou apenas Anténor Firmin, indicam uma profunda tensão,

SUMÁRIO

uma não linearidade — um amplo consenso de que a antropologia moderna (culturalismo, funcionalismo, estruturalismo) tomou forma sob os auspícios do judeu, de origem alemã, radicado no Estados Unidos, Franz Boas. Entre as linhas do cânone, portanto, coube a Boas rejeitar os determinismos evolucionistas e raciais, bem como o seu valor explicativo, tomados muitas vezes como totais, no trato das diferenças humanas. Apoiado em amplos trabalhos empíricos, a escola antropológica *Culturalista Norte Americana*, como ficaram conhecidas as concepções boasianas, promoveria-se, nos anos 1930, o seguinte movimento central em antropologia: a desconexão entre raça e cultura, dissociando a suposta estreita relação entre essas duas dimensões. Separa-se o que pertence ao biológico da esfera da *cultura*. Foi a desnaturalização dessa relação o fundamento que garantiu os veementes ataques à suposta cientificidade de raça. Inventa-se um novo paradigma, não menos poderoso.

Especialmente a partir da década dos anos 1950, após a inflexão do holocausto judeu durante o Terceiro Reich, Boas e suas ideias foram mobilizados com o propósito de lutar contra o ódio racial. Ruth Benedict, Margaret Mead, o controverso Melville Herskovits e, recentemente, cujos trabalhos arqueológicos têm escavado a sua importância, Zora Neale Hurston, além de intelectuais como o antropólogo britânico Ashley Montagu, o francês Claude Levi-Strauss e instituições supranacionais como a UNESCO e o seu *Statement on race* (1950), todos passaram não só a rejeitar o conceito de “raça”, devido ao seu risco comprovado de encadear o assassinio, o conflito, a guerra e por fim o extermínio, como esforçaram-se por investir na(s) cultura(s) como conceito mais adequado a pensar as diferenças entre os grupos humanos, inventando-se um não menos poderoso paradigma. O conceito de “cultura(s)” foi, de modo a estabelecer sistemas coesos, herméticos, sugerindo homogeneidade e estabilidade, garantido a sua condição histórica e relativa. As três tradições clássicas da antropologia moderna, nesse sentido, sinalizam para, intencionalmente ou não, um isomorfismo objetivista entre as fronteiras do grupo (a fronteiras étnicas) e as fronteiras culturais (aquelas que

delimitariam o mundo dos valores e dos símbolos). Como sugere Hofbauer (2006, p. 31; grifos nossos), não é de estranhar, portanto, que questões como 'dinâmica das relações sociais', 'conflito' e 'poder' não façam parte das monografias clássicas em Antropologia".

Críticas próprias à antropologia, em especial a senda aberta pelo pioneiro estudo de Fredrik Barth, "Os grupos étnicos e suas fronteiras" (2015 [1969]), denunciariam os problemas oriundos dessa aceção do conceito de "cultura(s)". Entretanto, ainda assim, esse modelo de cultura e a distinção que o mesmo faz entre as esferas da biologia e do mundo do espírito, "fazendo-se questão de desqualificar os velhos ideários ligados à 'raça' como 'erros', 'nonsense', como 'ideias falsas' etc. — [...], levou a maioria dos antropólogos a se distanciar do conceito de raça ("no race stance" position)". E mais: desestimularia também a produção de conhecimento teórico sobre o fenômeno do racismo". Sob esses termos, de modo diferente da sociologia das relações raciais, em muitos dos estudos antropológicos preocupados em compreender a presença e o lugar dos povos e das culturas de origem africana no Brasil, apoiados nesse cânone, há uma "tendência de abordar as 'relações raciais' a partir de um 'estilo de vida brasileiro', tido como único". O texto de Gilberto Freyre, "Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal" (2004[1933]), deve ser lido também no interior dessa gramática transnacional que constitui a matriz da antropologia. Sobre esses fundamentos, que não admitem a investigação das relações de poder e muito menos a agência das pessoas e dos grupos em relação ao sistema cultural, que, hermético, comporta-se como uma estrutura simbólica, cuja crucial determinação, não tão amplamente discutida, é que a contrassenso da inscrição empirista, portanto, diacrônica, dessa matriz de pensamento (OLIVEIRA, 2003 [1984]), o negro emerge como um sujeito cultural centrado.

Isto é, de um lado, o esforço de Gilberto Freyre em conceber um mito de origem para a Nação brasileira, organizado em torno da ideia de uma sociedade mestiça (cruzada no sangue) e

miscigenada (sincrética na cultura), recria e solidifica concepções essenciais da noção clássica de cultura, resultando numa suposta convivência harmônica e conciliatória (democracia racial) entre os diferentes grupos raciais/culturais que compõem o Brasil. Por outro, tende a, na argumentação, privilegiar a *estrutura simbólica*, em detrimento da desigualdade social e, sobretudo, subordinar “a análise de ‘categorias identitárias’ (categorias que traduzem ‘pertencimento’ e ‘delimitações grupais’) — e, com isto também, as relações entre os grupos — à existência de um ‘etos específico’ que seria incorporado por todos os brasileiros”. Em outras palavras, o negro emerge como sujeito centrado culturalmente, substantivo, identificado, representado e interpretado por meio de um vocabulário autorizado e dentro de uma estrutura simbólica/cultural aparentemente estável. Não por acaso, Ivonne Magg e Peter Fry (2002) e Roberto da Matta (1996), segundo a sua inscrição no cânone antropológico afro-brasileiro, e, a bem da verdade, os responsáveis por sedimentá-lo e sustentá-lo no último quarto do século XX, discordariam da implementação de cotas raciais no Brasil.

DE PARADOXOS, GRAMÁTICAS E O DEVER-SER DO NEGRO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Aqui, enfim, podemos adentrar nos paradoxos que, contraintuitivamente, nos farão avançar na demonstração. Formulado de modo contundente pela historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo em diferentes episódios e sintetizado no livro “Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo” (2004), o primeiro paradoxo é o do antirracismo. De acordo com a pesquisadora, em razão da celebração da noção de “raça” a partir dos anos 1990 no Brasil, mobilizada por militantes e intelectuais negros,

SUMÁRIO

com o propósito de estabelecer políticas públicas não universalistas, “os paradoxos do antirracismo se tornam especialmente visíveis, sobretudo do ponto de vista de quem quer que ainda almeje uma transformação social capaz de garantir a todos os seres humanos direitos universais de vida material e espiritual (AZEVEDO, 2004, p. 12-13). Em que pesem as intenções emancipatórias do antirracismo (perspectiva sociológica), as cotas em universidades públicas tenderiam, inexoravelmente, a substantivar aquelas que são sublinhadas pela categoria “negro”, um, como a autora alega, “diferencialismo essencialista imanente ao campo dos estudos das relações raciais”.

O segundo paradoxo também compete a outro, não tão aparente, essencialismo, dessa vez, entretanto, oriundo do cânone da antropologia afro-brasileira. De acordo com Hofbauer, a maneira como categorias-chave como “negro”, “branco”, “raça” etc. são mobilizadas nos trabalhos de cunho antropológico que se preocuparam em investigar a questão racial, revelaria, a seu ver, “a força de referenciais teóricas clássicas — sobretudo do estruturalismo lévi-straussiano” na interpretação dessas culturas e tradições. Ou seja, sinaliza-se para a presença de um sistema classificatório cujo funcionamento, no entanto, é analisado numa esfera que está para além do tempo histórico. Nessa, portanto, contraditória temporalidade homogênea, vazia e “presentificada”, comum as comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008 [1983]), desprovida de intenções e agência, a Nação e seus sujeitos foram, eram e sempre serão os mesmos. “Argumenta-se que existe no Brasil algo como uma ‘estrutura’ própria (um sistema classificatório de meios-tons e ambivalências e que rejeita fronteiras rígidas entre ‘branco’ e ‘negro’) ou um ‘etos’ que privilegia os meios-tons e as ambivalências e que rejeita fronteiras rígidas entre ‘branco’ e ‘negro’”.

Enclausurados, não há escapatória. De um lado a outro, entre as duas tradições de pensamento — em que se saliente novamente a intenções emancipatórias das relações raciais —, aqueles sujeitos e grupos sublinhados pela categoria “Negro” são compelidos,

disciplinarmente, a ocupar um lugar e um dever-ser. São esses, não casuais, processos de fixações e fechamentos que encontram no sujeito centrado, seja antropológico ou sociológico, seu fundamento em comum, a marca de como a racialização tem, exitosamente, funcionado no plano epistemológico, uma espécie de gramática epistemológica. Sobre cada um desses marcos e cada qual a seu modo (isto é, sob o mesmo regime e por meio de relações de representação diferentes), *raça*, como um significante deslizante, tem produzido uma cadeia de equivalências que outorgam fixar (dever-ser), gramaticalmente, o que é ser Negro. A esse sujeito duplamente centrado, soma-se o *male* da esperança. As alternativas emancipatórias à sua disposição, aquelas cujo paladar do horizonte estético-político moderno aprecia e que a teoria social ocidental tem em alta estima, o universalismo liberal e a revolução proletária (classista), não são menos — nos termos em que estamos tratando — do que o futuro branco inescapável do qual o Negro é o passado, defende-se, desculpem-me o pleonismo, um historicismo ontológico.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre origem e a difusão do nacionalismo. Companhia das Letras, 2008[1983].

APPIAH, K. A. Uncompleted Argument: Du Bois and the Illusion of Race. **Race, Writing, and Difference**. The University of Chicago Press, 1986.

APPIAH, K. A. Illusion of Race. In my Father's house: Africa /n: **The philosophy of culture**. Oxford University Press. 1993.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Anti-racismo e seus paradoxos**: reflexões sobre cota racial, *raça* e racismo. Annablume, 2004.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **O preconceito racial em São Paulo**. São Paulo: Publicações do Instituto de Administração, 1951.

SUMÁRIO

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. Editora Unesp, 2015[1969].

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. ZAHAR, 2015.

DAMATTA, Roberto. Notas sobre o racismo à brasileira"; In: SOUZA, J. (Org.). **Multiculturalismo e racismo**: o papel da ação afirmativa no Estados Democráticos contemporâneos. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **The conservation of race**. The Project Gutenberg EBook, New York: Holt, 2010[1897].

FREYRE, Freyre. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Global Editora, 2004[1933].

HALL, Stuart. Race: The Sliding Signifier.. **The fateful triangle**: race, ethnicity, nation. Harvard University Press, 2017[1994].

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015[1992].

HOFBAUER, Andreas. **Entre olhares antropológicos e perspectiva dos estudos culturais e pós coloniais**: consensos e dissenso no trato da diferença. Antropolítica. Niterói, n. 27, 2009, p. 99 – 130.

HOFBAUER, Andreas. **Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil**. Lua Nova (Impresso), v.68, p.9 – 56, 2006.

MYDRAL, Gunnar. Introduction. **An American Dilemma**: The Negro Problema and Modern Democracy. HARPER E1 BROTHERS PUBLISHERS, 1944.

MAGGIE, Ivonne; FRY, Peter. O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **ENFOQUES** – Revista eletrônica. Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Tempo e tradição: interpretando a antropologia. Sobre o pensamento antropológico. **TEMPO BRASILEIRO**. 2003.



7

*Crislaine Gomes Souza Félix
Priscila Tinelli Pinheiro*

INVISÍVEIS SOCIAIS:

UMA ANÁLISE SOBRE OS IDOSOS COMO
SUJEITOS DE DIREITOS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.7

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a última fase da vida humana: a velhice. A temática exprime reflexões e esperanças, contrapondo a ansiedades e preocupações do processo de envelhecimento, decorrentes das dimensões econômicas, socioculturais e políticas.

As mudanças associadas à vida moderna; globalização, avanços dos conhecimentos tecnocientíficos, diminuição da taxa de natalidade, dentre outros, contribuíram para que o envelhecimento populacional se configurasse como um fenômeno de escala global.

A população idosa no estudo é compreendida por meio de um olhar especial, uma vez que, não são todos os países que possuem políticas públicas que garantam aos seus habitantes o bem-estar físico e psicossocial. No Brasil, é perceptível o aumento de legislações específicas, porém, existem falhas de aplicabilidade, logo, parte significativa dos idosos permanecem na linha da invisibilidade.

Desse modo, a temática aborda uma discussão jurídico-social da invisibilidade do processo de envelhecimento pautado na análise dos idosos como sujeitos de direitos. A partir da premissa de que a conquista dos direitos dos idosos e o reconhecimento de suas vulnerabilidades são avanços sociais, busca-se responder a seguinte problemática: quais são os atuais mecanismos jurídicos destinados à visibilidade da população idosa enquanto sujeitos de direitos?

A pesquisa objetiva compreender o processo de invisibilidade dos idosos bem como as legislações que os protegem. De maneira específica, são apresentadas as acepções do conceito de idoso no ordenamento jurídico brasileiro; ao lado da contextualização da população idosa e o seu processo de invisibilidade; estigmas, percepções estéticas, infantilização e mercado de trabalho; mecanismos jurídicos destinados a elevação ao status de sujeitos

SUMÁRIO

de direitos e, por último os avanços promovidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n. 10.741/03), na ótica dos direitos fundamentais à alimentação, saúde e transporte.

No que tange aos procedimentos metodológicos, utilizou-se quanto à natureza, a pesquisa básica, gerando novos conhecimentos. Em relação à abordagem, aspectos qualitativos foram evidenciados para a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Quanto aos objetivos, mecanismos descritivos auxiliaram, sendo o responsável por transmitir as características dos fenômenos. Por fim, no tocante aos procedimentos técnicos foram aplicadas a pesquisa bibliográfica e a documental com análise de legislações específicas; Constituição Federal de 1988, Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03), o Plano Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94), dentre outras.

A PESSOA IDOSA: DAS VARIADAS ACEPÇÕES E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Para discorrer sobre o idoso no ordenamento jurídico brasileiro, faz-se mister a identificação do público a que se destina tal norma. Desse modo, são evidentes dúvidas quanto à aplicabilidade de tais termos, originando questionamentos se tais expressões se referem ao mesmo evento da vida. (GOLDENBERG, 2020).

Diante disso, surge a necessidade de conceituarmos os principais termos: envelhecimento, velhice, terceira idade, idoso. Nesta perspectiva, tem-se o primeiro termo "envelhecimento"; Kertzman (2005, p. 34) define "como um processo que inscreve na temporalidade do indivíduo, do início ao fim da vida, composto por perdas e ganhos".

Destarte o envelhecimento apresentado pelo autor remonta em um modo inerente à vida humana, com alterações no sistema orgânico, sendo estes corriqueiros nesta fase, ou seja, envelhecer é parte integrante do ciclo chamado vida.

No que tange a “velhice”, Silva (2008, p.63) destaca que “o termo ‘velho’ é fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva. Desse modo, é evidente que as acepcões negativas vieram dos meios de produção capitalista vinculados à debilidade para o trabalho (JUSTO et al., 2011).

No que concerne ao termo “terceira idade”, tem-se a enunciação de Peixoto (1988) que realça a incorporação de uma política social de inserção à velhice. Sendo assim, o novo termo “terceira idade” originou para o resgate de uma nova perceptibilidade, compreendida entre a aposentadoria e o envelhecimento, enfatizando melhores condições de vida.

Por último, tem-se o termo “idoso”, sendo esta a denominação utilizada na presente pesquisa para se evitar qualquer polêmica, a qual é vista como politicamente adequada, sem que se saiba o motivo concreto para a rejeição a outros termos.

Neste sentido, o termo “idoso” indica uma pessoa com vivência em muitos anos, que se dá por alterações físicas, comportamentais, psicológicas e sociais que avançam de maneira particular em cada indivíduo (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p.156). Possui sua origem latina no substantivo *aetas*, *aetatis*, que corresponde à idade ou espaço de tempo humano. (LUNA, 2020).

Sendo assim, considera-se o envelhecimento como um processo, a velhice como uma etapa da vida, e o idoso como o resultado e sujeito destes (NETTO, 2002). Logo, a existência dos termos transmite a reflexão de que o processo de envelhecimento não é algo simplório, devido a existência de estereótipos na sociedade.

No Brasil, os idosos pertencem a uma categoria especial, com ênfase no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03), Constituição Federal de 1988, Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94).

O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), conceitua o idoso no ordenamento jurídico brasileiro como aquele que possui idade igual ou superior a 60 anos, sendo esta uma iniciativa inovadora, fruto de forte mobilização da sociedade.

Em relação à Constituição Federal de 1988, enfatiza-se que a mesma não trouxe definição “expressa” de pessoa idosa. Mas, no período de 1988 a 1994, muito se discutiu sobre o assunto, previsão firmada pela Lei nº 8.842/1994, ao instituir a Política Nacional do Idoso (SOUSA, 2014).

A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94) é a responsável por assegurar direitos sociais, promovendo a participação do idoso na sociedade brasileira, passando a considerar idosa a pessoa com idade superior a sessenta anos, conforme redação do art. 2º: “Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, as pessoas maiores de sessenta anos de idade” (BRASIL, 1994).

Portanto, no Brasil, o legislador optou pelo critério cronológico para qualificar a pessoa idosa, uma vez que, ao completar 60 anos de idade será, para todos os efeitos legais, idosa (SARAIVA, 2022). Por fim, ressalta-se que as conceituações são relevantes, porém por si só, não são suficientes, a situação do envelhecimento não se restringe apenas a números, e sim, a uma questão jurídica social, um direito humano fundamental.

A POPULAÇÃO IDOSA E O PROCESSO DE INVISIBILIDADE SOCIAL: PRODUÇÃO DE ESTIGMAS SOBRE O ENVELHECIMENTO

O conceito de invisibilidade social remonta às disciplinas que estudam o homem através das relações com a sociedade. O termo refere-se a indivíduos considerados invisíveis, isto é, que não se consegue enxergar, olhar e ver.

A definição atinge os que estão em condições inferiores na sociedade, tanto por aspectos históricos, socioculturais, econômicos ou religiosos, assim, quando desprezados, representam apenas mais um fragmento do cenário.

Para Costa (2004, p. 4), o fenômeno da invisibilidade social pode ser compreendido como uma “espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens”. No ponto de vista social, os grupos tornam-se insignificantes, declinando a sua natureza de seres pertencentes e sujeitos à direitos; assim como no “Ensaio sobre a cegueira”, de Saramago. No caso da velhice, a tal cegueira social conduz implicações humilhantes, com maior ênfase desta humilhação aos idosos desprivilegiados financeiramente, os de locais periféricos, os pretos e pardos, gerando descaso e convertendo os seres em uma mera peça.

A concepção desfavorável do processo do envelhecimento, tem como principal fator a sua exclusão social, gerando rótulos, preconceitos, tabus, estereótipos e a marginalização, pautados pelo preconceito e indiferença.

Portanto, a invisibilidade social gera consequências sérias ao idoso, no aspecto do bem-estar, da saúde física e mental, ocasionando nos casos mais graves depressão, inseguranças, baixa autoestima, exclusão social e sensação de não pertencimento, e até mesmo uma

morte prematura com o suicídio, tal preconceito é o resultado dos estigmas sociais, o idoso perde o seu espaço como cidadão.

A palavra estigma tem origem em algo que é considerado sem dignidade, ou seja, indigno, sem prestígio. Na civilização Grega, era conceituado, no período da antiguidade histórica, como símbolos corpóreos realizados em cativos ou encarcerados de guerra, sendo compreendido como uma identificação dos que se encontravam debilitados, os que estavam inaptos ao contato para com a sociedade.

No decorrer dos anos, os estigmas contribuíram para a segregação referentes aos grupos contidos nos arquétipos sociais dominantes. A estigmatização é um subsídio preceptor das discriminações e das condutas do afastamento de um grupo perante o seu corpo social.

Conforme ressalta Pinheiro (2017), os estigmatizados, em consequência de uma característica diferenciada são eliminados da sociedade civil, seja de forma física - por meio da proibição da frequência a determinadas locais - ou mesmo de maneira simbólica - quando são impedidos do acesso a determinados direitos, bens e garantias que somente concernem aqueles que são denominados "normais", ao padrão social, resultando na própria segregação.

O estigma de ser idoso escora na imagem do envelhecer, e, em cerne, gera tormentos de múltiplas diretrizes, fragilidade, solidude, inseguranças físicas e emocionais, dentre outras, originando o declínio factíveis para se preservar uma qualidade de vida, em contrapartida, aos valores exigidos da pós-modernidade, essa diferenciação entre o ser e o dever ser provoca uma negação ou desaprovação no próprio idoso quanto às circunstâncias e às condições em que o mesmo se encontra.

Desse modo, o estigma produz desconfiças na identidade dos seres humanos, caracterizando assim, como uma espécie de prejuízo ao que é considerado "dominante" ou "normal" aos padrões

SUMÁRIO

sociais vigentes. Assim, resta aos estigmatizados a perda da identidade, dessa forma, o diferente é considerado "tóxico". Por isso, tornar "visível" "o invisível" representa atribuições indispensáveis na identidade social dos desfavorecidos como sujeitos de direitos.

Posto isto, destaca-se assim, a estigmatização da pessoa idosa, nas respectivas vertentes, dentre estas: a percepção estética do envelhecimento, a infantilização do idoso, inserção e permanência no mercado de trabalho.

Na percepção estética do envelhecimento tem-se a figura do corpo transmitindo a existência do sujeito, por meio deste, é concebível sentir, interagir e conectar com o mundo. No processo de envelhecimento, são perceptíveis as modificações que acontecem nos corpos humanos no que tange aos aspectos físicos e psicológicos inerentes ao ciclo da vida (KLOTZ, 2017).

A admiração e a contemplação pela aparência são características aplaudidas pela sociedade, o "belo" é sempre vislumbrado. É inequívoco que, cuidar do corpo representa um aspecto específico de cada indivíduo, contribui para autoestima, qualidade de vida, satisfação com a autoimagem e felicidade dos seres. Porém, a problemática surge, quando tentamos alcançar padrões de beleza estabelecidos pelos "ditames sociais", ou seja, que não estão intrínsecos ao nosso ser, quando não nos aceitamos ou deixamos de existir.

Desse modo, a concepção da velhice é amplamente encarada de maneira inesperada, dado que, a aparência no espelho se altera rapidamente, e, ainda que os idosos saibam que os pertence, não pode negar a estranheza que a própria imagem os provoca. Assim, a imagem projetada no espelho é refletida pela falta de reconhecimento da própria identidade, com a existência do "medo" e "pavor" de envelhecer (GOLDFARB, 1998).

Destaca-se que, o envelhecimento estético corporal apresenta padrões de exigência divergentes entre homens e mulheres,

bem como para diferentes classes sociais. Segundo Onesko, et al., (2018), as mulheres geralmente consideram-no um objeto de análise, onde cada parte do corpo é avaliado de forma individual e muitas vezes crítica. Já os homens olham para o envelhecimento do corpo como um processo normal e natural, porém com suas particularidades.

Posto isto, afasta-se qualquer ideia de generalidade, visto que, a forma como o feminino e o masculino enfrentam o processo do envelhecimento, sujeita-se, além dos aspectos intrínsecos, a um composto de razões derivados da própria realidade econômica, social e cultural.

Portanto, envelhecer toma uma roupagem diferenciada dentre os mais variados grupos, por questões de gêneros, raciais, econômicas, culturais, dentre outras. Assim, tornar visível e derrubar preconceitos e estigmas que o próprio ser humano tem em relação a si e ao outro, contribuí para uma bela velhice no que tange ao processo de construção do status de sujeitos de direitos.

No que tange a infantilização do idoso tem-se a aplicação errônea do vínculo afetivo utilizado no tratamento das crianças nos idosos, decorrente do cuidado excessivo, da fragilidade que muitas vezes acometem este grupo. O comportamento infantilizado é incentivado, inconscientemente, por familiares, cuidadores, amigos, profissionais da saúde, ou seja, aqueles que os rodeia.

Segundo Corrêa (2007), em oposição do estereótipo empregado, o idoso não se torna uma criança com o passar dos anos, pelo contrário, as crianças estão conhecendo o mundo, desenvolvendo habilidades, enquanto os idosos carregam consigo uma bagagem de vida, experiências, histórias e capacidades adquiridas que devem ser valorizadas e usadas a seu favor.

Desse modo, é evidente que muitos idosos necessitam de um cuidado maior, mas independente do seu nível de independência o comportamento infantilizado não é recomendado, e, pelo Estatuto

da Pessoa Idosa, é considerado crime. “É preciso lembrar que, o idoso se trata de uma pessoa adulta e que, por muitos anos, em sua existência, determinou as rédeas da própria vida, fez escolhas, tomou decisões, teve desejos e não cabe a ninguém roubar essa dinâmica” (CORRÊA, 2007).

Portanto, a infantilização do idoso acarreta impactos, físicos, sociais e mentais, e, contribui para sua depreciação entrando em desacordo ao estabelecido no Estatuto da Pessoa Idosa, como disposto pelo seu artigo 10: “é obrigação da sociedade, família e Instituição assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na constituição e nas leis” (BRASIL, 2003).

No âmbito profissional a reflexão dos idosos traz aspectos da globalização e da acumulação do capital. As estigmatizações dos idosos no mercado de trabalho são pautadas pela imagem de seres “improdutivos” para os ditames econômicos sociais vigentes.

Atualmente, o modelo econômico social estabelecido, consiste na produção e no trabalho contínuo, é por meio deste, que o ser humano consegue “frequentemente” realizar seus anseios pessoais e financeiros, provendo o seu sustento e dos demais, auxiliando no fluxo da cadeia produtiva. Teixeira (2008, p. 66) afirma, “[...] nessas circunstâncias, estar fora do trabalho é estar fora da vida, excluído das condições de reprodução social [...]”.

Destaca-se que, o modelo vigente privilegia a juventude e exclui os idosos. Logo, a visibilidade dos idosos é mais escassa em relação aos jovens no mercado de trabalho, com a presença de estigmas e desafios a serem enfrentados.

Cumpre-se aqui destacar previamente que, diversas imposições da inserção do idoso no mercado de trabalho conflitam com o Estatuto da Pessoa Idosa, renegando ao idoso a sua condição como sujeito de direitos. Porém, o presente estudo não tem a finalidade

de trazer questões previdenciárias, se estas são aplicadas de maneira efetivas ou equivocadas ao idoso, visto que, tal discussão requer debates mais aprofundados, e, não, apenas, uma breve consideração.

Desse modo, enfatiza-se outros estigmas negativos que rondam a inserção, a permanência e a recolocação do idoso no mercado de trabalho, e, que comprometem a sua visibilidade como seres sujeitos de direitos. Goldman (2000, p.14) enfatiza a esse respeito: “Evidencia-se que as sociedades, sob a lógica do capital, tendem a transformar as pessoas em mercadorias e reduzem os velhos à condição de ‘mercadorias descartáveis’”.

Por fim, frequentemente a imagem do idoso no que tange às ocupações laborais são marcadas pela falta de mérito de suas faculdades. Porém, não podemos salientar apenas os aspectos negativos nas relações de trabalho, visto que, diversos idosos têm conseguido superar as barreiras impostas pelos ditames no alcance dos seus direitos sociais.

AVANÇOS PROMOVIDOS PELO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA (LEI N.10.741/03) SOB A ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E TRANSPORTE

Contextos demográficos, históricos e conceituais, dos aspectos da invisibilidade e dos estigmas pertencentes aos idosos foram expostos até o momento. Desse modo surge a necessidade de enfatizá-los com seres sujeitos de direitos, ou seja, como alguém participante das relações jurídicas, decorrente de uma qualidade inerente ao ser humano, que o torna titular de direitos e deveres (AMARAL, 2006).

SUMÁRIO

No Brasil, as mudanças quanto aos mecanismos jurídicos destinados aos idosos foram efetuadas paulatinamente. As constituições anteriores ao ano de 1988, apenas mencionam o termo “idoso” e a previsão de aposentadoria pelo decorrer da idade. Logo, a Carta Magna de 1988 foi um importante marco, pois, ao trazer no seu arts. 229 e 230, princípios norteadores como o da dignidade humana, corroborou com a ideia de respeito sem distinção, refletindo em um grande avanço em relação às Constituições anteriores (LIMA, 2019).

No plano infraconstitucional, foi promulgada a Lei n. 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, criando condições para promover sua autonomia, participação e integração na sociedade. Na sequência, é instituído o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, com competência para supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idosos. E pós 10 anos da edição da lei sobre a política nacional dos idosos, em janeiro de 2004, entrou em vigor a Lei n. 10.741/2003, denominada Estatuto da Pessoa Idosa, estabelecendo regras de direitos para proteção às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (GARCIA, 2016).

Desse modo, destaca-se, dentre as legislações citadas, o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741 de 2003, como o mais recente avanço para a garantia de proteção e manutenção da qualidade de vida dos idosos. Assim inaugura-se um novo posicionamento com relação ao idoso que deve ser inserido na sociedade, se não for o resgate de seu valor, como observado nas primeiras civilizações, mas pelo menos uma conscientização do respeito os que ocupam essa faixa etária, sem esquecer-se de levar em conta as transformações trazidas pela vida mais ativa de maior parte desse (LIMA, 2019).

No cotidiano dos brasileiros, presenciar os idosos com prioridades nas filas dos supermercados, bancos, ônibus e nos mais variados locais, tornou-se uma situação corriqueira. Por vezes, ainda desrespeitado, os direitos do idoso ao acesso prioritário aos serviços, dentre outras garantias, foram amplamente reforçados após a implantação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03) (TENTE, 2021).

Destarte, o Estatuto da Pessoa Idosa possui característica amplas em comparativo a outros dispositivos que abordam a temática, em virtude de regulamentar a obrigação da família, da comunidade, da sociedade, do poder público e privado no cuidado do idoso como também aos atos de discriminação passíveis de punição.

Em consonância aos seus 118 artigos, são tratadas questões fundamentais, desde garantias prioritárias aos idosos, até aspectos relativos ao transporte, perpassando pelos direitos à liberdade, à responsabilidade e à vida. Além de especificar as funções das entidades de atendimento à categoria, discorrer sobre as questões de educação, cultura, esporte e lazer, dos direitos à saúde através do SUS, da garantia do alimento, da profissionalização e do trabalho, da previdência social, dos crimes e da habitação, tanto em ações por parte do Estado, como da sociedade (NETTO, 2014).

Portanto, a Lei n. 10.741/2003 consolida aspectos de cidadania. Apesar de o Estatuto prever uma série de direitos e deveres aos idosos, muito ainda, não possuem compreensão dos dispositivos existentes. Salienta-se que, além dos aspectos punitivos citados, devem ser trabalhados e enfatizados a conscientização da sociedade relativa ao idoso, pois, frequentemente a discriminação contra a pessoa idosa está mais próxima do que se imagina: Assim as seguintes abordagens tendem a apresentar os direitos fundamentais contidos no Estatuto da Pessoa Idosa, no que tange à alimentação, à saúde, e ao transporte.

Dessa forma a temática defronta com os direitos fundamentais sendo parte do evoluir social uma vez que não são conquistados de imediato, ou de definitivo, representa assim, um catálogo aberto, onde os novos direitos são inseridos na medida em que, diante das circunstâncias históricas determinadas, se lhes reconhecem aludida necessidade (INDALENCIO, 2007).

SUMÁRIO

Os direitos fundamentais são os que asseguram a existência de uma vida digna, com liberdade e sem desigualdades sociais baseados, assim, na dignidade da pessoa humana. Nos idosos os direitos fundamentais auxiliam no protagonismo de ser cidadão, tornando-o visível no âmbito social, contudo além de positivados estes devem ser executados, a seguir elenca-se três dos dez principais direitos fundamentais contidos no Estatuto da Pessoa Idosa.

Concernente à obrigação alimentar esta fundamenta-se no dever de prestar alimentos, ou seja, na solidariedade humana, que deve existir entre os membros da família ou parentes. Esta solidariedade deveria guiar a vida de todos os seres humanos, pois uma pessoa que vive em grupo, com ajuda e companheirismo dos demais, consegue alcançar objetivos melhores (MENEZES, 2008).

Os alimentos no Estatuto da Pessoa Idosa, serão prestados conforme lei civil, sendo assim, conforme destacado, por meio de obrigação solidária, podendo os idosos optar entre os prestadores pelos filhos, netos, bisnetos e outros descendentes, desde que maiores de idade. Desse modo, o valor dos alimentos é fixado pelo Juiz da Vara de Família, levando em consideração as necessidades do idoso e também as possibilidades da pessoa ser obrigada a arcar com as referidas despesas (COSTA, 2017). Segundo Dias (2011, p.2) “talvez no tema alimentos é que se enxergue, de forma mais saliente, as mudanças levadas a efeito pelo Estatuto da Pessoa Idosa e que acabaram se espalhando a institutos outros”.

Em relação às transações relativas a alimentos, estas poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as defenderá, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. De igual modo, se o idoso, ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social (COSTA, 2017).

SUMÁRIO

Contudo, cumpre salientar que o acesso aos alimentos consiste em algo primordial para a manutenção de vida da população idosa, e de um envelhecimento pautados na dignidade da pessoa humana. Assim, destaca-se não somente a previsão do sustento, mas que este possa ser atrelado às necessidades específicas de cada idoso, pois como afirma o sociólogo Herbert José de Sousa, “quem tem fome tem pressa” (FELIX, 2014).

No que tange a saúde o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei Federal 10.741 de 2003, no título II, capítulo IV, reforça o direito à saúde das pessoas com mais de 60 anos. Assim, todos os adultos mais velhos têm o direito de ter acesso a um programa de atenção Global à Saúde. O SUS – Sistema Único de Saúde é o órgão que deve cumprir este direito (MARTINELLI, 2017)

Art.15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos (BRASIL, 2003).

O Idoso tem direito ao fornecimento gratuito de medicamentos pelo Poder Público. Principalmente os de uso contínuo, devendo também receber gratuitamente próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação caso necessário. Os planos de saúde particulares são proibidos de cobrar valores diferenciados dos idosos em razão de sua idade (MARTINELLI, 2017).

Art.15. § 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§3 É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade (BRASIL, 2003).

O atendimento domiciliar deve ser usufruído pelo idoso, incluindo internação, nos casos em que a mobilidade esteja comprometida. E, caso internado, ou em observação, pode ter acompanhante em tempo integral, desde que permaneça no hospital seja autorizada pelo profissional de saúde responsável pelo tratamento e onde não seja proibida (MARTINELLI, 2017).

Portanto, a velhice apresenta como características as necessidades dos cuidados especiais, devido à própria degradação corporal do processo biológico do envelhecimento, o que torna mais pertinente ao adoecimento. Porém, conforme evidenciado tal fase do desenvolvimento humano não pode ser visto apenas como sinônimo de moléstias, assim cabe ao Estado, às famílias e à sociedade, desenvolverem e corroborarem pela garantia das melhores condições de vida a este grupo.

O último direito fundamental que será abordado defronta a temática relativa aos transportes, sendo elemento relevante na garantia dos direitos, visto que, os sistemas de transportes correspondem como um dos mecanismos aos direitos de ir e vir, das liberdades e dos acessos aos idosos aos mais variados locais, contribuindo para sua inclusão e inserção social, afastando o seu processo de invisibilidade social e contribuindo para os aspectos da cidadania.

Dessa forma tal mecanismo jurídico foi aplicado no Estatuto da Pessoa Idosa, no título II, capítulo V – do Transporte, no seu art. 39 ao abordar que “aos maiores de 65 anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares” (BRASIL, 2003), porém fica assegurado que para o acesso à gratuidade, é essencial que o idoso porte um documento pessoal que confirme o seu fator etário.

No que tange aos transportes coletivos, a legislação no art. 39, §2º estabelece a reserva de 10% das poltronas para os idosos, aos quais devem ser devidamente identificados como assento preferencial. Assim, o § 3º da referida lei afirma que no caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 e 65 anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para o exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no caput do artigo (BRASIL, 2003).

Já no que diz respeito ao sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica: a reserva de duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual, ou inferior, a dois salários-mínimos e desconto de 50% no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos (COSTA, 2014).

É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso – art.41. Por fim, são assegurados a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo – art.42 (COSTA, 2014).

Portanto, os transportes representam um meio fundamental para que os seres humanos possam se locomover, superando barreiras e dificuldades para o acesso de suas atividades. Devido a sua importância, os idosos devem usufruir destes benefícios com facilidades, para que, com acesso aos locais, os seus direitos e deveres possam ser estabelecidos, inclusive na busca de superar desigualdades existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, presente nos países desenvolvidos e menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil. A transição demográfica ocorrida se deu pelo avanço da medicina, tecnologia, da qualidade de vida e da diminuição da taxa de natalidade. Assim, tal fenômeno acabou evidenciando os estigmas sociais que já se faziam presentes.

Desse modo, destaca-se que não são todas as sociedades que veem a população idosa com estigmas e preconceitos, visto que, para muitas civilizações o idoso é considerado fonte de sabedoria sendo tratado com muito respeito. Porém, às civilizações ocidentais a população idosa é frequentemente vista como um sinônimo de improdutividade, fraqueza, doença e, até mesmo, como um fardo decorrente de fatores históricos, culturais e econômicos impregnados.

É perceptível que o processo natural biológico do envelhecimento no Brasil, ainda causa estranhamento devido às conceituações já pré-concebidas, em decorrência dos diversos mitos que rondam o envelhecimento humano. Assim o idoso brasileiro tem dificuldade de se inserir na vida social, o que contribui para a invisibilidade.

Os idosos, assim como qualquer outro cidadão, são sujeitos de direitos pelo simples fato de nascerem; possuindo mecanismos jurídicos que o alicerçam, tais como a própria Constituição Federal de 1988; a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842/1994) e mais recente o Estatuto da Pessoa Idosa – Lei 10.743/03, dentre outros.

O Estatuto surgiu como um mecanismo jurídico visando regulamentar, assegurar e garantir os direitos das pessoas maiores de 60 anos; ampliando a proteção e agravando as penas para quem efetue tal delito para com os idosos.

Conclui-se que, além dos mecanismos jurídicos existentes é essencial fomentar políticas públicas, palestras, seminários, materiais informativos, debates, fóruns, dentre outros no auxílio da conscientização social, assim esta pode ser a ferramenta na retirada do idoso da invisibilidade na construção de um mundo pautado na dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional do Idoso**. Brasília:DF, 4 de janeiro de 1994.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CORRÊA, Danielle. A infantilização da pessoa idosa é crime. **Portal administradores**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/infantiliza%C3%A7%C3%A3o-dapessoa-idosa-%C3%A9-crime>. Acesso em: 09 out. 2022a.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens Invisíveis**: Relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004, p. 63.

COSTA, Juliana Figueiredo. Estatuto do Idoso: considerações sobre o direito a alimentos, à saúde, à habitação e ao transporte. Material didático. **Direito da Infância Juventude e Idoso**. Publicação: 2014.1 – IESP

DIAS, Maria Berenice. **Os alimentos após o estatuto do idoso**; disponível em: http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/os_alimentos_apos_o_estatuto_do_idoso_-_maria_berenice.pdf; Acesso em: 13 out. 2022a.

FELIX, Michelle Nogueira. **Alimentos para idosos**; Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA; p.48; Projeto de Pesquisa (graduação em Direito); Assis, 2014.

GARCIA, Maria; LEITE, Flávia Piva A.; Carla Matuck Borba Seraphim. **Comentários ao Estatuto do Idoso**. Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN

SUMÁRIO

GOLDENBERG, Mirian. **A invenção de uma bela velhice**: Projetos de vida e a busca da felicidade. Editora Record, 2020.

GOLDFARB, G.D.C. (1998). **Corpo, tempo e envelhecimento** São Paulo: Casa do Psicólogo.

GOLDMAN, Sara Nigri. Velhice e Direitos sociais. *In*: PAZ, Serafim Paz et al. (org). **Envelhecer com cidadania**: quem sabe um dia? Rio de Janeiro: ANG; CBCISS, 2000, p.13-42.

INDALENCIO, Maristela Nascimento et al. **Estatuto do Idoso e Direitos Fundamentais: fundamentos da proteção da pessoa idosa no ordenamento jurídico brasileiro**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - UNIVALI, 2007.

JUSTO, S.J; ROZENDO, A.S; CORREA, M.R. **O idoso como protagonista social**. [https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/6403_O+IDOSO+COMO+PROTAGONISTA+SOCIAL](https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/6403_O+IDOSO+COMO+PROTAGONISTA+SOCIAL;); Acesso em: 04 ago. 2022a.

KERTZMAN, O. F. Responsabilidade Social e Envelhecimento: o que as empresas têm a ver com isso? ... **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 16, jun. 2005.

KLOTZ, Gleicimara Araujo Queiroz. Percepção estética do envelhecimento feminino. 341 f. Dissertação (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.

LIMA, Lorena. **Breve história dos direitos no Brasil e no mundo**; disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71311/breve-historico-dos-direitos-dosidosos-no-brasil-e-nomundo>.> Acesso em: 14 jul. 2022^a

LUNA, P. C. C., DA SILVA, C. B., VASCONCELLOS, R. P. M., DE SOUZA, C. H. M., & da Silva, M. A. B. (2020). **Aplicabilidade do Estatuto do Idoso no ordenamento jurídico brasileiro**: uma análise temporal entre os anos de 1988 e 2007. 1 ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

MARTINELLI, Juliana. **Direito à saúde para o idoso**: o que você precisa saber; <https://idosos.com.br/direito-saude-para-o-idoso/>, Acesso em: 13 out. 2022^a

MENEZES, A.S.R.C; **Responsabilidade Civil e Alimentos**: Uma necessidade especial ao idoso. Trabalho de conclusão de curso. Direito. Itajaí. 2008, UNIVALI.

NETTO, Jordão Antônio. **O que é o Estatuto do Idoso**. disponível em: <https://sbgg.org.br/oque-e-o-estatuto-do-idoso/>; Acesso em: 12 out. 2022a

ONESKO, Jéssica; DA SILVA MACUCH, Regiane; CORTEZ, Lúcia Elaine Ranieri. **Percepção de beleza, autoestima e bem-estar de idosos**. Congresso Internacional de Envelhecimento Humano; 2018

PEIXOTO, C. (1998). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. *In*: Barros, M.M.L. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro (RJ): Editora Getúlio Vargas.

PINHEIRO, Priscila Tinelli. **Catadores de materiais recicláveis**: a tensão entre a invisibilidade e os direitos fundamentais. Curitiba: CRV, 2017

SARAIVA, Luana de Lima. **A tutela constitucional da pessoa idosa**; Conteúdo Jurídico; Brasília-DF. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46615/a-tutelaconstitucional-da-pessoa-idosa>. Acesso em: 13 out. 2022.

SCHNEIDER, R. H; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 2008, 25(4), p. 585-593.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008.

SOUSA, João; **visão crítica sobre os direitos e garantias fundamentais da pessoa idosa**. Curso de Direito, Fortaleza - Ceará 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital**: implicações para a proteção social no Brasil. – São Paulo: Cortez, 2008.

TENTE, Jaqueline Hahn. **Estatuto do Idoso completa 18 anos com avanços e desafios**. <https://www.secic.ms.gov.br/estatuto-do-idoso-completa-18-anos-com-avancos-e-desafios/>; Acesso em: 06 out. 2022a



8

Edson Linhares da Silva

TE TRAGO VERDADES, ACREDITE SE QUISER:

**RAP E CONHECIMENTO,
RAP É CONHECIMENTO**

INTRODUÇÃO

O texto a seguir refere-se a uma pequena apresentação de um dos capítulos da minha dissertação (O "R.A.P enC.I.N.A": RevoluSom Através de Palavras – Conhecimento, Identidade, Negritude e Antirracismo) em fase de conclusão, na qual os dados produzidos levaram-me a investigar como o rap, um gênero musical de forte identidade com a juventude negra e periférica, não se limita apenas a essa categorização. Ele pode ser também denominado como um movimento social juvenil que estabelece um conjunto de valores, contestando as práticas racistas e preconceituosas da sociedade. Em outras palavras, situa-se como *outsider* do pensamento social brasileiro.

Nesse contexto, surge a indagação se a cultura hip-hop ainda poderia ser considerada como um *outsider* nos dias atuais, especialmente pelo seu crescimento. Impressiona como todo esse movimento marginalizado, criminalizado, frequentemente rotulado de 'maloqueiro' e acusado de fazer apologia ao crime, conseguiu acessar lugares que, até recentemente, estavam fora de alcance. Como disse Dexter (2005), "o monstro cresceu, se criou. Agora já era, é lamentável doutor!"

Diante disso, não seria exagero afirmar que a cultura hip-hop, ao longo dos últimos anos, tem conquistado espaços cada vez mais consolidados no interior do campo cultural hegemônico¹ em diversas esferas ao redor do mundo. Posso citar, por exemplo, a inclusão

SUMÁRIO

1 Refere-se a padrões culturais reconhecidos, vivenciados e influentes na sociedade, moldando o pensamento e comportamento das pessoas. Este conceito destaca a importância de certas práticas sociais e modos de vida característicos de grupos específicos. No contexto deste trabalho, enfoca-se a cultura hip-hop como um exemplo que permitiu a pessoas negras e de origens periféricas acessar espaços anteriormente restritos a estratos sociais mais privilegiados. Mais informações sobre cultura ver: HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade. [S. l.], v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

do Breaking nas Olimpíadas, o Graffiti sendo exibido em museus e galerias de arte - locais que antes eram acessíveis apenas às classes sociais mais privilegiadas - e o Rap se tornando um dos gêneros musicais mais populares do planeta. Além dessas realizações, o hip-hop, como forma de conhecimento, estabelece uma conexão entre a cultura da periferia urbana e um dos principais centros de debates públicos: as universidades, por meio dos *hip-hop studies*².

No entanto, mesmo diante dessa dicotomia entre *outsider* e estabelecido, é possível reafirmar que a cultura hip-hop como um todo continuará sendo um *outsider*. Isso se deve, principalmente, à sua origem em meio à marginalidade e ao seu importante papel como expressão de engajamento político crítico, representando fortemente a cultura negra ao redor do mundo e que continua a ocupar esses espaços marginais na contemporaneidade. Com isso, podemos observar que a transformação vem de fora, e o hip-hop desempenha uma posição especial nesse processo, como evidenciado no chamado "Negro Drama" citado por Racionais MC's (2002).

Aí, você sai do gueto
Mas o gueto nunca sai de você, 'morô' irmão?
Cê tá dirigindo um carro
O mundo todo tá de olho 'ni' você, 'morô'?
Sabe por quê? Pela sua origem, 'morô' irmão?
É desse jeito que você vive, é o negro drama

Para melhor contextualizar essa abordagem e compreender a produção dos dados na condução da pesquisa, realizei recortes sobre a temática de raça e racismo presentes nas músicas de três rappers (Baco Exu do Blues, Cristal e Djonga). Em seguida, apresentei essas letras e estabeleci diálogos em dinâmicas de

SUMÁRIO

2

O "*hip-hop studies*" é um campo de estudo multidisciplinar que abrange diversas áreas do conhecimento (sem restrição) na academia. Mais informações em: SANTOS, Jaqueline Lima. Imaginando uma Angola Pós-Colonial: A Cultura Hip-Hop e os inimigos políticos da Nova República. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

Observação Participante, Grupo Focal e Entrevistas Individuais. Os dados produzidos revelaram como o rap pode se transformar em um genuíno parceiro, professor e orientador para jovens periféricos que se identificam com esse gênero, especialmente em relação à prática antirracista. Com essa análise foi possível perceber que o rap assume um posicionamento crítico em relação à realidade, sendo entendido não apenas como uma expressão artística, mas também como um modo de existência, linguagem e, sobretudo, produtor de conhecimento conforme apresentarei no decorrer do texto.

O HIP-HOP É “FODA”

A cultura hip-hop teve sua origem no Bronx, Nova York, em meados dos anos 1970, como resposta a um cenário urbano desolador marcado por segregação racial, desigualdades socioeconômicas e violência sistemática. O marco inicial de suas atividades como conhecemos hoje, ocorreu a partir de uma festa de rua conhecida como “*Block Party*”, transformando-se em uma expressão cultural vibrante nas comunidades negras e caribenhas marginalizadas daquela região (ROSE, 2021).

Os motivos para o surgimento do hip-hop estão enraizados na devastação local causada por fatores como turbulência política, colapso econômico, violência policial e alterações radicais no modo de funcionamento do sistema capitalista. Essa realidade pós-industrial resultou em forte desemprego, cortes de serviços públicos e ataques aos direitos trabalhistas, afetando de maneira contundente as comunidades do Bronx e outras periferias estadunidenses.

Como resposta a esse contexto, a cultura hip-hop se tornou um meio de recusa à realidade posta, oferecendo autorrepresentação, diversidade e identidade alternativa. Desde o início, o hip-hop se contrapôs às políticas governamentais, reinterpretando as experiências

urbanas e apropriando-se simbolicamente dos espaços públicos por meio de seus principais elementos como o Breaking: conhecido como dança de rua e promovida pelos B.boys e B.girls; DJ: abreviação de *Disc Jockey*, atua na constituição rítmica sonora, é responsável pela base musical que dá o ritmo das festas e de produção de alguns gêneros musicais; Graffiti: que traz a arte através da pintura de rua, embora seja escrita, ganha também característica de mensagem oral e composição visual a céu aberto com textura e cor; MC: abreviação de 'Mestre de Cerimônia', ocupa-se do vocal, responsável por entreter e animar o público nas festas, aquele/a que conduz a apresentação do evento e que faz rap nos seus diversos estilos (ROSE, 2021).

Os desdobramentos da cultura hip-hop transcenderam as fronteiras do Bronx e dos Estados Unidos, espalhando-se globalmente. Ela se tornou uma manifestação hibridizada, incorporando elementos de diversas culturas. Além disso, a cultura hip-hop reflete resistência contra a hegemonia cultural, destacando-se como uma expressão autêntica de oposição às estruturas dominantes (GILROY, 2012).

No contexto brasileiro, especialmente em São Paulo onde teve seu início, a cultura hip-hop ganhou destaque nas periferias a partir da década de 1980, sendo uma manifestação marcante que ultrapassou fronteiras territoriais, linguísticas e ideológicas (ANDRADE, 1996; SILVA, 1998).

SÓ ESCREVO O QUE VIVI. MUITA COISA QUE EU SEI, NA ESCOLA EU NÃO APRENDI

Iniciarei o texto centrando-me numa fala proferida por um dos entrevistados, GJota, ao afirmar que: "o rap serve como uma forma didática, [...] uma 'parada' pra gente aprender! Então, eu pego

SUMÁRIO

a menção que o 'cara' colocou a referência se é de um negro, se é de um texto, se é de uma 'parada' que já aconteceu [...] e passo a refletir sobre a música".

Desse modo, compreendemos que o gênero musical rap transcende o aspecto cultural e exerce uma influência significativa nas ações cotidianas das pessoas, por meio dos chamados "letramentos de reexistência" (SOUZA, 2009). Portanto, o rap se manifesta como uma identidade, uma forma de ser no mundo que incorpora valores, experiências e perspectivas singulares através de sua compreensão.

No Grupo Focal, emergiram diálogos reveladores que ressaltaram a multifacetada natureza do rap, superando a de ser apenas um gênero musical (o que não seria um problema). Em uma dessas discussões, percebemos o rap, politicamente engajado, como uma poderosa ferramenta de conhecimento e expressão, como evidenciado abaixo:

O conhecimento né mano?! Pra nós tem coisas que não chega e quando a gente vê um artista falando, mencionando, citando uma frase, um livro, um artista, 'tá ligado'?!. Você vai pesquisar depois e vai falar:

- 'Caramba' mano! Olha a história desse 'cara'!

E traz esse artista que você não aprende na escola e que deveria ter e, assim aprende graças ao artista. [...].

A música também é uma forma de educar, uma forma que a gente aprende também não só de escutar, mas se a gente para aqui pra ver a letra e a gente vê menções e depois vai pesquisar sobre (PARTICIPANTE X, 2022).

Nessa fala, observamos a ênfase dada à valorização da educação e do conhecimento proporcionados pelas letras desse gênero musical. Segundo o depoimento, as mensagens do rap introduzem ideias e perspectivas aos/às ouvintes, muitas vezes ausentes em outras fontes. Além disso, o rap os/as motiva a conduzir pesquisas

adicionais sobre tópicos raramente abordados na educação formal ou na mídia tradicional.

O exercício reflexivo proporcionado pelo rap em relação ao seu público é comparável a conceitos fundamentais, de acordo com a análise de Freire (1987) sobre a importância da técnica de conscientização nas práticas educacionais. Esta abordagem é vista como uma ferramenta que fomenta a reflexão crítica em torno da realidade social, incentivando o indivíduo a adotar uma postura mais ativa. Através desse processo, emerge a percepção da possibilidade de mudança social em face das alternativas proporcionadas pela classe dominante. A ligação entre práxis e reflexão, cultura e educação desempenha um papel fundamental na capacidade do indivíduo de transformar o mundo em que vive, constituindo um componente indispensável para a superação da relação oprimido e opressor.

Dialogando com Dias (2019, p. 73), entendemos que,

A cultura Hip-Hop é a arma do negro contemporâneo, pois pode alcançar conhecimento por meio do reconhecimento de sua história e de sua luta, como estratégia de engajamento e de fortalecimento político, com vistas a alterar a composição do poder instituído ou até mesmo visando à tomada de poder.

Nesse sentido, pode-se compreender que o rap é uma produção de lógica de vida e funciona como instrumento de identificação para a juventude negra e periférica. Em conjunto com outros elementos da cultura hip-hop, se desempenha um papel importante no processo de participação, aprendizado, ação social coletiva e dinamicamente aborda questões relacionadas à discriminação e a exclusão social (SOUZA, 2009; DIAS, 2019).

A importância do papel que o rap exerce em uma das declarações de outra pessoa entrevistada, Helô Rodrigues, ao enxergar nesse gênero uma espécie de “escola”, “professor”, fonte de informa-

ções e produtor de conhecimento em sua vida, se destaca em suas palavras como exposto abaixo.

No rap eu mesmo aprendi muita coisa e ele é multidisciplinar porque na música cabe tudo. Pode ser algo íntimo, pode ser um sentimento, como pode ser um dado histórico, uma matéria jornalística. Já escutei muita matéria jornalística sobre o passado, sobre o presente, sobre o futuro. Muita coisa de perspectiva de vida, muita coisa sobre acreditar no sonho. São coisas que eu não escuto da minha família e que eu escuto no rap, sabe?!

[...] Acho que é bem isso de trazer perspectivas, de trazer também uma oportunidade de expor revolta, porque a gente é um povo revoltado e a gente precisa falar sobre essas revoltas, eu acho que isso contribui muito para o nosso processo de cura e para como a gente vai enfrentar todas essas coisas que nos atravessam, as opressões e tudo mais.

[...] O rap pra mim é esse lugar de entretenimento, acolhimento e eu sinto que enquanto estou ali me entretendo eu também estou ali consumindo informação porque todas as músicas, todas, todas, todas, algumas coisas assim, seja uma reflexão sobre autoconhecimento, uma reflexão sobre o mundo, ou seja, um conhecimento, um estudo, algo científico mesmo sobre a história, então eu sempre aprendo.

O rap é percebido como uma linguagem que transcende as palavras e batidas, permeando todas as esferas da existência de Helô Rodrigues. É considerado multidisciplinar, abrangendo desde conteúdos jornalísticos sobre eventos históricos ou contemporâneos até reflexões pessoais sobre autoconhecimento, desempenhando o papel de conselheiro nos momentos de dúvida ou de tristeza. Além disso, o rap oferece um espaço de acolhimento e entretenimento, onde é possível expressar e compartilhar revoltas e angústias frequentemente relacionadas a opressões e desigualdades sociais. Desse modo, o rap torna-se uma ferramenta significativa para enfrentar e superar desafios, contribuindo inclusive para processos de cura e transformação pessoal e social.

Continuando com essa linha de raciocínio, GJota nos demonstra que a cultura hip-hop ultrapassa a definição de uma manifestação artística:

O rap, não só ele, mas o hip-hop é vivência né mano?! Os quatro elementos do hip-hop é vivência, o rap não é só música, o hip-hop é um estilo de vida também, é uma virtude. É uma 'parada' que não são só as músicas, mas que tem todo um trabalho social, é todo um movimento. Falo de um trabalho social porque a gente usa como forma de educar e como forma também de ajudar. A gente tem que sempre 'bater' nisso. Qual o outro gênero musical 'salva vidas' tanto quanto o rap? 'Tá ligado'?! Então, a 'parada' não é só a música, é a conduta é a postura e o rap não é só música, mas é um movimento que 'salva vidas', de resto nem precisa falar.

A participação de GJota realça a percepção de que o rap é um gênero musical com o poder de "salvar vidas"³, destacando sua singularidade em relação a outros gêneros musicais. Para esse jovem, a cultura hip-hop representa um movimento que transcende a arte e desempenha um papel crucial na formação de uma postura e conduta social positiva. Além disso, o rap é considerado um fenômeno cultural e social que vai além dos limites da música, exercendo um impacto significativo no dia a dia das pessoas, especialmente na comunidade negra e periférica.

A partir das declarações de Helô Rodrigues e GJota, compreende-se que o rap é um estilo de vida que possibilita a construção de identidade, empoderamento e a autoexpressão das pessoas negras. Ele oferece uma linguagem poderosa e uma estética única, permitindo aos indivíduos expressar suas realidades, desafios, esperanças e aspirações com o objetivo de promover mudanças sociais e lutar contra a opressão e a injustiça.

3 É comum na comunidade hip-hop se referir à experiência desse movimento como um salvador de vidas, pois ele desempenha um papel importante ao conscientizar seus simpatizantes por meio de sua intervenção cultural. Isso se manifesta através da força das letras do rap, da expressão corporal no breaking e da manifestação artística visual do graffiti.

SUMÁRIO

Nessa perspectiva, o rap desempenha um papel social relevante, estabelecendo-se no campo da educação como uma ferramenta de intervenção para além das esferas institucionais tradicionais. Ele atua como um instrumento estratégico para a expressão da negritude, dadas as limitações históricas enfrentadas pela população negra dentro dessas instituições, seja por meio do “ensino meia boca lesando a mentalidade” das escolas formais, como mencionado por Edi Rock (2013), ou devido aos processos seletivos excludentes das universidades públicas. O rap, portanto, oferece uma forma de conhecimento originada nas margens da sociedade, manifestando-se como um espaço de resistência, ampliando metodologias educativas e culturais únicas. Esse entendimento da educação está intimamente ligado à luta contra a discriminação racial, como destacado por Souza (2009).

Quando os/as rappers são capazes de construir experiências e narrativas que ressoam com o seu público, eles/as contribuem para a luta por mudanças e melhorias nas condições de vida. Ao compartilharem suas vivências e trajetórias, os/as artistas do rap proporcionam um valioso aprendizado para os/as ouvintes, promovendo um impacto positivo em suas vidas.

À medida que Souza (2009) analisa o modo de declaração política e de expressão cultural abordados pelos letramentos do rap, introduz-se a perspectiva dele como um importante instrumento de enfrentamento ao racismo e de promoção da cidadania por parte da juventude negra e periférica. Isso permite uma compreensão crítica da própria realidade e de desenvolvimento das possibilidades de transformação social. Por exemplo, como Freire (1987) argumenta, à medida que um indivíduo reflete sobre sua posição no mundo, ele se torna mais consciente e está melhor preparado para intervir no cotidiano.

Nesse contexto, B.O Kaze, outro entrevistado, reconhece que o rap lhe proporcionou aprendizados que dificilmente encontraria em outras formas de expressão musical, pesquisa ou leitura de texto, como expresso no relato a seguir:

SUMÁRIO

O rap ensinou pra mim de várias formas, [...], sobre entender um pouco mais das outras siglas do LGBTQIA+! Eu sou uma pessoa que está na sigla G né?! Eu sou Gay, mas a gente tem outras siglas também. Tem a sigla da pessoa Lésbica, da pessoa Trans e ouvir o rap dessas pessoas, a gente consegue se colocar muito mais no lugar delas do que lendo um texto por exemplo ou até pesquisando sobre mesmo. Você entra muito mais no íntimo dela, o que ela está sentindo ouvindo as letras dessa música e o que ela quer passar com isso. A mensagem que traz isso ensina muito. Outras coisas também, tipo como o enfrentamento ao racismo, essas questões mais fundamentadas no rap que são mais antigas e desde o começo são pautadas. Questões sobre a desigualdade social também, de direitos humanos, enfim...

Na concepção de B.O Kaze, o rap assume um papel de grande importância, principalmente por ser uma fonte de aprendizado e ensinamento em diversos aspectos da vida. Ele enfatiza que o rap o educou sobre a diversidade de gênero e as diferentes siglas que compõem a comunidade LGBTQIAPN+⁴. Isso confirma que as letras das músicas permitem uma compreensão mais profunda e íntima do que as pessoas dessa comunidade estão sentindo e pensando. Além disso, B.O Kaze destaca a relevância do rap em abordar questões cruciais como o racismo e a desigualdade social, que são as pautas que deram origem a essa manifestação artística. Portanto, esse depoimento nos mostra que o rap é um meio de aprendizado importante e valioso, que permite aos/às ouvintes entender temas complexos de maneira mais intensa e significativa.

4

A sigla vem sendo atualizada ao longo dos anos para incluir cada vez mais grupos da comunidade. L = Lésbica; G = Gay; B = Bissexual; T = Transexual e Travesti; Q = Queer; I = Intersexual; A = Assexual; P = Pansexual; N = Não-binário; + simboliza outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, e não estão representadas nas letras informadas na sigla. Mais informações em: "LGBTQIAPN+: conheça o significado da sigla". Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/lgbtqiap-conheca-o-significado-da-sigla/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Desse ponto de vista, é possível reconhecer o papel dos/as rappers como construtores de codificações. Seu objetivo é desafiar as codificações estabelecidas e praticadas pelo *status quo*, que, por meio de seus mecanismos de intervenção social e dos meios de comunicação, tendem a cooptar os indivíduos através da posição 'hegemônica-dominante' de decodificação (HALL, 2003).

Para uma melhor compreensão de onde busco chegar com essa discussão, segundo Said (2005), um intelectual pode ser considerado um *outsider*, amador e perturbador do *status quo*, expressando um universo simbólico que reflete os anseios de uma parte da sociedade. Esses sujeitos empregam uma linguagem que busca falar a verdade ao poder e não podem ser previstos nem forçados a se encaixar em slogans. Atuando como vozes críticas, esses tipos de intelectuais desafiam o *status quo*, expondo contradições e injustiças cotidianas. Eles se posicionam como estranhos no sistema dominante, oferecendo uma perspectiva alternativa e não comprometida com o poder estabelecido.

Diante disso, percebemos a partir das declarações mencionadas neste texto que o rap proporciona um espaço onde surgem intelectuais *outsiders* e perturbadores desse *status quo*, como destacado por Said (2005). Conforme foi acompanhado, os/as rappers trazem para o universo simbólico desse gênero musical questões que não são abordadas na educação e/ou na mídia tradicional, mas que são de extrema importância para uma parcela significativa da sociedade que não se sente representada por essas instituições. Desse modo, essas figuras podem ser vistas como sujeitos que expressam a verdade em relação ao sistema dominante, pois suas letras e mensagens frequentemente questionam as estruturas, denunciam as desigualdades sociais e os abusos cometidos pelas autoridades, exatamente como sugere Said (2005) sobre o papel que um intelectual precisa desempenhar.

A título de exemplo, apresento alguns recortes de Baco Exu do Blues (2018), Cristal (2021) e Djonga (2017), que foram utilizados nas dinâmicas para a produção dos dados e que ecoam, de alguma forma, a perspectiva apresentada por Said (2005):

Eu sou um dos poucos que não esconde o que sente
Choro sempre que eu lembro da gente Lágrimas são só
gotas o corpo é enchente Exagerado eu tenho pressa
do urgente Eu não aceito sua prisão minha loucura me
entende (BACO EXU DO BLUES, 2018).

E o sentimento de um jovem preto? Teu medo nos olhos
é azul e vermelho Insegurança, mais um jovem preto que
sabe que é suspeito se olhando no espelho As coisas são
mais claras pra quem nasce escuro (CRISTAL, 2021).

Manos se drogam, pensam: - Até que a morte nos
ampare! E a bola de cristal do boy é a taça de Campari!
E o morro chora, desespero e ainda tem barro lá, Prefeito
diz: - Senhor é meu pastor, mas nada te asfaltar! Tudo te
faltará, se comprometerá Pra consumir doses de alegria,
e não pagará! "É o Homem na Estrada" de todo dia, (E)
sabe a resposta "o que é clara e salgada" Os mais novo
vive queimando largada, Não sabe ler, nem escrever, e
sabe o nome da delegada (DJONGA, 2017).

Nesse sentido, ao expor os conteúdos dessas letras, arrisco em dizer que rappers, politicamente comprometidos/as, podem ser considerados/as intelectuais de seu tempo, enquanto figuras representativas que articulam sentidos extremamente importantes na vida de uma determinada camada social, apesar de todas as barreiras colocadas pelo sistema dominante.

Conforme alega Said (2005, p. 27),

Meu argumento é que os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão. E essa vocação é importante na medida em que é reconhecível

publicamente e envolve, ao mesmo tempo, compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade.

A partir desse ponto de vista, entende-se que a importância do papel de um intelectual reside em ser desagradável, causar desconforto e ser uma figura contrária ao que está estabelecido, exatamente como as ações dos/as rappers ao expressarem descontentamento com os problemas sociais. Isso se reflete no enfrentamento ao racismo e na denúncia das políticas de precarização (MAGALHÃES, 2020) que afetam diretamente as condições de vida nas periferias, como ilustrado por Djonga (2022) em relação ao recente cenário político brasileiro:

O cidadão de bem é a origem do mal,
Vê bem quem é o santo no seu pedestal
Recebendo mensagens no seu Nextel
De esquema indevido e falando de moral
Governam esse país de dentro de um motel,
Põe pretos pra viver nas margens de *My Town*,
É sobre quem sobreviveu, não sobre quem matou,
Já que te obrigam a usar seu instinto animal,
Nós somos abelhas rodando ao redor do mel,
Com medo do Zangão quando a Rainha é que a tal,
[...]
Uns criam Marielles pra salvar o mundo,
Enquanto outros se orgulham de criar Ronnie Lessa,
Nós somos quebra cabeça de um milhão de peças,
Retrato falado dos erro dos meus parças,
Não importa quem chora se tá lotada a festa,
Ou seja, 'foda-se' o recheio essa pizza é massa
(DJONGA, 2022).

Saliento, assim, que as iniciativas político-culturais articuladas pelo rap, por meio das mensagens transmitidas nas composições musicais e da forma como atuam, são suficientemente relevantes na formação de intelectuais protagonistas. Eles/as são responsáveis por diagnosticar uma visão de mundo e exercer uma prática política ao expressarem em suas letras aquilo que vivem, pensam, conhecem e sentem as populações vulneráveis da sociedade brasileira.

O diálogo a seguir, realizado no Grupo Focal, contribui para fortalecer esse raciocínio:

A partir do momento que você traz uma narrativa, traz relatos, conhecimento. Isso você já tá produzindo conteúdo que pode traduzir em reflexo né?! É um trabalho de formiguinha mesmo, mas se cada pessoa escutar e se questionar, já está fazendo uma diferença estrutural (PARTICIPANTE 1, 2022).

Isso é arte, assim como o filme pode te trazer alguma coisa, uma cultura, uma dança. No rap são palavras que estão passando informações e se parar para ouvir o que elas estão dizendo e tentar entender, você pode expandir um pouco a sua consciência e aprender alguma coisa e se questionar sobre a própria vida, sabe?! Quantas pessoas negras nem se enxergam como negra? Eu mesma fui me enxergar como uma pessoa preta no ensino médio, mas eu sofri racismo a vida toda, mas eu achava que isso não era real, que era outra 'fita' porque eu não era preta, 'tá ligado'?! E a partir de conhecer artistas e outras formas de arte mesmo fui me reconhecendo (PARTICIPANTE 2, 2022)!

Nessas declarações, destaca-se a relevância do rap na compreensão e transformação social. Elas evidenciam que, por meio da narrativa, dos relatos e do conhecimento trazidos por esse gênero musical, é possível estimular a reflexão e promover mudanças, não apenas no contexto social, mas também na vida pessoal dos indivíduos. O rap é considerado uma forma de arte que proporciona um senso de pertencimento e apoio, fortalecendo os laços sociais e permitindo a construção coletiva por meio de narrativas e representações. Isso leva os sujeitos a questionarem suas próprias vidas e se reconhecerem como parte de um grupo marginalizado. Valoriza-se, portanto, o papel dos/as rappers, que, por meio de sua expressão artística, ampliam a visão de mundo dos/as ouvintes, proporcionando uma compreensão mais abrangente da realidade a

partir de diferentes perspectivas, em consonância com a visão de Said (2005) sobre a responsabilidade do intelectual.

Nesse contexto, percebe-se que ao expor a voz de grupos em situação de vulnerabilidade por meio de um movimento artístico-cultural e de crítica social, é possível promover questões que antes não eram visíveis. Além disso, a participação desses indivíduos no processo de produção de conhecimento estabelecido pelas margens possibilita um certo empoderamento dessa população, como demonstrado por Cristal (2019):

Se situa, se tua bolha não dá pra enxergar
Preto gastando no vestibular
Dando palestra, escrevendo, mantendo
Eu me sinto lá
Eu sei que vai surtar
Se a senzala então se revoltar,
se os menór aprender a contar
A dívida histórica, juros, tesouros, e a vida que cês
arrancaram de lá

Portanto, segundo aponta Souza (2009), ser rapper envolve um significado que ultrapassa a prática musical. Implica também a realização de atividades contestatórias que abordam as condições precárias de vida de uma parte da população. Essas atividades promovem um engajamento sociopolítico impulsionado pela cultura hip-hop e estabelecem uma conexão positiva com a comunidade negra, seja por meio das histórias compartilhadas ou da valorização de sua cultura. Da mesma forma, Said (2005) destaca a responsabilidade do intelectual em derrubar estereótipos e categorias simplificadoras que tentam restringir o pensamento humano e sua comunicação. Como resultado dessa união, conforme enfatizado por Dias (2019, p. 128), "é como se a juventude conseguisse restituir seu respeito social mesmo que as condições existentes insistam em negá-las, a luta por reconhecimento é uma luta por liberdade".

Sendo assim, o rap pode ser considerado um gênero musical com um significado intelectual único. Ele emerge das periferias tornando-se a voz de uma geração contemporânea que, até então, não tinha sido ouvida. Atualmente, o rap desempenha um papel poderoso na oposição à cultura dominante e lidera movimentos de insurgência ao redor do mundo, a exemplo do *Black Lives Matter*⁵ e do *Le Comité Vérité et Justice Pour Adama*⁶.

Os/As rappers, por sua vez, agem de acordo com o que nos apresenta Said (2005, p. 33): “saber como usar bem a língua e saber quando intervir por meio dela são duas características essenciais da ação intelectual”. Para o autor, além de representarem algo para seus respectivos públicos, o objetivo da atividade intelectual está em promover a liberdade humana e o conhecimento, exatamente como as dinâmicas realizadas mostraram em relação ao rap.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto do reconhecimento de rappers como intelectuais e do rap como um verdadeiro produtor de conhecimento é significativo no contexto do pensamento social brasileiro. Essa perspectiva desafia e enriquece as interpretações tradicionais ao trazer vozes

SUMÁRIO

- 5 Tradução: “Vidas Negras Importam” ou “Vidas Negras Contam”. Trata-se de um movimento ativista internacional com origem na comunidade afro-estadunidense que faz campanha contra a violência orquestrada pelo Estado às pessoas negras. O movimento iniciou-se em 2013, mas começou a ser reconhecido internacionalmente em 2014 por suas manifestações de rua após a morte de dois jovens negros por ações policiais. Mais informações em: <<https://blacklivesmatter.com>>. Acesso em 21 nov. 2023.
- 6 Tradução: “Comitê de Verdade e Justiça para Adama”. Trata-se de um grupo comprometido em obter toda a verdade sobre a morte do jovem negro Adama Traoré ocorrida em 2016 pela polícia francesa. O objetivo principal está na condenação do policial que o matou e a proibição de certas táticas de prisão policial, de modo que levariam a asfixia, além de desafiar a “eliminação social de negros e árabes” que torna essa violência tão difundida por toda a França. Mais informações em: <<https://www.revolutionpermanente.fr/Comite-Verite-pour-Adama>>. Acesso em 21 nov. 2023.

e experiências que frequentemente são marginalizadas ou negligenciadas. Ao posicionar rappers como intelectuais, amplia-se a compreensão do que é considerado produção intelectual, incorporando formas artísticas e discursos que refletem as realidades das comunidades periféricas.

Tal abordagem influencia a forma como entendemos e analisamos o pensamento social brasileiro, pois destaca a importância de múltiplas narrativas na construção do conhecimento. Os/as rappers, ao problematizarem as questões sociais, políticas e culturais por meio de suas letras, oferecem uma visão única e crítica da sociedade, proporcionando novas camadas de entendimento sobre as dinâmicas sociais e as lutas enfrentadas por comunidades historicamente marginalizadas.

Além disso, ao reconhecer o rap como um produtor de conhecimento, ampliamos o escopo do que é considerado válido na produção e transmissão de saberes. Isso desafia as hierarquias tradicionais de conhecimento, abrindo espaço para formas alternativas de expressão cultural como veículos legítimos de reflexão e crítica. Dessa forma, o impacto se estende para além do âmbito artístico, alcançando o domínio educacional e contribuindo para uma compreensão mais inclusiva e diversificada do pensamento social brasileiro.

Isto é, rappers são aqueles/as que usam sua capacidade de análise crítica e habilidades comunicativas para desafiar as estruturas de poder e influenciar a sociedade em geral, assim como nos mostra Cristal (2020), ao expor a realidade que cerca a juventude negra pelas periferias do país:

Negros falam de notas e morrem por notas e
vivem por notas, são versos e drogas
São estudo e cotas e cortes sem balas, são essas palavras
Tudo isso é tiro em negros vivos, notas são alívio
Tudo isso é *business*, quero meu dinheiro!
Negros já nascem em desespero,
de querer vencer, mas só volta pro zero (CRISTAL, 2020).

SUMÁRIO

Portanto, é necessário refletir sobre uma educação que supere os limites dos espaços institucionais, como é praticado pelo rap, que busca reivindicar o reconhecimento e a redistribuição do conhecimento. Isso destaca um dos papéis da cultura hip-hop na vida de sujeitos marginalizados e silenciados pelo *status quo*.

Para finalizar, a contribuição do rap ao pensamento social brasileiro é marcante. Ao abordar temas como racismo, desigualdade, violência e resistência, o rap proporciona uma narrativa alternativa que enriquece e diversifica as reflexões sobre a sociedade. Desse modo, o movimento hip-hop, com seu caráter insurgente e sua capacidade de criar diálogos subversivos, se insere como um agente transformador no pensamento social brasileiro, desafiando preconceitos, promovendo a inclusão e impulsionando uma nova visão educacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elaine Nunes. **Movimento negro juvenil**: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BACO EXU DO BLUES. **Bluesman**. Salvador: Selo EAO Records: 2018. Streaming, Faixa 1 (2min53seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=82pH37Y0qC8>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BLACK LIVE MATTER. **Black Lives Matter**. Disponível em: <<https://blacklivesmatter.com>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COMITÉ VÉRITÉ POUR ADAMA. **Révolution Permanente**. Disponível em: <<https://www.revolutionpermanente.fr/Comite-Verite-pour-Adama>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CRIOLO. **Pretos Ganhando Dinheiro Incomoda Demais**. São Paulo: Oloko Records: 2022. Digital/Streaming, Faixa 2 (3mim18seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TWfAkqQ3PiM>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SUMÁRIO

CRISTAL. Rude Girl. **Porto Alegre**: Independente: 2019. Digital/Streaming, (3min26seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2QOd8R_9ACM>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CRISTAL. Ambição. **Porto Alegre**: Independente: 2020. Digital/Streaming, (3min43seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n8VDwSvkKuQ>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CRISTAL. Alvo na Rua. **Porto Alegre**: Independente: 2021. Digital/Streaming, Faixa 6 (3min28seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g7rSJpNc0Vo&list=PLoLEwYYxeEnOgKY0sSD-o2HHSd-osDZao&index=6>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

DEXTER. **Eu sô função** (part. Lele DiFunção e Mano Brown). São Paulo: Atração Fonográfica: 2005. CD, Faixa 10 (6min26seg).

DIAS, Cristiane Correia. **A pedagogia Hip-Hop**. Curitiba: Appris Editora, 2019.

DJ CAIQUE. **Atos** (part. Coruja BC1, BK' e NP Vocal). São Paulo: DJ Caique: 2017. Streaming, Faixa 11 (4min56). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p3S4gKyxaYg&list=PLceBknwRs0sRAoVviSSw4ltp-E_p0wLrN&index=10>. Acesso em: 19 nov. 2023.

DJONGA. **O mundo é nosso**. São Paulo: Ceia: 2017. Digital, Faixa 10 (3min20seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=00Aq3n8SIMU>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

DJONGA. **Em quase tudo**. Belo Horizonte: A Quadrilha: 2022. Digital/Streaming, Faixa 5 (3min23seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YrUKGFlxBQ>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

EDI ROCK. **Tá na Chuva** (part. Ice Blue). São Paulo: Baguá Records: 2013. CD, Faixa 17 (3min39seg).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora 34 Ltda, 2012.

HALL, Stuart. Que "negro" é esse da cultura negra? In: HALL, Stuart; SOVIK, Livia. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG. Humanitas, 2003, p. 335-349.

SUMÁRIO

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. Pelotas: **TESSITURAS** – Revista de Antropologia e Arqueologia - V8 S1 JAN-JUN, 2020. p. 80-86.

OLIVEIRA, Mariana. LGBTQIAP+: conheça o significado da sigla. **Nós Mulheres da Periferia**, São Paulo, 20 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/lgbtqiap-conheca-o-significado-da-sigla/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

RACIONAIS MC'S. **Negro Drama**. São Paulo: Cosa Nostra: 2002. CD1, Faixa 5 (6min53seg).

RAEL. **O Hip-Hop é Foda** (part. Emicida, Marechal, KI Jay e Fernandinho Beat Box). São Paulo: Laboratório Fantasma: 2014. CD, Faixa 1 (3min58seg).

ROSE, Trícia. **Barulho de preto**: rap e cultura negra nos Estados Unidos contemporâneos. São Paulo: Perspectiva, 2021.

SAID, Edward. W. **Representações do Intelectual**: As Conferências Reith de 1993. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Jaqueline Lima. **Imaginando uma Angola Pós-Colonial**: A Cultura Hip-Hop e os inimigos políticos da Nova República. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SILVA, José Carlos Gomes. **Rap na Cidade de São Paulo**: Música, Etnicidade e Experiência Urbana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência**: culturas e identidades no movimento hip hop. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

STEFANIE. Mulher MC. São Paulo: **Jambox Records**: 2018. Streaming, Faixa 1 (4min04seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bRG5A_Sw_g0>. Acesso em: 19 nov. 2023.

9

*Eduarda Cintra Palmeira
Maiana do Amor Divino de Jesus*

O LUGAR SOCIAL E POLÍTICO DA IRMANDADE DA BOA MORTE E DO SAMBA DE RODA DE DONA DALVA:

**A MULHER NEGRA COMO SÍMBOLO ATUANTE
DE DIVERSIDADE E RESISTÊNCIA CULTURAL
RELIGIOSA EM CACHOEIRA - BAHIA**

INTRODUÇÃO

A mulher negra na sociedade brasileira nem sempre foi vista como um símbolo de resistência ou como símbolo de potência de feminilidade, pois, historicamente, no período colonial e imperial, além do trabalho escravo, elas eram submetidas a outras explorações, como por exemplo, serem mucamas ou criadas dos sobrados, pois, esses tipos de incumbências eram inadmissível para as mulheres brancas. Desde este mesmo período, as religiões de matriz africana sofrem perseguição, principalmente vindo da igreja católica e pelo Estado.

É previsto por lei (Lei nº 17.346) que “todo indivíduo tem direito à liberdade religiosa...”, entretanto, a violência religiosa no país persiste, sendo as religiões de matriz afro-brasileira que mais sofre com a intolerância, tendo por muitas vezes seus praticantes impedidos de comungar e praticar da sua fé. Porém, é notório, que as estratégias para o enfrentamento da intolerância religiosa vêm de dentro dos próprios terreiros ou de casas/templos religiosos de matriz afro-brasileira, e vão ser essas estratégias de resistência que vão assegurar o pertencimento dessas religiões no país, com isso, as mulheres negras vão ganhando cada vez mais um destaque nos lugares de representatividade, sobretudo, como líderes espirituais.

Nesse contexto, algumas mulheres negras adotaram o culto à Nossa Senhora da Boa Morte. Com isso, quando finalizava a realização da missa em dedicação à Virgem Maria, essas mulheres se locomoviam até os barracões que ficavam nos fundos das igrejas para que elas pudessem louvar e dançar com seus Orixás. O sociólogo brasileiro Reginaldo Prandi (2003), aborda em suas pesquisas que desde a origem das religiões afro-brasileiras elas têm como característica o sincretismo e o hibridismo religioso, trazendo consigo correlações entre divindades africanas e santos católicos.

SUMÁRIO

O processo do sincretismo e hibridismo religioso foi uma consequência da colonização que o Brasil enfrentou, pois, os negros encontraram de forma estratégica nessa opção uma forma de garantir as suas crenças africanas diante das imposições culturais, religiosas e europeias enfrentadas no país, buscando então manter a continuidade da cultura religiosa negra. Sendo assim, “o sincretismo valeu como uma poderosa arma que de início os negros habilmente manejaram contra a pressão esmagadora da cultura superior dos povos escravizadores” (SANCHES, 2001, p. 69).

A cidade de Cachoeira, na Bahia, foi palco nesse cenário de resistência, uma vez que, concentraram um alto número de africanos escravizados, sendo, a mão de obra escrava a base econômica da cidade, gerando um aumento na economia. Por conseguinte, nos dias atuais, parte da população da cidade é negra, oriundas de escravos do período colonial e imperial.

É notório, que como símbolos de resistência negra feminina na Bahia, se destaca o grupo de mulheres da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e o samba de roda, que hoje é considerado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Em Cachoeira, o grupo de mulheres da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e o grupo de samba, em específico, o samba de roda de Dona Dalva, primordialmente, é formado por mulheres afrodescendentes que residem na região periférica da cidade e que possuem outras ocupações para gerar os seus sustentos e de seus familiares.

Sendo assim, a presente pesquisa pretende contextualizar a história secular da Irmandade da Boa Morte, suas representações e incorporações com o samba de roda de Dona Dalva e como a representatividade feminina e seus símbolos culturais tecem um discurso político social e religioso em Cachoeira, também conhecida como “cidade Monumento”.

A pesquisa propõe realizar um levantamento de reflexões e discursos a respeito da confraria religiosa da Irmandade da Boa Morte, dando ênfase à festa religiosa que acontece sempre em agosto, mês dedicado à Nossa Senhora. Para além disso, realizar um estudo associativo entre a Irmandade e o samba de roda de Dona Dalva, patrimônio imaterial que se faz presente na celebração religiosa da Irmandade. Buscando entender a maneira como essas representações femininas se correlacionam, e sobretudo, pensar uma perspectiva que além de social também é política, no que diz respeito às potências femininas que resistem e atuam com seus símbolos ancestrais em um território historicamente escravista.

CACHOEIRA: A CIDADE HEROICA BAIANA

Cachoeira está localizada a 110 km da capital baiana, Salvador, fazendo parte da região do Recôncavo da Bahia, às margens do maior rio do Estado, o Rio Paraguaçu, tendo reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Cidade Monumento Nacional.

Seguida de intensas batalhas pelo território entre os indígenas que viviam na região e portugueses, a cidade foi fundada em 1674, e inicialmente foi posto o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Entretanto, ainda no final do século XVII, a cidade tornou-se Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, porém, só no século XIX, em 1837, ela deixa de ser vila e é elevada à categoria de Cidade da Cachoeira (FERREIRA; FREITAS, 2010).

Durante o período colonial, as terras pertenciam ao governo português e inicialmente foram instalados os primeiros engenhos

de cana de açúcar, originando a expansão açucareira, além disso, o município obteve um ponto estratégico entre Salvador, na época capital do Brasil, e também os sertões (SANTOS, 2009).

Cachoeira se destaca politicamente nas lutas pela Proclamação da Independência do Brasil, dominando um navio da armada portuguesa, sendo então um dos principais pontos de resistência, em 25 de junho de 1822. Posteriormente, em 13 de março de 1837, a lei provincial nº 43, eleva Cachoeira à categoria de Município e recebe o título de Cidade Heroica (FERNANDES; OLIVEIRA, 2014).

CACHOEIRA: UMA CIDADE NEGRA

A cidade de Cachoeira teve um alto desenvolvimento econômico ainda durante os séculos XVIII e XIX, onde o seu porto servia de intermediação entre o Recôncavo e o Sertão nas explorações e escoamentos da produção de açúcar e fumo. O município se tornou uma das maiores produtoras de fumo, ocasionada por uma grande influência no tráfico negreiro (REIS, 1988).

Durante o período colonial, houve um alto número de escravos, oriundos de diversas regiões do continente Africano, ocasionando a base econômica da cidade, sustentada pelo cultivo da cana de açúcar e do fumo (FERREIRA; FREITAS, 2010). Esses fatores foram determinantes para a formação da população e cultura da cidade, pois, com o aumento elevado da população escrava vai haver a manifestação de recriações de práticas culturais, envolvendo aspectos da religião, danças, culinárias etc.

É indubitável que Cachoeira é uma cidade negra, determinada por seus fatores históricos ocorridos no Brasil colônia e império.

Hoje, a cidade carrega uma riqueza cultural que engloba elementos culturais de uma herança patrimonial diaspórica, entretanto, é visível também que há presente resquícios de uma cultura portuguesa que se cruzam e vemos presente nas práticas culturais na cidade, como o festejo profano e religioso da Nossa Senhora da Boa Morte.

De acordo com o IBGE, 80% da população de Cachoeira se autodeclara como negros e pardos, fortalecendo o que Viana Filho cita como o "Recôncavo será insaciável no reclamar sempre mais negros" (FERREIRA; FREITAS, 2010).

FIGURA DE RESISTÊNCIA CULTURAL E RELIGIOSA: IRMANDADE DA BOA MORTE

De acordo com alguns registros históricos, a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte é constituída ainda por volta do início do século XIX, em Salvador, funcionando inicialmente na ladeira do Berquo, nos fundos da igreja da Barroquinha em Salvador (VERGER, 1999).

A irmandade foi precursora por ser formada apenas por mulheres negras e adeptas ao candomblé em um período histórico marcado pela perseguição religiosa perante o Estado e a igreja, pois, a religião católica era obrigatória para todos e além disso, a grande maioria das irmandades católicas era formada majoritariamente por homens.

Essas mulheres pertencentes a Irmandade do século XIX, obtinha uma aparência de católicas praticante e realizavam as cerimônias de candomblé escondidas, formando uma rede de resistência à escravidão e de solidariedade, lutando pela preservação de suas culturas e suas identidades, demonstrando o poder e o apoio entre as mulheres negras do período.

As integrantes da Irmandade da Boa Morte tinham como objetivo a compra de liberdade de seus parentes, organizaram funerais dignos e auxiliavam nas fugas para o quilombo (MACHADO, 2013). Sendo assim, esse grupo de mulheres criaram autonomia e se tornaram uma confraria legítima e organizada, mantendo a principal característica de agregar mulheres negras, persistindo até os dias atuais.

IRMANDADE DA BOA MORTE EM CACHOEIRA

Ainda no século XIX, vai haver uma transferência da Irmandade da Boa Morte de Salvador para Cachoeira, não existe uma data precisa de quando isso ocorre, porém de acordo com alguns acervos públicos, por volta de 1883, a irmandade da Boa Morte já funcionava em Cachoeira e alguns dos motivos dessa mudança ocorrer foi a facilidade de comunicação entre Salvador e Cachoeira por meio da navegação a vapor, implementada em 1817 (ISIDORO; NASCIMENTO, 1988).

Inicialmente essas mulheres se instalam em um local pertencente a uma africana, que é conhecido como casa estrela¹. Este local servia como ponto de comércio das irmãs, pois elas utilizavam das vendas de quitutes como meios de sobrevivência na cidade e por muito tempo para a realização dos festejos era necessário alugar residências, entretanto, tempo depois elas conseguiram doação de

SUMÁRIO

1 "Parés (2007, p. 184), indica que Ludovina Pessoa, influente líder religiosa em Cachoeira e irmã da Boa Morte, morou na casa Estrela e plantou um assento na sua porta de entrada com a forma de uma estrela de cinco pontas para Legba, considerado como Exu, ele é o princípio dinâmico do universo, dono dos caminhos, o mensageiro entre os homens e os deuses e que repassou os segredos da adivinhação aos seres humanos. Assentos são materiais sacralizados relativamente fixos, tidos como residência de divindades" (Machado, 2013 pg. 42).

três de casarões² situados na rua 13 de Maio em Cachoeira, estabelecendo sede própria da Irmandade da Boa Morte (MACHADO, 2013).

Para ser membro da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira é necessário ser uma mulher negra, adepta ao Candomblé, a faixa etária de preferência superior a 45 anos de idade, ter fé em Nossa Senhora da Boa Morte e ter uma boa conduta na sociedade. Além disso, pode haver entrada por meio de indicação por uma das irmãs ou crianças que mantém uma relação direta com a Irmandade serem escolhida para futuramente serem membros da Irmandade da Boa Morte.

Figura 1 – Irmandade da Boa Morte em Cachoeira – BA



Foto: Klêisila Rocha, 2023. Arquivo pessoal.

A irmandade da Boa Morte possui cargos e funções, distribuídos em juíza perpétua, provedora, procuradora-geral, tesoureira e escritã.

2 O primeiro casarão é utilizado como salão de recepção e exposição e é aberto para o público para visitação; o segundo casarão é utilizado como capela, sendo celebradas as missas; O terceiro casarão compõem uma cozinha, uma sala para refeições, dormitórios e banheiros.

Quadro 1 - cargos e funções dos membros da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira

Cargos	Funções
Juiza Perpétua	Irmã com mais tempo na irmandade. Guarda os segredos da irmandade, é a conselheira do grupo para todas as questões pertinentes a irmandade e para além desta. Zela pela conduta de todas as irmãs.
Provedora	Ocupa-se dos preparativos da festa; da arrumação da roupa de Nossa Senhora e da igreja; confecção dos convites e organização nas irmãs nos dias da esmola; agenda a missa na paróquia.
Procuradora-geral	Auxilia a provedora na organização da festa, é seu o papel de levar a santinha, para a casa da provedora.
Tesoureira	Administra os recursos financeiros.
Escrivã	Auxilia na ornamentação da festa e na produção das velas, além de registrar em ata todos os acontecimentos ocorridos durante a festa.

Fonte: Machado, 2013 p. 50.

A irmandade na cidade de Cachoeira causa um grande impacto e revoluciona o cenário religioso, pois, evidencia uma autonomia de mulheres negras nesse espaço, demonstrando que são símbolos de resistência cultural e religiosa, mantendo viva suas tradições que são passadas de geração em geração.

O SINCRETISMO RELIGIOSO: DEVOÇÃO A UMA SANTA CATÓLICA

Durante o século XIX, começaram a se formar as religiões afro-brasileiras, mesmo havendo imposição da elite brasileira, que determinava que a religião católica deveria ser obrigatória para todos, sendo livre ou escravo. Sendo assim, muitos africanos reelaboram as religiões de matriz africana, se afirmando como católicos, porém, cultuavam orixás africanos como santos católicos e adaptando-se às datas festivas (MACHADO, 2013).

Esse período histórico é determinante para que seja formulado o sincretismo religioso nas religiões brasileira e é indiscutível que esse foi o modo que os povos africanos encontraram para manter suas crenças, tornando também um meio de resistência contra os colonizadores (SANCHES, 2001).

É evidente que a irmandade da Boa Morte utiliza do sincretismo religioso, pois, além de serem mulheres adeptas ao candomblé, elas depositam sua fé na Nossa Senhora da Boa Morte, que faz referência a Maria. No catolicismo, vai evitar afirmar que Maria morreu e utilizarão o termo dormição, ou seja, Maria dormiu e teve sua assunção, como símbolo de vitória sobre a morte (MACHADO, 2013).

Figura 2 – Imagem Maria Adormecida, sede da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira-BA



Foto: Klêisila Rocha, 2023. Arquivo pessoal.

Na pesquisa de campo, entrevistando Dona Dalva Damiana, membro da Irmandade da Boa Morte, é questionada qual o significado de Nossa Senhora da Boa Morte para quem atua na Irmandade e ela responde com entusiasmo que elas depositam toda devoção a Nossa Senhora e demonstram grande fé, sempre agradecendo à Nossa Senhora da Boa Morte.

A FESTA DA BOA MORTE

Ainda na pesquisa de campo, Dona Dalva Damiana ao ser questionada sobre qual ser o sentido da morte, ela responde “A morte é a dona da vida”, isso porque para as irmãs da Irmandade tanto a morte, quanto a vida são motivo de festa e se referem a morte como algo natural, não demonstrando medo. Além disso, para os atuantes do Candomblé, a morte não quer dizer obrigatoriamente o fim, fazendo parte da dinâmica da vida.

Dessa forma é realizado os festejos da Irmandade da Boa Morte, que é um bem cultural da cidade de Cachoeira, sendo oficializada como patrimônio Imaterial da Bahia, em 2010. Ocorre anualmente no mês de agosto, nos dias 13 a 16, e as irmãs assumem o protagonismo por todo processo festivo, da organização até os dias do festejo, além disso, elas praticam atos de confissão antes dos festejos e se entregam completamente a Nossa Senhora da Boa Morte.

A festa se inicia no dia 13 de agosto, as irmãs vestidas de branco seguem em procissão, tendo a imagem de Maria adormecida percorrendo as ruas de Cachoeira. Nesse dia, é também feita homenagem às irmãs falecidas e como no Candomblé, o branco simboliza o luto, todas trajam branco.

No dia 14 de agosto, as irmãs se vestem com saia plissada preta, *bioco* e *camizú* branco e um pano da costa vermelho e preto e seguem procissão simbolizando o enterro de Maria.

No dia 15 de agosto, a assunção de Maria é celebrada com grande alegria, as irmãs vestidas de vermelho, branco e preto seguem com a Imagem de Nossa Senhora da Glória em pé em procissão pelas ruas de Cachoeira.

No dia 16 de agosto, é o fim dos festejos com samba de roda e distribuição de comidas típicas para a comunidade e turistas.

Figura 3 – Irmãs da Boa Morte em procissão, no dia 13 de agosto de 2023



Foto: Klêisila Rocha, 2023. Arquivo pessoal.

FIGURA DE RESISTÊNCIA CULTURAL E RELIGIOSA: DONA DALVA

Dalva Damiana de Freitas, nascida em 27 de setembro de 1927 em Cachoeira (BA), charuteira aposentada e mãe de cinco filhos recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2012. Figura de extrema importância para o território baiano, a intelectual da cultura do samba de roda do recôncavo começou a trabalhar desde os 14 anos de idade e foi na década de 50 que a mesma idealizou o primeiro samba de roda de Cachoeira.

Figura 4 – Dona Dalva

Foto: Divulgação SECULT BA.

Em um cenário de uma rotina árdua de trabalho ainda com estruturas e padrões coloniais, a Doutora Dalva Damiana inicia um movimento de criação e liderança na fábrica de charuto, compõe as suas próprias canções, se une às suas colegas de trabalho e idealiza o primeiro samba de roda de Cachoeira, o samba de roda Suerdieck, uma alusão a fábrica de charutos Suerdieck & Cia. A fábrica estava localizada na rua dos artistas e empregava predominantemente mulheres (CONCEIÇÃO, 2010).

O grupo Suerdieck chama atenção de inúmeros pesquisadores e turistas pela performance e a potência feminina das baianas, seus trajes e protagonismo no samba de roda. Cada baiana samba no centro da roda e tira a próxima baiana com uma umbigada, no que diz respeito a modalidade de samba dançado, o barravento e o corrido (CONCEIÇÃO, 2010. p.42).

O grupo é majoritariamente feminino e os homens exercem a função de tocar os instrumentos, a líder D. Dalva incorporou em suas canções na roda de samba, elementos de sua rotina de trabalho e momentos de sua infância (FREITAS, 2019).

“O samba e a alegria da minha vida” (DALVA, 2023)

Em uma entrevista realizada em setembro de 2023, a depoente D. Dalva, reforça a importância da preservação do samba de roda para a cidade de Cachoeira e as gerações futuras, assim como seu protagonismo na identidade cultural do recôncavo. A líder segue frisando a relevância do seu segundo grupo de samba de roda “Mirim Flor do Dia” nesta missão, criado em 1980, com o intuito de proporcionar a continuidade do samba de roda tradicional (FREITAS, 2019).

O SAMBA DE RODA E SUA RELAÇÃO COM A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE

O samba de roda é uma manifestação cultural do recôncavo, reconhecido pelo IPHAN como patrimônio imaterial nacional e posteriormente reconhecido pela UNESCO, como patrimônio imaterial da humanidade, tem como características a dança, o canto e a identidade cultural afrodescendente do território baiano, o samba é incorporado na celebração da irmandade da Boa Morte como símbolo de gratidão e alegria.

Na festa da irmandade o samba de roda não é visto como a parte profana, e sim como principal elemento de união e celebração (FERREIRA; FREITAS, 2010). Portanto, é apenas no dia 15 de agosto, após a assunção de Nossa Senhora que a manifestação cultural é iniciada pelas irmãs dentro da sede, que após a procissão tiram a beca e se vestem com as roupas de baiana composta por: Bata branca, *camizú* de crioula, saia colorida, turbante, pano da costa, colares, pulseiras e *xagrin* para que posteriormente o samba aconteça pelas ruas da cidade (FERREIRA; FREITAS, 2010).

O samba de roda está ligado à Irmandade como um agente mediador de um discurso que está para além da musicalidade e reforça a potência feminina e suas raízes afro diaspóricas envolvidas em todos os elementos que compõem a celebração cultural e religiosa em Cachoeira. "O samba da Cachoeira, da heroica Nossa Senhora do porto da Cachoeira, Recôncavo da Bahia, e primordialmente feminino. Há uma força feminina na cultura cachoeirana" (LODY, 1995, p.169).

O grupo de samba de roda Suerdieck, presente na celebração da irmandade da Boa Morte é de extrema importância para a realização e valorização da festa. A líder do grupo D. Dalva, também membro da Irmandade, e a primeira mulher a realizar o samba de roda publicamente na cidade de Cachoeira, ressalta a história secular da manifestação cultural, o protagonismo de mulheres pretas e suas trajetórias na devoção religiosa.

A continuidade e manutenção do tradicional samba de roda em Cachoeira está diretamente ligado ao viés religioso, de forma direta ou indireta, o grupo tem alguma relação com terreiros da cidade, os sambas tocados e cantados são os mesmos das festas de caboclos que acontecem nos terreiros (FERREIRA; FREITAS, 2010). A constante atuação do samba de roda em atividades culturais e religiosas em Cachoeira integra valores comunitários e preservacionistas, assim como a predominante resistência e afirmação de identidade histórica e social.

CONCLUSÃO

A atuação da irmandade da Boa Morte e o samba de roda de Dona Dalva é sem dúvidas de extrema importância para o território baiano, assim como as reflexões e representações culturais e religiosas pertencentes às mesmas. Entender a maneira como essas representações femininas se correlacionam, é sobretudo, pensar

uma perspectiva social e política, no que diz respeito a potências femininas que atuam com seus símbolos ancestrais em um território historicamente escravista, onde grupos sociais estiveram por muito tempo marginalizados pela sociedade.

Visto que, o reconhecimento da importância do samba de roda do Recôncavo e a conservação de seu tradicionalismo é imprescindível para o contexto histórico da cidade de Cachoeira e como ela se constitui até os dias atuais, assim como a confraria religiosa de Nossa Senhora da Boa Morte composta apenas por mulheres negras e em sua maioria associadas às religiões de matriz africana.

Portanto, a presença de lideranças femininas à frente da preservação e continuidade das manifestações culturais e religiosas foi o ponto central da presente pesquisa. Tendo em vista as questões sociais nas quais permeiam o Recôncavo Baiano, o samba de roda e a confraria religiosa Irmandade da Boa Morte estão diretamente correlacionados a um mesmo discurso identitário afrodescendente.

REFERÊNCIAS

DOSSIÊ de Candidatura do Samba de Rosa do Recôncavo Baiano para a Terceira Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Brasília: UNESCO, 2004.

FERNANDES, Rosali Braga; OLIVEIRA, Leila Cristina da Silva. Evolução econômica do município de Cachoeira (BA): do século XVI ao século XXI. **Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**-ISSN 2358-5293, n. 1, 2014.

FERREIRA, Luzia Gomes; FREITAS, Joseania Miranda. O samba de roda na celebração de Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira-Bahia. **Políticas Culturais em Revista**, v. 3, n. 1, 2010.

DO NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias; ISIDORO, Cristiana. **A Boa Morte em Cachoeira**: (contribuição para o estudo etnológico). Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Sociocultural de Cachoeira, 1988.

LODY, Raul. **O povo do santo, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos**. Rio de Janeiro: Pallas. 1995.

MACHADO, Luana Verena Nascimento. **Poder feminino e identidade na Irmandade da Boa Morte**. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Desigualdades e Desenvolvimento) na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cachoeira, Bahia.

NASCIMENTO, Any Manuela. **casa do samba de roda de Dona Dalva**: ponto de cultura e política de salvaguarda, um estudo de caso, 2019.

PRANDI, Reginaldo. **As religiões afro-brasileiras e seus seguidores**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 1, p. 15-33, 2003.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANCHES, Pierre. **Percursos de sincretismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Verj, 2001

SANTOS, R.S. da. **Cultura política e participação no Recôncavo baiano hoje**: uma Análise sobre Cachoeira e São Félix. 2009, 165f. Dissertação (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Carenina. **samba de roda**: políticas públicas, memória e identidade no Recôncavo Baiano, 2011.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia de 1850**. Tradução de Maria de Aparecida da Nóbrega. 2. ed. Salvador: Corrupio, 1999.

The background is a complex abstract composition of overlapping geometric shapes, including circles, triangles, and rectangles, in various shades of blue, red, yellow, and grey. Some shapes have internal patterns like grids or dots. The overall effect is a layered, dynamic visual field.

10

Felipe Silva Motta
Ana Paula da Costa Munção

O HERÓI E O MALANDRO:

OS PROTAGONISTAS QUE REFLETEM SOBRE
A HISTÓRIA DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

INTRODUÇÃO

A sétima arte é o dispositivo que nos afeta, nos impacta, nos faz sentir e refletir sobre seja qual for a temática que ela traz à tona, “quando identificamos o caráter discursivo do cinema estamos chamando atenção para um aspecto que transcende a sua condição de entretenimento e o seu papel denotativo”, assim como pontua Maria da Conceição e Sérgio Luiz (2014, p. 609). Deste modo, a escolha de analisar filmes vem justamente por causa do alcance dessa forma de arte que possui para o seu público, concomitantemente em que ela, por meio do seu caráter discursivo, elabora imagens, estereótipos, valores, ideologia e imaginário. A linguagem cinematográfica funciona como uma fotografia da realidade (Martins, 2013) por justamente se dirigir às relações sociais e ao imaginário, ela é um processo dialético que reconstrói e reproduz a própria realidade social mediante sua própria linguagem. Posto isto, ao considerar a potencialidade dessa arte, observamos a sua ligação com diversas outras áreas, como História e Sociologia.

À vista disso, pontuamos que o trabalho possui como objetivo compreender os processos que levam o malandro a ser protagonista em tantas obras do cinema brasileiro, enquanto no cinema estadunidense os personagens principais são em grande parte uma figura heróica. A ideia é tanto desenvolver um conceito de malandro brasileiro e herói estadunidense no cinema, como também tentar entender a dialética dessa construção. Considerando isso, essa análise apresenta fatores históricos e sociais que levaram os protagonistas do cinema brasileiro e estadunidense a se diferenciarem tanto, mostrando que as obras trazidas neste trabalho refletem um pensamento social para cada realidade, seja escancarando e desconstruindo uma imagem de protagonista, trazendo o malandro para as telas do cinema nacional ou, no caso dos Estados Unidos, mesmo que de maneira irreal, criando esse imaginário da figura do herói.

Procuramos neste trabalho apresentar os fatores históricos e sociais que levaram os protagonistas do cinema brasileiro e estadunidense a se diferenciarem tanto, mostrando que os mesmos são reflexo da própria realidade dos brasileiros e dos estadunidenses, ou pelo menos que são a imagem que eles apresentam de si mesmos: o protagonista brasileiro como sobrevivente que se preocupa com si e com aqueles que estão próximos (no máximo) e o protagonista estadunidense como aquele que se vê como herói e que, no fim, sempre luta por um bem maior, por um ideal. A ideia por fim, é entender esses longas, o processo sócio histórico da produção desses filmes, que também refletem os ideais presentes neles, e analisar sobre uma possível relação dialética que constrói e representa visões de Brasil e Estados Unidos.

CONSTRUINDO NAÇÕES

O processo que leva a independência dos EUA é uma luta armada, onde o próprio povo, ao perceber que a Inglaterra lhes negaria a liberdade do país, começam a agir em grandes grupos, no caso é a união das 13 colônias que resultou na expulsão dos ingleses (KARNAL; PURDY; FERNANDES; MORAIS, 2007). É importante perceber como esse processo traz impacto direto para o tão conhecido "orgulho americano", onde temos uma população orgulhosa de seu território conquistado por sangue e que se vê como herói participante da construção da própria História, a própria luta pela permanência do porte de arma parte de um pressuposto de que o povo deve sempre estar pronto para lutar por suas próprias terras contra um possível inimigo, mesmo que este inimigo venha a ser o próprio Estado.

Claro que todo esse processo em si não significou a criação de um ideal heróico estadunidense, os próprios líderes do país trataram de transformar e maximizar esse mito. A pintura abaixo mostra bem como a construção de um ideal de nação não depende de fatos, mas de um controle oral e imagético de narrativa, que em soma a algum tipo de estrutura, corrobora com esse discurso ideológico.

É perceptível que o quadro, ao mesmo tempo em que maximiza o tom heróico da figura do primeiro presidente, também o coloca junto do povo, incluindo mulheres, fazendo assim todos (menos os negros) serem parte crucial da luta pela independência. Outro ponto a se destacar é que o acontecimento é do dia 4 de julho de 1776, ou seja, o quadro foi feito cerca de 75 anos depois do ocorrido, não como registro e sim como figura de linguagem da História estadunidense. A ideia deste primeiro capítulo é justamente mostrar a construção da nação a partir desses referenciais imagéticos em conjunto dos fatores históricos que permitiram esse imaginário vingar. Enquanto um país surge da luta, ou pelo menos tem como registro um protagonismo visto como vindo da força popular, o registro que temos do Brasil pode ser de concepção para criação da nação e de negação de grande parte de sua população.

No Brasil, a independência foi “conquistada” a partir da declaração de Dom Pedro I, membro da realeza portuguesa que estava aqui como regente e via o seu poder colocado em xeque decorrente de uma tentativa de restabelecer as relações da colônia. Devido aos chamados para voltar para Portugal, a escolha por virar rei e assim estabelecer o império foi a melhor tomada de decisão. É visto de maneira clara como essa independência serviu como uma forma de paralisar a possibilidade de haver uma ação popular que colocasse no povo o protagonismo nas decisões do país.

Figura 1 – *Washington Crossing the Delaware*



“O barão Wenzel de Mareschal, que ficou como encarregado de negócios d’Austria com a partida do barão de Sturmer - acompanhando os ministros estrangeiros o rei para Lisboa -, escrevia para Vienna (1) que si Dom Pedro partisse, todos os brasileiros se apegariam á solução republicana.”

Como é possível perceber, a preocupação era algum tipo de posição popular em relação à visão de república. A ideia de um apagamento do popular não só na participação de políticas mais usuais, como também na própria criação de identidade nacional é essencial para compreendermos mais a frente a que vem os protagonistas do cinema brasileiro. Um projeto de embranquecimento do país e de uma construção de um mito de democracia racial (NASCIMENTO, 2020; SOUSA, 1983; GONZALEZ, 1984). A marginalização de grande parte da população, que hoje é de mais de 50% negra (IBGE, 2022), grandes problemas na industrialização que dificultaram a perspectiva de trabalho na nação, regimes ditatoriais que foram rompidos apenas após um perdão da parte repressora. Esses elementos em conjunto de um abandono no que seria um projeto de cinema nacional, faz dos protagonistas brasileiros serem diferentes dos de Hollywood, como veremos no capítulo a seguir.

O QUE É O HERÓI ESTADUNIDENSE?

Figura 2 - Pôster do filme Shane (1953)



Fonte: Medium.com

Na imagem temos ilustrações que destacam os principais personagens do longa.

SUMÁRIO

Talvez o principal precursor do herói hollywoodiano tenha sido o gênero Western, que começa a se alavancar com o filme Shane (1953) dirigido por George Stevens. No longa, um antigo pistoleiro resolve viver uma vida pacata, mas acaba tendo de voltar ao combate para proteger a vila em que vive, o herói é trazido como relutante e pacífico até perceber que sua responsabilidade fala mais alto que sua própria vontade, sempre com o herói como altruísta. É interessante observar que o personagem do Shane e o personagem do Homem de Ferro presente no filme Vingadores: Ultimato

apresentem essa similaridade na jornada, a relutância para proteger a vida e a liberdade. Esse conceito de vida e liberdade é o elemento mais presente no que defino como o “herói” estadunidense.

O herói é o personagem que luta por algo maior a ele, sem perder a individualidade, ele acredita que vale a pena lutar por aquele lugar. Este pode até estar falhando por um momento, mas idealmente a existência daquele universo funciona. Essa perspectiva do personagem é tão forte, que mesmo obras que procuravam subverter uma projeção em cima dos protagonistas, acabavam por absorver em suas continuações a perspectiva popular ou, até dos estúdios, de um ideal estadunidense a ser amado.

O ponto aqui é observarmos como algumas películas se perderam justamente por essa necessidade interminável de modelos de herói genéricos que sempre passam pela mesma jornada e que são fruto de um mercado repetitivo que é reflexo da indústria cultural. O filme *First Blood* (1982) (lançado no Brasil com o nome de *Rambo: programado para matar*) se trata da história de um veterano (John Rambo) da guerra do Vietnã - na qual os Estados Unidos saiu como derrotado - que está indo para sua casa, mas logo é abordado por policiais e passa a agir como se estivesse em Guerra, por causa dos traumas causados quando foi capturado e torturado na guerra perdida. Logo, o filme passa a tratar do desamparo do país com seus veteranos e como isso reflete em homens totalmente despreparados financeira e psicologicamente para voltar à sociedade. Contudo, esses elementos são descartados quando o filme faz sucesso e logo uma sequência é encomendada. Assim como pontua Ivan Martins:

“Se no primeiro *Rambo* o personagem central era um veterano de guerra com dificuldade de adaptação e vocação para o homicídio, em *Rambo 2* ele se tornou um psicopata com causa. Retirado de uma prisão onde quebrava pedras para manter-se em forma, Rocky Balboa, digo, John Rambo é levado por seu ex-comandante ao Vietnã, onde os malvados comunistas mantêm secretamente prisioneiros americanos, 12 anos depois do fim da guerra.

O taciturno ex-soldado faz uma única pergunta antes de abraçar a missão de resgate e vingança: "Desta vez nós queremos vencer?". Ao que o comandante responde: "Desta vez, é com você!". Assim, Rambo volta à guerra para salvar a honra americana e mostrar a esses políticos cara de pau como agem os verdadeiros patriotas..." (MARTINS, ÉPOCA GLOBO, 2018).

A catarse do longa se dá em um momento extremamente iconográfico, as armas são soltas de suas mãos no momento em que encontra seu antigo capitão, ele senta no chão, cansado e se prostra a chorar, em um longo monólogo em que fala sobre como não tem perspectiva de vida, todos que ele conheceu se foram, o país pelo qual lutou não quer recebê-lo e como tudo vivido na guerra não para de se repetir em sua mente. Ele é a tragédia que escancara a mentira que é a construção de um ideal de herói. Porém, foi absorvido pela indústria e se tornou exatamente o que criticou em suas continuações.

Figura 3 - Trecho do longa First Blood (1982) primeiro filme da franquia Rambo



Fonte: Registro do Blu-Ray do longa em que o protagonista cai aos prantos.

Rambo sofre por ter sido cooptado pelo sonho de ser o "herói americano" e nunca ter recebido os louros da sociedade que tentou apagar sua existência, já depois da virada do século a batalha existe, mas é outra, é pela conquista individual como construtora da realidade. No filme À procura da felicidade (2006) dirigido por Gabriele Muccino, o herói está no cotidiano, protagonizado por Will Smith, conta a história

baseada em fatos reais e na autobiografia de Chris Gardner, empresário, corretor da bolsa e coaching motivacional. Um homem que junto de seu filho chegou a dormir em banheiros no metrô enquanto lutava para conseguir emprego em alguma firma em que teria chances de crescer em algum ramo. O longa conta uma história trágica em que o desamparo, a marginalização e outras diversas adversidades podem destruir a esperança de qualquer indivíduo ou família, mas que, no fim, se você se esforçar, nesta terra, neste lugar que é os Estados Unidos da América, uma hora irá conseguir. O título do filme e também do livro no qual foi baseado, se sustenta na declaração americana dos direitos do homem em que já no primeiro parágrafo tem o trecho a seguir:

“[...] as instituições jurídicas e políticas, que regem a vida em sociedade, têm como finalidade principal a proteção dos direitos essenciais do homem e a criação de circunstâncias que lhe permitam progredir espiritual e materialmente e alcançar a felicidade.”(GARDNER, 2010).

Trazer a declaração reforça ainda mais a ideia de que idealmente esse lugar é perfeito, mesmo com suas falhas vale a pena lutar, tanto é que no fim do longa é alcançado o desejado apesar de todas as adversidades. Esse discurso constrói uma fé na estrutura vigente, coloca ela como fato e afirma que é dentro dessa estrutura que irá prosperar o sujeito, pois o herói é também o homem comum.

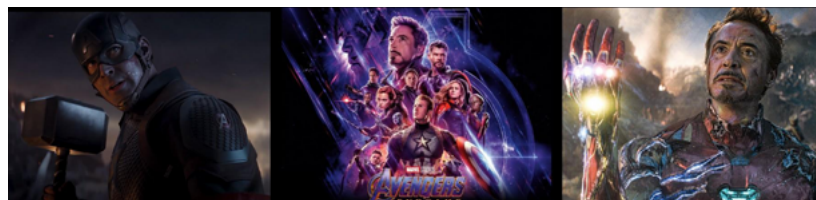
SUMÁRIO

VINGADORES: ULTIMATO E O SACRIFÍCIO DO HERÓI ESTADUNIDENSE

O ator Robert Downey Jr. que ganhou cerca de 75 milhões de dólares por interpretar o Homem de Ferro no filme Vingadores: Ultimato (2018) dirigido pelos irmãos Russo. Ele é a cara do herói americano da última década, o homem que gosta de curtir a vida,

defende o liberalismo e a liberdade individual, além de tratar a máquina estatal como um entrave na melhoria da vida estadunidense. Depois de toda uma jornada na carreira de herói em filmes anteriores, ele se retira e constitui uma família, mas percebe que é necessário fazer sacrifícios pelo bem maior. Então, neste longa ele sai da aposentadoria e volta a batalha através de um chamado exterior, pois sabe que só ele pode fazer o que é preciso, ele vai lutar não pela sua vida, irá lutar para que os outros tenham a chance de viver o que o herói vivenciou, na catarse há o grande sacrifício do herói, ele morre para que o vilão seja derrotado e para que seus amigos e todo o mundo possa seguir livre. O outro protagonista do filme, o Capitão América, tem também um momento catártico no longa, ao levantar o Mjolnir, martelo mágico que só pode ser erguido por aquele digno do poder de Thor, outro herói parceiro dos protagonistas.

Figura 4 - Imagens de divulgação e trechos do filme Vingadores: Ultimato de 2018



Fonte: Capa do longa e cenas de catarse do personagem retiradas do Blu-Ray do longa

Percebamos como essas duas figuras de personalidades distintas, um sendo o homem que representa o herói tradicional, sendo um soldado (Capitão América) e outro algo mais contemporâneo e que toma as rédeas, o empresário (Homem de Ferro) tem em suas jornadas muito da essência do conceito de herói apresentado anteriormente no texto. O ideal é sempre a sociedade, os dois fazem seus sacrifícios, no fim um abdica do que tinha para que outros possam viver neste lugar estabelecido que vale a pena, enquanto o outro finalmente poderá viver isso, pois passou a vida toda agindo em prol de um bem maior, ou seja, a individualidade também não perde valor.

O QUE É O MALANDRO BRASILEIRO?

Para pensar nesses personagens que protagonizam parte do cinema no Brasil, devemos entender que daqui não há um juízo de valor, uma partida moral, o termo usado é malandro, porque é na malandragem que os personagens vivem. O abandono e a perspectiva negativa sobre a estrutura na qual essas caricaturas metafísicas do brasileiro são apresentadas é reflexo de uma trágica realidade, como podemos ver no texto de Cardoso.

“O homem que não tem terras, nem escravos, nem capangas, nem fortuna, nem prestígio, sente-se aqui, praticamente, fora da lei. Nada o ampara. Nenhuma instituição, nem as leis, nem na sociedade, nem na família, existe para sua defesa. Tudo concorre para fazê-lo um desiludido histórico um descrente secular na sua capacidade pessoal para afirmar por si mesmo. [...] O que os quatro séculos de nossa evolução lhe ensinam é que os direitos individuais, a liberdade, a pessoa, o lar, os bens dos homens pobres só estão garantidos, seguros e defendidos, quando têm para ampará-los o braço possante do caudilho local. Essa íntima convicção de fraqueza, de desamparo, de incapacidade se radicaliza na sua consciência com a profundidade e a tenacidade do instinto” (CARDOSO, 210, p. 782).

É partindo destas constatações trágicas que os protagonistas do cinema brasileiro ganham vida na tela. Em Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964), dirigido por Glauber Rocha, o personagem Corisco surge a partir do folclore popular consagrado do cangaço brasileiro. Neste filme, surge como um personagem épico, trata-se de uma figura sobretudo explorada, sua violência, portanto, se dá em função da pungência que o oprime, o subdesenvolvimento é posto na tela de modo a mostrar a violência que aplaca o sertanejo, a própria estética do filme aparenta uma certa pungência, sua fotografia crua, o sol da região desértica aparece de maneira a quase impossibilitar ao espectador, atentar para outros detalhes, em função do pouco cuidado em relação à fotografia do filme, que é feita de maneira amadora por pedido inclusive do diretor. O cinema brasileiro parece estar

sempre à margem, poucos foram os momentos em que a sétima arte fez parte de qualquer projeto de país em nosso território. Os protagonistas brasileiros parecem ser reflexo disso. Por isso, começar com um filme independente que deu início ao movimento conhecido como Cinema Novo¹ já denota bem o tom destes personagens que refletem um brasileiro à margem.

No longa-metragem *Pixote: a lei do mais fraco* (1981) dirigido por Hector Babenco, podemos ver o ápice do desalento no Brasil na figura do trágico protagonista, a criança que dá nome ao filme. *Pixote* é uma vítima entranhada em toda uma estrutura criminal, não há margem alguma para a identificação, ele rouba, mata e vira cafetão. Um garoto de 11 anos que foge de um reformatório e vive nas ruas, não há nenhuma mínima possibilidade de algum tipo de estrutura o servir, não há sociedade para *Pixote*, tudo está pronto para esmagá-lo, nem afeto ele teve. A tragédia é tanta que nem malandro ele pode ser, pois não há um mínimo de dignidade ou estrutura que o aporte, mas mesmo assim escolhemos colocá-lo em evidência para entendermos o potencial imagético de dar perspectiva para esse personagem que por muitos poderia ser visto, antes de um olhar aprofundado, como o responsável pelas mazelas de nossa sociedade, quando na verdade é reflexo das tragédias estruturantes de nosso país.

Figura 5 - cena do filme "Pixote"



Fonte: Cena retirada do DVD do longa, protagonista está com amigos em um reformatório

A imagem acima reforma o sentimento de desconfiança, uma variedade étnica entre as crianças e também roupas extremamente desgastadas. Esses 3 aspectos evidenciam como a estrutura é frágil para diversos grupos, nunca ignorando como o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) se faz pesar ainda mais na população negra, além do desgaste de roupas e a desconfiança escancarar a instabilidade desse espaço que deveria como o nome diz “reformatar” esses jovens.

OS MALANDROS DOS ANOS 2000

Percebemos uma onda de filmes em que o trabalhador protagoniza os longos no século XXI, mas onde o desdém para com o labor também impera. Esse sentimento vem de uma falta de fé constituída de precarização da vida do proletariado em relação a qualquer tipo de realização em um trabalho alienado. Só o trabalho leva a algum lugar?

Em *O Auto da Compadecida* (2000) dirigido por Guel Arraes, os protagonistas são o exemplo mais clichê brasileiro do que é o malandro, tem trabalhos precários e estão sempre tentando passar a perna em alguém. Não fazem isso por algum tipo de maldade inerente aos personagens, mas pela exploração estar sempre latente, a instabilidade impera e a fome está gritando. Para nós, espectadores, os golpes e as tentativas de enganar alguém são o ápice da questão toda, tanto é que para subir cada vez mais a tensão, a enganação vai aumentando de risco, padres, cangaceiros e até o diabo por fim, tudo isso como forma de viver.

No filme *O homem que copiava* (2003), dirigido por Jorge Furtado, a trama gira em torno do simples fato da vida do protagonista ser um sofrimento por duas questões: o trabalho é vazio de sentido e a sua remuneração, apesar de não deixá-lo passar fome, não trás nenhuma perspectiva de vida. O grande apelo do longa está em como depois de estabelecer isso o diretor coloca o elemento

provocador na trama, a possibilidade de falsificar notas e assim tirar uma boa grana que permitirá ao protagonista sonhar. Nesse momento, a potência da película aflora, a decisão de copiar ou não as notas não é o divisor de águas, para nós que estamos à margem, numa sociedade que já é uma sacanagem, qual o problema de trocar notas falsas no banco? Só um, o medo de ser preso.

Figura 6 - Pôster e trechos de “O homem que copiava” (2003).



Fonte: Imagens retiradas do DVD e capa do filme.

É a ansiedade do golpe e o tédio do trabalho, entre esses momentos que se vive. O filme Cidade Baixa de 2005. Catalisa isso em 3 protagonistas, os 3 com trabalhos e que mesmo assim fazem outras coisas para viver, seja dando golpe em turista sexual, roubando viagra em farmácia, ou até vendendo a própria luta no boxe amador. Todos malandros a sua maneira em meio a essa sociedade que parece que nos abandonou.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, buscamos através de alguns exemplos analisar dois tipos de protagonistas em filmes estadunidenses e brasileiros, a fim de compreender quais processos levaram estes personagens a serem retratados com tanta disparidade. Apesar da construção sociohistórica realizada no trabalho, é difícil afirmar quais aspectos são determinantes para a criação desse imaginário de protagonista.

Pois a dúvida levantada é: Eles são reflexo da sociedade ou criam um imaginário acerca dos seus respectivos países? Apontamos para a nossa análise que a relação é dicotômica, a influência dos dois lados, seja a vida imitando a arte ou na arte imitando a vida. Porém, é mais evidente que no caso dos Estados Unidos essa unidade de pensar pode ser vista como um reflexo do projeto Hollywoodiano, que tem uma unidade muito forte na hora de produzir um modelo de sociedade para exportação, com apoio governamental e até aprovação militar em muitos projetos. Enquanto no Brasil a produção do imaginário parece partir do contrário, desses vários diretores de diferentes regiões e que acabaram por produzir o que refletia a realidade dele e de diversos brasileiros, sendo até o cinema deles não projetado por algo de âmbito nacional, seus protagonistas acabam por serem caricaturas desse abandono estrutural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTHONY, SCOTT. **A FILM TO REMEMBER: "SHANE"** (1953). Medium, 2018.

BERNARDET, Jean Claude. **Brasil em tempo de cinema**: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

CARDOSO, Alberto. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, p. 775 a 819.

FABBRO, Bárbara Dal. Fábrica de heróis e vilões. **Jornalismo e História**, 2020. Disponível em: <https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br/2020/10/02/fabrica-de-herois-e-viloes/>. Acesso: 25 de out 2023.

GOMES, Paulo Emilio. **Uma situação colonial?**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p. 223-244, 1984.

SUMÁRIO

GARDNER, CHRIS. **À procura da felicidade**. Novo Conceito, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean, Et al. **HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS das origens ao século XX**. EDITORA CONTEXTO, São Paulo, 2007.

LIMA, Oliveira. **O Movimento da Independência (1821-1822)**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

MARTINS, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo, Brasiliense, 2013.

MARTINS, Ivan. **"Rambo 2": a consagração de Sylvester Stallone**. ÉPOCA GLOBO, 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/1985/noticia/2015/05/rambo-2-consagracao-de-sylvester-stallone.html>. Acesso em 24 de out de 2023.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. (1922[1918]), **Populações Meridionais do Brasil**: História – Organização – Psicologia. 2 ed. São Paulo, Monteiro Lobato.

PERRONI, Giovanna Fernandes. **CINEMA NOVO: UM MOVIMENTO POLÍTICO**. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB. Brasília, 2018.

SILVA, Daniel Neves. Independência dos Estados Unidos. **História Mundo**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/independencia-dos-eua.htm>. Acesso: 28 de out de 2023.

SOUSA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VOLTOLINI, Ramon. Service Pack 1 para o Office 2013 será lançado no início de 2014. **TecMundo**, 2013. Disponível em: <https://www.minhaserie.com.br/novidades/47310-robert-downey-jr-tem-o-maior-salario-do-elenco-de-vingadores-ultimo>. Acesso em: 28 de out de 2023.

LEUTZE, Emanuel Gottlieb. **Washington Crossing the Delaware**, 1851. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/20011777?pg=1&rpp=20&pos=2&ft=washtington%20crossing%20the%20delaware>. Acesso: 25 de Out 2023.

FILMES

FIRST BLOOD. Direção: Ted Kotcheff. Produção: Mario Kassar . 1982. 1 DVD (97 min).

SHANE. Direção: George Stevens. Produção: Paramount Picture . 1953. 1 DVD (118 min).

AVENGERS: ENDGAME. Direção: Irmãos Russo. Produção: Disney . 2019. 1 DVD (181 min).

O HOMEM QUE COPIAVA. Direção: Jorge Furtado. Produção: Nora Goulart . 2003.
1 DVD (123 min).

O AUTO DA COMPADECIDA. Direção: Guel Arraes. Produção: Eduardo Figueira . 2000.
1 DVD (157 min).

The background is a complex abstract composition. It features a grid of thin black lines overlaid on a background of various shades of blue, red, yellow, and green. Large, semi-transparent geometric shapes, including circles and triangles, are scattered across the page. Some of these shapes have internal patterns, such as a red circle with a black cross and a yellow circle with a black dot. The overall effect is a layered, dynamic visual field.

11

Guilherme Nascimento Prates

UMA INVENÇÃO CHAMADA BRASIL:

**OS INTÉRPRETES E A BUSCA
PELA IDENTIDADE NACIONAL**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.11

INTRODUÇÃO

O que nos une? O que cria em nós uma sensação de pertencimento? O que nos faz brasileiros? A partir dessas perguntas podemos colocar em debate o tema da cultura brasileira e identidade nacional, sua importância se dá sobretudo porque ela é discutida a todo instante na sociedade brasileira. Por que o povo se pergunta quem de fato ele é? O que nos torna brasileiros?

Se o povo é quem cria essas identidades, quem é o responsável por sistematizá-las? Nesse momento os intérpretes do Brasil, isto é, a *intelligentsia* brasileira entra em ação. Suas produções são responsáveis por captar a realidade social do Brasil e muitas das vezes elas têm um peso que é capaz de modificar o senso comum entre boa parte da sociedade - um exemplo disso seria a teoria de Gilberto Freyre acerca da "democracia racial brasileira" muitas pessoas defendem essa ideia sem ao menos ter lido a obra - logo é possível observar que os intelectuais são os responsáveis por realizar a mediação simbólica entre o popular e o nacional, eles são responsáveis por dar unidade ao povo brasileiro e só dão unidade à nação a partir de uma cultura já consolidada que vai servir-lhes de terreno para sistematizá-las.

Em um determinado momento os intelectuais - influenciados pelo racismo científico criado na Europa, oriundo do darwinismo social - pensam na sociedade brasileira como fator de desvalorização, isto é, uma sociedade atrasada e que não chega nos moldes de civilizações avançadas. Logo propõem a substituição da cultura nacional pela cultura europeia para definitivamente chegar à modernidade. Já posteriormente, em meados do século XIX, a elite intelectual passa a considerar a identidade cultural aqui formada como elemento de autenticidade da população, tendência que surge no movimento literário do indianismo com as obras de José de Alencar que valorizam nossas origens culturais além sobretudo do índio idealizado.

SUMÁRIO

Pode-se considerar a primeira geração de intérpretes os que estão inseridos na república velha, um ponto importante é que não estão pensando definitivamente naquele momento, mas partindo daquele presente para assim imaginar o porvir, isto é, desenhar o futuro da civilização brasileira. Estes iniciam seu pensamento sobre o porvir do Brasil, entretanto havia dois elementos pulsantes que impossibilitaram o futuro da nação: a raça e o clima. Intelectuais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna estão procurando analisar a sociedade em formação através da raça e do meio geográfico, isto é, são deterministas, por esses dois elementos preveem uma sociedade que em seu futuro será corrupta e degenerada, estes são os intelectuais pessimistas, pessimistas em relação ao brasileiro, representado como preguiçoso e apático ao trabalho.

A única saída segundo esses autores é a arianização, ou seja, embranquecer a população brasileira através da imigração de europeus, essa ideia surge principalmente porque consideram o negro como elemento degenerativo da sociedade brasileira.

Toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva outra coisa não tem sido, com efeito, senão um contínuo afeiçoamento, por meio de processos conhecidos de lógica social, dos elementos etnicamente bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca. Os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos, que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, como mestiços, por uma afirmação da sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem esses característicos, quando deixam de ser psicologicamente mestiços – porque se arianizam (VIANA, 2005, p. 179).

Nesta citação de Oliveira Vianna é perceptível como a intelectualidade brasileira visualizava a presença negra no processo de formação nacional, viam como elemento que tornaria a nação um fracasso.

Em consonância a mestiçagem na visão destes autores é a solução para o problema do negro no Brasil, sendo a assimilação com brancos fator de progresso nacional.

A produção intelectual nesse momento gira em torno de um cenário ainda muito incipiente nas Ciências Sociais no Brasil. Assim, as teorias raciais que foram criadas na Europa, mesmo que lá já estejam defasadas, chegam no país como uma ideologia dominante. Assim, se tem “quase uma sensação, de que no Brasil as ideias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu” (SCHWARZ, 2000, p. 30). A ideologia dominante que o Brasil absorve da Europa serve então de apoio às aristocracias rurais e ao Estado, ao mesmo tempo simboliza a singularidade do pensamento social no Brasil nesse período.

Cria-se assim a ideologia do “Brasil-cadinho” (ORTIZ, 1985, p. 85). Ideia que tem seu momento difundido na virada do século, especificamente no século XX, com intelectuais como Gilberto Freyre, Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda. Nessa ideologia se imagina um Brasil a partir da inter-relação entre três raças: indígena, africana e portuguesa. Estas formaram o que se entende hoje Brasil, mas relacionam-se através de uma história idílica nos confins das Américas.

Partindo para a década de 30, observa-se um salto no pensamento social. Nesse momento, com as mudanças sociais em curso, a sociedade brasileira necessita ser repensada pois as teorias raciais existentes já não sustentavam mais os acontecimentos ocorridos, logo as teorias se tornam ultrapassadas. Mas outros teóricos entram em ação, Gilberto Freyre seria um desses intelectuais que elaboram reflexões em torno da sociedade para “atender” uma demanda do Estado, o Estado brasileiro está estritamente relacionado com a produção intelectual, essa relação se dá principalmente porque estes autores são “cooptados” simbolicamente a fim de implementar ideologias da elite dirigente.

SUMÁRIO

Após esta breve introdução sobre a formação do pensamento social e como era o contexto em que os autores estavam inseridos. Portanto, agora, é importante situar os autores e suas respectivas obras selecionadas. Cronologicamente o primeiro é Gilberto Freyre (1900-1987) que ainda ligado à antiga tradição de pensadores do século XIX dá uma nova roupagem àquele pensamento datado. Essa roupagem está localizada na antropologia cultural, tendo aulas com Franz Boas na Universidade de Columbia, Freyre passa a pensar na Raça não mais pela via biológica, mas agora, pela análise cultural, ou seja, da raça a partir da cultura. Sua principal produção, *Casa-Grande & Senzala* (1933), vê o que os teóricos do passado viam de outra maneira, o mestiço, o indivíduo produto da miscigenação agora é fator de orgulho nacional, o principal impacto da obra na sociedade seria a democracia racial, isto é, a ideia de que todas as raças que formaram o Brasil vivem nele harmoniosamente, mesmo que ainda existam conflitos. Ainda na década de 30 se tem Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982), suas produções se baseiam na teoria liberal weberiana. Em *Raízes do Brasil* (1936), Buarque procura sistematizar a formação da sociedade brasileira a partir de dois elementos: otimista, liberal e conservador. Em toda sua obra utiliza ferramentas teórico-metodológicas weberianas como a burocracia e os tipos ideais. Sua maior contribuição gira em torno do Homem cordial, um tipo ideal de brasileiro que é influenciado pelo coração, isto é, por seus sentimentos, amores e ódios. Homem que toma suas decisões baseadas no coração deixando de lado normas impessoais, tendo uma dificuldade em manter as relações democráticas e públicas. Saltando para a década de 50, Antonio Candido (1918-2017). Candido, especificamente em *Formação da literatura brasileira: momento decisivos* (1959), debruça-se sobre literatura e a crítica literária para refletir o Brasil. Ele vê na literatura um elemento basilar para a construção de uma nacionalidade, o que se pode chamar de nacionalismo literário onde no decorrer da formação da literatura nacional fundamentava-se junto a criação da nação brasileira, isto é, pensar na nação brasileira é pensá-la a partir da produção literária.

Candido visa operar através do sistema literário - a relação autor, obra e público - para afirmar essa consolidação da literatura brasileira, sendo no arcadismo e o romantismo o ápice dessa representação nacional.

CASA-GRANDE & SENZALA: O BRASIL OTIMISTA DE GILBERTO FREYRE

Gilberto Freyre em Casa-Grande & Senzala representa um momento muito singular no pensamento social, essa representação *sui generis* se encontra no momento em que o autor procura se afastar de seus contemporâneos, tornando a obra tão marcante, pois representa o salto que as reflexões em torno do Brasil obtiveram a partir de então. O elemento que diferencia a então investigação de Freyre é o otimismo onde até então era ocupado pelo pessimismo com autores de sua época. Agora, o negro - que era visualizado como elemento degenerativo da nação - dentro da obra de Gilberto toma uma centralidade importante no processo de formação nacional.

Já se tenta hoje retificar a antropogeografia dos que, esquecendo os regimes alimentares, tudo atribuem aos fatores raça e clima; nesse movimento de retificação deve ser incluída a sociedade brasileira, exemplo de que tanto se servem os alarmistas da mistura de raças ou da malignidade dos trópicos a favor da sua tese de degeneração do homem por efeito do clima ou da miscigenação (FREYRE, 2019, p. 104).

É perceptível a objetividade de Freyre em se distanciar dos outros autores, afastando-se do determinismo e direcionando-se para a antropologia cultural sua análise é realizada através de três pilares fundamentais, sendo eles: negritude, mestiçagem e lusitanismo. Portanto, é marcante na obra a consecutiva assimilação no

intercurso sexual, aliás o intercurso sexual entre negros e brancos, isto é, entre mestres e escravos ocupa um lugar especial na pesquisa freyriana, a violência da dominação escravocrata que é continuamente substituída pelas relações pessoais definindo outro conceito tão caro a obra do autor: a tese dos antagonismos em equilíbrio.

O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a européia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. [...] a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos (Ibid., p. 69).

Luxo de antagonismos seria então a marca nacional, a singularidade na qual formou-se a nação brasileira, o que demonstra bem essa integração para além das relações aparentes entre senhor e escrava, entre negros e brancos. Esses antagonismos se iniciam na família patriarcal, o primeiro núcleo social e que é o elemento estruturante para a sociedade nacional. Essa família patriarcal segundo o autor é produto da colonização portuguesa e que impede rupturas sistêmicas na sociedade em formação.

Freyre procura expor a organização da família patriarcal brasileira e sobretudo a rural, pois para o autor ela é a última a resistir aos processos de racionalização capitalista. A casa-grande tem um papel fundamental na medida em que se torna um microcosmo analítico, sendo possível através dela visualizar as relações sociais dos mais diferentes grupos sociais e principalmente na observação de como esses grupos coexistiam, pois, "A casa torna-se o *locus* privilegiado da análise porque é o último reduto dos modos tradicionais de vida, pois, do nível institucional oficial e público, foram banidas formas que não cabem na racionalidade do sistema" (BASTOS, 2006, p. 181).

E dentro da família patriarcal brasileira inserida na casa-grande, Freyre procura não apenas estudar as influências do lusitano, mas também as possibilidades de relação quando mulheres negras eram inseridas direta ou indiretamente dentro da casa-grande. Diretamente quando o autor retrata a importância da ama-de-leite no processo de organização doméstica e que por esse motivo é inserida fisicamente no seu *locus* de estudo. Indiretamente, e mais comum, quando o autor retrata a relação entre senhores e escravas, a assimilação sexual. Especificamente quando senhores brancos abusavam sexualmente de suas escravas. A forma indireta apontada resulta em diversas críticas de outros autores a Freyre, essa perspectiva do intercursos sexual se torna problemática do ponto de vista do negro brasileiro.

E para Gilberto só é possível a coexistência desse intercursos sexual, isto é, das violências sexuais entre senhores e escravas porque existe essa suavização dos antagonismos. Essa concepção de leitura é muito importante na obra, pois ela dá tessitura a todo o conjunto da produção freyriana, sobretudo porque são essas suavizações de antagonismos que respondem às principais questões que o autor coloca na obra e consegue oferecer esse caráter otimista em seu ensaio.

Com essa inovação em seus estudos, Freyre também inova na formação da identidade nacional brasileira, principalmente quando formula sua teoria acerca da democracia racial brasileira. Essa identidade é representada pelo encontro entre os aspectos culturais de negros, lusitanos e indígenas. Esses traços vão resultar na sociedade brasileira, mesmo com diferentes problemas Freyre é extremamente positivo com a nação dos trópicos, essa positividade talvez esteja resguardada na democracia racial que o autor teoriza, mesmo havendo conflitos, para Gilberto fazem parte da sociedade como um todo.

Ora, a descrição Freyriana da sociedade brasileira caracteriza-se por mostrar que os atores sociais se encontram num *locus* não *antagônico*, por isso afirmação da existência de *antagonismos em equilíbrio*. Os conflitos existem, por certo, por serem inerentes ao social. Todavia, para o autor, são todos do mesmo grau, temperados num caldo

cultural que os torna parte de um jogo político que se dá igualmente no público e no privado; no espaço doméstico e no campo social. Não é sem sentido a busca de analogias na *casa* e na *comida*. Esse procedimento permite apagar os antagonismos, na medida em que define os opositores não como inimigos, mas como atores sociais; e nessa qualidade como parceiros num jogo sociopolítico e não como oponentes num campo de luta. Em outros termos, para Gilberto Freyre, o conflito não é uma anomalia, pois a violência é interna à sociedade, cotidianamente reiterada no seio da família e da comunidade. Mas sua resolução ganha a mesma circunscrição; encontram-se exatamente no mesmo espaço as formas de resolver a crise. Por isso o social e o político são inseparáveis. Mais ainda, inseparáveis as ideias de autoridade e poder (Ibid., p. 176).

Como bem exposto por Elide Rugai, a sociedade brasileira para Freyre é composta por atores sociais que não se confundem como inimigos. Essa configuração propicia um olhar de diferentes disputas na vida social, mas que se apagam, ou melhor, se diluem formando assim esse "antagonismo em equilíbrio". Por mais que estes atores sociais estejam tão distantes, há um elemento singular que os torna um bloco maciço e lhe dá unidade, sobretudo unidade a nação. Isso se torna importante na medida em que a nação, se demonstrava e era pensada numa fratura e Freyre oferece um elemento constitutivo na sociedade nacional, a democracia racial é então esse mecanismo unificador da nação.

Casa-Grande & Senzala é uma obra que dentre as abordadas no trabalho é a que mais se aproxima de um tom informal se aproximando do tom de oralidade e que a afasta em certa medida de um trabalho científico (BENZAQUEN, 2009) talvez seja por conta da formação de Gilberto Freyre que realizou seus estudos em artes liberais. A produção de Gilberto Freyre contribuiu então para a formação de uma tradição brasileira - tradição essa que se materializa sobre a democracia racial - mesmo que criticada por inúmeros autores posteriores, Casa-grande é inegavelmente uma das obras que mais representaram a nação chamada Brasil.

RAÍZES DO BRASIL: CORDIALIDADE EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda produziu uma tipologia ideal, o homem cordial. O autor parte da teoria liberal weberiana procurando sintetizar os principais elementos marcantes do caráter nacional. Sérgio caracteriza o homem cordial pela primeira vez no ensaio *Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social* onde futuramente o autor aprofunda na obra aqui discutida.

Raízes do Brasil escrito por Sérgio Buarque de Holanda foi publicado em 1936 - três anos após a primeira publicação de *Casa-Grande e Senzala* - é uma obra que expõe as vicissitudes da modernização brasileira. Sérgio interpreta a formação histórica do Brasil a partir de nosso legado ibérico e ao longo da obra procura realizar uma definição da cultura nacional e em como a mesma é influenciada pela cordialidade. Toda a estrutura da obra é constituída por um sistema de oposições e na maior parte do livro é constituído um sistema de contraste entre colonização espanhola e colonização portuguesa, além disso há uma outra grande dicotomia entre cordialidade e civilidade.

Buarque acreditava que as formações sociais e culturais teriam de se desenvolver de maneira espontânea até se ter definitivamente uma nacionalidade consolidada. Ao longo do desenvolvimento dessa interpretação, Buarque projeta esse distanciamento na investigação quando evidencia que os eventos históricos da América portuguesa não são necessariamente os indícios de nacionalidade, colocando essa historiografia nacionalista como problema chave a ser discutido.

Para Sérgio há uma singularidade no processo de colonização, sobretudo porque o autor sempre coloca esses distanciamentos entre colonização espanhola e portuguesa. Um desses distanciamentos é o perfil do lusitano, que tem características do tipo “aventureiro” como o autor expõe:

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador (BUARQUE, 2014, p. 51).

Essa caracterização da colonização portuguesa pelo tipo aventureiro é importante na leitura do livro na medida em que ela influencia todo o processo de formação da sociedade nacional. Portanto, a colonização brasileira passa por todo esse processo de segurança e sem esforço efetivo no povoamento da terra com o aventureiro em sua busca por riquezas e fácil lucro.

Outro ponto tão importante na produção da obra é essa plasticidade social no lusitano. Essa plasticidade integra todo processo de desenvolvimento da sociedade nacional, essa ausência do orgulho de raça é fundamental para responder questões como o processo de mestiçagem no Brasil, pois para ele “explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços.” (Ibid., p. 61).

Raízes do Brasil é uma obra que se diferencia da anteriormente discutida pois Sérgio debate em essa transição do Brasil rural para o Brasil urbano. Essa transição é muito bem marcada pelo autor, com o bacharel sempre preocupado em exaltar suas qualidades próprias.

As nossas academias diplomam todos os anos centenas de novos bacharéis, que só excepcionalmente farão uso, na vida prática, dos ensinamentos recebidos durante o curso. A inclinação geral para as profissões liberais, que em capítulo anterior já se tentou interpretar como aliada de nossa formação colonial e agrária, e relacionada com a transição brusca do domínio rural para a vida urbana, não é, aliás, um fenômeno distintamente nosso, como o querem alguns publicistas (Ibid., p. 187).

SUMÁRIO

Essa “república” dos bacharéis se torna fundamental pois é ela que se torna um dos fios condutores para o processo transição do Brasil agrário-patriarcal para o Brasil urbano. Essa nação urbana, marcada pelas profissões liberais tem um lugar especial, tendo em vista que o diploma nem sempre propicia definitivamente um ofício que condiz com a diplomação. Médico, advogados e engenheiros sempre ascendem a cargos pomposos procurando locais cada vez mais gloriosos.

Chegando agora na análise do “homem cordial”, Sérgio constrói, através da tipologia weberiana, um ser social histórico e produto de toda a nossa formação. Psicologicamente avesso à civilidade, regras e convenções. Essa cordialidade é a herança das práticas patriarcais advindas do meio rural e que perduram ao longo do desenvolvimento até a chegada do Estado nacional.

Esse Estado nacional que Buarque trata é importante ao passo que ele atribui uma configuração diferente de outros Estados democráticos. Na obra o Estado é concebido como uma extensão do círculo familiar, que o autor considera um movimento equivocado, mas que ocorre porque com essa expansão do meio rural para o urbano essas tendências patrimoniais se estenderam até as funções e controles do Estado nação e com essa configuração há uma diferenciação entre o funcionário “burocrático” e o funcionário “patrimonial”.

Essa dicotomia entre os dois tipos de funcionários é fundamental para compreender a representação real da cordialidade, pois com o funcionário patrimonial “a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos” (Ibid., p.175). O funcionário patrimonial considera o Estado como uma extensão de seu círculo familiar deixando de lado essas normas impessoais, já o funcionário burocrático seria o indivíduo que realiza suas especializações e exerce sua função para garantir os direitos dos cidadãos.

Enfim, o homem cordial é o responsável por realizar esse afastamento da esfera pública e democrática, como Sérgio expõe

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”.⁶ A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (Ibid., p. 176).

Essas principais características elencadas por Buarque conferem ao brasileiro uma identidade única e singular, mas que na problematização do autor tomam uma forma crítica, a falta de impessoalidade e o tratamento da máquina pública de forma pessoal. Sérgio, ao longo do livro problematiza a possibilidade desse desenvolvimento da nação. Até que ponto é possível o desenvolvimento de uma sociedade plena e democrática onde políticos tratam o bem público como seu objeto pessoal? Poderia o Brasil ter de fato uma democracia? Sérgio realiza essas problematizações ao longo da obra a fim de evidenciar esse caráter nacional seja ele positivo ou negativo procurando sempre construir essa identidade nacional, portanto, sua maior contribuição é essa tradição cordial do brasileiro.

SUMÁRIO

FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA: ANTONIO CANDIDO E OS MOMENTOS DECISIVOS

Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, obra publicada em 1959 representa um dos maiores esforços na compreensão da literatura nacional. A produção de Antonio Candido

em torno da literatura é extremamente marcada pela sociologia, afinal sua formação é em Ciências Sociais, mas a obra discutida parece toda ser estruturada por fatos sociológicos. A maior expressão disso é quando Antonio Candido visualiza a literatura brasileira como um fato social.

Para Antonio Candido toda a nossa literatura é um conjunto de obras, produzidas num período de tempo, conectadas por um determinado gênero e absorvidas por um determinado público. Ou seja, para Candido a literatura é “considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase.” (CANDIDO, 2023, p. 25). Portanto, é estruturante para a obra a noção de sistema literário, onde a literatura e os momentos decisivos são considerados essa relação entre autor, obra e público. Além disso esse sistema literário serve como elemento basilar de toda a obra, pois essas produções para Candido são compreendidas como uma continuidade literária, isto é, uma “transmissão de tocha” entre os autores, deste modo, boa parte da organização dos capítulos é realizada dessa maneira, cada autor passará sua tocha até que enfim se chegue na “pira olímpica” da literatura brasileira, sendo o responsável por representá-la, Machado de Assis.

Os momentos decisivos considerados pelo autor são o arcadismo e o romantismo, uma vez que esses dois períodos são momentos de rupturas com a literatura portuguesa, mas a literatura nacional só tem sua “literatura empenhada” no romantismo onde representa o momento ápice de nossa literatura, visto que os autores desse momento têm a tomada de consciência e procuram produzir uma literatura distinta das outras. No romantismo os autores tinham o objetivo de interpretar a nova realidade e suas transformações em curso como a nossa independência, neste momento o autor insere outro conceito tão importante a obra, o nacionalismo literário que se encontra estritamente ligado com a produção da fase romântica.

Essa relação com a produção dos intelectuais vai sendo aprofundada ao longo dos capítulos da obra. Mas Candido, alinhado à maior parte da produção, considera outro conceito importante, a rotinização. Conceito Weberiano é considerado dentro da obra como “a aceitação e consolidação da corrente literária no gosto médio.” (Ibid., p. 204). Ao longo da obra estes conceitos citados serão fundamentais para mobilizar o conjunto de autores e principalmente os dois momentos de nossa literatura.

Dentro de sua obra, Candido faz uma distinção entre manifestações literárias e literatura, já que para o autor há obras de valor, mas se estas não compõem um sistema não conseguem chegar de fato à literatura. Essa compreensão resultou em críticas a Candido, principalmente por deixar de lado figuras como Gregório de Matos e o gênero ao qual o autor pertencia, o Barroco.

A produção desses autores procurava renovar a incipiente forma literária - que era o romantismo - com temas e aspectos da nova realidade social em curso. Ao longo do desenvolvimento é concebido uma grande importância da nossa independência à ideia romântica e principalmente ao romantismo como um todo, visto que nele havia esse dever patriótico.

A Independência importa de maneira decisiva no desenvolvimento da ideia romântica, para a qual contribuiu pelo menos com três elementos que se podem considerar como redefinição de posições análogas do Arcadismo: (a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo; (b) desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o Classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria; finalmente (c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional (Ibid., p. 333).

Conforme exposto pelo autor há uma relação transitória entre arcadismo e romantismo, mas que fica no último esse dever de expressar o Brasil a partir da literatura. Esse objetivo em distanciar-se da portuguesa é fundamental para a renovação da produção intelectual no Brasil, mas é sobretudo quando os intelectuais têm esse sentimento comum de construir a nação, uma vez que estes autores produziram uma literatura brasileira também contribuíram para a criação da nação.

Antonio Candido realizou uma interpretação do Brasil, uma interpretação a partir da literatura brasileira. Essa literatura representa o que é genuinamente nacional, o nativismo de Alencar? O romance de costume de Manuel Antônio de Almeida? Ou a produção psicológica de Machado de Assis? Todos estes autores contribuíram para estabelecer esse sentimento de nacionalidade, e ao final da obra Candido utiliza uma importante reflexão de nossa literatura, o artigo *Instinto de Nacionalidade* produzido por Machado de Assis em 1873, onde ele realiza um balanço entre nossas tendências particularistas, isto é, a discussão entorno do local e universal que em Machado tinha uma compreensão onde não necessariamente para se produzir literatura nacional era preciso sempre imaginar o “índio idealizado”, mas pensar para além destes moldes reafirmando nossa independência enquanto nação. “Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo” (ASSIS, 1973, p. 801).

Antonio, intérprete do Brasil, utiliza a literatura como *locus* analítico de nossa formação enquanto Brasil, e para além disso vê a literatura enquanto um fenômeno social, enfim um autor que contribuiu muito para a crítica literária e junto a ela a fonte sociológica em um país na periferia do capitalismo (ARANTES, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intelectuais tão importantes na pesquisa sociológica do Brasil multifacetados e controversos. A antropologia, a sociologia e a literatura foram utilizadas como ferramenta de estudos para cada autor mediar sua interpretação da nação nos trópicos, mas essas interpretações analisadas do ponto de vista contemporâneo tornaram-se leituras clássicas.

Essas leituras consideradas clássicas contribuíram de algum modo para a formação do pensamento social, mas não somente isso, são leituras que inventaram uma tradição brasileira, cunhando o termo do historiador Eric Hobsbawm.

O termo 'tradição inventada' é utilizado num sentido amplo, nunca indefinido. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez (HOBSBAWM, 2008, p. 9).

Cada autor aqui trabalhado inventou uma tradição, inventou um Brasil. Dentro de cada obra articula passado histórico e presente para refletir todo o processo de formação social, mas essa reflexão é *sui generis* dentro de cada produção, ressaltando algumas particularidades em comum, mas que lhes conferem esse lugar de responder, em cada obra, questões e problemas que eram colocados à vida nos trópicos. Voltando a invenção das tradições:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição ao passado (Ibid., p. 9).

Logo, a tradição brasileira que cada autor inventa pode ser a democracia racial, a cordialidade ou o nacionalismo literário?

Os autores e suas respectivas obras formaram um Brasil próprio, uma interpretação própria. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido, portanto, inventaram um Brasil, cada autor com seu próprio paradigma, mas que confluem para uma crítica própria de nossa nacionalidade cheias de contradições, mas que se tornaram uma leitura obrigatória tendo em virtude do tamanho de seus estudos. O Brasil considerado aqui não é definitivamente o interpretado, por cada autor, mas inventado, onde todos contribuíram para formular essa invenção chamada Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo Eduardo. **Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo**. Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido, 1992.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Chuvas de verão: "antagonismos em equilíbrio" em Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: _____. **Obra completa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973. v. 3, p. 801- 809.
- BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu**: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. Global Editora, 2006.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Todavia, 2023
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de Raízes do Brasil. 26. ed. 19. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [2004].
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. Editora 34, 2000.
- VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2005.

12

Hermana Oliveira

RELATOS DA TRAVESSIA:

O ANTIRRACISMO DAS HISTÓRIAS DE VIDA
DE IYÁLORIXÁS NA PARAÍBA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.12

INTRODUÇÃO

Recentemente, a democracia brasileira tem se disposto, inclusive em termos da administração pública, reconhecer a contribuição organizativa baseada em ações de ativismo e luta antirracista desenvolvida por pessoas negras, mais especificamente, mulheres negras em contextos periféricos, as denominadas *lyálorixás*.

Junto à criação do recente Ministério da Igualdade Racial dirigido por Anielle Franco inaugura-se na política institucional um novo setor administrativo, ao passo em que cria de um departamento do governo para dar atenção às demandas e cenários causados pela crônica desigualdade social, histórica e econômica, cuja a população negra e periférica do país tem vivido – a Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT).¹

Em busca de aproximar-se do cotidiano das pessoas mais pauperizadas do país o governo federal em sua busca por produzir cidadania em periferias tem procurado o apoio oriundo das camadas mais pobres, isto é, dentre povos negros, indígenas, periféricos, ribeirinhos, quilombolas, e demais grupos e coletividades não-hegemônicas, as intituladas minorias. As ações direcionadas, por sua vez, têm acionado iniciativas comunitárias protagonizadas, especialmente, por mulheres de descendência afroindígena enquanto proeminentes porta-vozes da população mencionada, periférica, e apesar de populosa, minoritária. A partir disto, as ações do governo se capilarizam interseccionalmente pela entrada nas comunidades por meio de organizações pré-existentes da sociedade civil, caracterizadas por seu viés assistencialista, educacional, e de promoção cultural, via de regra.

SUMÁRIO

1

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-politicas-para-quilombolas-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana-povos-de-terreiros-e-ciganos>

SUMÁRIO

Isto em vista, e considerando o pressuposto colonial, os terreiros de matriz africana, ou simplesmente, terreiros, têm se apresentado no Brasil enquanto espaços de diversidade que agregam inúmeras funcionalidades. As ações que ocorrem no seu interior variam entre atividades de relevância ecumênica, cultural, e religiosa afroindígenas e afrodiaspóricas, bem como, através da prestação de atenção social de base comunitária, promoção de cura, mediação de conflitos, dentre outras.

Através da etnografia realizada, e a partir de relatos da travessia transatlântica (GILROY, 2001) inerentes às trajetórias de vida das *lyálorixás* conhecidas em todo o país por mães-de-santo, puderam ser observados alguns acontecimentos. A partir dos relatos de suas trajetórias de vida, reconhecemos uma série de agências sensíveis à luz de uma sociologia que se interessa por uma cultura política específica, aquela que se desenvolve nos territórios denominados periferias.

Nestes relatos, por sua vez, constam memórias e situações dentre as quais se destacam algumas de suas características primordiais, sendo estas: *i.* a capacidade destas lideranças de acolher dilemas sociais e orientar pessoas provenientes dos mais diversificados estratos, *ii.* aptidão na mediação e articulação política na obtenção de recursos materiais e simbólicos diversos, *iii.* amplo conhecimento oriundo de saberes tradicionais e afrodiaspóricos manipulados e disseminados para as populações na promoção de curas espirituais, e de tratamentos úteis à corporeidade dos indivíduos.

Por este caminho, é possível identificar que as *lyás paraibanas* observadas revelam um particular traço em comum: sua proeminência política. Devido as experiências narradas e acontecimentos que lhes acionam inúmeras memórias, as *lyálorixás* costumam descrever sucessivas situações nas quais necessitaram estabelecer contatos e comunicação com entidades e personalidades da política institucional em busca de reconhecimento e algum tipo de apoio por

parte dos governantes de modo que se torne bastante comum que os terreiros se transformem em pontos de distribuição de alimentos e cestas básicas.

Consensualmente àquilo que argumenta (JOAQUIM, 2001) a partir da sua pesquisa realizada com lyálorixás pertencentes a mais de uma nação de candomblé, e no que toca à variedade de posturas e opiniões proferidas pelas mesmas com relação as formas de culto afro religioso, considero que a variedade multicultural inerente a uma cidade como João Pessoa, uma das capitais mais antigas do país, se caracteriza através de uma historiografia pulverizada de acontecimentos e fatos de vanguarda política na história da República. Simultaneamente a estes acontecimentos oficiais, inúmeros fluxos, alternâncias, trânsitos, movimentos, êxodos e realocações constituem o seu território, assim como a experiência de sua população, e diante disto questões relacionadas com a forma como a população pertencente às comunidades tradicionais se relacionam com o Estado, o poder público e as instituições se apresentam constantemente nas histórias e narrativas extraoficiais.

À guisa de uma sociologia cultural e política que se dedica a compreender de que modos se estabelecem consensos, conflitos, e confluências, isto é, como se determinam as disputas de poder entre diferentes grupos étnicos em um território.

*O que podem requerer aqueles aos quais tem sido dado,
durante um longo tempo, muitíssimo pouco?*

NEGROS TERRITÓRIOS

Uma caminhada pode ser um ritual de observação sociológica, uma etnografia flânerie que promove a identificação de sujeitos diversificados subdivididos em uma ampla gama de formatos de

faces, corpos, tons de pele e texturas de cabelo, inerentes às inúmeras composições étnico raciais da territorialidade nordestina, paraibana. Durante o percurso, observo muitos indivíduos que, quase sempre, fazem parte de conformações comunitárias mais amplas, pois, neste território, a população nativa é majoritariamente miscigenada, apesar de que, mais recentemente, tem ocorrido a chegada de uma população mais branca constituída por migrantes das regiões sudeste e sul, e que, por sua vez, variam entre pessoas de classe média aposentadas, empresários, ou, de funcionários públicos federais e estaduais residentes na região mais cara, a orla marítima da capital.

Nas periferias, cidades circunvizinhas e bairros mais empobrecidos encontramos invariavelmente uma população negra de pele retinta. Dentre os territórios negros que constituem a cidade se destacam alguns bairros, dentre estes, o Bairro dos Novais, Cruz da Armas, Mandacaru, Cristo, Rangel, parte do bairro da Torre, Roger, São José, o bairro Valentina com suas adjacências, dentre outros.

Além destes bairros, a região metropolitana é conformada por comunidades afroindígenas, considerando que no litoral sul, no município do Conde, existe a comunidade quilombola Novo Quilombo, no litoral norte, habitam expressivas comunidades indígenas dos Potiguara, e mais ao sul, a população Tabajara. O extenso município de Santa Rita, por sua vez, abriga uma grande variedade de comunidades ribeirinhas, também afroindígenas, que atualmente realizam atividades de pesca e coleta de crustáceos de maneira sustentável, bem como, as comunidades que costeiam o rio Sanhauá, rio Gramame e a barra do rio Mamanguape. Além dos territórios indígenas, o estado possui também algumas comunidades ciganas da etnia Calon, e 39 comunidades quilombolas reconhecidas atualmente, o que por sua vez, soma uma população aproximada de 16 mil pessoas².

SUMÁRIO

Apesar da perceptível segregação que se complementa aos números da necropolítica (MBEMBE, 2019), e das precárias condições de vida às quais estão submetidas afrobrasileiras e afrobrasileiros encontramos a partir dos estudos sobre religião algo próximo àquilo que (PINHO, 2023, p. 55) argumenta sobre a encruzilhada, o entremeio, “between social death and ancestry, political categories and structures of feeling are produced and experienced”. Este argumento nos aponta, através dos estudos críticos da raça, que os limites de compreensão sociológica necessitam ser perfurados, pois, embora a sociologia situe os estudos sobre cultura política em campo distinto aos estudos sobre religião ou raça, seus elementos estão interligados.

Assim a centralidade deste fenômeno, quando negligenciada, acarreta em uma análise insuficiente pelo fato de não incluir aspectos fundantes do simbólico protagonizado por núcleos tradicionais em face dos paradigmas religiosos perpetrados pelo cristianismo.

Se o negro é uma categoria que reúne pessoas de periferia em terreiros de matriz africana para enaltecer sua ancestralidade, isto não se trata apenas de uma questão cultural ou religiosa, mas, essencialmente, política, pois, na medida em que aspectos de sua trajetória enquanto grupo social derivados da experiência comum alternada entre a violência colonial que produziu a diáspora, o cativo, a escravização, e inúmeras contemporâneas formas de subalternidade adquirem relevância social interferindo na esfera e na opinião públicas, bem como, na possibilidade de produção de políticas reparadoras direcionadas.

Diante deste pressuposto, o que se visualiza a partir dos terreiros é o orquestramento de um conjunto de ações, sentidos e entendimentos comuns criando, coletivamente, interpretações e soluções de sobrevivência e ascensão social para populações mais pauperizadas, o que inclui a populações negras.

Sobre as comunidades de terreiros, em pesquisa realizada no ano de 2019 pela Casa de Cultura Ilê Asê D'Osoquiã (CCIAO) e pelo Instituto de Planejamento, Pesquisa, Comunicação, Estudos Sociais e Tecnológicos (IPPECET), existem na região metropolitana de João Pessoa 251 espaços religiosos distribuídos em 107 bairros. Na pesquisa, também foi constatado que das casas de terreiros pesquisadas 143 foram fundadas entre os anos de 2000 a 2019, e do total de pesquisados, 46,6% da população de terreiro se declara preta e 29,9% parda.

Diante destes elementos, e através da observação participante realizada, nota-se que durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) se deu o maior número de espaços inaugurados, e este dado, por sua vez, nos confirma sobre a pré-existência destas práticas, deduzindo, portanto, que a tomada de decisão dos espaços afro religiosos em 'abrir casa' só se tornou possível no momento histórico em que condições societárias possíveis se apresentaram.

Tão logo, na travessia de uma história permeada por violências fundamentadas através dos consecutivos arranjos do privilégio racial, de classe e gênero classe oriundos do imperativo capital-colonialístico (ROLNIK, 2018) é possível perceber que as reminiscências da população originária no território têm desenvolvido reações em comunidade e preservado culturalmente modos de vida, maneiras de resistência, sobrevivência de costumes, valores específicos, bem como, produzido novos modos de vida na contradição às adversidades geradas por muitos tipos de desigualdade.

Isto em vista, e considerando que o estado paraibano possui uma economia modesta com estreitas e quantificadas chances de mobilidade em sua estrutura de possibilidades e disposições de sociais, a atuação das lyálorixás se destaca enquanto figuras femininas de empoderamento legitimadas por sua atuação comunitária. Sobre este segmento, os elementos inerentes às suas trajetórias necessitam ser analisados a partir da complexidade que a combinação dos diversos marcadores sociais da diferença solicita, isto é, em 'problemas de interseccionalidade' (CRENSHAW, 1989, p. 141).

De acordo com os elementos de luta antirracista encontrados em suas narrativas é possível identificar aproximações entre alguns dos valores destas comunidades com as demandas orquestradas pelo Movimento Negro do Brasil, principalmente no que tange à defesa das religiões de matriz africana enquanto núcleos de participação democrática e promoção de culturas afrodiaspóricas.

Neste sentido, podemos notar que a atuação das *lyálorixás* no território paraibano se caracteriza pelo protagonismo e liderança na criação, desenvolvimento, ampliação e aplicação de ações interseccionais de assistência social, segurança alimentar, educação, cidadania, dentre outras. Logo, adotando enquanto método entrevistas, acesso a fontes documentais, etnografias e observação participante, puderam ser identificados agenciamentos inovadores para as políticas públicas e sociais, promovidos por tais lideranças específicas em seus respectivos contextos comunitários.

*Ser lyálorixá é ter o acolhimento, a compreensão e saber entender e compreender o que cada filho precisa para ter um futuro brilhante. Assim como Mãe Aninha disse, “quero ver meus filhos aos pés de Xangô com o anel no dedo.” Fazer dessa ancestralidade a realidade*³.

Figura 1- *lyá* Lúcia de Oxum (Omidewá) em caminhada pela água. João Pessoa, 2011



Fonte: Acervo fornecido pela *lyálorixá* durante a pesquisa, 2023.

SUMÁRIO

Bom, a minha trajetória foi junto aos movimentos sociais e já fazendo política não partidária, mas por melhorias pros estudantes na época no Liceu Paraibano. Vai-se embora aí quase quarenta e cinco anos. Estou com sessenta e cinco, então, ali começou. Mas especificamente para os terreiros essa luta começou a partir de uns vinte anos atrás. Porque quando meu Terreiro foi aviltado por filhos de pessoas da religião evangélica, fundamentalistas, eu me vi obrigada a denunciar no Ministério Público, e foi uma confusão danada. E não tem um mal que não traga um bem. Então dali pra frente, eu não parei mais. Foi o impulso que o Orixá deu para que eu visse a realidade da falta de políticas mesmo para os Terreiros. Para as Comunidades Tradicionais de Terreiro, que antigamente a gente não tinha nada, e a partir do governo do PT, que deu abertura e ouviu as minorias, a gente começou a avançar⁴.

No que tange ao extenso e variado grupo de pessoas denominadas de maneira bastante genérica por minorias, observa-se que algumas populações no Brasil constituídas, em grande parte por pessoas negras e residentes em periferias se organizam a partir de terreiros. Denominadas enquanto pessoas-de-axé ou povo-de-santo por serem também adeptas de religiões de matriz africana, recentemente adquiriram, nos termos governamentais, uma nova nomenclatura: comunidades de terreiro.

Tão logo, o reconhecimento dessas associações constitui-se, portanto, enquanto o espaço temporal e territorial de inscrição e atuação das lideranças intituladas òyálorixás. Iniciada em Ogum com Iansã, e fundadora de um dos primeiros Terreiros de João Pessoa – o Terreiro de Umbanda com Nagô: Ogum-Beira-mar, a história de vida, antirracismo e sacerdócio de Mãe Marinalva constituem-se mutuamente e de maneira unívoca à memória dos cultos afro religiosos neste território quando em sua história de vida narra os elementos e obstáculos enfrentados pela travessia transatlântica dos elementos

da afro diáspora religiosa, e seu assentamento no território-paraíba, hoje com mais de oito décadas de vida e *"fazendo macumba"* como costuma falar e sorrir.

De influência baiana, o melhor exemplo é o de Mãe Marinalva, cujo terreiro foi aberto em 1960 na chamada Enseada, hoje, o bairro nobre de Cabo Branco. Ela foi iniciada na "Umbanda com nagô" (no Orixá e na Jurema) em Tucano, pequena cidade do interior da Bahia, por uma Mãe-de-Santo que teria sido filha de escravizados e parente carnal de Mãe Menininha do Gantois (BOAES, CECÍLIA, 2012, p.4).

Em seu livro autobiográfico encontramos sucessivos relatos e evidências de uma violência colonial de Estado que incidiu durante muito tempo sobre a cultura, a identidade e as formas de reconhecimento social afrodiaspóricas. Vivenciando humilhações e violência policial, eram comuns perseguição e destruição dos objetos sagrados nos quais atabaques eram levados e presos. Atualmente Mãe Marinalva reside no bairro Castelo Branco, e em sua casa funciona também o Terreiro de Umbanda Ogum-Beiramar, conforme explicita o letreiro artístico feito com mosaico de cerâmicas de cor verde fundado em João Pessoa no dia 13 de maio de 1960.

Assim, as formas de análise sociológica podem ser reformuladas a partir de relatos sobre memórias, como por exemplo, a Festa de Iemanjá, que acontece anualmente na orla marítima da cidade há mais de meio século e que tem se constituído enquanto uma amálgama de dissidências e disputas pelo fato de que a mesma problematiza questões relacionadas à muitas questões simultaneamente, a exemplo do direito à cidade, e à liberdade afro religiosa de culto. O evento disputa um espaço central da cidade onde ocorre os entretenimentos organizados pela prefeitura e por iniciativas privadas. Ações de combate à intolerância religiosa também são identificadas neste recorte espaço-temporal, e observadas a partir do apoio por parte de entidades e grupos políticos locais, o que é traduzido pelo reconhecimento popular da festa pelo povo-de-santo de todo o estado.

Simultaneamente a episódios políticos onde ocorre a interrupção na garantia e continuidade de direitos ocorre com frequência a articulação entre setores da sociedade para suprir garantia mínimas de sobrevivência se faz necessário.

Figura 2 – Frente do Terreiro de Mãe Marinalva, 2022



Fonte: Acervo da autora, 2024.

SUMÁRIO

APORTE TEÓRICO

No que toca à dimensão religiosa, e segundo (MBEMBE, 2013, p. 41) não é possível compreender o sentido do processo interposto contra o cristianismo na África negra se negligenciarem as raízes históricas e as representações construídas pelos vencidos. Para o autor, (MBEMBE, 2013, p. 25) a religião, na perspectiva ocidental ocupa um lugar secundário quando analisada em detrimento a outras forças consideradas mais reais.

Com relação à constituição dos tipos de direitos no Brasil, José Murilo de Carvalho, no Brasil os direitos sociais chegaram antes dos direitos políticos (CARVALHO, 2008, p. 12), e apesar do direito de voto para os homens a partir dos 25 anos fosse possível logo depois da Independência, o autor afirma que havia restrições a mulheres e escravizados. Assim, é relativo dizer que os direitos políticos se instauraram antes dos outros dois tipos (idem, p. 30), pois, segundo o autor, no país sempre houve uma dissonância entre o texto da lei e sua efetividade na vida prática e cotidiana dos cidadãos.

Os direitos civis progrediram lentamente. Não deixaram de figurar nas três constituições do período, inclusive na ditatorial de 1937. Mas sua garantia na vida real continuou precária para a grande maioria dos cidadãos (CARVALHO, 2008, p.88).

Ainda sobre este tema, (CARVALHO, 2008, p.199) argumenta que apenas em 1988 foi aprovada a Constituição Cidadã, enquanto que no ano seguinte, 1989, ocorreram as primeiras eleições diretas para presidente da República, desde 1960, o que, por sua vez, incluía os votos de pessoas analfabetas.

Deste modo, o histórico da República brasileira se equilibra entre o poder estabelecido do Legislativo, que através da crescente produção de novas legendas partidárias permanece a arbitrar e decidir sobre a estabilidade política presidencial, setores da Economia, e alguns campos da esfera pública, ou que (ABRANCHES, 2018, p. 89) denominou por 'presidencialismo de coalizão'. Para o autor, a estabilidade do mandato presidencial é um reflexo do apoio da coalizão majoritária em momentos de crise política, isto é, quando as possibilidades de dispersão dos parceiros são mais expressivas.

Em decorrência destes e dentre outros comuns eventos de supressão do Poder Executivo, a representatividade política brasileira esteve sempre à mercê de um Congresso conservador, insuficiente e instável no que diz respeito às garantias aos direitos individuais, e de cidadania para a maioria da população nacional, mais recentemente, e curiosamente denominada enquanto: minorias.

A centralidade do conceito de interseccionalidade ao contrapor-se às correntes doutrinárias de um eixo único de análise tem mostrado inovar perspectivas teóricas e políticas, tendo em vista que, ao atravessar fronteiras nacionais, grupos identitários interagem trocando informações a partir de experiências, que embora distantes territorialmente, se aproximam através de semelhanças históricas em busca de cidadania, lutas em mais de um país⁵.

Diante deste conceito, e relacionando-o ao objeto da análise (CRENSHAW, 1989, p. 141) argumenta que processos discriminatórios que envolvem mulheres negras, por exemplo, deveriam ser analisados categoricamente a partir da complexidade que a combinação de diversos marcadores e que, por conta disto, as inserem em 'problemas de interseccionalidade'.

Assim, em ruptura com uma 'sociologia das ausências' (SANTOS, 2002:246), em consonância ao argumento dos teóricos do Sul-global, encontramos no pensamento de (CRENSHAW, p.1989) o conceito de interseccionalidade, de modo que a partir da afirmativa seguinte podemos melhor compreendemos a necessidade de realocar categorias analíticas e teóricas no que tange ao estudo daqueles sujeitos sociais historicamente apagados das análises que se propõem abordar estes 'problemas sociais':

Thus, for feminist theory and antiracist policy discourse to embrace the experiences and concerns of Black women, the entire framework that has been used as a basis for translating "women's experience" or "the Black experience" into concrete policy demands must be rethought and recast (CRENSHAW, 1989, p.140).

Para (CRENSHAW, 1989) as experiências que concernem à camada social constituída pelas mulheres negras são essenciais na contribuição de políticas públicas concernentes à esta parcela da

SUMÁRIO

5

Aqui me refiro às lutas políticas por direitos civis de populações afrodiaspóricas em democracias de todo o globo e suas experiências comuns diante do imperativo colonial.

população. Isto significa que não é possível elaborar políticas públicas e sociais eficazes sem a aproximação a este universo de análise.

Ainda sobre isto, a autora enfatiza que não é possível elaborar análises desta natureza sem incluir o debate sobre os modos como estes sujeitos estão inseridos na luta antirracista, argumentando a centralidade das ações desenvolvidas politicamente e interseccionalmente por mulheres negras em seus contextos.

As examples of theoretical and political developments that miss the mark with respect to Black women because of their failure to consider intersectionality, I will briefly discuss the feminist critique of rape and separate spheres ideology, and the public policy debates concerning female-headed households within the Black community (CRENSHAW, 1989, p.140).

De acordo com a citação acima, o erro desenvolvido por estudos teóricos e políticos sobre a forma como indivíduos, mais especialmente, as mulheres negras têm sido acometidas por desigualdades em múltiplos níveis, deve ser corrigido quando observamos que, na realidade, grande parte dos núcleos familiares são chefiados por elas mesmas.

SUMÁRIO

ANÁLISE

Em paralelo a esta leitura observamos a interferência das demandas oriundas das minorias sociais beneficiárias na sequência e continuidade através de atos institucionais, legislativos e administrativos implementados nas últimas décadas, e a renovar o vigor democrático. Assim, o argumento central deste trabalho se relaciona, sobretudo, com recentes mudanças na esfera da política brasileira em sua articulação com as solicitações organizadas pelas minorias em contextos comunitários em relação às possibilidades de represen-

SUMÁRIO

tatividade e desenvolvimento de políticas interseccionais, como por exemplo, o fato de que a memória do lugar ao disputar elementos de reconhecimento afro referenciado com os vetores de gentrificação e urbanização através da constante reformulação do conflito⁶ de interesses inerentes à elaboração do espaço social, afetado, em grande medida, pelo aumento da especulação imobiliária na região da orla marítima da cidade, resultado, desencadeia em um problema interseccional por abrigar dissidências étnico raciais, de classe e gênero.

As mães-de-santo, enquanto lideranças comunitárias de comunidades majoritariamente negras, têm se mostrado importantes agentes no cenário político contemporâneo principalmente por sua capacidade de mediação, acolhimento e associação. Suas histórias de vida, permeadas por ações de interesse comunitário pelo direito e reconhecimento de elementos culturais afrodiaspóricos da população negra habitante das periferias do país, se articulam com outras biografias, conformando uma teia de reconhecimento coletivo e recíproco.

A partir disto, é possível concluir que parte substancial da luta antirracista e suas principais ações desempenhadas enquanto sociedade civil tem se determinado a partir do protagonismo social desempenhado por estas mulheres negras, afro religiosas, em posição de liderança comunitária em periferias de todo o país, à frente das comunidades de terreiros, conforme a pesquisa em desenvolvimento tem se dedicado a analisar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi esboçado, as trajetórias de vida das Iyalorixás da Paraíba revelam uma profunda, rica e complexa fonte de análise sociológica, tendo em vista que suas memórias estão permeadas de situações e elementos de interesse político e comunitário para a população negra do país. Através de suas negras trajetórias, como por exemplo, o êxodo e o retorno de Mãe Marinalva, observamos, a partir de sua origem indígena do interior do estado, uma trajetória, hoje, octogenária, que tem como ponto de partida a orfandade o que a fez ser levada ainda menina para o estado da Bahia onde aprendeu com sua mãe adotiva elementos do culto nagô, sendo, portanto, iniciada. Após temporada no Rio de Janeiro retorna ao estado da Paraíba e funda o primeiro terreiro de umbanda do estado, o Centro Espírita São Jorge, fundado em 13 de maio de 1960, ainda durante o período de repressão aos cultos afro religiosos liberados, por sua vez, a partir da Lei de nº 3.343 de 1966, sancionada pelo governador João Agripino.

Na trajetória de Mãe Lúcia de Oxum, Omidewá, mais jovem quase vinte anos do que a primeira Iyá, foram percebidas semelhanças no que tange aos desafios inerentes ao sacerdócio, permeados pelas dificuldades inerentes ao racismo religioso, aos sucessivos trânsitos, quantidade de relações e troca de conhecimento, e dos caminhos percorridos até o momento em que os espaços intitulados terreiros adquirem a relevância comunitária necessária para se inserir naquele espaço.

Assim, os terreiros observados, apesar de sua diferença entre os tipos de culto afro religiosos ou afroindígena, se mostraram enquanto espaços de acolhimento espiritual, mas, sobretudo, de ampliação de políticas públicas e de assistência social. É importante salientar que, apesar das distintas formações religiosas e de especificidades inerentes à cada trajetória de vida, um traço de mostrou proeminente: a figura das Iyalorixás, as conhecidas mães-de-santo, invariavelmente, enquanto núcleos de produção de acolhimento, solidariedade, pertencimento e identidade cultural afrobrasileira.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.
- AMARAL DE OLIVEIRA, e CAVALCANTI **Brazilian sociological theory and post colonial criticism**. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202338010009>
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista de Estudos Feministas**. N.02,1995, p. 458-463.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. 2002.
- BISPO, Antônio Bispo dos Santos. **Colonização, Quilombos modos e significados**. UNB, 2015.
- CARNEIRO, Sueli. A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas. **Cadernos Geledés**, São Paulo, n. 4, p 13-18, nov. 1993.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Negra cubana. 2011.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 60, n. 21, p. 117-134, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 11a ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.
- COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 12 Nº35, 1997.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed - São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma Ciência Social. **Contemporânea**. ISSN: 2236-532Xv. 2, n. 2 p. 309-336
- CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. 1989.
- GILROY, Paul. **Entre campos**: nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.
- GILROY, Paul. O Atlântico negro. **Modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Trad, Cid Knipel Morreira, 2a Ed., 2012.

SUMÁRIO

GILROY, Paul. **Postcolonial melancholia**. The Wellek Library Lectures, Columbia University Press, New York, 2005

GILROY, Paul. *Darker than Blue*. On the moral economies of Black Atlantic culture. **The Belknap Press of Harvard University Press**, Cambridge, Massachusetts, London, 2010.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In: Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. *Diáspora Africana* [São Paulo]: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478. 1995.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Trad. Claudio Carina, Revisão Luísa Valentini, 1. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2013.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial Desafios ético-político, epistemológicos à cosmovisão moderna Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, vol. 14, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 66-80 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **De La Postcolonie**: Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine [Sobre a pós-colônia: ensaio sobre a imaginação política na África contemporânea]. Paris: Éditions Karthala, 2000.

MEDEIROS, Rogerio de Souza. "A Autonomia Revisitada: Marcos históricos nos padrões de relacionamento entre ONG's e o Estado no Brasil". **Novos Vínculos Entre a Sociedade e o Estado**. Elisa Reis (Org). Editora 7 Letras. Rio de Janeiro. 2013.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política Cadernos de Letras da UFF – **Dossiê**: Literatura, língua e identidade, nº 34.

SUMÁRIO

PINHO, Osmundo. **'Blackness & Anti-Blackness': Social Death & Ancestry Throughout The Americas.** The Sage Handbook of Global Sociology, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador.** Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Revisitando A Recepção De Frantz Fanon:** O Ativismo negro brasileiro e os Diálogos transnacionais em torno da Negritude. Lua Nova, 2020.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex e RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez** - Retratos do Brasil Negro. Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Mórula Editorial. Rio de Janeiro. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência – para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Lucas Trindade da. Colonialidade como fato social total: a teoria social de Aníbal Quijano. **Revista TOMO**, São Cristóvão, v. 42, e16876, 2023 DOI: 10.21669/tomov42i. Data de Publicação: 10/01/2020 Dossiê: Teorias Críticas Decoloniais.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável** (2019). <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>

SILVA, Marinalva Amélia da. **"Umbanda: Missão do Bem"**. 2013, João Pessoa, Editora: Ideia.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro e as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Coleção Tendências) separabilidade", em Jochen Volz e Júlia Rebouças (eds.), Incerteza Viva: 32a Bienal de Arte de São Paulo, catálogo da exposição, São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

The background is a complex abstract composition. It features a grid of thin black lines overlaid on a background of various shades of blue, red, yellow, and green. Large, semi-transparent geometric shapes, including circles and triangles, are scattered across the page. Some of these shapes have internal patterns, such as a red circle with a black cross and a yellow circle with a black dot. The overall effect is a layered, dynamic visual field.

13

Israel David de Oliveira Frois
Sandra Soares Della Fonte

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO:

**OS INTELECTUAIS ORGÂNICOS DA CLASSE
DOMINANTE CAPIXABA NA EDUCAÇÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.13

INTRODUÇÃO

O processo de reforma do Estado brasileiro teve início no crepúsculo do século XX, inicialmente, sob a interferência da atmosfera do Consenso de Washington, que promoveu o desenvolvimento de uma série de reformas de caráter neoliberal, cuja finalidade estava intimamente ligada às demandas de expansão do capital na dinâmica de ampliação da mais-valia global. Assim, desde o primeiro presidente eleito de forma direta, Collor de Melo (1990-1992), do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), observamos o início do processo de reformas neoliberalizantes do Estado brasileiro, que prosseguem, depois da renúncia de Collor em meio ao processo de *impeachment*, com seu sucessor legal, Itamar Franco (1992-1993) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Tais reformas se aprofundam e se destacam no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A reforma gerencial do Estado brasileiro, iniciada na década de 1990 e coordenada por Luiz Carlos Bresser Pereira,¹ abriu espaços para “[...] o trinômio articulado do ideário neoliberal para políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização” (Behring; Boschetti, 2006, p. 156). Cabe destacar que Bresser Pereira, depois de “estagiar” na Inglaterra, retornou disposto a aplicar os princípios da “Terceira Via” na reforma do Estado brasileiro, promovendo-o de patrimonial a gerencial (Martins; Groppo, 2010).

O enlace com o capital seguiu nos governos subsequentes de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), com o aprofundamento das políticas na lógica do neoliberalismo de “Terceira Via” (Neves, 2005) por meio das Parcerias Público Privadas (PPP), além de reformas que retrocederam às políticas educacionais no Brasil.

1 Luiz Carlos Bresser Pereira foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado no Governo FHC (1995-1998) e responsável pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE).

SUMÁRIO

Em destaque, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), gestado com o DNA empresarial por meio do movimento “Todos pela Educação”, o Instituto Ayrton Senna e o Itaú Social (Malini, 2009). Tais reformas estiveram, em meio a contradições, em certa sintonia com as proposições formuladas pelos organismos internacionais (OI), como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros.

Se, naquele contexto, já se podiam perceber as possibilidades e ações de concessões à iniciativa privada, nos últimos anos, depois do golpe parlamentar, jurídico e midiático desferido em 2016 (Mattos; Bassone; Mamigonion, 2016), impedindo o cumprimento integral do mandato do governo Dilma Rousseff, percebemos o aprofundamento dos retrocessos nas políticas públicas, como a aprovação, no governo de Michel Temer do PMDB (2016-2018), da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos sociais em 20 anos, e a problemática Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, com implicações gravíssimas à formação propedêutica. O desmonte das políticas públicas prosseguiu, de forma acentuada, no governo capitaneado por Bolsonaro (2019-2022) que, com o tom da extrema direita de beligerância política e de obscurantismo, conseguiu reunir condições para aprovar pautas neoconservadoras (Harvey, 2014), especialmente no que diz respeito à condução das políticas educacionais e ambientais (cf. Silva Junior, 2020).

Nessa conjuntura, notamos uma aliança entre os setores do mercado e os neoconservadores, na qual conduziram o Estado brasileiro para o esvaziamento de políticas sociais e a retirada de direitos sociais. Vemos, então, que “[...] o neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado” (Harvey, 2014, p. 92). Nos termos de David Harvey (2014, p. 92), “[...] o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre”.

SUMÁRIO

Esse breve olhar panorâmico destaca o privilégio da lógica da “Terceira Via” no cenário político brasileiro. Embora o governo Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), tenha sido identificado pela posição neoconservadora, com marcas bastante distintas dos governos anteriores, sobretudo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a perspectiva de vínculos com o setor privado na educação é aprofundada por meio do Decreto nº 10.195, de 31 de dezembro de 2019, que trata da reestruturação do Ministério da Educação (MEC), sob o comando do então ministro Abraham Weintraub (2019-2020), que autoriza instituições privadas a participar, em conjunto com o Ministério, de avaliações, monitoramento e ações respectivas à educação básica.

Várias produções acadêmicas têm levantado indagações e análises críticas sobre a atuação de empresários e redes empresariais no Brasil, em especial no campo educacional. Destacamos os estudos sobre: a lógica da Terceira Via e a pedagogia da hegemonia que sustenta o projeto burguês da consolidação do consenso (Neves, 2005); a investigação do movimento “Todos pela Educação” e a sua atuação na determinação de políticas educacionais no Brasil (Martins, 2016); a reforma empresarial da educação brasileira (Freitas, 2018); a articulação de uma rede empresarial latino-americana na educação básica (Martins, 2019); a presença do empresariado na educação pública por intermédio de associações, fundações e institutos na implementação e execução de políticas educacionais (Malini, 2009; Dornellas, 2011; Castro, 2017).

Inserido nesse contexto, o Estado do Espírito Santo participa da crescente atuação da iniciativa privada na educação pública via fundações e associações vinculadas à grandes empresas que atuam ora como mantenedoras de programas, ora como subsidiadoras e avaliadoras de propostas educativas.

Desse modo, esforço semelhante à produção acadêmica existente, mas sob uma ótica mais local, tem sido feito no que diz respeito à pesquisa da atuação empresarial na educação básica capixaba (Gaspar, 2016; Lima; Sperandio; Costa, 2020; Perterle; Lima;

SUMÁRIO

Alvarenga, 2020; Lima; Pertele, 2021; Alcantara; Matos; Costa, 2020; Oliveira; Lírio, 2017). Tais estudos têm em comum a crítica ao modelo gerencial e empresarial presente na educação pública capixaba e ao processo de mercantilização da educação, em especial o que se estabelece por meio de Parcerias Público-Privadas. Nessas análises, identificamos a atuação do Movimento Empresarial Espírito-Santo em Ação (Meesa), sem tomá-lo como objeto central de estudos.

O Meesa consiste em um grupo de empresários de vários setores, com ampla força política, que se congregam dentro de uma rede, organizam-se e articulam-se para propor um novo modelo de desenvolvimento para o Estado do Espírito Santo.

As pesquisas que tratam da atuação específica do Meesa evidenciam a representação de interesse empresarial do movimento na política geral do Estado do Espírito Santo. Os estudos de Gonçalves, Patez, Silva (2011), Gonçalves, Silva e Palassi (2009) e Gonçalves, Silva e Palassi (2010) centram-se na caracterização geral do Meesa como representação política do empresariado capixaba na busca pela influência e construção de um projeto político no Estado. Nas produções de Gonçalves e Silva (2011) e de Rainha (2012), colocam-se em relevo o processo de diluição das diferenças sociais e a construção de um suposto projeto político de interesse coletivo (ideal de consenso) dirigido pelo Meesa. Apesar de terem o Meesa como objeto central, nenhuma dessas investigações aborda a especificidade de sua atuação na educação.

Temos, assim, o seguinte cenário na produção acadêmica: de um lado, pesquisas no campo educacional tangenciam, de modo pontual, o Meesa ao indicá-lo como sujeito importante na defesa dos interesses empresariais na educação capixaba. Por outro, as pesquisas que tomam esse movimento como objeto não problematizam suas ações educacionais.

Enfrentar essas lacunas é, a nosso ver, relevante. Torna-se premente, então, investigar o lugar desse movimento na educação capixaba, suas formulações e estratégias de atuação nesse campo,

os seus intelectuais orgânicos, assim como a materialização dos pressupostos do “ES em Ação” na educação capixaba.

Diante dessa ampla tarefa, nossa pretensão, neste capítulo, recua e se limita a identificar e pontuar marcos de atuação do Meesa, ao longo de sua existência, diante das políticas públicas capixabas, em especial das políticas educacionais. Trata-se de uma espécie de esboço, eivado de suspeitas e indagações, a ser aprofundado em pesquisas futuras. Para tal empreitada, recorreremos, em especial, à categoria gramsciana de “intelectual orgânico”. Em termos metodológicos, fundamentamo-nos na análise documental, pois os documentos “[...] oferecem pistas, sinais, vestígios e compreender os significados históricos dos materiais [...]” (Evangelista, 2012, 58) é tarefa do pesquisador. Consideramos que investigar as especificidades locais de atuação do Meesa pode oferecer indícios dos projetos e ações do empresariado brasileiro em relação à educação pública.

O MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO: A ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL E EMPRESARIAL

O Meesa foi fundado por 16 empresários de diferentes setores² e institucionalizado em 2003, sob o apoio político do ex-governador

SUMÁRIO

- 2 O grupo fundador do Meesa é composto por Arthur Carlos Gerhardt Santos, engenheiro civil, diretor-presidente da Sereng; Carlos Augusto L. Aguiar, engenheiro químico, presidente da Aracruz Celulose (Fibra); Carlos F. M. Lindenberg Filho, diretor da Rede Gazeta (comunicação); Ernesto Mosaner Júnior, engenheiro industrial, superintendente da Elkem; João Gualberto M. Vasconcellos, cientista político, diretor do Futura; José Armando de Figueiredo Campos, engenheiro de minas, presidente da ArcelorMittal; José Luiz S. Orrico, economista, diretor do Futura; José Teófilo de Oliveira, economista, consultor; Nelson A. de Saldanha, presidente da Cepemar; Nilton Carlos Chieppe, presidente da Viação Águia Branca; Orlando Caliman, economista, diretor do Futura; Pedro Burnier, engenheiro agrônomo, presidente da Gaia Papaya; Sérgio G. Tristão, economista, presidente do Grupo Tristão; Sérgio Rogério de Castro, engenheiro mecânico, presidente da Fibras S. A.; Walter L. Nunes, engenheiro mecânico, diretor de operações da Aracruz Celulose (Fibra) (Rainha, 2012).

Paulo Hartung (2003-2010). Tal movimento é concebido em meio a um contexto de crise político-econômico-institucional no Estado capixaba (Rainha, 2012), dos anos de 1990 ao início dos anos 2000, “[...] produzida por diversos escândalos de corrupção e até pela significativa penetração do crime organizado nos espaços de poder, envolvendo importantes autoridades políticas e agentes públicos dos mais diversos setores da administração estadual” (Oliveira; Lírio, 2017, p. 275). Assim, o Meesa nasce a partir da necessidade de as frações de classe burguesa capixaba participar do poder de forma sistematizada e sob a inspiração de organizações empresariais de Minas Gerais (Cresce Minas), do Ceará (Federação das Indústrias do Estado do Ceará) e de dois movimentos articulados por Jorge Gerdau Johannpeter, o Movimento Brasil Competitivo e a Ação Empresarial (Rainha, 2012).

De acordo com o movimento, a sua missão é ser

[...] protagonista no desenvolvimento do pensamento empresarial, participando ativamente das agendas relevantes do país e do estado, promovendo a formação de novas lideranças, monitorando as ações perante as estratégias de longo prazo, com foco permanente no equilíbrio institucional e na maior qualificação da relações público-privadas (Espírito Santo Em Ação, s.d.).

O objetivo do Meesa pode ser sintetizado no *slogan* “[...] contribuir para a construção de um estado de referência” (Rainha, 2012, p. 17). Ao participar de forma privilegiada da concepção dos Planos de Desenvolvimento do Estado,³ ES 2025 (2006), a reformulação do ES2030 (2013) e a revisão com o ES2035 (2018-2023), o Meesa tornou-se o principal agente privado que tem atuado na interferên-

SUMÁRIO

3

Segundo o Governo Estadual do Espírito Santo, o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo é um planejamento de longo prazo para o Estado, com o objetivo de definir prioridades, traçar estratégias, metas e apontar caminhos a serem percorridos por toda a coletividade – setores público, privado e sociedade civil –, em uma visão de futuro com horizonte no ano de 2025. Tal plano foi atualizado em 2013 (ES2030) e está em processo de atualização para o ES2035 (2018-2023) (Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/plano-de-desenvolvimento-es-2025>. Acesso em: 8 abr. 2023).

SUMÁRIO

cia das políticas públicas do Espírito Santo. No campo educacional, sua atuação tem sido feita a partir da intenção de desenvolver o capital humano capixaba seguindo os padrões internacionais (ES2025, 2006, p. 12).

O Meesa apresenta-se e busca se legitimar como representante de interesses coletivos da sociedade (Rainha, 2012) sob o nome fantasia de “ES em Ação”. No entanto, cadastrado com a Razão Social de “Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação”,⁴ tem a sua natureza jurídica de “associação privada”. Sua atividade principal é a “organização associativa patronal e empresarial”. De acordo com o Meesa, os seus valores são: “democracia, educação e construção da consciência cidadã; ética e transparência; moralização das relações público-privadas; economia de mercado; e respeito ao Estado de Direito” (Espírito Santo em Ação, s.d.).

Embora o código de ética do Meesa (Espírito Santo em Ação, 2020), em seu item 2.0, “Comportamento ético do público interno”, indique que os membros do movimento devem abster-se de (2.2, b) “[...] utilizar informações, prestígio ou influência obtidos em razão da função para lograr, direta ou indiretamente, ganho, benefício ou vantagem para si ou para outrem”; e se comprometerem a (2.4, a) “[...] evitar qualquer oportunidade de ganho que possa ser obtido por meio ou em consequência das atividades desempenhadas em seu cargo ou função, em benefício próprio, de parente até o segundo grau civil, ou de terceiros com os quais o integrante mantenha relação de sociedade”, o início das atividades do ES em Ação na educação é marcado exatamente pela quebra desses valores institucionais. Para ilustrar, Lima e Peterle (2021, p. 16-17) apontam

Em 2002, essa instituição propôs ao governo os programas ‘Bolsa Sedu’ e ‘Nossa Bolsa’ para comprar vagas em

4

Busca cadastral realizada no site da Receita Federal a partir do CNPJ do Meesa (05.624.417/0001-49) (Disponível em: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp Acesso em: 29 maio 2022).

curso técnico e de ensino superior, transferindo, regidamente, vultosos recursos para o mercado da educação. Tais iniciativas esvaziaram e mataram no nascedouro o projeto de criação de uma estrutura estadual de ensino técnico e de ensino superior.

É oportuno destacar o vínculo do Meesa com instituições de ensino privadas, como o caso da mantenedora Faesa. Como podemos notar, o Meesa, a partir de suas demandas econômico-corporativas, galgou força como proponente de programas e políticas educacionais. No trabalho de Gaspar (2016, p. 114), a contradição fica mais evidente ao abordar a escolha da estrutura que abrigaria a primeira unidade do “Escola Viva”

[...] o local selecionado para a implementação da primeira Escola Viva acabou sendo o prédio do antigo campus da FAESA na região de grande São Pedro, que havia sido recentemente desativado. [...] a escolha por esse prédio em específico gerou muita controvérsia. A região escolhida atendia à proposta do Programa, que era priorizar o atendimento às populações mais vulneráveis, uma vez que a região da grande São Pedro concentra o maior número de famílias carentes da capital capixaba. Contudo, a polêmica se assenta no fato do prédio pertencer à FAESA, uma das empresas que apoiam a ONG Espírito Santo em Ação, patrocinadora do Programa Escola Viva, e o dono do imóvel ser um dos membros da ONG.

SUMÁRIO

Assim, por meio de um edital de dispensa de licitação, o imóvel foi alugado pelo valor de R\$ 63.000 mensais, inicialmente por 30 meses (Gaspar, 2016). Observamos que “[...] a entidade capta as demandas do setor privado, formula proposições, elabora estratégias e cria canais para que suas proposições sejam efetivadas, o que ocorre, em geral, através de parcerias com o setor público” (Rainha, 2012, p. 112), garantindo, dessa forma o controle dos processos políticos no âmbito do governo e os ganhos corporativos do grupo.

Segundo Rainha (2012, p. 129), o Meesa se estruturou para transformar os seus recursos em poder político para parti-

cipar de forma privilegiada da formulação de políticas públicas. Os recursos são:

[...] recursos financeiros, para a atuação em áreas de competência pública em um momento de crise financeira do estado, se promovendo a parceiro, coordenador e financiador dos projetos governamentais; recursos informacionais, para a realização de estudos, diagnósticos e planos que orientaram as ações governamentais em vários pontos; e recursos simbólicos, visando legitimar as ações governamentais através da presença na mídia, da entrega de prêmios, da articulação com outras entidades sociais, etc. (Rainha, 2012, p.129, grifos do autor).

Portanto, o Meesa procura dar organização ao empresariado atuante no Espírito Santo para além da tradicional estrutura corporativa de classe, como sindicatos, federações e confederações. Ao se institucionalizar como Organismo Não Governamental (ONG), tem o intuito de superar a setorização dos interesses com vistas à sistematização e ampliação da participação nas decisões nas políticas públicas (Gonçalves; Silva, 2011).

É importante destacar que o Meesa é mantido pelas empresas a seguir (2023): Apex Partners; Grupo Águia Branca; ArcellorMital (sede em Luxemburgo); Bakertilly (Reino Unido); Beta Rede; Cepemar (soluções ambientais); DV-F (consultoria e educação empresarial); Eco 101; Edp Brasil; Faesa; Fucape Business School; Garoto; Imetame; Politintas; Portocel; Porto Central; Rede Capixaba de Comunicação; Rede Gazeta; Rede Vitória; Samarco; SGMP+ advogados; Sicoob; SunCoke Energy; Suzano; Termelétrica Viana S. A. (Tevisa); Tristão; Unimed Vitória; Vale; Viminis; e VL! (Brasil Ferroviário). Além disso, empresários de algumas dessas empresas e/ou funcionários de posições executivas participam de cargos de direção do Meesa, como é o caso do atual diretor-presidente, Nailson Dalla Bernardina (2022-2025), diretor-executivo do Sicoob, ou do diretor de Educação, Rodrigo de Oliveira Gama (2022-2025), gerente geral de gestão de pessoas, saúde e segurança da ArcelorMittal.

A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO NA EDUCAÇÃO CAPIXABA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Compreendemos, então, que o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação pode ser considerado um “[...] aparelho ‘privado’ de hegemonia [...]” (Gramsci, 2022, v. 3, C6, § 137, p. 256) de frações da classe burguesa capixaba. Conta com seus intelectuais orgânicos na formulação de propostas e na disputa para a conformação do consenso na área educacional. Em vista disso, esses intelectuais atuam na organização da cultura de forma a dar homogeneidade e coerência aos seus pressupostos, além de exercer função diretiva e política nos espaços pelos quais perpassam.

Tal movimento compreende um arranjo de frações da classe burguesa capixaba de vários setores (mídia, agronegócio, transporte, indústria etc.) e articula uma rede empresarial em todo o território capixaba. É a entidade patronal mais bem articulada do Espírito Santo, com várias frentes de atuação. Entendemos que a educação é uma trincheira estratégica na forma de atuação do Meesa.

No entanto, a estrutura interna do movimento com a educação pública tem se complexificado ao longo dos anos. Inicialmente, o foco do movimento era mais diretamente ligado à comunicação, à gestão e planejamento, à tecnologia e inovação e à atuação política (comitês de 2006, ano da conclusão do ES2025), então, o trato com a educação se limitava ao ideal de formação de capital humano contido no ES2025.

De acordo com o documento “Linha do Tempo Integral” (Espírito Santo em Ação, 2022), podemos observar a evolução das atividades do Meesa no Estado:

SUMÁRIO

- em 2006, apoiou o Programa Nossa Bolsa ao Governo Estadual do Espírito Santo;
- em 2007, o movimento apoiou a elaboração do Plano Emergencial de Qualificação Profissional, o “Bolsa Sedu”. Nesses dois primeiros casos, a proposição partiu do Meesa, em 2002;
- em 2009, formou internamente o Comitê Desenvolvimento de Capital Humano, com Grupos de trabalho de Qualificação Profissional e Líderes do Amanhã;
- em 2013, o movimento participou, em parceria com a Sedu, Fucape e Itaú Social, do Programa Coordenadores de Pais;
- em 2015, o Programa Escola Viva é iniciado, em parceria com a Sedu/ES com o Meesa e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE);
- em 2016, ocorreu a expansão das escolas de Tempo Integral na rede estadual do Espírito Santo, sob o apoio e a parceria com o Meesa;
- em 2017, o movimento estabeleceu parceria com a Sedu no Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes);
- em 2018, iniciou a parceria entre a Sedu e o Programa Ensina Brasil, sob o apoio do Meesa;
- em 2019, participou da expansão do Programa Escola em Tempo Integral (ETI) para a rede municipal de Cachoeiro de Itapemirim;
- em 2020, foi feito o planejamento da expansão do ETI para outras redes municipais;
- em 2021, deu-se início às parcerias para planejamento e implantação com redes municipais do ETI (Aracruz, Cariacica, Linhares, Serra e Vila Velha);
- e em 2022, houve a implantação de novas ETIs e expansão para o total de 46 municípios com 132 escolas aderidas ao ETI.

SUMÁRIO

Portanto, se, inicialmente, a atuação do movimento estava centrada no Governo Estadual, por meio de articulações com a Secretaria de Educação, sobretudo no processo de implantação do Programa Escola Viva, atual Escola em Tempo Integral (ETI), a partir dos anos de 2021 e de 2022, houve uma difusão de sua atuação em várias Secretarias Municipais de Educação na ampliação das ETIs (Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Serra, Vila Velha, dentre outras) a partir da perspectiva da “Escola da Escolha” do ICE.⁵

Neste último momento, mais recente, notamos ainda uma arquitetura interna mais articulada, com uma equipe mais numerosa e a expansão da atuação do movimento para as redes municipais do Espírito Santo. Se, inicialmente, o Meesa tinha a posição mais de intermediar parcerias no campo educacional, recentemente, houve um envolvimento mais profundo e capilarizado no processo de formulação, execução e implantação dos programas e políticas educacionais.⁶ Suspeitamos, e pretendemos investigar, que o nível de intervenção do Meesa nas Secretarias não é homogêneo, isto é, há diferentes níveis de intervenção dentro das redes às quais o movimento tem entrada.

Desconfiamos que as aproximações e entradas do Meesa nas Secretarias ocorrem mediante a sua postura sedutora e agressiva, pois, em tese, não há custo para o Estado, em virtude das empresas parceiras que custeiam os programas e projetos, mas o formato empresarial de educação e a perspectiva ideológica liberal são violentamente empurrados para dentro das redes e incorporados sem espaço para o diálogo com os sujeitos envolvidos no processo escolar (comunidades escolares, sindicatos dos trabalhadores, coletivos de professores, representação estudantil).

5 Proposta pedagógica do ICE pautada em princípios que conduzem os estudantes ao mito da empregabilidade, com enfoque no protagonismo acrítico, no didatismo e numa perspectiva empresarial da educação.

6 Notícia publicada em 2 de julho de 2022, intitulada “ES em Ação realiza ciclo formativo em Escolas em Tempo Integral”. Disponível em: <https://es-acao.org.br/2022/07/02/es-em-acao-realiza-ciclo-formativo-nas-escolas-em-tempo-integral/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SUMÁRIO

Além disso, suspeitamos que os intelectuais orgânicos do movimento foram gestacionados, a princípio, sob inspiração e intercâmbio com experiências empresariais na educação de outros Estados, sobretudo Pernambuco (vinculados ao ICE) e Ceará (experiência de Sobral, com Veveu Arruda e Izolda Cela). Ao buscarmos pistas deixadas nos espaços de acesso público,⁷ notamos vínculos com intelectuais à frente de projetos privatistas na área da educação (como Cláudia Constin e Priscila Cruz) e com entidades empresariais nacionais voltadas à educação (Fundação Lemann, Todos pela Educação, Institutos Unibanco, Ensino Br e outros). Desses, notadamente, o Todos pela Educação (TPE) apresenta um caráter subsidiador de análises do cenário educacional, inspiração e parceria para a atuação do Meesa na educação pública capixaba (cf. Todos Pela Educação, 2022; Espírito Santo Em Ação, 2021).

Nesse prisma, deduzimos que, no período de sua fundação até o ano de 2022, o Meesa passou por três momentos no que concerne à educação, a saber: o momento inicial, das **primeiras formulações** (2003-2012), no qual a educação é secundária nas ações e proposições do movimento. assim como sua arquitetura interna é ainda embrionária e os seus dirigentes não se dedicam, exclusivamente, ao segmento educacional público. Nesse período, o maior envolvimento do movimento quanto à educação está na formulação do ES2025, evidenciando a educação como formadora de capital humano para atender ao crescimento sustentado do Espírito Santo, com enfoque na qualificação profissional e construção dos primeiros pilares do Instituto Líderes do Amanhã (ILA).

O momento da **consolidação das formulações** (2013-2018), em que há um envolvimento sistemático do Meesa na educação estadual do governo de Paulo Hartung (2015-2018), com a formulação

7 Entrevistas cedidas à TV ES em Ação, bem como registros audiovisuais de fragmentos de reuniões e formações na sede do Meesa/ Endereço do canal disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TXcqWMqbgAo>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SUMÁRIO

do “Programa Escola Viva”, o envolvimento com instituições parceiras (ICE) e a mobilização de arrecadação por meio das empresas mantenedoras. Nesse contexto, notamos a transição para o início da participação dos primeiros dirigentes formados pelo ILA no âmbito do Meesa e ainda não percebemos uma arquitetura interna ampla para a educação, mas é criado o “núcleo de educação”, com uma técnica pedagógica responsável.

No terceiro momento, **difusão e execução das formulações** (2019-2022), o movimento ganha complexidade maior de atuação. O cargo de “executivo de educação” é criado, bem como uma equipe para tratar da educação é organizada, o “Comitê de Educação” (com duas analistas de educação e uma articuladora de políticas educacionais, todas com formação pedagógica).⁸

Nesse sentido, esse terceiro momento é o da ampliação do Meesa na educação capixaba, com uma maior capilarização, estendendo-se da Secretaria Estadual de Educação para as Secretarias Municipais. A sua atuação é aprofundada para uma dinâmica executora de formações e direção para a inserção do Programa Escola em Tempo Integral (ETI) em vários municípios capixabas.

Por conta dessa complexificação de sua atuação ao longo do tempo, o Meesa passa a contar com uma equipe mais estruturada para atender à área da educação. Todos os esforços iniciais nos conduzem a deduzir que, no Meesa, no período entre 2019 e 2022, havia dois grupos de sujeitos na área da educação: o quadro pertencente às frações da classe empresarial, com formação de alta qualificação em áreas da economia e gestão, que desempenham a função diretiva dentro do movimento e que se articulam aos executivos estadual

8 No dia 26 de julho de 2022, a nova diretoria do Meesa foi empossada com um novo formato para o triênio 2022-2025. O cargo de executivo de educação (ocupado por Luciano Gollner) foi subtraído e um novo cargo institucional de “diretor de educação” foi criado. O novo responsável pela educação no Meesa é Rodrigo de Oliveira Gama, gerente geral de Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança da ArcelorMittal Tubarão.

e municipais das Secretarias de Educação; e o quadro técnico-pedagógico, com menor qualificação universitária com formação com ênfase em gestão.

Notamos, ainda, que, neste último grupo, alguns sujeitos transitaram entre instituições parceiras (Instituto Unibanco e Ensina Br). Além desses dois grupos, pressupomos a presença de um terceiro grupo, composto por representantes das instituições parceiras que fazem intercâmbios e subsidiam materiais e formações. Logo, o quadro de intelectuais orgânicos do Meesa é composto pelos sujeitos integrantes das frações da classe empresarial ou cooptados por elas. Desse modo, "[...] é verdade que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações, em algumas das quais não mais aparece nenhuma atribuição diretiva e organizativa" (Gramsci, 2004, v. 2, C12, §1, p. 21).

Nesse sentido, entendemos que, entre os sujeitos, há algumas possíveis clivagens das diferentes funções operadas, desde aquelas mais operacionais do ponto de vista técnico-pedagógico (as pedagogas do Meesa), àquelas político-diretivas relacionadas com a organização das estratégias nas Secretarias Municipais e Estadual (empresários executivos do Meesa). Há, ainda, aquelas associadas às formulações das políticas educacionais e dos modelos e projetos compatíveis com a composição de uma concepção de mundo coerente com os anseios e necessidades da classe dominante (internos e externos ao Meesa vinculados às redes nacionais e internacionais) na construção da hegemonia.

Entendemos que o início da formação de lideranças, via ILA, constituiu um momento relevante para o Meesa, tendo em vista a importância da formação de novos quadros político-diretivos empresariais. Por isso, o ILA foi criado pelo Meesa em 2009-2010 e as atividades formativas foram iniciadas em 2011. Com o viés neoliberal, o ciclo formativo (2022), que conta com leituras de autores clássicos

SUMÁRIO

do liberalismo,⁹ da escola austríaca,¹⁰ escola de Chicago,¹¹ dentre outras, é voltado para jovens aprovados no processo seletivo, que tenham participação societária em empresas ou que sejam indicação de uma das empresas mantenedoras do instituto.

Com a intencionalidade da formação de lideranças, o Meesa sai do estágio econômico-corporativo e do grau da consciência de solidariedade econômica entre os membros da classe para um momento mais articulado, no qual “[...] se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 17 p. 41).

Então, há elementos que ajudam a sustentar a posição do vínculo e o propósito da formação para a direção, como o exemplo do executivo de educação do Meesa (2019-2022), Luciano Gollner,¹² formado pelo ILA, espaço em que também foi diretor de comunicação (2013) e de formação (2014); e também o caso de Orlando Bolsonelo Caliman (filho de Orlando Caliman, um dos fundadores do Meesa), secretário-executivo do movimento (2019-2022), diretor institucional do ILA em 2013 e presidente em 2014. Há, ainda, o caso da ex-coordenadora de

- 9 Destaque para os livros: “O que se vê e o que não se vê”, de Frederic Bastiat, e “Da liberdade individual e econômica”, de John Stuart Mill.
- 10 Escola do pensamento econômico ultraliberal criada no final do século XIX por economistas austríacos, como Carl Menger, Eugen Von Böhm-Bawerk e Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek. No ciclo formativo de 2022, o livro utilizado foi “As seis lições”, de Ludwig Von Mises.
- 11 Termo dado à escola de pensamento neoliberal desenvolvida na Universidade de Chicago nos anos de 1950. Milton Friedman foi um dos professores expoentes da defesa das concepções neoliberais e influenciou um grupo de economistas denominados de “Chicago boys” (HARVEY, 2014). Dessa escola de pensamento, o ciclo formativo do ILA (2022) contou com o livro “Fatos e falácias da economia”, de Thomas Sowell.
- 12 Desde a posse da nova diretoria (2022-2025), Luciano Gollner ocupa o cargo de secretário-executivo do Meesa. No endereço eletrônico do movimento, foram atualizadas as suas novas funções, a saber: gestão da entidade, tanto administrativo-financeira como das áreas de Formação de Liderança, Gestão Pública, Estratégia de Longo Prazo e Comunicação, além de liderar o Núcleo de Educação do Meesa.

gestão de projetos (2019-2022) do Meesa, Lara Ghiotto, gerente de projetos do Ensina Br (parceira do ES em Ação), associada ao ILA.

Cabe destacar que um dos fundadores do ILA e membro do Conselho Curador, Aridelmo Teixeira, fundador de uma faculdade de negócios em Vitória (*Fucape Business School*) e ex-presidente institucional do Meesa (2016-2018), coordenou o comitê de “Desenvolvimento de Capital Humano” do Meesa e esteve à frente do Programa Escola Viva, no período em que presidiu o movimento (2016-2018).

Para além do ILA, que é um instituto orgânico ao Meesa, observamos o aprofundamento da formação sob os auspícios empresariais na criação do programa *Be Leader*, que é uma iniciativa do Meesa que congrega instituições parceiras (estaduais, nacionais e internacionais) que ofertam cursos (gratuitos e pagos) para formação de novas lideranças. O *Be Leader* tem quatro eixos de atuação: empreendedorismo; empreendedorismo social; gestão pública; e articulação política.

Especialmente no eixo empreendedorismo, alguns institutos foram criados para atender às demandas regionais da formação de lideranças vinculadas à Rede Empresarial do Espírito Santo, por exemplo: Aliança Jovem – Associação para o Desenvolvimento de Linhares (Adel); Líderes do Futuro – Associação Empresarial de Colatina e Região (Assedic); Jovens Líderes – Associação Movimento Empresarial Aracruz e Região (Amear); Instituto Mais Líderes – Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo (Messes), todos com o modelo de formação muito próximo ao do ILA e com a mesma perspectiva política neoliberal.

Segundo Gramsci (2022, v. 3, C14, § 70, p. 317)

Fala-se em capitães sem exército, mas na verdade é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isso é verdade que, mesmo um exército já formado pode ser destruído se lhe faltam os capitães, enquanto a existência de um grupo de capitães harmônicos, coeso entre si, com

objetivos comuns, pode rapidamente formar um exército, mesmo onde não existe nada.

O lugar de aparelho privado de hegemonia que o Meesa ocupa e o processo de formação dos seus quadros lhe garantem uma atuação que converge com os elementos indicados pelo filósofo da Sardenha e coloca em relevo a importância da formação de lideranças para a construção e manutenção da hegemonia.

Gramsci (2004, v. 2, C12, § 1, p. 21) infere que “Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]”. Tais prepostos podem ser considerados como “as tropas próprias” da classe dominante, sendo a ela fiéis e hábeis no processo de forja do consenso “espontâneo” e no de coerção do Estado, direcionados a disciplinar aqueles que não consentem “espontaneamente”.

Cabe destacar que, para Gramsci, a organicidade dos intelectuais que servem ao empresariado capitalista é limitada, tendo em vista que ocupam uma posição de prepostos ou “soldados” (Gramsci usa o modelo de hierarquia militar para ilustrar) do grupo dominante. Ocupam, portanto, um lugar subalterno devendo obediência ao “Estado-maior”, isto é, à classe dominante. Por isso, “[...] não possuem nenhuma iniciativa autônoma” (Gramsci, 2004, v. 2, C12, § 1, p. 22), tornando-se executores, diferentes dos altos intelectuais que concebem os planos e ideais, bem como exercem a direção política.

Gramsci (2022, v. 3, C13, § 37, p. 96) enfatiza que o exercício comum da hegemonia se caracteriza

[...] pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.

É importante perceber o deslocamento do tipo de luta política dentro de um contexto de maior complexificação da sociedade civil e da sua estrutura mais resistente às irrupções (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 24). Esse processo de complexificação, mediante o aprofundamento da sua politização, proporcionou à burguesia novas estratégias de dominação (Neves, 2005), considerando que “[...] as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna” (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 24, p. 73). É nesse sentido que a “guerra de posição” toma o primeiro plano e, no seio da sociedade civil, desenvolvem-se os aparelhos privados de hegemonia que, mediados pelos seus intelectuais orgânicos, empenham-se na conformação de um “bloco histórico” em articulação dialética com os aparelhos de coerção da sociedade política, configurando o que o filósofo sardo chamou de Estado Integral (Gramsci, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesse cenário contraditório de luta de classes e busca pela hegemonia que se insere o Meesa, um aparelho privado de hegemonia de frações da classe burguesa capixaba que conta com seus intelectuais orgânicos na formulação de propostas e na disputa para a conformação do consenso na área educacional. Portanto, esses intelectuais assumem posto de organização da cultura de forma a dar homogeneidade e coerência aos seus pressupostos, além de exercer função diretiva política nos espaços pelos quais perpassam. Esse aparelho privado de hegemonia instrumentaliza a educação para a busca da conformação do consenso e para a conservação da sociedade de classes. Parafraseando Caetano Veloso,¹³ “[...] eles desde já querem ter guardado todo o seu presente no dia do amanhã”.

13

Paráfrase do verso “Eles desde já querem ter guardado todo o seu passado no dia de amanhã”, música “Eles”, do Álbum “Caetano Veloso, de 1968.

SUMÁRIO

O Meesa conseguiu galgar espaço político como formulador, executor e implantador de políticas educacionais no Espírito Santo. Ao longo dos seus quase vinte anos de atuação, o movimento se estruturou e aprofundou a complexidade de atuação, por meio de inúmeras parcerias com outros institutos e fundações. A educação tem uma posição estratégica na sua forma de interferir, sobretudo na preocupação de uma educação pública voltada para a formação de “capital humano” para atender ao desenvolvimento econômico sustentado, previsto no Plano ES2025, atualizado no ES 2030 e no ES2035, em processo de revisão (2018-2022).

Para isso, o movimento articulou a Escola em Tempo Integral (Antiga Escola Viva) em conjunto com a Sedu-ES e seus parceiros (ICE) e, mais recentemente, expande-se para vários municípios capixabas. Seu papel inicial de intermediar parcerias no campo educacional foi substituído por uma ação mais capilarizada no processo de formulação, execução e implantação dos programas e políticas educacionais. Mais do que uma especificidade local, essa mudança sinaliza um movimento que diversos grupos empresariais, em nível nacional e internacional, têm construído no campo da educação pública para cimentar consensos, em especial a partir dos ditames neoliberais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alzira Batalha; MATOS, Luciane Martins de Oliveira; COSTA, Roseli Maritan de Aboim. **Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo**: reflexões acerca da gestão educacional. Roteiro, v. 45, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23378>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

SUMÁRIO

CASTRO, Maria Rosana de Oliveira. **Uma experiência do Programa Ensino Médio Inovador em Ananindeua/PA**. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart. **O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Conheça o ES em Ação**. Disponível em: <https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Código de Ética**. 2020. Disponível em: <https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Codigo-de-Etica-Espirito-Santo-em-Acao.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Diagnósticos da educação**: municípios do Espírito Santo. 2021. Disponível em: <https://es-acao.org.br/2021/04/20/diagnostico-da-educacao-municipios-do-espírito-santo/>. Acesso em: 10 maio 2022.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Linha do tempo integral**. 2022. Disponível em: <https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/LINHA-DO-TEMPO-TEMPO-INTEGRAL.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea Editora, 2012. p. 51-72.

FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GASPAR, Ronan Salomão. **As figurações na política estadual de educação em tempo integral**. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorçal; PALASSI, Márcia Prezotti. Associativismo e representação institucional: o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. *In*: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 14., 2009, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2009.

SUMÁRIO

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorzal; PALASSI, Márcia Prezotti. Sociedade civil e representação política: o caso da ONG Espírito Santo em Ação. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS*, 3, 2010, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, 2010.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorzal. As Elites empresariais e o Estado: intermediação de interesses, discursos e estratégias de poder numa fração do Estado brasileiro: o caso do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 1, 2011, Vitória, **Anais** [...]. Vitória, 2011.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; PATEZ, Mariana Luz; SILVA, Marta Zorzal. Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação: trajetória, redes e poder sob a perspectiva do discurso do sujeito coletivo. **Revista Sinais**, n. 10, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2825/2292>. Acesso em: 24 nov. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. v. 3.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014

LIMA, Marcelo; SPERANDIO, Renan dos Santos; COSTA, Débora Freitas. **Interesses do empresariado em torno do Projeto Escola Viva. e-Mosaicos**, v. 9, n. 21, p. 120-133, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46287/34432>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, Marcelo; PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos. Mercantilização da educação: do gerencialismo ao empresariamento da oferta escolar. **Educação (UFSM)**, v. 46, n. 1, p. 20-1-22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/37100/html>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MALINI, Eduardo. **O consenso como ponto de partida?** Uma análise do papel desempenhado pelos atores participantes na elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

MARTINS, Marcos Francisco; GROPPPO, Luís Antônio. **Sociedade civil e educação: fundamentos e tramas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

SUMÁRIO

MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MATTOS, Hebe; BASSONE, Tânia; MAMIGONION, Beatriz G. (org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Ueber José de; LIRIO, Marcos Marcelo. O Projeto Escola Viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung no Espírito Santo (2003-2016). **Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 35, p. 273-295, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7186264>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos; LIMA, Marcelo; ALVARENGA, Jefferson Ferreira. O gerencialismo e a educação no Espírito Santo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654820>. Acesso em: 20 nov. 2021.

RAINHA, Jamila. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o movimento empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do Estado do Espírito Santo**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Apresentação. *In*: Dossiê “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, p. 1-4, jan./dez. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação que dá certo: o caso do Espírito Santo**. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-que-da-certo-o-caso-do-espírito-santo/>. Acesso em: 10 maio 2022.



14

Jeferson Alexandre Miranda

CAPITALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO:

**A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS
DE BEM-ESTAR AO LONGO DO SÉCULO XX**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.14

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante de nossa dissertação de mestrado: A Social-Democracia nos Trópicos: A proposta de social-democracia nos documentos de fundação do PSDB (1988-1994), que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL/UFSCAR). Com ele buscamos fazer uma análise comparativa, a partir de uma definição mínima de social-democracia, estabelecendo as possibilidades do desenvolvimento de um arranjo social-democrata em um país como Brasil, historicamente posicionado na periferia do capitalismo mundial e de tradição desenvolvimentista-associada.

Ainda que as políticas de bem-estar tenham sido lentamente desenvolvidas em nosso território, a história de suas implantações é cheia de percalços, fragmentação e regulação. Por aqui, os direitos foram estendidos a população brasileira de maneira muito diversa da sugerida por Marshall (1967) na Inglaterra, o que denota como os caminhos para uma cidadania plena são mais tortuosos e diversos na periferia do capitalismo (SANTOS, 1979; DRAIBE & AURELIANO, 1989; CEPÊDA, 1999; CARVALHO 2002).

Estudar as relações que se estabelecem entre a construção do regime democrático e a estruturação dos direitos sociais no Brasil é o alvo de uma extensa agenda de pesquisa das Ciências Humanas, uma vez que esta perpassa a própria consolidação da cidadania brasileira. Esforçando-se em estabelecer uma ponte para a análise comparativa do Brasil, país da periferia do capitalismo mundial, com os países centrais europeus, nos questionamos sobre a viabilidade do desenvolvimento das políticas de bem-estar em nosso país, tendo como foco de estudo a dinâmica histórica e social de um possível fomento de um Estado de bem-estar social brasileiro. Este artigo quer discutir a lenta implantação dessas políticas de bem-estar assim como sua história cheia de percalços, fragmentação e regulação.

SUMÁRIO

Como apontamos inicialmente, admitimos logo de partida, que existe uma dissonância em relação à Europa na forma como os direitos foram sendo estendidos aos brasileiros. Os escritos de Marshall (1967) sugeriram que a cidadania se desenvolveu na Inglaterra primeiramente a partir do estabelecimento dos direitos civis (século XVIII), depois os direitos políticos (século XIX) e finalmente os direitos sociais (século XX). Não como uma sequência cronológica, mas sim lógica, foi com base nos direitos e nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar e participar do governo de seu país e posteriormente, com a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, tornou-se acessível a introdução dos direitos sociais, começando pela educação como pré-requisito para a expansão de outros direitos.

O objetivo central deste artigo não é construir inferências analíticas, mas sim, através de uma descrição histórica, apresentar o Brasil como um exemplo de que nem todos os países passam pelo mesmo caminho definido por Marshall. Trata-se de um trabalho exploratório, com a finalidade de comparação, ainda que aceitemos os limites que se podem observar entre as semelhanças e diferenças entre o caso brasileiro e os exemplos clássicos europeus. Não faz parte do escopo de nossa produção trazer inferências analíticas com base em variáveis políticas, sociais e econômicas, queremos sim, contribuir com uma análise comparativa que possa apontar hipóteses para pesquisas qualitativas e quantitativas. Assumimos ser este um ensaio baseado em uma bibliografia temática, nossa interpretação quer demonstrar a importância de estudos comparados sobre políticas de bem-estar social.¹

1 Este estudo é consciente das contestações realizadas por algumas literaturas acadêmicas que questionam a viabilidade de se exportar a teoria marshalliana para a América Latina. Por aqui, ao longa da história, instituições democráticas frágeis criaram políticas sociais compensatórias advindas de governos autoritários que privaram os direitos civis e políticos. Entretanto, partimos do princípio de que as teorias de Marshall foram amplamente generalizadas e continuam a ser de fundamental importância nas análises de políticas públicas, Estado de Bem-estar e proteção social nas democracias ocidentais. Portanto, cremos que nosso recorte temático pode ser uma significativa contribuição para a reflexão sobre o capitalismo tardo-periférico brasileiro. Para o entendimento deste questionamento sugerimos a leitura de Pereira (2013, p. 164-229).

SUMÁRIO

A discussão bibliográfica que aqui realizamos prende-se em estabelecer conexões ente o desenvolvimento econômico e o social, e como estas implicam no estabelecimento de direitos sociais. Não nos atemos aqui a outras dimensões, como o desenho político-institucional ou a construção dos pactos sociais que resultaram em uma focalização ou universalização das políticas de bem-estar social. Entendemos que no caso brasileiro a Constituição de 1988 é um símbolo emblemático para a aquisição de direitos sociais, e a partir da década de 1990 muitas políticas criadas têm como cenário o ambiente criado pela carta constitucional. Sabemos que muitos outros estudos já perfazem este roteiro que demonstra o caráter “cidadão” da Constituição de 1988, nosso estudo pouco poderia contribuir, neste sentido, para acrescentar algo relevante à literatura já produzida anteriormente. No que tange a Europa, se considerarmos o trabalho que a obra de Esping-Andersen (1991) toma em nossa análise comparativa, está além do trabalho que ora escrevemos, uma análise comparativa das instituições políticas e dos desenhos constitucionais, entendemos neste sentido, que as diversas particularidades dos diversos exemplos nacionais fugiriam dos objetivos aqui pretendidos.

Nosso trabalho não ignora os efeitos deletérios do capitalismo e do livre mercado no que tange a políticas de proteção social, por isso compartilhamos do entendimento de que a competição privada livre e espontânea gera consequências nocivas à esfera da vida social. O Brasil é um exemplo de que essa discussão pode ser profícua, uma vez que por aqui a impossibilidade do desenvolvimento econômico sem a intervenção do Estado se mostrou ao longo da história uma impossibilidade. Nas mãos do Estado, as políticas sociais se demonstraram poderosas ferramentas de cooptação social do trabalho, que em muitas vezes serviu de obstáculo para as lutas e conquistas do trabalhador (ANTUNES 2000; PEREIRA, 2013; DEO 2021). Neste sentido as políticas sociais serviram para a manutenção de relações de trabalho mediadas que serviram de amortecimento

do conflito de classes. Mas, conhecer e entender como as políticas sociais foram utilizadas pelo Estado brasileiro ao longo de sua institucionalização pode jogar luzes sobre o caráter periférico das relações capitalistas no Brasil.

Nossa perspectiva de análise escolhe os argumentos de Marshall (1967, p. 87-88) sobre a construção da cidadania inglesa, como ponto de partida de nossa comparação. Para ele “os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e a falta de oportunidade econômica”. Ou seja, a base social e econômica não favoreceu o pleno apoderação da igualdade formal da cidadania, sendo assim, apesar da igualdade jurídica entre indivíduos, a estrutura econômica e social criou desigualdades reais, que marcaram as lutas políticas da classe trabalhadora, que buscava alargar seus direitos civis e políticos. É neste sentido que emerge o Estado como grande articulador com capacidade de atenuar desigualdades reais, isto porque ele possui atribuições reguladoras com forças para dirimir questões do status formal do cidadão e de sua situação de classe.

Em Marshall (1967) não se é possível separar o desenvolvimento da democracia e a dissolução das contradições entre o plano jurídico e real do cidadão, desta forma a intervenção estatal pode equilibrar a inclusão social e as expectativas geradas pelo acesso aos direitos civis. As políticas públicas se tornam neste contexto a garantia de um status mínimo de serviços essenciais para o real exercício da cidadania para indivíduos que pretendem usufruir da herança social e econômica de sua nação. O Estado assumiria uma função reguladora da ordem econômica e social de forma a minimizar os efeitos deletérios ocasionados pela competição capitalista, criando oportunidades reais de extensão dos direitos sociais.

Em Marshall vemos um grande esforço em alicerçar o Estado e suas políticas públicas como legitimador dos direitos sociais.

SUMÁRIO

Os direitos civis permitiram aos indivíduos liberdades comuns, como a possibilidade de participar da escolha de um governo, desenhando a condição de um Estado que ao definir um mínimo de igualdade, produz oportunidades que diminuam os impactos causados pelas desigualdades econômicas. Responder a essa demanda de forma integrada e aproximar-se das expectativas dos cidadãos sempre foi o grande desafio das democracias de massa europeias.

Entretanto, este mesmo paralelo não pode ser aplicado ao Brasil no que tange a evolução dos direitos sociais. Ao se posicionar historicamente na periferia do capitalismo, desde nossa colonização, nosso país se constituiu de forma tardia em uma nação moderna, o que dificultou severamente a universalização dos direitos. A partir de 1930, esta trajetória foi o ponto de partida que engendrou um sistema que aprofundou a desigualdade e a exclusão social, pautando uma incorporação meramente formal aos direitos sociais, ainda que legalmente formalizados. Sob este modelo criou-se uma estratificação funcional com base no mercado de trabalho que não resolveu as imensas desigualdades históricas dos setores sociais brasileiros. Nas seções seguintes deste trabalho procuraremos demonstrar que esse caminho estipulado pelo pensador inglês foi tortuoso no Brasil. Tomando como argumento a evolução histórica da cidadania e das políticas públicas de bem-estar social no Brasil, assumiremos como nossa hipótese a afirmação de que ao longo do século XX, até a década de 1990, nosso país não reuniu as condições mínimas para o desenvolvimento de um arcabouço de bem-estar social equilibrado, socialmente justo e universal. Por isso optamos por tentar entender, na história brasileira, o desenvolvimento dos direitos trabalhistas e sociais e o papel do Estado como regulador do equilíbrio econômico e da promoção de políticas de bem-estar social.

O trabalho, além desta introdução, está dividido em seções temáticas. Na primeira trataremos de discutir a situação periférica e de subdesenvolvimento como um impedimento para o

SUMÁRIO

desenvolvimento da social-democracia no Brasil, país de democracia frágil, reformismo estatal assistencialista e de baixa produtividade capitalista até meados dos anos de 1950. Finalmente, na segunda seção, concluímos demonstrando as impossibilidades de desenvolvimento de um arcabouço de bem-estar social em nosso país até a virada do século XX, vinculando o arranjo desenvolvimentista-associado, praticado até o governo militar (1964-1985), como grande obstáculo para que este se estabelecesse.

Usamos como método, para a realização deste momento teórico de nosso trabalho, uma análise descritiva e histórica do recorte estudado, recorrendo à bibliografia acadêmica (teses, dissertações, monografias, artigos e livros) ou mesmo debatendo pontos de embates ideológicos protagonizados pelos autores clássicos que discutem tanto o período histórico sobre o qual nos debruçamos, como também nosso recorte temático-conceitual. É nosso intuito questionar certo senso comum em discursos atuais ou mesmo teorias globalizadoras que interpretam o período de forma determinista, sem entender a importância do porquê das escolhas dos atores envolvidos no contexto histórico. Apontamos isto como um aforismo, afinal as utopias e as ideologias quando adaptadas e traduzidas para um novo território sofrem adequações relativas aos próprios contextos históricos em que estes se inserem (LYNCH, 2013). Através da análise descritiva e histórica buscamos demonstrar uma de nossas hipóteses norteadoras: nossa condição periférica e dependente-associada produziu um arranjo de seguridade social pautado em uma forte cooptação do cidadão e do trabalhador, moderando o conflito social e obstaculizando a luta de classe como motor das conquistas e transformações sociais. Ao final, a cidadania brasileira foi instituída de cima para baixo, silenciando os muitos atores envolvidos.

SITUAÇÃO PERIFÉRICA E SUBDESENVOLVIMENTO: IMPEDIMENTOS À SOCIAL-DEMOCRACIA NO BRASIL

No Brasil, a trajetória das políticas de bem-estar social é relativamente recente, uma vez que se desenvolveram ao longo do século XX. Se compararmos com os modelos europeus perceberemos grande fragilidade, isto porque existe uma clara divergência entre a evolução política europeia e a brasileira.² Revezes na estruturação de políticas de bem-estar social mais amplas e consolidadas podem ser explicadas pelos seguintes fatores: a) democracia frágil, dificultando o desenvolvimento de um sistema político sensível à pressão popular e as propostas reformistas de cunho social; b) reformismo estatal, que impôs uma visão assistencialista e preventiva tomando-lhes várias bandeiras dos trabalhadores;³ c) baixa produtividade do capitalismo brasileiro, pelo menos até meados dos anos 1950, o que limitava a implementação de políticas sociais que representassem um ganho político para as massas, já que o empresário brasileiro sempre apresentou forte resistência a qualquer risco de diminuição de sua lucratividade (CABREIRA, 1995).

Observa-se que as políticas de bem-estar social brasileiras, são menos uma conquista da população - principalmente pós-1930 - e mais uma característica estrutural do desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema, muitas vezes um resultado de certa articulação entre Estado e Mercado, que se expressa ao longo do desenvolvimento industrial brasileiro.

2 Para um aprofundamento sobre os descaminhos da social-democracia no Brasil sugerimos a leitura de MIRANDA, 2022, p.7-10.

3 A ação política do trabalhador brasileiro foi de certa forma orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Essa cultura é chamada por José Murilo de Carvalho de «estadania», em contraste com a cidadania, ver CARVALHO (2002).

SUMÁRIO

O Brasil constitui-se de um espaço ideal para análise de como instituições do moderno sistema de proteção social foram recepcionadas em países de Capitalismo tardio. Salário e políticas de bem-estar social compõem mecanismos eficientes de compensação e justiça social, enquanto garantir seguridade social, educação e outros serviços podem levar a incorporação das massas rurais ao ambiente urbano (DRAIBE, RIESCO, 2011). Sendo tardio, por aqui este processo não se assemelhou ao ocorrido em outras partes do mundo desenvolvido.⁴

Para Sônia Draibe e Manuel Riesco (2011), não apenas o Brasil, mas vários países no espaço latino-americano contaram com um arcabouço diferenciado de políticas de bem-estar social chamado “Estado Desenvolvimentista”:

[...] a região logrou construir uma das mais típicas e notáveis estruturas de proteção social, o *Estado Desenvolvimentista*, destacado pelo inédito ativismo com que presidiu as primeiras e decisivas etapas da transição à modernidade, em seus países (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 234).

Por trás do Estado Desenvolvimentista está a ideia de “desenvolvimentismo”, um conceito radical e complexo, resultante da combinação de dois elementos: o reconhecimento da situação de subdesenvolvimento e a proposta consciente e deliberada de sua superação – via estratégias racionais e ações de ordem econômica (DRAIBE, 1985; BIELSCHOWSKY, 1985; BRESSER-PEREIRA, 1970, 2016; CEPÊDA, 1998; 2001; 2012). Uma vez ligado ao surgimento e elaboração da situação particular do tema da periferia do capitalismo, ele é também, um projeto de transformação social profunda, operado politicamente de maneira orientada e racional pelo Estado,

4 Sob situação de dependência o capitalismo na periferia não promoveu o desenvolvimento. No Brasil o desenvolvimento foi buscado por meio da reversão ou superação dos condicionantes da dependência, o desenvolvimentismo surge dentro deste contexto como uma estratégia para superação do subdesenvolvimento. Para uma crítica desta estratégia ler: MARINE (2008 [1966]).

vinculando economia e avanço social (CEPÊDA, 2012). O desenvolvimentismo centrava suas metas na superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento, enraizados na vocação agrário-exportadora, pela desigualdade centro-periferia e pela completa inaptidão das economias subdesenvolvidas em atingirem o desenvolvimento sem aprofundar ou terminá-lo (BIELSCHOWSKY, 1985; CEPÊDA, 1998; 2001; GRIN, 2013). Se percebido como projeto, é o resultado de uma conjuntura específica, mas nem por isso, esse arranjo teórico e político deixou de produzir mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente.

O desenvolvimentismo chama a atenção pelo protagonismo do Estado nas políticas de desenvolvimento - elemento basilar das instituições modernas e fundamental para a compreensão do processo de industrialização aqui realizado. As especificidades do processo de desenvolvimento brasileiro são apontadas por vários autores, formando uma bibliografia bastante profícua⁵. Nelas, para além de suas condições coloniais, a configuração econômica do Brasil se deu sob um processo estratégico do sistema de produção e circulação internacional do capital, o que o levou ocupar a posição de fornecedor de matérias-primas e de excedentes de capital para sua metrópole através do sistema de *plantation*. A independência não veio acompanhada de uma mudança deste perfil econômico, "a vocação primário-exportadora", baseada na Teoria das Vantagens Comparativas⁶, continuou sendo o objetivo, estendendo-se da segunda metade do século XIX até a quebra da bolsa de Nova York, em 1929. A crise de 1929 foi o momento da viragem do modelo econômico brasileiro, que passou de um modelo de desenvolvimento

SUMÁRIO

- 5 Sobre a bibliografia apontada indicamos a discussão em: FURTADO, 1962; 1964; 1967; PRADO JUNIOR, 2014 [1966]; DRAIBE, 1985; VIANNA, 1997; CEPÊDA, 2012; 2013.
- 6 A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo, em síntese, para ele, um país deveria produzir de preferência mercadorias cuja produção requer de forma mais intensa aquilo abundante em um determinado lugar, permitindo assim uma utilização ótima de seus fatores produtivos.

econômico agrário-exportador para outro sustentado pela estratégia de industrialização por substituição de importações - ISI (BULMER-THOMAS, 2008; MARES, CARNES, 2009; CEPÊDA, SILVA, 2016).

Ao Estado brasileiro, além de suas funções clássicas, coube os papéis de: construtor de infraestrutura, produtor de matérias-primas/insumos básicos, coordenador dos grandes blocos de investimento e importante instrumento de centralização financeira. Após 1929, atingido pela crise e debaixo de grandes pressões corporativas, apoiado em uma retórica que ecoava as ideias de Keynes e tomando certos argumentos defendidos pela social-democracia, o Estado brasileiro redefiniu suas funções e reorganizou-se institucionalmente. Ele assumiu as rédeas da industrialização e da regulação social, garantindo níveis de investimentos compatíveis com as exigências de emprego e consumo interno, buscando manter as expectativas estáveis, nas negociações das margens de lucro e na aceleração do desenvolvimento (FIORI, 1995).

Não sem razão, Raul Presbich, fundador da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) afirma:

A gestão de todos os meios de produção nas mãos do Estado confere um poder que não pode ser contrastado com aqueles que estão no topo, [...] As linhas de comando iniciam nele e o curso de vida da força de trabalho, ou melhor, de toda a população, sua renda, sua mobilidade social e o discernimento de seus méritos, em última análise, dependem de suas decisões superiores. Nele estão combinados não somente a capacidade e o dinamismo, mas também a lealdade militante do sistema (PRESBICH, 1981, p.283).

Verifica-se, então, a importância do Estado como regulador da acumulação capitalista a tal ponto que o excedente possa ser direcionado para a expansão e diversificação do consumo interno, garantindo a formação e ampliação deste mercado interno, ou ainda, parcela significativa do investimento.

Como afirma Celso Furtado:

Numa economia de livre-empresa o processo de capitalização tem que correr paralelo com o crescimento do mercado. É sabido que o ajustamento entre esses processos de crescimento se faz aos solavancos através de altas e baixas cíclicas [...] desde o momento em que o mercado deixa de crescer, os empresários, antevendo a redução de lucros, reduzem suas inversões (FURTADO, 1972 [1959], p. 220).

Impregnados por suas marcas de nascença, o Estado brasileiro conduziu seu processo de transição econômica por dois estratégicos caminhos de desenvolvimento: o Desenvolvimentista e o Liberal. Ainda que antagônicos, estes caminhos se integraram em um processo, tendo como cenário as rápidas transformações socioeconômicas do século XX. A partir de 1933⁷, uma jornada tortuosa foi iniciada: o desenvolvimento econômico de uma sociedade historicamente agrário-exportadora. Pelas características inerentes não se poderia repetir no Brasil o caminho dos países já desenvolvidos, isto porque, aqui havia ausência dos atores protagonistas, líderes dos processos originários, massas operárias e empresariado pioneiro.

Nossas estruturas socioeconômicas foram essencialmente transformadas pelo Estado Desenvolvimentista. Debaixo de seus auspícios, o empresariado e os trabalhadores assalariados dos centros urbanos, ao lado da nascente classe média, se consolidaram e ocuparam um lugar de destaque na nova etapa do desenvolvimento. O trabalhador rural, que abandonou o campo em direção à cidade, tornou-se mais letrado e experimentou uma melhor condição de saúde. Desta forma, no Brasil as políticas sociais cumpriram um papel essencial

SUMÁRIO

7

O ano em específico se baseia nos escritos de Wilson Cano (2017), para ele a inversão do sentido da economia brasileira teve como estopim a política de compra e queima do café a partir de 1933, que inverteu o sentido das políticas de defesa e proteção do café para o âmbito interno, retirando o capital estrangeiro do controle dos estoques e da liquidação do produto, findando os estoques e a pressão no sentido da superprodução de excedentes que forçavam a diminuição dos valores nominais do café no âmbito internacional.

no processo de transformação do trabalhador rural em mão de obra urbana, sob a liderança desenvolvimentista, com forte viés “industrialista”, os trabalhadores do campo foram incentivados a migrar para as cidades, uma vez que os primeiros a receberem proteção social foram os trabalhadores assalariados das indústrias e dos setores comerciais.

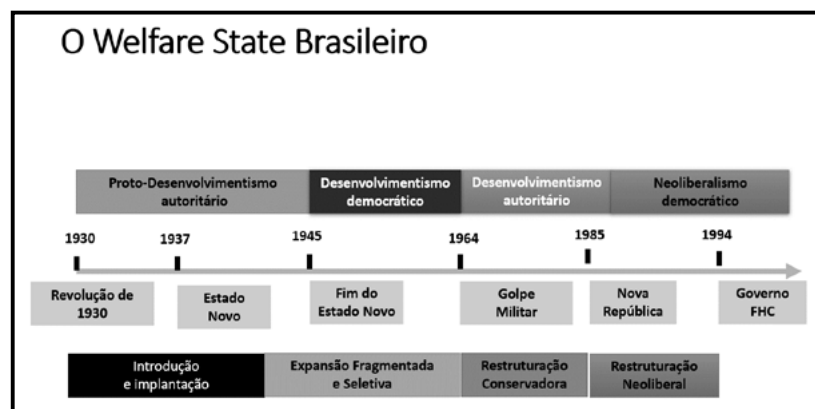
Para Draibe (2007), as políticas de bem-estar implantadas em nosso país, dentro do recorte estudado, se aproximaram do modelo meritocrático ou conservador na classificação de Esping-Andersen. São características que aproximam o caso brasileiro destes tipos ideais: a ideia do homem-provedor - aquele que trabalha; e da mulher cuidadora, a mãe de família - algo que denota o forte “familismo” que imperou desde sua origem. Apesar de sistemas públicos de saúde, em menor escala, e de educação serem estabelecidos, o grau de “desmercadorização” destas políticas não conseguiu impedir a existência de altos graus de exclusão social, principalmente no caso da população rural, e dos pobres das cidades que compunham as massas crescentes de desempregados ou de trabalhadores informais, estes continuaram à margem dos modernos sistemas de proteção social e mesmo dos programas básicos, tanto de educação como de saúde.

Para se pensar nas políticas de bem-estar social no Brasil, deve-se considerar nossa condição tardo-capitalista⁸ e como seus efeitos agiram na modelagem de nosso sistema de seguridade social, que esteve em diferentes momentos sob o domínio de regimes autoritários, e em outros, sob os auspícios de regimes democráticos. O resultado não poderia ser outro: a geração de um modelo concentrador e socialmente excludente, principalmente no que tange as políticas envolvidas, como a garantia de renda, de saúde, de educação, de habitação, de previdência e de assistência social. (DRAIBE; AURELIANO, 1989)

8 Entendemos que a análise de João Manoel Cardoso de Melo ao falar sobre a industrialização na América Latina, em sua obra “O Capitalismo Tardio”, se encaixa perfeitamente com o cenário brasileiro. Para ele nossa industrialização é retardatária, e a mesma aconteceu em um momento de capitalismo oligopolista internacional, o que impediu o desenrolar de um modelo clássico de industrialização (manufatura/indústria/grande indústria). Exatamente por isso nosso capitalismo possui particularidades – a ponto de se sugerir que aqui se deu a formação de certo capitalismo próprio. Ver: CARDOSO DE MELO, 2009.

A figura 2 é uma proposta de periodização da trajetória do desenvolvimento das políticas de bem-estar social no Brasil. Considerando o recorte temporal de nossa pesquisa, nos limitaremos a permanecer dentro deste enquadramento, deixando para futuros trabalhos a complementação deste quadro cronológico.

Figura 2 - Evolução Cronológica das Políticas de Bem-estar no Brasil



Fonte: elaborada pelo autor.

Nesta proposta de linha do tempo, os eventos históricos do século XX são comparados aos períodos do desenvolvimento das políticas de bem-estar social, identificados na sequência abaixo da linha cronológica, tendo como parâmetros os estudos de Draibe; Aureliano (1989)⁹. Já na sequência acima da linha do tempo, comparamos os eventos históricos e os períodos do desenvolvimento das políticas de bem-estar à trajetória do desenvolvimentismo brasileiro, usando como referência, os estudos e a construção

9

Neste texto as autoras buscam definir marcos conceituais e cronológicos pertinentes à caracterização da política social em um país de capitalismo periférico como o Brasil. Lidam, ainda, com variáveis macropolíticas de estruturação do sistema sem, contudo, perder de vista como se manifestam no cotidiano determinados movimentos e as dinâmicas de funcionamento dos processos decisórios.

SUMÁRIO

teórica de Cepêda (2012)¹⁰. Pensamos que assim como nos demais países da América Latina, aqui no Brasil, o desenvolvimento do bem-estar social é concomitante à evolução do Estado desenvolvimentista, este tem suas raízes no movimento que culminou na chegada de Getúlio Vargas ao poder, estendendo-se até o final do governo militar pós-1964.

As ideias de desenvolvimento, planejamento e direitos sociais passaram a circular no Brasil a partir de 1930, assim podemos estabelecer quatro períodos de rápida produção de programas sociais legalmente instituídos: um período entre os anos de 1930 e 1943 (Introdução e Implantação), outro entre os anos de 1943 e 1964 (Expansão Fragmentada e Seletiva), um terceiro entre os anos de 1964 a 1985 (Reestruturação Conservadora) e um quarto entre 1985 até 1994 (Reestruturação Neoliberal), momento em que o Plano Real consolida novas possibilidades que foram anteriormente elencadas (DRAIBE; AURELIANO, 1989).

Estes recortes históricos aconteceram, em sua maior parte, sob os auspícios de governos autoritários, concorrendo para acentuar uma institucionalização de medidas sociais marcadas por grandes doses de corporativismo e regulacionismo, dirigidos à compensação da modernização tardia e de suas consequências sociais e econômicas. Nos períodos acima citados, as políticas sociais foram utilizadas como maneira de corrigir os descompassos do capitalismo tardio.¹¹ Apesar desta proximidade que harmoniza as características

10 O texto aqui citado é um fragmento de uma agenda de pesquisa conduzida pela autora, seus estudos do desenvolvimento e do desenvolvimentismo brasileiro são de suma importância para entendermos os desajustes das formas de inserção do liberalismo brasileiro, tanto político como econômico, no cenário contemporâneo da modernidade, seu trabalho dialoga com o presente estudo na medida em que ilumina o contexto epocal que impactou o crescimento econômico comandado pelo Estado, regulador das disfunções do capitalismo na periferia e condutor da nação rumo a modernização, na América Latina e no Brasil.

11 Interessante acrescentar que para DECCA (1981) a concessão de cima para baixo da extensa legislação trabalhista, no período entre 1930 e 1943 também foi uma forma de silenciar um movimento trabalhista consistente que ganhava força na década anterior.

SUMÁRIO

conservadoras e socialmente excludentes, o padrão brasileiro apresenta suas próprias especificidades relacionadas tanto ao momento em que elas estão sendo criadas, como ao contexto em que essa criação está se dando.

No recorte aqui proposto, o Estado desenvolvimentista brasileiro, pensado como uma onda longa, pode ser compreendido numa chave que envolve três períodos curtos: a) de 1930 até 1945 (Proto-desenvolvimentismo autoritário), fase em que transformações estruturais da sociedade estão ocorrendo, em especial com o salto da industrialização e a crise da economia do café, gerando uma crise política demandante de reconstrução de novas formas de hegemonia política; b) de 1945 até 1964 (Desenvolvimentismo democrático), momento único nesse processo de transformação que consolida um pacto social com alta capacidade hegemônica, unindo diversos grupos políticos e interesses socioeconômicos sob o guarda-chuva da aceleração da industrialização; c) de 1964 até 1985 (Desenvolvimentismo autoritário), período em que a capacidade hegemônica é preservada, mas agora sob o autoritarismo do regime militar, assegura o foco da industrialização, mas impede mecanismos de redistribuição via salário e renda, afetando a capacidade de autorreprodução da dinâmica econômica nacional; d) de 1985 até 2002 (Neoliberalismo democrático), período de estabilidade econômica e de Reforma do Estado, com adoção de algumas estratégias redistributivas, porém centrado na liberalização econômica e desestatização (CEPÊDA, 2012).

A trajetória desenvolvimentista comportou períodos e propostas díspares que oscilaram entre o progresso com desenvolvimento social, outro de apropriação privada do custeio e energia do nacionalismo desenvolvimentista e um terceiro de viés burocrático-autoritário. É fato que o distanciamento entre os projetos com desenvolvimento social e o burocrático autoritário são grandes responsáveis pela atual desigualdade social brasileira (CEPÊDA; SILVA, 2016).

Ao final, estas singularidades do processo histórico brasileiro permitiram o surgimento de um modelo de bem-estar genuinamente brasileiro, uma vez que a intervenção social do Estado assumiu características muito originais que buscamos demonstrar no quadro 3:

Quadro 2 - Padrão Brasileiro de Políticas Públicas de Bem-estar Social

Características	Formação Histórica
Centralização política e financeira no nível federal	Herança colonial
Fragmentação institucional	Desenvolvimento periférico tardo-capitalista
Marginalização decisória da população	Intervenção do Estado desenvolvimentista (Estado de Compromisso)
Autofinanciamento do investimento	
Princípio da privatização	

Fonte: elaborado pelo próprio autor

No quadro 3, na primeira coluna, apresentamos as características do padrão brasileiro de políticas de bem-estar social. A primeira característica é indiscutível; a centralização do poder decisório e dos controles financeiros sob o comando do governo federal. Uma característica comum entre 1930 e 1985 é que estados e municípios foram, no mínimo, desestimulados nas políticas de intervenção social por três mecanismos: concentração de recursos no Executivo Federal; aplicação dos fundos federais sob as decisões da União; restrição de repasses automáticos de recursos do Federal para as demais unidades federativas. A consequência direta dessa centralização é a relativa redução da ação social da administração direta e sua substituição por empresas, fundações e autarquias.

A substituição da administração direta por organismos públicos nos leva a segunda característica, a fragmentação institucional. Há multiplicação de empresas, institutos e fundações que expandiu horizontal e verticalmente o aparelho social do Estado, tendo como consequências a burocratização excessiva, autonomização dos organismos públicos, fragilização do controle

e da fiscalização, movimentação de interesses privados dentro do aparelho do Estado e superposição de programas e de clientelas (DRAIBE; AURELIANO, 1989).

Centralização e fragmentação institucional sob o controle de um aparelho burocrático excessivo, e por vezes autoritário, inibiram ou suprimiram a participação de sindicatos, partidos e movimentos sociais na elaboração e decisão das políticas sociais a serem implantadas. Estas não foram executadas após discussões no Parlamento e nem são alvos de escrutínio público, colaborando para desagregação institucional, desordem administrativa, fraudes e corrupção.

Uma das características mais cruéis do padrão brasileiro é o autofinanciamento do investimento social. O melhor exemplo a ser citado é sobre as moradias, as quais o acesso a este bem social advém de pré-requisitos e critérios econômico-financeiros do assegurado. O resultado pernicioso é que as políticas de habitação no Brasil eram voltadas a atender aos interesses da classe média em detrimento da população de maior vulnerabilidade social.

Este autofinanciamento deu origem a uma regra clássica nas políticas de bem-estar brasileiras que é o imperativo da contribuição do usuário no financiamento do serviço social, no limite esse regimento abriu as portas para a privatização do Estado, ou seja, para a penetração de interesses privados dentro do aparelho burocrático via círculos de pressões e informações. Criou-se até mesmo uma divisão do trabalho entre Estado e setor privado, em que o primeiro estabelece regras e transfere recursos, enquanto o segundo encarrega-se da produção de bens ou da execução dos serviços.

Para definir essa relação de promiscuidade entre Estado e setor privado, Cardoso (1974) criou o conceito de “anéis burocráticos”:

[...] não se trata de lobbies (forma organizativa que supõe tanto um Estado quanto uma sociedade civil mais estruturados e racionalizados), mas círculos de informação

e pressão (portanto, de poder), que se constituem como mecanismo para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive das Forças Armadas) e setores das classes sociais (CARDOSO, 1974, p. 208).

Quando comparamos as características do modelo de bem-estar social brasileiro a tipologia de Esping-Andersen (1991)¹², concordamos com as conclusões emitidas por Draibe, Aureliano (1989), isto porque, observamos, de fato, uma certa aproximação de seu modelo conservador. Para além dos elementos já apontados pelas autoras, também observamos certas correspondências como o intervencionismo do Estado e a posição histórica de modernização tardia. Entretanto, o modelo brasileiro tem suas próprias originalidades, por exemplo: capitalismo tardo-periférico, herança colonial e combinação de estruturas estatal e privada. Sob este arcabouço, a intervenção do Estado está fundada na capacidade contributiva do trabalhador, estabelecendo-se apenas como uma distribuição primária de renda.

CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho era oferecer em um quadro mais amplo uma análise comparativa do Brasil com a marcha dos direitos apontada por Marshall (1967) na Inglaterra. Partindo do pressuposto que até a década de 1990 não podíamos nos certificar da existência de um Estado de Bem-estar social e, nem mesmo, de um arcabouço de políticas públicas de bem-estar universalizantes, optamos por estudar, na história brasileira, o desenvolvimento dos direitos

SUMÁRIO

12

Esping-Andersen cria três tipos ideais de Estado de bem-estar social: conservador, liberal e social-democrata. Ao descrever cada um dos tipos assinalados, ele busca evidenciar o caráter emancipatório e universalista das políticas sociais de cada um desses modelos, de modo que a participação dos trabalhadores em partidos ou sindicatos somados à força de suas coalizões e o atendimento de suas reivindicações sociais configuram-se como elementos determinantes para a caracterização dos modelos de seus arquétipos de Estados de bem-estar.

trabalhistas e sociais e o papel do Estado como regulador do equilíbrio econômico e da promoção de políticas de bem-estar social.

Ao final buscamos esclarecer os elementos que impediram ao longo do século XX o desenvolvimento das condições mínimas para a existência de um Estado de Bem-estar social brasileiro. Esses elementos estão estruturalmente ligados ao processo histórico pelo qual o Brasil passou, suas peculiaridades sociais e econômicas e sua natureza periférica capitalista, garantiram uma matriz muito diversa da Europa e dos países escandinavos, talvez exemplificando perfeitamente a afirmação de Marx (1974) de que são “as condições materiais da vida social que determinam a consciência dos homens”.

Se partimos do pressuposto que nos modelos social-democratas as políticas de bem-estar social deveriam provocar situações de pleno emprego e de subida persistente de salário real, o que, na prática, garantiria qualidade de vida à população, no Brasil, ao longo do século XX, a maioria dos trabalhadores - fossem urbanos ou rurais - recebiam salários baixos e não tinham garantias de emprego regular. Isso resultou numa renda per capita relativamente estreita, aumentando a necessidade de garantia de desmercadorização de uma população muito maior, e por conseguinte, a qualidade dos serviços eram afetadas e os benefícios sociais nem sempre atendiam a totalidade dos que precisavam. Neste cenário, os recursos fiscais são insuficientes para o desenvolvimento de políticas de bem-estar social, ora porque a renda per capita dos contribuintes é limitada, ora porque frações sociais, principalmente a classe proprietária, acabavam eximidas de contribuições fiscais ou ainda sendo privilegiadas com incentivos e subsídios fiscais.

É patente que no caso brasileiro a tentativa de desmercadorização e superação do liberalismo econômico, incapaz de dar conta do bem-estar social, se deu por um projeto desenvolvimentista pautado por uma modernização econômica. Partindo dessa perspectiva escolheu-se remover os obstáculos desta modernização, entendida

como a plena realização de um sistema econômico industrial complexo e maduro. Em segundo plano, como efeito colateral desta ação, esteve o dever do Estado de distribuição de renda e elevação do bem-estar. Como afirma Cepêda (2012, p. 84): “O mote *crescer primeiro para distribuir depois* não é acidental, mas uma metáfora exemplar do compromisso e custos sociais necessários no projeto de desenvolvimento.”¹³

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. /n: **La Ciudadanía Negada**: Políticas de Exclusión em la Educación y el Trabajo. Buenos Aires: CLACSO Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Dividir ou multiplicar? A distribuição da renda e a recuperação da economia brasileira. **Revista Visão**, 21 de novembro 1970. Disponível em www.bresserpereira.org.br.

BULMER-THOMAS, Victor. Edgar J. Dosman, **The Life and Times of Raúl Prebisch**, 1901–1986. Montreal and London: McGill-Queen’s University Press, 2008.

CABRERA, José Roberto. **Os caminhos da Rosa**: um estudo sobre a social-democracia no Brasil. Dissertação de Mestrado – Unicamp: Campinas, 1995.

CANO, Wilson. **Brasil**: Construção e Desconstrução do Desenvolvimento. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2017.

13

Importante citar nesta discussão os trabalhos de KERSTENETZKY (2006, 2012), para a autora, o estilo de política social, focalizada ou universal, não torna mais claro o debate se não há uma ausência de definições prévias do que é justiça social e de como elas devem ser implementadas. Para ela, não existe associação automática entre a universalização com a garantia de direitos sociais e a focalização com noções residualistas de justiça. Focalização e universalização seriam, neste sentido, métodos alternativos, ou até mesmo complementares, de implementação de uma noção de justiça social previamente definida.

SUMÁRIO

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEPÊDA, Vera Alves. **Raízes do pensamento político de Celso Furtado**: desenvolvimento, nacionalidade e estado democrático. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CEPÊDA, Vera Alves. As relações entre democracia e desenvolvimento: apontamentos para a análise do alcance explicativo da economia política no capitalismo moderno. **Revista Economia e Pesquisa**, v.1, nº1, p.27-38, mar, 1999.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado - desenvolvimento e democracia. *In*: Luiz Carlos Bresser Pereira; José Marcio Rego. (Org.). **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 167-184.

CEPEDA, Vera Alves. Inclusão, Democracia e Novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Revista Estudos Avançados**, nº26 (75), 2012, p.77-90.

CEPÊDA, Vera Alves. "As constituições de 1934 e 1988 – trajetória histórica e inflexão política. Rio de Janeiro: **Cadernos de Desenvolvimento**, v 8, n.12, pp.269-283, jan-jun, 2013.

CEPÊDA, V.; SILVA, I. H. A trajetória do desenvolvimento: a questão social, democracia e Estado na experiência do Brasil e Argentina. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 41-70, mar, 2016.

DECCA, Edgar de. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DEO, Anderson. **Labirinto das Ilusões**: Consolidação e Crise da Social-Democracia Tardia Brasileira. Curitiba: Appris Editora, 2021.

DRAIBE, S. M. **Rumos e Metamorfoses** - Estado e industrialização no Brasil - 1930/1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DRAIBE, S. M.; AURELIANO, L. A especificidade do welfare state brasileiro. *In*: _____. **Economia e desenvolvimento**. Brasília: MPAS/Cepal, 1989.

DRAIBE, Sonia. Introduction and Chapter 1. *In*: RIESCO, Manuel (Ed.). *Latin America: a new developmental welfare state model* *In*: **the making?** London: Palgrave MacMillan, 2007.

DRAIBE, Sônia; RIESCO, Manuel. Estados de Bem-estar Social e Estratégias de Desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimento em gestação? Porto Alegre: **Revista Sociologias**, ano 13, no. 27, mai/ago, 2011, p.220-254.

SUMÁRIO

ESPING-ANDERSON, G. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, nº 24, set/1991, São Paulo.

FURTADO, Celso. **A Pré Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 11ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional (1972 [1959])

GRIN, Eduardo José. Regime de Bem-estar Social no Brasil: três períodos históricos, três diferenças em relação ao modelo europeu social-democrata. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**: São Paulo, v.18, nº 63, jul/dez, 2013.

KARL, Marx. **Sociedade e mudanças sociais**. Lisboa: Edições 70, 1974.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Por que Pensamento e não Teoria?** A Imaginação

MARSHALL, T.H. O Estado de Bem-Estar Social: um estudo comparativo. *In*: Cidadania, Classe Social e Status. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1967.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília: 2013.

Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). Rio de Janeiro: Dados – **Revista de Ciências Sociais**, v. 56, nº 4, 2013, 727-767.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**: A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1966].

PRESBICH, Raul. **Capitalismo Periférico** – crisis y transformacion. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

SANTOS, Wanderlei. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.



15

José Walber Vieira de Oliveira

DA FOME À ALIMENTAÇÃO:

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, JOSUÉ
DE CASTRO E A FORMAÇÃO DE UMA
EPISTEMOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.15

CONVERSA COM JOSUÉ DE CASTRO SOBRE A FOME E A ALIMENTAÇÃO¹

Para José Murilo de Carvalho (2000), estudar o pensamento intelectual através de uma rede de comunicação pautada em correspondências requer atenção, pois esse tipo de estudo se configura no interior da história intelectual, ou história das ideias, que precisa ser feito a partir de abordagens que contextualizam o pensamento individual de um ou outro autor, voltado para uma única temática no campo da história social, política e cultural.

Sendo assim, este texto se propõe a analisar, a partir das cartas trocadas entre Luís da Câmara Cascudo² (1898-1986) e Josué de Castro³ (1908-1973), a formação epistemológica de um campo de estudo acerca da alimentação, durante a primeira metade do século XX. Nesta época, esses dois intelectuais procuravam discutir um sentimento de causas sociais, políticas e culturais que permitiam ao indivíduo construir uma visão crítica em torno do meio social brasileiro, naquilo que podemos chamar de um Pensamento Social Brasileiro, segundo Tito Tolentino (2019). Assim sendo, percebemos em Câmara Cascudo a elaboração de um pensamento pautado nas características culturais, com foco na representatividade cultural alimentícia da

SUMÁRIO

- 1 Este texto é fruto de um tópico do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do autor José Walber Vieira de Oliveira, intitulado: "A viagem começou": Luís da Câmara Cascudo e a construção de uma cultura popular alimentícia a partir de sua viagem à África (1928-1967), apresentado ao Curso de História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto, em novembro de 2023.
- 2 Luís da Câmara Cascudo viveu quase toda a sua vida no Rio Grande do Norte, sendo considerado um dos mais respeitados pesquisadores do folclore e da etnografia no Brasil. Cascudo antes de morrer deixou um importante e extenso legado intelectual em torno do folclore e da cultura dita popular, somando um total de 150 livros, 300 artigos e 1.500 cartas.
- 3 O intelectual Josué Apolônio de Castro, nasceu no Recife, se formou em medicina na Faculdade do Rio de Janeiro em 1929, ficando internacionalmente conhecido pelos seus estudos sobre a fome. Ao longo da luta em torno do espectro da fome, atuou como professor e lecionou na Faculdade de Medicina do Recife, Universidade do Distrito Federal e Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de outras instituições internacionais.

sociedade brasileira, isto é, em torno das inquietações alimentares nacionais: a comida. Enquanto isso, Josué de Castro fundamentava seu pensamento nas questões sociopolíticas, especialmente no que a sociedade deixava de comer, o que se configurou no espectro da fome.

Neste sentido, apresentamos ao longo desta discussão a rede de comunicação construída entre dois intelectuais: Câmara Cascudo e Josué de Castro presente nas suas correspondências que se encontram disponíveis para pesquisa no LUDOVICUS - Instituto Câmara Cascudo, na cidade do Natal, estado do Rio Grande do Norte; e no Acervo Josué de Castro, vinculado a FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco, na cidade do Recife, em Pernambuco. Entre esses escritos se destaca o pensamento social desses intelectuais circulando no campo da história cultural, especialmente em torno de um diálogo que diz respeito a questões como a fome e a alimentação.

Nesse contexto, partimos da perspectiva histórica da escrita de si, para mostrar a relação acadêmica e pessoal presentes nas cartas trocadas entre Câmara Cascudo e Josué de Castro. De acordo com Michel Foucault (2000), é oportuno pensar a partir dessa confluência o conceito de escrita de si, que consiste em uma relação do sujeito consigo mesmo ou com outro indivíduo, refletindo e traçando limites para si próprio. Além disso, Angela de Castro Gomes (2004), aponta que a escrita de si tem uma grande particularidade metodológica com a qual estamos propondo nesta pesquisa:

A escrita epistolar é uma das modalidades de escrita de si que mais tem sido utilizada pelos historiadores tanto como fonte, quanto como objeto de estudo. [...] A escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. (GOMES, 2004, p. 19).

Analisar escritos como cartas ou correspondências é expressar uma forma emblemática de estudo, por se constituir sobre muitas particularidades em torno do lugar social de fala do indivíduo, que neste

momento aparece como um sujeito de pesquisa. Outro aspecto semelhante é que fazer história intelectual a partir de documentos particulares significa trabalhar com um mecanismo amplamente utilizado para a construção de ideias pessoais, visando até mesmo questões pessoais e cotidianas. Sendo esta uma das características que faz do diálogo epistolar um lugar de sociabilidade para aproximar pessoas e somar ou trocar informações (GOMES, 2004). A título de exemplo da subjetividade que estamos falando, a partir da ideia de uma escrita de si, citamos trechos de cartas que apresentam o tratamento entre os intelectuais:

Imagine também, Josué de Jericó, que eu estou me arriscando a ir-me avistar com você aí no Rio. Você não, eu vou... Fui convidado pelo Liceu Literário Português para fazer falação na inauguração da nova sede, aí na rua senador Dantas. E aceitei. Vão para lá e volto. Uns 10 a 12 dias cariocas. O bastante para comermos juntos e conversarmos (CASCUDO, 1937d).

Meu caro Cascudo [...]. Muito grato, pois, pelo interesse revelado e pelo tempo dedicado em comentar as ideias do seu amigo. Estou precisando de uma longa conversa com você para atualizar o desejo de saber uma porção de coisas de sua vida, de seus projetos e desse Nordeste que nunca se cansa de me deduzir. Quando o teremos por aqui? (CASTRO, 1942a).

Na tentativa de manter uma relação mais próxima e uma rede de comunicação, o diálogo entre esses intelectuais se consolidou em uma questão específica: a alimentação. Percebemos isso, quando Cascudo procurou Castro, a partir da década de 1930, cujo objetivo era articular ideias para um estudo que abordasse a origem da culinária brasileira, vista à luz de um pensamento social. A intenção entre os autores era escrever um livro que contextualiza se, em um amplo sentido, a alimentação brasileira pelo viés da sua origem e dos aspectos que compõem a cultura alimentar.

Essa troca de informações para realização de uma pesquisa apareceu em uma correspondência de 19 de setembro de 1937, quando Cascudo escreveu anunciando o início de uma investigação sobre a alimentação e expressou o que faria com as informações coletadas, caso a encontrasse:

SUMÁRIO

Vou catar os tabús alimentícios e mandarei os resultados da caçada. Eu até pensava em escrever um artigo sobre a COSINHA BRASILEIRA, dando as linhas gerais da alimentação pelas regiões, extremo norte, nordeste, Rio, S. Paulo - Minas, centro e sul, características, pratos velhos, etc. Apenas um artigo de informação de bloco. Mas estou preguiçando e nem sei que a coisa nascerá. Em qualquer caso as notas são suas, meu doutor, avisando-me que as quer (CASCUDO, 1937c).

Ao fazer os primeiros apontamentos da coleta de informações no âmbito alimentar, Cascudo propôs uma análise acerca dos tabus alimentícios, com pretensão de encaminhar as informações coletadas para Castro que, naquele momento, encontrava-se em processo de conclusão da sua obra: *Fisiologia dos Tabus* (1938). Segundo Adriana Leme (2019, p. 169), o interesse de Cascudo ao estudar a alimentação consistia na veemência em “[...] mapear, a partir da psicanálise freudiana, alguns tabus alimentares nacionais”, que serviria como informações e contribuições para a finalização da obra de Castro, *Fisiologia dos Tabus*.

Uns meses depois que Cascudo escreveu para Castro, afirmando que iria investigar elementos sobre os tabus alimentares, ele recebeu, no dia 30 de outubro de 1937, notícias de que o livro *Fisiologia dos Tabus* já estava pronto e que em breve lhe seria enviado uma cópia para ser lido e, possivelmente, emitir suas impressões de leitura:

Qualquer dia desse lhe mandarei datilografo um ensaio meu sobre “Fisiologia dos tabus” que acabo de escrever nesses 4 dias se convalescença. Justa razão para que seja coisa fraca, alimentada com caldo ralo de galinha. Mas gostaria que você passe os olhos na historiada. Tem um apêndice contendo alguns tabus alimentares brasileiros (CASTRO, 1937a).

Dias depois do recebimento da carta de 19 de setembro de 1937, Castro escreveu para Cascudo, no dia 30 de outubro de 1937, a seguinte resposta:

SUMÁRIO

Sobre o assunto da alimentação, já que você tem tanto material e tanto gosto pela coisa e já pensou mesmo em escrevermos um ensaio, em lugar de lhe roubar de vez suas notas, eu lhe proporia, se não fosse exigir ainda mais e mais absurdamente, que fizéssemos um estudo em colaboração. Com meditações suas e estragados comentários meus de biologia e de etnologia... Se aceita, combinaremos de vagar como fazemos as coisas. O estudo poderia se chamar 'Pequena história da cozinha brasileira' (CASTRO, 1937b).

Diante do que aparece na correspondência, compreende-se que Castro reconheceu o interesse e mencionou a longevidade do material coletado por Cascudo durante anos de investigação sobre o assunto da alimentação. Um aspecto importante se refere ao fato de Castro perguntar a Cascudo se ele já havia pensado em escrever um ensaio e, conforme esta pergunta, entende-se que foi feito um convite a Câmara Cascudo. Diante da correspondência, Castro sugeriu ainda fazer uma divisão em partes, de modo que cada autor ficaria encarregado por uma temática específica para o estudo. De acordo com o que foi proposto por este intelectual, ele ficaria responsável pelos comentários em torno do campo biológico e etnográfico, enquanto Cascudo assumiria a parte das meditações sobre a cozinha brasileira. Mesmo assim, em nenhum momento da correspondência, foi destacado quais seriam os métodos ou a área de estudo destinada a Cascudo para a realização da pesquisa.

Dois meses após Castro fazer o convite, eles voltaram a trocar informações. Desta vez, Cascudo apresentou de forma mais consolidada ideias que materializavam uma estrutura de pesquisa (livro), apresentando o seu interesse pela cozinha brasileira e pelas influências culturais dos povos indígenas, africanos e portugueses. De acordo com Adriana Leme (2019), realmente existiu entre os dois intelectuais a ideia de escreverem um livro juntos. No entanto, a ideia parece ter se desenvolvido somente em cartas entre eles. E possivelmente algumas cartas que poderiam subsidiar melhores informações sobre esse projeto foram perdidas com o passar do tempo, uma vez que não estão preservadas nos acervos.

SUMÁRIO

Tratando da já referida correspondência, que data 19 de dezembro de 1937, Cascudo mencionou um projeto de estudos definido:

Seu esquema é ótimo e eu o adoto com todas as letras. Digo por que. Os títulos servirão para capítulos gerais e os detalhes serão divididos em secções, na forma abecedária. Assim, salvo melhor juízo ou veto de sua parte, separamos a coisa na lei de Salomão. Metade para lá e metade para cá. Dos seis capítulos você fará os: - A cozinha na história de um povo seu valor como traço de cultura. (2) Análise biológica da cozinha brasileira e (3), optará entre formação da cozinha brasileira e sua evolução e as influências culturais - branca, negra e índia. Estes temas pedem bibliografia, especialmente o primeiro e o segundo desta lista, que eu não disponho, etc. pour cause... (CASCUDO, 1937d).

Conforme o exposto acima, subentende-se que o plano para a escrita de um livro entre Cascudo e Castro estava bem sistematizado. Já se falava na quantidade de capítulos e da imaginável divisão de partes, sendo proposto os assuntos que ficariam sob a responsabilidade de Castro. Por outro lado, não conseguimos identificar quais capítulos ficariam a cargo de Cascudo. É válido ressaltar que Cascudo percebia em Castro uma figura prestimosa para tratar desses assuntos, tendo em vista sua vasta bibliografia acerca da temática. O motivo pelo qual Cascudo disse não se sentir apto para estudar os dois primeiros capítulos do livro que escreveria juntamente com Castro é simples de entender, como podemos observar nas palavras de Adriana Leme:

Nessa época Castro já havia se consagrado como figura de destaque nos estudos fisiológicos, então seria ele o responsável por aplicar esse conhecimento no trabalho a quatro mãos. Mas os outros temas estão amplamente cobertos no que se tornaria a *História da Alimentação no Brasil*, em especial o último item (2019, p. 170).

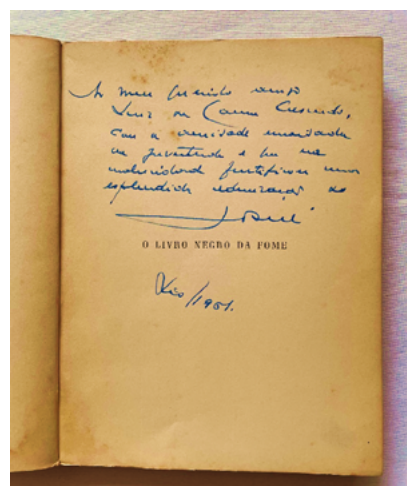
Podemos destacar que o estudo somaria duas áreas de pesquisa distintas, as quais estavam vinculadas às perspectivas de formação e pesquisa dos autores. Mesmo não sabendo os caminhos tomados por Cascudo para chegar ao seu objeto de estudo,

SUMÁRIO

entendemos que ele tenha se encarregado de estudar a alimentação através de um olhar etnográfico da pesquisa. Por sua vez, por ser médico nutrólogo, Castro ficaria responsável por discutir assuntos ligados à formação biológica da cozinha brasileira e seus aspectos sociais, sobretudo, com um olhar voltado ao espectro da fome, no que diz respeito aos problemas da nutrição. Enquanto um ambicionava estudar a alimentação, o outro cobiçava estudar a fome.

Mesmo com as diferenças teórico-metodológicas e temáticas no interior desse campo de estudos, é preciso considerar o quão próximos esses intelectuais foram. Segundo Leme (2019, p. 159), "Apesar das nítidas diferenças de suas bases de estudo, os dois aparentemente mantiveram contato maior do que suas obras nos mostram". Detalhes do que estamos tratando, pode ser encontrado em muitas obras que Josué de Castro enviou para Câmara Cascudo, como foi o caso da sua dedicatória no *Livro Negro da Fome* (1960).

Figura 1 – Dedicatória de Josué de Castro para Câmara Cascudo⁴



Fonte: Acervo Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo (2023).

4

A dedicatória que Josué de Castro fez para a Câmara Cascudo no *Livro Negro da Fome* (1960), diz o seguinte: "Ao meu querido amigo Luís da Câmara Cascudo, com a amizade enraizada na juventude e que na maturidade frutificou uma esplêndida admiração do Josué".

De acordo com o exposto, a relação íntima entre Cascudo e Castro demonstra um sentimento de confiança e fidelidade entre os pesquisadores.

Aí tem você meu destino melancólico. Como vai está dirigindo para a GLOBO. A GLOBO jogou no grupo 2 e acertou no grupo 2. Você é um elemento raro para estar articulado com os animais mais representativos de todas as tendências. Tem um amigo fiel em toda a parte. Você é uma denúncia clara de boa conduta espiritual (CASCUDO, 1937a).

Meu caro Luiz da Câmara Cascudo. A crença que tenho ainda prisioneira dentro de mim despertou um desses dias e eu acordei coberto de catapora. A coisa pegou-me forte, jogou-me na cama, esquentou-me o corpo, fez o diabo com esse menino velho, que você conhece e de quem está meio sentido no momento. Ora você sabe, que com medo de lhe mandar catapora; em lugar da errata não lhe escrevi nada (CASTRO, 1937a).

Além dessa relação interpessoal, é importante salientarmos que os problemas de pesquisa desses intelectuais devem ser levados em consideração, pois tanto a alimentação quanto o espectro da fome tiveram uma trajetória cultural, social e histórica. Tanto a fome quanto a alimentação não são produtos recentes na história do Brasil e, em termos de pesquisa, os primeiros estudos sobre o tema remontam à primeira metade do século XX.

Tendo ciência da relação pessoal e acadêmica entre Cascudo e Castro, sabemos que seus diálogos perpassaram fronteiras para além do que está sendo discutido nesta narrativa. No entanto, não sabemos o que mais foi debatido entre eles devido a degradação de grande parte das correspondências que foram perdidas ao longo do tempo. Também não sabemos o que foi tratado entre eles durante os encontros pessoais. Mesmo distantes um do outro em uma questão espacial, esses intelectuais se encontraram no mínimo duas vezes, segundo consta as correspondências analisadas. Ainda na carta de

19 de dezembro (1937d), citada anteriormente, Cascudo também falou de uma visita que faria ao Rio de Janeiro, na qual aproveitaria para conversar com Castro. Vestígios do outro encontro aparece em uma carta que Castro enviou a Cascudo em 19 de julho de 1939, quando ele relatou:

Meu caro Cascudo. Lhe escrevo deste velho São Luiz, brilhante de passado e de azulejo. Devo tocar no seu Natal um destes dias ainda esse ano e espero conversar com você debaixo de qualquer cajueiro que você cravejou para ouvir nossos idílios. [...] Até um dia desses, Luís da Câmara Cascudo. Ass: Josué de Castro (CASTRO, 1939a).

Pelo contexto da correspondência, entende que, durante uma viagem a São Luís, no estado do Maranhão, Castro passou pelo Rio Grande do Norte. A veracidade dessa visita é esclarecida pelo próprio Cascudo, quando escreveu a punho com caneta azul no final da referida carta, a seguinte frase: "Passou por Natal a 23/08/1939, entre 09 e 16 horas" (CASCUDO, 1939).

Não se sabe o que foi conversado nesse encontro, mas, pelo teor das correspondências analisadas, o foco desses intelectuais pode ter sido o desenvolvimento de uma pesquisa conjunta ou a partilha de ideias e interesses comuns. Por conta disso, supomos que, durante o momento, pautas foram abordadas em torno da alimentação e da fome, uma vez que, naquela época, os planos para a escrita de um livro permaneciam vivos.

Outro detalhe interessante entre esses intelectuais é que, nos documentos localizados, eles se corresponderam em um curto intervalo de tempo. Em se tratando da periodização dessas cartas, ao todo, tivemos acesso a quatorze correspondências, seis de Castro e oito de Cascudo. Entre elas, apenas cinco que fogem da década de 1930. Sendo que duas estão datadas dos anos 1940 e as outras três ao longo dos anos de 1960. Posto isso, logo se nota que essa rede de comunicação teve maior destaque durante esse período mais

curto de 1937 a 1939, porque foi o momento em que ambos estavam contextualizando a temática sobre a fome e a alimentação e, juntos, estavam materializando ideias para a escrita do livro.

Durante a década de 1940, os intelectuais já estavam convictos de que o projeto para a escrita do livro não prosseguiria mais. O motivo pelo qual eles desistiram não é sabido. Em todas as correspondências analisadas, as causas da desistência não foram registradas. Todavia, o único relato por parte de Castro sobre o abandono da escrita do livro aparece de forma superficial, em 1946, quando ele mencionou o nome de Câmara Cascudo nos agradecimentos de uma das suas obras clássicas da literatura brasileira, *Geografia da Fome* (1946). Na menção, o autor fortaleceu sua conexão com Cascudo, mas deixou claro que, diante de tantas colaborações recebidas, os acasos da vida não permitiram realizarem o projeto que traria uma história para a cozinha brasileira:

A Luiz da Câmara Cascudo pelas sugestões que dele recebemos em saborosas conversas ou através de cartas mandadas do Nordeste, tratando principalmente de um projeto que os acasos da vida não nos permitiram realizar, o de escrevermos em colaboração uma história da cozinha brasileira (CASTRO, 1984 [1946], p. 44).

Após esta menção, sete anos depois, em 1953, Cascudo esclareceu em uma entrevista concedida ao *Jornal Manchete* do Rio de Janeiro, a divergência com Castro e seu campo de pesquisa. Além disso, ele mostrou seu interesse pela história da alimentação e tratou do seu plano para a escrita do livro, destacando que eles pretendiam abordar o mesmo assunto, a alimentação, mas a partir de duas vertentes distintas: um discutiria o viés da comida e outro da fome. Enquanto isso, Cascudo esclareceu que:

Em 1940 me apaixonei pela alimentação. Não estava pensando em hidratos de carbono ou proteínas. Queria era uma história da comida. Tentei seduzir Josué de Castro para escrevermos juntos a história da cozinha brasileira.

Mas ele estava mais preocupado com que o homem deixava de comer, com a fome. Mesmo assim continuei com uma teima de jumento jagunço pesquisando (CASCUDO, 1953, p. 5).

Mais tarde, em 1967, no prefácio da sua obra *História da Alimentação no Brasil*, Cascudo reforçou o que foi dito em 1953, expondo novamente sua tentativa para a realização da pesquisa conjunta com Castro:

Andei uma temporada tentando Josué de Castro, em conversa e carta, para um volume comum e bilíngue. Ele no idioma da nutrição e eu na fala etnográfica. O anjo da guarda de Josué afastou-o da tentação diabólica. Não daria certo. Josué pesquisava a fome e eu a comida. Interessavam-lhe os carecentes e eu os alimentados, motivos que *hurlaient de se trouver ensemble* (CASCUDO, 2011 [1967], p. 6).

A medida em que as correspondências eram trocadas, o diálogo se revigorava entre os autores, inclusive com uma proposta de um livro conjunto que não aconteceu, e novas ideias eram construídas em torno de um objetivo. Este objetivo estava associado ao movimento que esses intelectuais faziam parte, após a primeira metade do século XX, quando se mostravam preocupados em entender o que era o Brasil e como essa nação estava sendo formada. Destarte, sujeitos como Câmara Cascudo e Josué de Castro se destacaram por estarem interessados em convencionar uma ideia de nação através dos elementos nacionais. Deste modo, a fome e a alimentação eram aspectos que, na época, clamavam por uma abordagem bibliográfica devido os seus subsídios estarem crescendo no meio social. Com isso, apareceram Cascudo e Castro preocupados com tais elementos, surgindo posteriormente a ideia de um livro de autoria conjunta.

SUMÁRIO

Mesmo a ideia parando no ângulo morto da pesquisa⁵, eles não perderam o fôlego pelas investigações e logo depois, em 1946, Castro publicou seu livro clássico *Geografia da Fome*, trazendo parte da discussão que apareceu em correspondências com Cascudo. Mais tarde, em 1967, este último intelectual lançou sua *História da Alimentação no Brasil*, que também apresentou vários aspectos dos quais eram tratados no diálogo travado com Castro, ou seja, o que juntos não puderam colocar em prática foi posto de forma individual.

Segundo Adriana Leme, (2019, p. 174) “[...] a construção do pensamento de um autor não é linear e nem estagnada, ela recebe múltiplas influências e se insere em diferentes diálogos”. Isso justifica as múltiplas influências que Cascudo recebeu de Castro e que Castro recebeu de Cascudo para a escrita de seus livros. Mesmo que não tenham seguido a ideia de escrita conjunta, através do diálogo travado entre os dois, ocorreram trocas intelectuais entre eles. Apesar de sua pesquisa só se concretizar quase vinte anos depois que Castro publicou *Geografia da Fome*, Cascudo continuou conversando com o amigo e parceiro intelectual, pelo menos até a década de 1960. Manteve-se durante todo esse tempo como um colecionador de informações sobre a cultura alimentícia, que foram compiladas até 1962, quando ele recebeu de Assis Chateaubriand⁶ (1892-1968), um convite para pesquisar as raízes da alimentação brasileira. Como fruto dessa investigação, ele escreveu sua monumental obra *História da Alimentação no Brasil*, publicada em 1967.

5 Por muito tempo a história cultural ficou esquecida no campo da história abandonada, por ser considerada irrelevante para muitos cientistas sociais, devido o assunto não ser enxergado com tanta importância, como era o caso de outros problemas de pesquisas, que buscavam discutir uma história voltada para o campo político ou econômico, deixando a história cultural sobre o ângulo morto da pesquisa (SIRINELLI, 2003).

6 Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, foi um Paraibano, jornalista, advogado, professor, político, empresário e mecenas. Dono dos “Diários Associados”, a maior rede de comunicação do país, entre as décadas de 1930 e 1960 e fundador do Museu de Arte de São Paulo (MASP).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi: **Revista de História**. Rio de Janeiro: Letras, n.1, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. [Carta] 01 de setembro de 1937a [para] Josué de Castro. Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, acervo Josué de Castro, pasta 85.

CASCUDO, Luís da Câmara. [Carta] 19 de dezembro de 1937d [para] Josué de Castro. Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, acervo Josué de Castro, pasta 85.

CASCUDO, Luís da Câmara. [Carta] 19 de setembro de 1937c [para] Josué de Castro. Rio de Janeiro. Fundação Joaquim Nabuco, acervo Josué de Castro, pasta 85.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Passou em Natal**. Natal – RN. Instituto Câmara Cascudo, 23 de agosto de 1939.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Quando eu nasci o Brasil estava à beira do abismo**. Manchete: Rio de Janeiro, 1953.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Global, 2011 [1967].

CASTRO, Josué de. [Carta] 1937a [para] Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro. Instituto Câmara Cascudo.

CASTRO, Josué de. [Carta] 30 de outubro de 1937b [para] Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro. Instituto Câmara Cascudo.

CASTRO, Josué de. [Carta] 19 de julho de 1939a [para] Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro. Instituto Câmara Cascudo.

CASTRO, Josué de. [Carta] 28 de junho de 1942a [para] Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro. Instituto Câmara Cascudo.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome (dilema brasileiro: pão ou aço). — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984 [1946].

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: **O que é um autor?** 4 Ed. Lisboa: Vega, 2000.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora – FGV, 2004.

LEME, Adriana. Câmara Cascudo e Josué de Castro: um diálogo sobre a epistemologia da alimentação. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 10, nº. 22. São Paulo, dezembro. de 2019.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TITO TOLENTINO, Thiago Lenine. Pensamento Social Brasileiro em perspectiva: história, teoria e crítica. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 31, p. 338–379, 2019. DOI: 10.15848/hh.v12i31.1483. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1483>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SUMÁRIO



16

*Julia Ribeiro Ferreira
Bruno de Oliveira Ribeiro*

O RECONHECIMENTO FACIAL NO BRASIL:

PROJETOS DE LEI, REGULAÇÃO SOCIAL
E O RACISMO BRASILEIRO (2018-2023)

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.16

INTRODUÇÃO

A tecnologia digital associada à ascensão da inteligência artificial instituiu um fenômeno de mecanização de decisões em geral. Em virtude do seu constante aperfeiçoamento, essa técnica passou a ser implementada nos espaços públicos com o intuito de aumentar o controle social, vigiar a população e, assim, promover segurança pública, combatendo a criminalidade através de softwares de reconhecimento facial.

Entretanto, apesar dessa tese disseminada entre os entes estaduais federativos do Brasil justificar a prática, além de não regulamentada, não é fiscalizada por órgãos externos (SANTANA; RIBEIRO, 2019, p. 17). Isto é, não há qualquer estudo prévio ou legislação apropriada que coordene ou limite sua utilização.

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), os dados biométricos são considerados dados pessoais sensíveis, sendo qualificados como dados sensíveis: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (BRASIL, 2020), os quais, legalmente, exigem autorização prévia de seu titular ou responsável. Todavia, de maneira majoritária, os sistemas de reconhecimento facial não atendem às exigências legais previstas, seja na LGPD ou na Constituição Federal.

O exemplo acima demonstra que há controvérsias sobre a legalidade e a legitimidade do uso desse tipo de tecnologia para fins específicos na sociedade e na legislação brasileira atual, ainda que demonstre ser um mecanismo com alto potencial de violação de direitos fundamentais que, além disso, não possui regulamentação própria e, eis a problemática de pesquisa.

Assim, pouco se fala a respeito dos riscos que seu uso ocasiona no tocante a infração aos direitos fundamentais à privacidade, à liberdade de expressão, à proteção de dados, sem adentrar ainda para as violações derivadas do poder incriminador do Estado, qual seja, a liberdade de ir e vir, quando a tecnologia se mostra falha e imprecisa, geralmente com indivíduos de classe, gênero e raça específicos, influenciada pelo *“cross racial effect”*, conforme mostram estudos (CNJ, 2021).

Em outros termos, o instrumento de reconhecimento facial opera sem que haja permissões prévias e adequadas ao cidadão objeto de monitoramento. Desta forma, apesar de considerado pelo Estado como uma possibilidade de solução importante para vários problemas de segurança pública, também dialoga com o racismo cultural brasileiro, de modo a reificar comportamentos institucionais de reprodução de desigualdades e diferenças históricas, reforçando a essencialização de sujeitos criminosos.

Portanto, o presente trabalho, o qual consiste em um projeto de pesquisa de iniciação científica em andamento, pretende avaliar os Projetos de Lei (PL) protocolados no Congresso Nacional a partir das experiências de alguns estados e municípios, averiguando quais as preocupações dos legisladores, de um lado e, por outro, as problemáticas derivadas da implementação do reconhecimento facial em algumas localidades.

Diante disso, por meio da abordagem qualitativa de pesquisa (GIL, 2002), pretende-se observar e interpretar os PL apresentados no Congresso Nacional até o ano de 2023, com o objetivo de averiguar a situação regulatória – ou a falta desta – da utilização do reconhecimento facial para a promoção de segurança pública, e com isso, averiguar os possíveis riscos de sua instauração, como o impacto negativo em grupos subalternizados, mormente em grupos racializados, e a restrição de direitos fundamentais.

Recorre-se neste projeto a análise documental de pesquisa (GIL, 2002) para levantamento de material referencial sobre o mesmo. Assim dizendo, os dados utilizados, seja de natureza direta, enquanto Leis, PL ou Portarias, ou de natureza indireta, como relatórios, livros, artigos etc., serão abordados a fim de demonstrar o que se fala sobre o assunto no ordenamento jurídico nacional.

Perante o exposto e em face de um dispositivo de controle disciplinar, o reconhecimento facial serve-se de algoritmos envoltos de falsa neutralidade para legalizar o racismo que guia a justiça criminal há décadas. Desta forma, apesar de propostos PL no Congresso Nacional que visem regulamentar a prática, as patentes violações a direitos fundamentais e os impactos negativos quanto a grupos subalternizados - no caso deste trabalho, o agrupamento racial - não se demonstram objetos consideráveis a serem abordados por seus respectivos legisladores, de forma que a implementação da tecnologia e sua real eficiência ainda se mostra uma incógnita ao cidadão brasileiro.

RACISMO E CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

De acordo com Pablo Nunes (2019, p. 68-69), a partir do monitoramento de casos de prisão nos estados da Bahia, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e da Paraíba, em se tratando daqueles que havia informações sobre raça e cor, 90,5% das pessoas eram negras e 9,5% eram brancas, em uma incontestável seletividade penal, bem presente em várias estatísticas prisionais brasileiras.

Neste viés, expõe-se que o respectivo dispositivo consiste num mecanismo de vigilância, cujo alvo principal, tem sido materializado pela população negra, considerando-a como suspeita desde o momento que identificada pelo Estado, vez que o algoritmo pelo o qual é desenvolvido, nada mais representa do que uma reafirmação do racismo cultural na sociedade, divergindo-se de seu intuito de

assegurar segurança e, somente, normatizando a repressão de grupos já amplamente atingidos por uma política de encarceramento em massa, onde a renderização voluntária tem se tornado um fato inescapável (ZUBOFF, 2021, p. 307).

Nesse sentido, a ideia de racialização é uma importante ferramenta para entrelaçarmos a tecnologia e o Direito e, portanto, entendemos as racializações:

(...) como discursos da modernidade e extensivos às práticas cotidianas e institucionais da vida social, cujo papel é enclausurar, construir, reafirmar e rememorar as diferenças e representações raciais, fortemente constituídas não só de uma base biológica, mas também religiosa e cultural (...) Como processo e como efeito, as racializações não se referem somente a sujeitos e menos ainda a características fenotípicas. Como discurso, refere-se, também, aos meios pelos quais se conhece a realidade por seu conjunto de representações e práticas que permitem a existência e a reprodução do social (RIBEIRO, 2022, p. 148-149).

O racismo cultural brasileiro contemporâneo não se reduz a linguagem jurídica do Estado e está presente em práticas, valores e preconceitos cotidianos. Os dados apresentados no uso da tecnologia de reconhecimento facial são representativos dessa característica do racismo brasileiro, logo, parte dos objetivos desse trabalho é, neste respectivo momento, averiguar se há uma sensibilidade sobre essa temática nos PL apresentados.

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi realizada através de pesquisa qualitativa, a qual é definida como uma sequência de atividades que envolve a redução e categorização dos dados, a fim de, mais adiante, interpretá-los (GIL, 2002, p. 133). No caso deste trabalho, a pesquisa de caráter exploratório, reunindo os PL a serem detalhados adiante e outras informações pertinentes, possibilitou a interpretação destes materiais, avaliando-os quanto aos aspectos da regulamentação no ordenamento jurídico nacional e os riscos da tecnologia e seus impactos, especialmente, quanto aos grupos subalternizados.

SUMÁRIO

O denominado “capitalismo da vigilância”, conceituado como uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e venda de comportamento (ZUBOFF, 2021, p. 22), demonstra-se um mecanismo que automatiza não somente as informações digitais, mas os próprios usuários em si, moldando o comportamento humano na técnica de previsão de comportamento ou de mecanização de escolha em prol de terceiros, os quais geralmente são grandes empresas do mercado. Isto é, o capitalismo da vigilância não se sustenta apenas na extração de dados dos usuários, mas em todo o seu comportamento humano, seja dentro ou fora da tela e, nesse caso, utilizado pelo Estado.

Sob tal perspectiva, a inteligência artificial e o seu sobressalto como inovação tecnológica resultou na utilização disseminada deste instrumento nos mais diversos âmbitos, ocorrendo, por conseguinte, o mesmo nos estados brasileiros por intermédio da técnica de reconhecimento facial para fins de segurança pública e discurso de combate à criminalidade.

Dessa forma, o reconhecimento facial consiste numa técnica de identificação biométrica, assim como a impressão digital, em que um software mapeia os pontos nodais e, através de algoritmos, compara-os a uma imagem digital, reconhecendo ou até mesmo negando sua identidade (MAGNO; BEZERRA, 2020, p. 46).

A aplicação de tecnologias de reconhecimento facial ambiciona combater a criminalidade, localizando foragidos e procurados da Justiça por um banco unificado de dados, o denominado Banco Nacional de Dados de Mandados de Prisão, empregado por cerca de vinte estados brasileiros¹. O processo de identificação envolve três etapas básicas: detecção de rosto, captura de rosto e correspondência de rosto com um banco de dados (NUNES, 2023, p. 6).

É neste viés que se acentua, na verdade, a vigilância, diante de uma população globalizada, apenas adquire uma nova estrutura e se adequa às instituições sociais de acordo com os mecanismos componentes da era da informação. Deste modo, atualmente, os sistemas de controle e de poder se institucionalizam, se consolidando para fins de governança

Assim dizendo, a tecnologia não apresenta eficácia absoluta no reconhecimento de pessoas negras de pele mais escura, principalmente mulheres, possibilitando que populações socialmente vulneráveis estejam sujeitas à automatização de constrangimentos e violências maiores do que outros segmentos populacionais (MAGNO; BEZERRA, 2020, p. 46), nesse exemplo, não tem por que não chamarmos de casos de racismo.

Neste aspecto, a política de vigilância, a partir da utilização de tecnologias de reconhecimento facial em espaços públicos empregada pelos entes estaduais federativos brasileiros, evidentemente, revela-se como um instrumento de vigilância e controle, se tornando uma ameaça maior para as populações já subalternizadas socialmente, ao passo que não há neutralidade nesses tipos de produções tecnológicas, conforme dados expostos.

Apesar disso, no Brasil, os projetos que utilizam dispositivos de reconhecimento facial na área de segurança pública são inúmeros. Entretanto, a sua massiva distribuição nos estados brasileiros não se fundamenta em estatísticas de percentual de criminalidade ou de concentração populacional, por exemplo, mas, tão somente, na busca por maior segurança pública.

Segundo o levantamento realizado pela pesquisa do Panóptico do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), Goiás é o estado com maior número de projetos, com 45 iniciativas, seguido pelo Amazonas, com 21 projetos, Paraná com 14 e São Paulo com 12 (MELLO, 2023).

A título de exemplo, o estado de Goiás desenvolveu e implementou a tecnologia por meio do Projeto Harpia, o qual opera através do “cruzamento das imagens coletadas pelas câmeras com um banco de dados, com a promessa de auxiliar na identificação de suspeitos e coibir a prática de crimes” (NUNES, 2023, p. 12).

Todavia, cita-se que as informações de origem e de tratamento destes dados personalíssimos não são divulgadas, sob a irônica premissa de que esta explicitação colocaria em risco os cidadãos. O que se observa é que apesar de não existir uma legislação formulada sobre o uso do reconhecimento facial, este fato não impede a sua utilização.

À vista disso, dado a ausência de regulação, os pressupostos específicos que levam a tecnologia ou máquina àquele resultado ou as razões reais de seu uso não são discutidas e explicadas ao cidadão brasileiro, não dispondo dos princípios que deveriam nortear sua aplicação, como transparência, justiça e não discriminação. Assim, a atividade estatal exerce-se sem que se mostre preciso a prestação de contas aos cidadãos sobre seus direitos, não sendo possível identificar quais os seus riscos e quais os índices de sua eficiência.

Segundo Carolina Reis, Eduarda Costa, Fernando Fellows e Felipe Rocha, no Relatório sobre o Uso de Tecnologias de Reconhecimento Facial e Câmeras de Vigilância pela Administração Pública no Brasil (2021, p. 19):

(...) Na Administração Pública, a lei é o limite do que é permitido fazer, desde que esta esteja de acordo com legislações anteriores e o próprio ordenamento jurídico. Não havendo autorização legal expressa, capaz de detalhar quais procedimentos de proteção de dados e segurança da informação o órgão utilizador deve adotar e que seja adequada aos princípios e normas precedentes, uma decisão que limita direitos, ainda mais de uma população considerável, como ocorre durante a adoção de reconhecimento facial, pode ser considerada ilegal.

SUMÁRIO

Logo, ainda que a Constituição Federal (BRASIL, [2016]) apresente no art. 144 que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” e que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabeleça regras para o tratamento de dados pessoais em seu art. 4º (BRASIL, [2020]), a avaliação dos PL que tramitam no Congresso Nacional é de significativa pertinência social, dado que somente a legislação existente não legitima os riscos e infrações a direitos fundamentais associados ao seu uso.

Ademais, a própria Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais expõe que o tratamento de dados pessoais, realizado para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, deverá ser regido por legislação específica, a qual deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal.

Portanto, a falta de especificidade na legislação nacional resulta em lacunas que permitem práticas questionáveis e arbitrárias no uso dessa tecnologia. A complexidade técnica e ética do reconhecimento facial exige abordagens mais minuciosas.

PROJETOS DE LEI E GRUPOS RACIALIZADOS

Diante da ausência de diretrizes específicas sobre a técnica de reconhecimento facial no Brasil que discipline o seu funcionamento, alguns PL foram propostos no Congresso Nacional com objetivo de regulamentar a prática, tendo em vista o crescente uso indiscriminado da tecnologia.

SUMÁRIO

Ao implementar as tecnologias de reconhecimento facial, é crucial considerar medidas para mitigar o viés algorítmico e garantir a equidade. Transparência, auditorias regulares e inclusão de diversas vozes no desenvolvimento dessas tecnologias são passos essenciais para evitar o agravamento das disparidades raciais. O PL deveria abordar não apenas a eficácia da tecnologia, mas também seus impactos sociais e éticos, buscando um equilíbrio entre a segurança pública e a proteção dos direitos individuais, especialmente para comunidades historicamente subalternizadas.

No presente projeto, se observa se nos PL apresentados no Congresso Nacional sobre o tema há algum tipo de preocupação legislativa quanto as violações aos direitos fundamentais e os impactos negativos em grupos subalternizados. Nesse capítulo, priorizamos uma descrição geral e sintética dos PL e as preocupações que cada um possui (ou não) quanto a população negra.

A iniciativa legislativa no país deu-se a partir do PL de n.º 9.736 de 2018, apresentado pelo Deputado Federal Júlio Lopes do PP/RJ, o qual pretende acrescentar dispositivo à Lei 7.210/84, a Lei de Execução Penal. O respectivo PL objetiva tornar obrigatória a identificação biométrica de custodiados pelo Estado pelo método de reconhecimento facial.

Todavia, ainda que a proposta se justifique pelo aumento da população carcerária no país e trate a respeito de uma tecnologia altamente invasiva, o mesmo não discorre sobre as possibilidades de discriminação ou de restrição de direitos, sequer se pronuncia quanto a análise de riscos e elaboração, por exemplo, de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, o qual é necessário para o manuseamento de dados sensíveis pessoais.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais classifica o relatório de impacto à proteção de dados pessoais da seguinte maneira: documentação do controlador que contém a descrição dos

processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco (BRASIL, 2020).

Isto é, o projeto versa que, diante da necessidade do aumento de segurança nos estabelecimentos penais, a identificação biométrica mostra-se uma solução eficiente, seguindo inclusive uma tendência mundial.

Dispõe o PL de n.º 9.736 de 2018 que:

A identificação criminal por reconhecimento facial já vem sendo adotada em outros países que passam por problemas em suas unidades prisionais e constitui-se em uma medida inovadora. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, vem sendo utilizada com sucesso até mesmo fora do sistema prisional, em aeroportos e outros locais públicos, para a rápida identificação de fugitivos ou pessoas com mandados de prisão pendentes de cumprimento (BRASIL, 2018).

Percebe-se que o PL não se manifesta de que forma seriam coletados e armazenados estes dados, nem mesmo demonstra a real necessidade do dispositivo de reconhecimento facial e eficiência.

Não demonstra ao menos a efetividade do sistema utilizado nos Estados Unidos da América, feito que justifica grande parte, senão somente, sua pretensão, o qual, cita-se, foi banido em algumas regiões justamente por se mostrar um risco às liberdades civis, conforme expõem notícias².

Após, propôs-se o PL de n.º 4.612 de 2019, apresentado pelo Deputado Federal Bibo Nunes do PSL/RS, o qual, inclusive foi

SUMÁRIO

SUMÁRIO

apensado ao PL de n.º 12/2015³. O respectivo PL “dispõe sobre o desenvolvimento, aplicação e uso de tecnologias de reconhecimento facial e emocional, bem como outras tecnologias digitais voltadas à identificação de indivíduos e à predição ou análise de comportamentos” (BRASIL, 2019).

Este respectivo Projeto, por sua vez, é mais abrangente, e expõe como alguns de seus pressupostos: o uso da tecnologia para fins benéficos e dentro de padrões razoáveis e aceitáveis, proibido o tratamento discriminatório; proibição do uso das tecnologias de que trata o art. 1º para estabelecimento de regime de contínua vigilância massiva; constante adaptação à evolução tecnológica etc. (BRASIL, 2019).

O PL versa sobre o uso e aplicação das tecnologias de reconhecimento facial, submetendo às regras estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, delegando funções para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD); preceitua sobre os direitos e obrigações dos desenvolvedores e usuários da tecnologia de reconhecimento facial; direitos dos cidadãos afetados, como por exemplo, informações claras e completas sobre o uso de seus dados pessoais e proibição de instrumentos, políticas e normas de contínua vigilância massiva; compartilhamento de dados para desenvolvimento, aplicação e uso das tecnologias digitais; da segurança e das boas práticas e; e discorre sobre o banco de dados.

Sua pretensão justifica-se em que “inúmeros são os benefícios para a sociedade” da utilização do reconhecimento facial, de modo que pode ser empregada de “movimentos do rosto em lugar de mouses ou controles de vídeo game até os códigos de segurança

3

Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências. (...) Fixa multa de até R\$ 10 milhões para quem usar de forma irregular os sistemas de reconhecimento biométrico. O objetivo do projeto é criar uma série de regras para usuários e administradores desses sistemas de biometria (BRASIL, 2015).

para acesso a sistemas fechados” (BRASIL, 2019), sendo estes os inúmeros benefícios citados.

O PL referido declara que é necessário criar um marco regulatório que garanta o uso legítimo da tecnologia, afinal, o desenvolvimento e uso da mesma demanda regulamentação para garantir proteção dos cidadãos contra atos de discriminação e deturpação de seus usos (BRASIL, 2019).

Em sequência, é proposto pelo Deputado Guiga Peixoto do PSC/SP, o PL de n.º 2.392 de 2022, dispondo sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial nos setores públicos e privados (BRASIL, 2022).

O PL determina que:

Dados biométricos oriundos de tecnologias de reconhecimento facial não poderão ser utilizados como forma de identificação sem realização prévia de relatório de impacto à privacidade de que trata a LGPD, o qual deverá estar disponível para fiscalização por parte do órgão competente pela proteção dos dados pessoais, demonstrando a sua necessidade e impossibilidade de utilização de outro tipo de identificação que não se utilize de dados biométricos (BRASIL, 2022).

Justifica-se o PL a partir da premissa de que o uso indiscriminado dessas tecnologias pode incorrer em abusos do ponto de vista dos consumidores, ou ainda mais graves, do ponto de vista dos cidadãos. Ademais, o mau uso desses dados, devido à comercialização indiscriminada dos mesmos ou, até mesmo, o vazamento dessas informações pode incorrer na prática de fraudes, estelionatos, roubo de identidades ou falsidades ideológicas das mais variadas (BRASIL, 2022).

O PL expõe que de acordo com pesquisa do MIT Media Lab, enquanto homens brancos são reconhecidos em até 99% dos casos

por alguns dos softwares comerciais, o erro na identificação de mulheres negras pode subir a 35%, percentual inaceitável (BRASIL, 2022).

Novamente, o PL se fundamenta internacionalmente, referindo-se a Prefeitura de São Francisco, Califórnia, nos Estados Unidos da América, quando o regulamento municipal vedou o uso do reconhecimento facial pelos órgãos de segurança, submetendo, inclusive, a aquisição de tecnologias de vigilância a uma série de comprovações prévias.

Deste modo, o PL se embasa em três pontos: proibição de comercialização dos dados de reconhecimento facial com terceiros, como forma de proteger o cidadão; a Administração tem que assegurar que todos são iguais perante a Lei em razão das altas taxas de erros para determinados grupos raciais e de gênero e; permissão para que o setor privado se utilize desse tipo de tecnologia, desde que reflita e analise cuidadosamente o assunto e documente a metodologia adotada e seu processo decisório (BRASIL, 2022). Determina também que toda empresa que utilizar da tecnologia, deverá documentar todo o seu processo e tratamento e guarda dos dados, a fim de torná-la mais segura.

O PL de n.º 3.069 de 2022 é proposto pelo Subtenente Gonzaga do PSD/MG, o qual regulamenta o uso do reconhecimento facial automatizado pelas forças de segurança pública em investigações criminais ou procedimentos administrativos (BRASIL, 2022).

Desta forma, o PL apresenta quando se empregará a tecnologia nestas duas vertentes. No âmbito da investigação criminal empregar-se-á o reconhecimento facial sempre que houver necessidade de se averiguar a identidade de autores, coautores, testemunhas e/ou vítimas relacionadas a algum fato criminoso. Já no âmbito de procedimentos administrativos e/ou cíveis, a tecnologia permite a busca de pessoas eventualmente desaparecidas, tais como crianças, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade, entre outros

(BRASIL, 2022). Esse PL também apresenta cinco conceitos para fins da respectiva Lei.

I - Reconhecimento Facial (RF): procedimento biométrico automatizado com fim de identificação humana, realizado a partir da captura de uma imagem facial; II - Identidade: conjunto de características físicas, funcionais e/ou psíquicas, inatas ou adquiridas, porém permanentes, que tornam uma pessoa diferente das demais e idêntica a si mesma; III - Identificação: processo de determinação da identidade de uma pessoa, comparando-se dados obtidos no presente com outros previamente armazenados em Bando de Dados; IV - Institutos de Identificação: órgãos públicos responsáveis pelo armazenamento de dados biométricos dos cidadãos brasileiros, e por suas identificações através de exames de biometria, no âmbito das polícias civis e federal brasileiras; V - Biometria: método para a determinação da identidade de uma pessoa com fundamento nas suas características biológicas (anatômicas, bioquímicas e fisiológicas) e/ou comportamentais (BRASIL, 2022).

Determina o PL que as forças policiais poderão se utilizar de equipamentos públicos instalados com esse fim específico, contudo, nos locais onde houver captura de imagem, devem ser fixadas placas visíveis informativas. Além disso, diligências policiais de restrição da liberdade de ir e vir só poderão ser efetuadas com a confirmação de Revisor e/ou Perito Papiloscopista especialista em Identificação Facial.

O PL se justifica a partir da premissa de que a tecnologia é inovadora e deve ser regulamentada para a sua melhor utilização. Ainda que a prática tenha sido afastada em alguns países, possivelmente, estas restrições decorrem do seu uso equivocado e não de sua ineficiência. Assegura o PL que a tecnologia de reconhecimento facial contribuirá para a redução dos índices de criminalidade no país, promovendo segurança e cidadania, auxiliando os Institutos de Identificação das Polícias Civis e Federal. Segundo esse PL,

SUMÁRIO

a identificação facial se desenvolve por meio de duas formas: comparação facial e reconhecimento facial.

Manifesta o PL que sistemas de reconhecimento facial vêm sendo implementados no mundo todo em diversos países e colecionam repercussões tanto positivas quanto negativas. Portanto, ressalva-se que o sistema é somente uma ferramenta à disposição do perito em identificação humana (BRASIL, 2022). Assim, a descrição e os conceitos apresentados pelo PL afastarão equívocos que prejudiquem a máquina.

A fim de assegurar a não violação de direitos fundamentais, o PL cogita a utilização de multibiometria, sendo o reconhecimento facial um filtro inicial, cujo resultado assertivo ficaria sujeito à confirmação multibiométrica (associação do reconhecimento facial com o exame papiloscópico), sendo tal atuação policial eficaz e segura.

O mais recente PL em trâmite é o Projeto de n.º 1.828 de 2023, apensado ao PL de n.º 5.662 de 2019⁴, proposto pelo Deputado Federal Rodrigo Gambale do PODE/SP, o qual autoriza a instalação, em todo o território nacional, de câmeras de reconhecimento facial nas estações ferroviárias e rodoviárias, no interior dos vagões das composições, em vias públicas e repartições públicas; e dá outras providências (BRASIL, 2023).

O PL justifica-se no aumento da segurança dos cidadãos em vias públicas repartições públicas, bem como os que são usuários dos serviços dos metrô, serviços ferroviários e rodoviários em todo o território nacional (BRASIL, 2023). Segundo este PL, a instalação de câmeras de segurança nos locais públicos inibirá ações criminosas, pois o delinquente saberá que será reconhecido, e, se, ainda assim, praticar o crime, as câmeras o identificarão. Não dispõe o PL sobre os possíveis e inevitáveis erros de reconhecimento, tanto no que diz

4 Dispõe sobre a obrigatoriedade a criação de um Sistema de Monitoramento por câmeras em municípios com mais de 30 mil habitantes e cria Sistema Nacional Integrado.

respeito à violação de direitos fundamentais ou à margem de falsos positivos em grupos subalternizados.

Ademais, o PL de n.º 1.828 de 2023 estabelece que a tecnologia será resguardada pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, evitando qualquer situação vexatória ou discriminatória.

O quadro abaixo representa os PL em destaque no período em questão, com as respectivas designações de ano, partido e estado dos proponentes assim, como uma primeira aproximação do foco que cada PL destes tenta imprimir na legislação. Como indicamos, no geral, não há preocupações significativas nesses PL quanto seu efeito sobre grupos subalternizados, em especial, nesse trabalho, sobre a população negra. O argumento sobre os vieses raciais do uso desse tipo de tecnologia não aparenta ser uma preocupação dos legisladores, ao menos nesses PL, a exceção é o PL 2.392 que mobiliza esses argumentos para limitar o uso da tecnologia e exigir, por parte do Estado, algumas garantias fundamentais aos cidadãos.

Quadro 1 - Síntese dos PL (2018 – 2023)

Projetos de Lei - PL	Ano	Partido / Estado	FOCO DO PL
9.736	2018	PP/RJ	Tornar obrigatório a identificação biométrica de custodiados pelo Estado;
4.612	2019	PSL/RS	Regular procedimentos de vigilância;
2.392	2022	PSC/SP	Proteção de dados obtidos do reconhecimento facial;
3.069	2022	PSD/MG	Regular para investigações e procedimentos administrativos, como busca por desaparecidos;
1.828	2023	PODE/SP	Regular a implementação de reconhecimento facial nacional em ambientes como: estações ferroviárias e rodoviárias, vias e repartições públicas, entre outras;

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de um projeto ainda em andamento, no conjunto, ele tratará como as preocupações com os direitos fundamentais e com os grupos subalternizados está presente nos PL sobre reconhecimento facial em tramitação no Congresso Nacional entre os anos de 2018 e 2023. Nesse trabalho, analisamos os PL em relação aos grupos racializados, destacando que não é o foco principal de nenhum dos PL analisados. Discussões sobre o viés ou racismo algorítmico parecem não fazer parte da ordem do dia no debate sobre tecnologia de reconhecimento facial no Congresso Nacional, apesar dos inúmeros dados que apontam para esse aspecto nocivo desse tipo de tecnologia.

Esse fato pode ser parcialmente explicado pelos diferentes enfoques que tais PL trazem, majoritariamente, preocupados com uma regulação favorável a implementação de tecnologia de reconhecimento facial em serviços de segurança pública. Apenas um desses PL está mais preocupado com a proteção dos dados (PL 2.392 de 2022) oriundos dessa tecnologia de reconhecimento facial.

No aspecto teórico mais amplo, parece que convergimos para uma concepção apontada por Corrêa (2021), de que tanto a tecnologia, quanto o Direito ainda possuem, hegemonicamente uma atuação marcada por um falso discurso de neutralidade e igualdade formal, esse projeto de pesquisa atua exatamente nesse ponto de convergência entre Direito e Tecnologia, mas de maneira a politizar ambas as áreas. Ao automatizar o reconhecimento de sujeitos, ou mesmo judicializar identidades culturais (RIBEIRO, 2022) voltamos a um debate sobre essencialização de sujeitos, algo que as ciências humanas desde 1960 tem, sistematicamente, se esforçado para mitigar, apesar de retrocessos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 1.828 de 2023. Autoriza a instalação, em todo o território nacional, de câmeras de reconhecimento facial nas estações ferroviárias e rodoviárias, no interior dos vagões das composições, em vias públicas e repartições públicas; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2355883>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 2.392 de 2022. Dispõe sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial nos setores público e privado. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2334803>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 3.069 de 2022. Dispõe sobre o uso de tecnologia de reconhecimento facial automatizado no âmbito das forças de segurança pública e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2345261>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 4.612 de 2019. Dispõe sobre o desenvolvimento, aplicação e uso de tecnologias de reconhecimento facial e emocional, bem como outras tecnologias digitais voltadas à identificação de indivíduos e à predição ou análise de comportamentos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2216455>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 9.736 de 2018. Acrescenta dispositivo à Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, para incluir a previsão de identificação por reconhecimento facial. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2169011>.

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência Da República, [2020].

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Grupo de Trabalho "Reconhecimento De Pessoas". Brasília: CNJ, 2022.

CORRÊEA, Bianca Kremer Nogueira; MORAES, Maria Celina Bodin de; MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. **Direito e Tecnologia em perspectiva amefricana**: autonomia, algoritmos e vieses raciais. Rio de Janeiro, 2021. 298 p. Tese de doutorado. Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DAMASCENO, Victoria; FERNANDES, Samuel. Sob críticas por viés racial, reconhecimento facial chega a 20 estados. **Folha de São Paulo**, 2021.

SUMÁRIO

FRANQUEIRA, Bruna D.; HARTMANN, Ivar A.; SILVA, Lorena A. O que os olhos não veem, as câmeras monitoram: reconhecimento facial para segurança pública e regulação na América Latina. **Revista Digital de Direito Administrativo**, vol. 8, n. 1, p. 171-204, 2021.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGNO, Madja Elayne da Silva Penha; BEZERRA, Josenildo Soares. Vigilância negra: o dispositivo de reconhecimento facial e a disciplinaridade dos corpos. **Revista Novos Olhares**, volume 9, n.º 2, 2020.

MELLO, Daniel. **Reconhecimento Facial está presente em todos os estados do Brasil**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/reconhecimento-facial-esta-presente-em-todos-os-estados-do-brasil>.

NUNES, Pablo. Novas ferramentas, velhas práticas: reconhecimento facial e policiamento no Brasil. Rede de Observatório de Segurança. **Retratos da Violência**: cinco meses de monitoramento, análise e descobertas. Centro de Estudos em Segurança e Cidadania, 2019.

NUNES, Pablo; LIMA, Thallita G. L.; RODRIGUES, Yasmin. **Das planícies ao planalto**: como Goiás influenciou a expansão do reconhecimento facial na segurança pública brasileira. Rio de Janeiro: CESeC, 2023

REIS, Carolina; ALMEIDA, Eduarda; DA SILVA, Felipe; DOURADO, Fernando. Relatório sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial e câmeras de vigilância pela administração pública no Brasil. Brasília: **Laboratório de Políticas Públicas e Internet**, 2021.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **Quem é negro no Brasil?** as ações afirmativas e o governo das diferenças. Curitiba: Appris, 2022.

RODRIGUES DE OLIVEIRA, Samuel. SORRIA, **VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO**: tecnologias de reconhecimento facial, privacidade e proteção de dados. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2020.

SANTANA, Luciene da Silva; RIBEIRO, Dudu. Modelo centrado na força policial penaliza negros e negras. Rede de Observatório de Segurança. **Retratos de Violência**: cinco meses de monitoramento, análise e descobertas. Centro de Estudos em Segurança e Cidadania, 2019.

SILVA, Tarcízio. **O horror do reconhecimento facial na Bahia, onde poderia ser diferente**. Tarcízio Silva, pesquisa, métodos digitais, ciência, tecnologia e sociedade, 2021.

WALL, Mathew. **Inteligência artificial**: Por que as tecnologias de reconhecimento facial são tão contestadas. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48889883>.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

The background is a complex abstract composition of overlapping geometric shapes, including circles, triangles, and rectangles, in a palette of blue, red, yellow, green, and black. Some shapes have internal patterns like dots or stripes. A large white number '17' is positioned in the upper right quadrant.

17

Karine Nogueira dos Santos

A POLÍTICA QUE FORJA A FAMÍLIA:

ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA
E FAMÍLIA A PARTIR DO CASO DAS
MEMÓRIAS DOS ABRANTES/GONÇALVES
(LASTRO/PB, 1983-2018)

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.17

INTRODUÇÃO

Jorge Mattar Villela (2009), em pesquisa realizada no Sertão de Pernambuco, produziu reflexões sobre as relações tecidas entre a família e a política: seriam as questões biológicas e afetivas que unem as pessoas em torno de um grupo que pode ser chamado de família? Em parte, sim, mas não unicamente. Villela chama a atenção para o modo como famílias podem ser reorganizadas devido às circunstâncias políticas, vínculos são construídos ou diluídos a cada contexto. Neste sentido, não só as famílias fazem a política, como a política também faz e desfaz as famílias.

Tendo isto em vista, o presente trabalho busca investigar esses rearranjos familiares e políticos partindo do caso da família Abrantes/Gonçalves, da cidade do Lastro, na Paraíba, com ênfase nas memórias construídas em torno das atuações de um de seus membros, o Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes. Esta análise tem como fonte primária os livros *Sangue, Terra e Pó* (1983), de José de Abrantes Gadelha; e *Memórias de um Persistente* (2011), de Erasmo Quintino de Abrantes. Os autores são membros da mesma família, porém buscaram e buscam construir memórias diferentes e, em alguns pontos, conflitantes sobre ela.

Além das obras mencionadas, também problematizamos duas entrevistas concedidas por José de Abrantes Gadelha, no ano de 2020, ao canal no *Youtube*, Cangaçologia. Essas entrevistas e as edições recentes dos livros demonstram que os laços familiares permanecem sendo reinventados no campo das memórias e dos esquecimentos. Refletimos, ao longo do texto, sobre quais seriam os possíveis interesses e implicações envolvidos nesse processo.

Para tanto, adotamos o método da análise do discurso (Foucault, 2004) a fim de pensar como os livros e vídeos investigados neste texto são também discursos de caráter político. Vale ressaltar que entendemos política para além da dimensão partidária, embora

esta também esteja incluída na análise, política aqui se refere ao exercício de poder e à posse da palavra. Sendo assim, mobilizamos conceitos como memória (Catroga, 2001) e esquecimento (Huyssen, 2014), procurando compreender como a família Abrantes/Gonçalves tem se constituído, especialmente através de narrativas organizadas e publicadas em livros, não apenas como um grupo de pessoas unidas por aspectos biológicos e afetivos, mas também como agrupamento político.

O intuito principal é desnaturalizar os vínculos familiares, pensando-os como discurso a ser adotado de modo estratégico em circunstâncias políticas que assim o exijam. Mesmo que sem desconsiderar o peso das ligações sanguíneas e afetivas, trabalhamos com uma noção de família dinâmica, que está em interação com o tempo e o espaço nos quais se insere e que se renova a partir deles.

A FAMÍLIA GONÇALVES ENGENDRADA EM “SANGUE, TERRA E PÓ”

Em *Sangue, Terra e Pó*, que teve sua primeira edição publicada em 1983 e a segunda em 2018, José de Abrantes Gadelha constrói, em forma de romance, memórias em torno de sua família, com ênfase na figura do Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes, seu avô materno. No enquadramento de memórias realizado pelo escritor, o Coronel é o grande protagonista - da obra, da família, da política -, os demais indivíduos estariam à sombra protetora ou aterrorizante desse homem. Nessa perspectiva, a narrativa que José de Abrantes Gadelha produz sobre sua família é, antes de tudo, biográfica e personalista.

Apesar do evidenciado caráter biográfico de *Sangue, Terra e Pó* (1983), no vídeo intitulado *Capitão Manoel Gonçalves de Abrantes*, José de Abrantes Gadelha se refere ao seu livro como o resultado de

um empreendimento histórico que realizou por ser um “apaixonado por sua terra”, o município paraibano de Lastro. Isto dá às memórias de seu avô uma maior dimensão, pois, mais do que representante de uma família, ele é posto como representante de uma espacialidade e de todos os sujeitos que a compõem.

Em contraposição à centralidade e à acriticidade com a qual o sujeito biografado é tratado por seu biógrafo em *Sangue, Terra e Pó* (1983), destacamos o potencial que a biografia possui como fonte histórica (Schmidt, 1997; Silva, 2007), é através dela que estaremos analisando uma questão histórica envolvendo famílias, memórias e esquecimentos. Com o intuito de evidenciar os aspectos históricos que atravessam as biografias e os livros de memórias em geral, é necessário, entre outras coisas, examinar o contexto em que os personagens estão inseridos, os lugares ocupados pelo biografado e pelo biógrafo e as possíveis intenções por trás das escolhas feitas por este último.

Tendo sido uma pessoa política e economicamente influente, o Coronel Manoel Gonçalves teve sua vida mais registrada, o que proporcionou a José de Abrantes Gadelha melhores vias de acesso a documentos que dessem idoneidade às memórias que selecionou e publicou. Além disso, ele pôde contar com o seu próprio poder aquisitivo e político para transformar essas memórias em livro, tendo ainda a vantagem de ser um membro próximo de parte dos sujeitos sobre os quais escreveu.

Enquanto um *guardião da memória*, conceito cunhado pela historiadora Angela de Castro Gomes (1996) para se referir às pessoas que assumem a tarefa de organizar e divulgar as memórias de sua família ou de determinados membros dela, José de Abrantes Gadelha parte de um lugar privilegiado de produção, com acesso ao acervo familiar e à legitimação concedida por outros membros da família, como é possível observar nos comentários ao seu livro, que na segunda edição estão expostos logo nas primeiras páginas.

Graças a essas circunstâncias favoráveis e à escassez de produções historiográficas que problematizem essa produção, a “História” escrita pelo autor de *Sangue, Terra e Pó* (1983), ao menos a nível local, ainda é bastante validada. Na versão de José de Abrantes Gadelha, as memórias da vertente de sua família simbolizada pelo Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes se confundem com a História da cidade. Mas essa “confusão” é seletiva:

Todos esses condicionamentos impõem que a memória seja sempre seletiva. Por conseguinte, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo um mero *registro*; mas é retenção afetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo (Catroga, 2001, p. 20) [Grifos do autor citado].

O que se pretende evidenciar, em diálogo com o historiador Fernando Catroga, é que as memórias e os esquecimentos, em escritas como a de José de Abrantes Gadelha, não são espontâneos: lembrar ou esquecer faz parte de um empreendimento intelectual. É a partir dessa seletividade das memórias que a família Gonçalves/Abrantes tem se reinventado em livros, vídeos e matérias. José de Abrantes Gadelha tem construído o legado de parte de sua família através da figura de Manoel Gonçalves, um homem que ele admirava e ao qual atribui diversos elogios.

Sendo assim, a figura do Coronel Manoel Gonçalves, por ser vista pelo autor como a que tem o maior potencial de representar sua família e todo “um povo”, é a que está sujeita a uma maior quantidade de transformações ao longo da trama de *Sangue, Terra e Pó* (1983). O personagem histórico é primeiro apresentado como um rapaz esbelto, altivo, humilde, trabalhador e cheio de indignação para com as injustiças do mundo. Na sequência, se transforma em um poderoso coronel, temido e respeitado por todos, requisitado em inúmeras situações de aflição. Nas últimas décadas da sua vida, adentra a política partidária diretamente, exercendo o cargo de Deputado Estadual pela União Democrática Nacional (UDN). Após sua morte, é retratado como um herói nas memórias de seu neto.

SUMÁRIO

Ao analisar essas nuances, considerando o caráter político das memórias e dos esquecimentos, podemos observar um empenho deliberado da parte de José de Abrantes Gadelha em continuar associando sua família à imagem e às atuações de Manoel Gonçalves. Não desconsideramos a afetividade envolvida no ato de escrever sobre entes queridos que já não mais vivem, mas nos atentamos para as demais dimensões dessa escrita. Não é raro escutar pessoas se referindo, ainda hoje, a membros da família Gonçalves a partir de seu parentesco com o Coronel Manoel Gonçalves: “o filho do Coronel”, “o neto do Coronel”.

A pertinência da presente discussão se evidencia justamente a partir destes aspectos: a referência ao parentesco, a retomada dessas memórias em plataformas digitais, como o *Youtube*, o uso dessas memórias durante a política partidária da cidade. Este último ponto, em especial, pode ser apontado como um dos principais reflexos da renovação do poder de famílias através do campo das memórias e dos esquecimentos: os membros da mesma família (Gonçalves/Abrantes) permanecem há anos ocupando os cargos políticos da cidade de Lastro/PB. A depender das circunstâncias, esses membros podem se unir ou se colocar em posições opostas.

Mas, retornando aos livros, às alianças e conflitos podem ser observados desde a primeira metade do século XX, segundo aponta o próprio José de Abrantes Gadelha. No capítulo de *Sangue, Terra e Pó* (1983) intitulado “Fatalidade”, o autor descreve um dos episódios que marcam o “rompimento” entre a família: o assassinato cometido por Manoel Gonçalves de Abrantes contra seu primo, Luiz Abrantes. No tópico a seguir, partindo do livro *Memórias de um Persistente* (2011), de Erasmo Quintino de Abrantes, buscamos identificar alguns dos múltiplos embates vivenciados pela família.

A FAMÍLIA ABRANTES NAS “MEMÓRIAS DE UM PERSISTENTE”

Em *Memórias de um Persistente* (2011)¹, Erasmo Quintino de Abrantes elabora, a um só tempo, a genealogia da sua família e sua autobiografia, mas procura mesclar essa narrativa com episódios ligados à História do município de Lastro/PB. Assim como José de Abrantes Gadelha, o autor de *Memórias de um Persistente* (2011) se preocupa em sugerir um caráter mais coletivo para o seu livro, como se as memórias que ele relata fossem indissociáveis das que são compartilhadas por várias outras pessoas que vivem ou viveram no município.

Apesar das semelhanças entre as duas obras, Erasmo Quintino escolhe um caminho narrativo, em grande medida, destoante do escolhido por José de Abrantes Gadelha. Em primeiro lugar, Manoel Gonçalves de Abrantes deixa de ser o protagonista da trama e é desimbuído da aura heroica que o acompanha ao longo de *Sangue, Terra e Pó* (1983). Se a perspectiva continua sendo personalista, outras personalidades são escolhidas para representar essa família, personalidades do século XIX.

Alguns dos sujeitos que recebem destaque são: Luiz Abrantes², ao qual o autor se refere como “Pai Lulu”, e o Coronel Avelino Furtado. Esses, na concepção de Erasmo Quintino, teriam sido os fundadores do que viria a se tornar a cidade de Lastro/PB e os responsáveis por seu melhor tempo, política e economicamente, um tempo sem tantas intrigas e violências. Já no século XX, sob a influência política de Manoel Gonçalves, a cidade teria sido

SUMÁRIO

- 1 2011 é o ano da segunda edição do livro, não possuímos informações sobre a primeira edição, pois elas não constam na ficha catalográfica.
- 2 Este Luiz Abrantes é apontado por Erasmo Quintino como avô do Luiz Abrantes assassinado por Manoel Gonçalves em 1924.

maculada, reinando o conflito. Essa argumentação pode ser evidenciada nos seguintes trechos:

Quando do comando das famílias Furtado, Abrantes, Sarmiento e Soares, tendo como chefe maior o Coronel Avelino Furtado, havia um comércio que até exportava produtos da região e havia política partidária, mas dentro de uma perfeita união de forças, promovendo o progresso com honestidade.

No século XX, quando comandado pela família Gonçalves de Abrantes, foi diferente. Vieram as divergências, mudando o contexto na política, no comércio, na justiça social e até mesmo na honestidade. Aí foi quando pessoas da região fizeram macular a imagem de um passado onde o mal era impraticável na região do Lastro (Abrantes, 2011, p. 13).

Aqui percebemos como Erasmo Quintino de Abrantes não se refere à família Gonçalves de Abrantes como parte da sua própria família, que é representada na obra, especialmente, por Luiz Abrantes. Em outras partes do livro, porém, o escritor insere Manoel Gonçalves de Abrantes entre os membros de destaque da segunda geração do "Papai Lulu", o que leva à nossa reflexão central: as circunstâncias políticas tecem e desfazem vínculos familiares.

Assim como José de Abrantes Gadelha, Erasmo Quintino de Abrantes assumiu a função de *Guardião da Memória* de sua família e parte desta função implica preservar algumas memórias em detrimento a outras. O Guardião não só lembra e divulga, ele seleciona e esquece. Como defende o crítico literário Andreas Huyssen (2014), o esquecimento é indispensável quando se quer colocar determinada memória em destaque, é o esquecimento deliberado de algumas memórias que garante as condições de perpetuação de outras.

Nesse sentido, para os guardiões da memória estudados no presente texto, lembrar ou esquecer os parentescos e o modo como eles se dão depende das circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis.

SUMÁRIO

Quando Erasmo Quintino de Abrantes deseja evidenciar a dimensão do poder de Luiz Abrantes, mencionar Manoel Gonçalves de Abrantes como membro da família passa a ser vantajoso, pois reconhece que sua figura dispõe, ainda, de muita força simbólica a nível local e mesmo estadual. Em contraponto a isso, o autor precisa de um anti-herói que possa ser comparado com seus heroicos protagonistas e dar realce às suas qualidades. O passado glorioso e pacífico só pode ser mensurado se comparado a uma época violenta e decadente.

Os líderes evocados por Erasmo Quintino de Abrantes são descritos como aqueles que podiam controlar sozinhos os embates políticos e de família, evitando que adquirissem maiores dimensões (Marques, 2002). Enquanto isso, Manoel Gonçalves é apontado como um líder violento e indecoroso, aquele que mancha a imagem da família e da própria cidade e cobre com tal mancha o passado que, para o escritor, é o digno de ser lembrado. Portanto, Erasmo Quintino traz à tona diferentes versões do passado, mas deixando demarcada sua posição quanto ao que deveria ser exaltado.

Esse mesmo movimento é realizado por José de Abrantes Gadelha, porém de uma forma diferente: os laços de parentesco não vão sendo lembrados ou esquecidos com a mudança de contexto, mas as relações são pensadas e descritas de modo a isentar o Coronel Manoel Gonçalves de culpa e manter sua imagem cercada por noções de honra e dignidade. Embora o assassinato de Luiz Abrantes seja mencionado pelo escritor, o próprio título do capítulo no qual faz isso, "Fatalidade", constrói a ideia de que Manoel Gonçalves de Abrantes não praticou esse ato deliberadamente. Ao longo de toda a narrativa os atos violentos do Coronel são apontados como em legítima defesa.

Parte dessa legitimação da violência é possível graças à noção de Sertão adotada pelo autor de *Sangue, Terra e Pó* (1983): um "sertão sangrento", que exigiria dos homens comportamentos associados à virilidade, à valentia e à violência. Esses comportamentos

aparecem em inúmeras produções artístico-culturais ligadas ao Sertão nordestino e constituem um arquivo imagético-discursivo para ele (Albuquerque Júnior, 2013; Alves, 2009; Silva, 2009).

Por outro lado, justificar as ações violentas do Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes é, para José de Abrantes Gadelha, uma maneira de garantir a manutenção do poder simbólico de sua família, uma vez que é na figura do Coronel que ele busca representá-la. Evitar danos à imagem do Coronel Manoel Gonçalves é essencial para seu neto pois, como afirma a antropóloga Ana Cláudia Marques (2004, p. 424), além do prestígio, o comportamento moral das personagens selecionadas para significar um sobrenome é um fator importante a ser considerado pelos sujeitos que desejarem ou não se associar a ele:

Da mesma forma que se deseja pertencer ao mesmo grupo em que se procura recrutar os indivíduos mais prestigiados, procura-se selecionar condutas apropriadas à fama que se deseja reforçar. Não basta que os protagonistas de uma questão enverguem um sobrenome para que os demais titulares do mesmo considerem-se e sejam considerados afetados por ela. A solidariedade, sempre parcial, que atrairão dependerá da posição ocupada pelos protagonistas no seio de seu grupo (de formação sempre imprecisa) e, correlativamente, da avaliação moral de suas ações.

Além disso, a renovação do discurso de *Sangue, Terra e Pó* (1983), através da segunda edição do livro e dos vídeos disponíveis no *Youtube*, dá continuidade ao embate entre as memórias familiares dos Abrantes/Gonçalves. O episódio do assassinato de Luiz Abrantes é retomado no vídeo *Capitão Manoel Gonçalves de Abrantes*, no qual José de Abrantes Gadelha uso o termo "injustiçado" para se referir ao seu avô e fala que o crime cometido por ele foi em defesa da própria vida. Para dar idoneidade a essa afirmação, o escritor diz que um "primo legítimo" de Luiz Abrantes foi quem lhe contou essa versão. Conclui a fala mencionando o ressentimento e a divisão da família, mas reafirma a crença no caráter de Manoel Gonçalves.

SUMÁRIO

Embora no livro José de Abrantes Gadelha deixe evidente o parentesco entre Manoel Gonçalves de Abrantes e Luiz Abrantes, no vídeo já é possível perceber uma tentativa de distanciamento com relação a esse parentesco. Quando afirma que foi um “primo legítimo” de Luiz Abrantes que concedeu a versão do acontecimento que descreve em seu livro, o escritor dá a entender que a versão explorada por ele foi fornecida pela família do assassinado, uma família diferente da de seu avô. Embora se refira a Luiz Abrantes, ao longo de toda a sua fala, como primo de Manoel Gonçalves, ele faz questão de destacar a diferença entre Manoel Gonçalves - primo - e o homem que teria lhe narrado o acontecimento - primo legítimo.

Apesar de José de Abrantes Gadelha considerar o ressentimento da família em torno desse acontecimento, seu modo de narrar os fatos supõe que a versão contada por ele harmoniza com a contada pelos parentes mais próximos do assassinado, como a de seu primo legítimo. Em contraposição a isso, Erasmo Quintino de Abrantes usa o substantivo “homicida” quase todas as vezes em que menciona Manoel Gonçalves de Abrantes, além de descrever outros episódios em que ele teria adotado a violência de uma maneira quase fatal para quem a sofreu, como no seguinte trecho do capítulo “E o Povo Conta”:

Na década de 1920, no Sítio Boa Esperança, precisamente na residência de Seu Né Abrantes, o jogo de baralho era frequente com a presença de muitos fazendeiros da região. Num certo dia, surgiu uma discussão do Zezinho Abrantes e Manoel Gonçalves de Abrantes, *tio e sobrinho*, indo às facas. Faca vai, faca vem, até que Zezinho sofreu uma facada desferida *pelo próprio sobrinho*, deixando de fora parte do intestino (Abrantes, 2011, p. 47) [Grifos nossos].

A descrição citada intenciona demonstrar não só um comportamento brutal da parte de Manoel Gonçalves de Abrantes para com um outro parente seu, um tio, dessa vez, como o caráter infundado da violência. Enquanto José de Abrantes Gadelha se empenha

para produzir uma memória em que seu avô apareça como uma pessoa que foi vitimada pelas circunstâncias, Erasmo Quintino de Abrantes destaca sua disposição para violência e para o combate. Ao intitular o capítulo no qual está inserido esse relato de “E o Povo Conta”, Erasmo Quintino se coloca como um indivíduo neutro diante dos fatos, alguém que só está transformando oralidade em escrita.

Com base nessas questões, constatamos que Manoel Gonçalves de Abrantes é figura da família estudada que, ao menos nos livros que nos serviram de fonte, melhor representa o fazer e desfazer das famílias devido a circunstâncias políticas. Suas atuações políticas são apropriadas por membros da família a partir de diferentes interesses e isto implica em como essas atuações chegam a outras pessoas em forma de livros ou vídeos: coronel, herói, criminoso, valente, leal, violento.

Cada uma dessas “faces” do personagem histórico é explorada de modo a gerar aproximações ou distanciamentos entre ele e os outros membros da família. Apesar dos vínculos afetivos serem indispensáveis para refletir sobre as escolhas de abordagem de cada autor, não podemos desconsiderar que o empenho de publicar essas memórias e associá-las a uma coletividade seja mais do que afetivo, seja político. Como já foi mencionado anteriormente, memórias em forma de narrativa não são apenas um agrupamento de recordações, são escolhas: escolhe-se o que deve ser lembrado e o que deve permanecer no esquecimento. Nesse caso, o modo como cada autor procurou lembrar é resultado de uma seleção baseada em muitos fatores.

Preservar algumas memórias de uma família ou de membros dela é um modo de garantir a manutenção do poder da própria família. Não é à toa que os membros escolhidos para representar a família Abrantes/Gonçalves pelos dois autores analisados são, no geral, homens de posses: fazendeiros; coronéis; comerciantes; delegados; prefeitos e deputados. Esses são sujeitos que já detêm certo poder aquisitivo e, em muitos casos, simbólico, pois têm acesso a

uma maior quantidade de ferramentas que lhes permitem divulgar seus discursos, além de contarem com a legitimação prévia que suas posições asseguram.

Não permitir que a morte física desses sujeitos seja o fim de sua trajetória é uma função que alguns parentes assumem, inclusive para preservar o poder que seus nomes carregam. O lugar privilegiado que ocupam lhes proporciona a enunciação do discurso e, de forma mútua, o enunciado preserva os lugares de poder (Foucault, 2004). Por isso, no campo da memória e do esquecimento, a família Abrantes/Gonçalves produz ou rompe relações, pinta uma figura heroica ou corrompida.

Essas nuances, porém, não ficam limitadas ao âmbito das memórias, prova disso é que em 2012, um ano depois da publicação da segunda edição de *Memórias de um Persistente* (2011) e seis antes da de *Sangue, Terra e Pó* (2018), um descendente direto da vertente Gonçalves e outro da vertente Abrantes tenham se unido para concorrer aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito da cidade de Lastro, Paraíba. Como citado em outra parte deste texto, os membros da família estudada vêm ocupando o executivo da cidade desde sua emancipação, em 1963, que teve como primeiro prefeito Manoel Gonçalves de Abrantes e como primeiro Vice-Prefeito Luiz Abrantes³. O que nos interessa apontar é que esses membros podem se unir em situações como as relatadas, resgatando seus vínculos familiares, ou se colocando em lados opostos da política e/ou da família.

Ao voltarmos para os livros de memórias, podemos identificar a base discursiva dessas movimentações que observamos na vida política da cidade e das famílias que a compõem. *Sangue, Terra e Pó* (1983) e *Memórias de um Persistente* (2011) são mais do que a versão escrita das memórias e percepções de seus autores, são alguns dos instrumentos a partir dos quais a família Abrantes/Gonçalves continua se renovando e são fontes históricas de grande relevância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um dos trechos do artigo que serviu de inspiração para o presente trabalho, o antropólogo Jorge Mattar Villela (2009, p. 231) escreve que “a disputa, a fabricação e a interpretação são forças capazes de compor e decompor família e, por consequência, agrupamento políticos.” e foi sobre isto que procuramos refletir através das memórias e esquecimentos. Se livros de memórias escritos no final do século passado às vezes parecem despretensiosos, nos atentar aos detalhes de sua trama e às circunstâncias em que foram produzidos pode ser revelador. Ao longo da análise identificamos como esses livros apontam e produzem as complexas relações familiares e políticas, tecendo ou desfazendo vínculos.

Parte da intenção deste trabalho, como já apontado, foi pensar as relações familiares - e também as políticas - de maneira não naturalizada e determinista. É bem verdade que a sanguinidade e os afetos são fatores importantes para a noção de família em nossa sociedade, mas nos interessa pensar outros fatores que atravessam esta noção, como os políticos. Os livros problematizados demonstram que a proximidade ou o distanciamento com que certos laços de parentesco são tratados, pode estar em conformidade também com as circunstâncias políticas, com o poder de proferir um enunciado e com a força que se quer dar a ele.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Erasmo Quintino. **Memórias de um Persistente**. 2011, [s.l.;s.n.].

ALVES, Elder Patrick Maia. Violência e Masculinidade: o sertão nordestino e a construção de um monopólio de sentido. LIMA, Carolaine de Araújo; BRITTO, Clovis Carvalho; MOREIRA, Jailma dos S. Pedreira (ORGs). **Outros Olhares sobre o Sertão Nordestino**: gênero, masculinidades e subjetividades. Salvador: EDUNEB, 2020.

SUMÁRIO

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2015.

CANGAÇOLOGIA. Lampião e o ataque à cidade de Sousa. **Entre outros assuntos**. YouTube, 21 de nov. de 2020. Disponível em Lampião e o ataque à cidade de Sousa. Entre outros assuntos.

CANGAÇOLOGIA. **Capitão Manoel Gonçalves de Abrantes**. YouTube, 13 de mar. de 2021. Disponível em Capitão Manoel Gonçalves de Abrantes.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GADELHA, José de Abrantes. **Sangue, Terra e Pó**. João Pessoa, Paraíba: A União Editora, 2018.

GADELHA, José de Abrantes. **Um Grito de Liberdade**: "exposição de motivos" [s.d.; s.l.; s.n.].

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. Acervo - **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. *In*: **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas de memória. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/RJ: Editora Contraponto, 2014. pp. 155-176.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. Editora Brasiliense, 2ª Ed, São Paulo, 1981.

MARQUES, Ana Cláudia. Política e Questão de Família. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2002, v. 45 nº 2.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. **estudos históricos**, v. 10, nº 19, 1997.

SILVA, Alômia Abrantes da. "Êta pau pereira!": gênero, masculinidade e poder na Paraíba. LIMA, Carolaine de Araújo; BRITTO, Clovis Carvalho; MOREIRA, Jailma dos S. Pedreira (ORGs). **Outros Olhares sobre o Sertão Nordestino**: gênero, masculinidades e subjetividades. Salvador: EDUNEB, 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como Fonte Histórica. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** — n. 36/37 — ano 20 — p. 9-15 — 2007

VILLELA, Jorge Mattar. Família como grupo? Política como agrupamento? O Sertão de Pernambuco no mundo sem solidez. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2009, v. 52, nº 1.

The background is a complex abstract composition featuring various geometric shapes such as circles, triangles, and rectangles. The color palette includes shades of blue, red, yellow, green, and black. Some shapes have internal patterns like grids or dots. The overall effect is a layered, collage-like aesthetic.

18

Luciana dos Santos Jorge Pessanha

CORPOS INDESEJADOS NAS UNIVERSIDADES:

O TROTE UNIVERSITÁRIO
E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.18

INTRODUÇÃO

A história dos Trotes nas Universidades brasileiras surge a partir do século XIX, geralmente a ocorrência de trotes pode ser apenas uma ação com o intuito de brincadeira, recepção e\ou integração, assim como para outros atores o trote pode ser definido como uma ação de violência moral e eventualmente física (ZUIN, 2002), porém é relevante pensar no seu potencial para influenciar de forma sutil os envolvidos que buscam a aceitação e não querem se indispor com o grupo de veteranos. O sistema Hierárquico constitui as relações sociais, sendo assim, até mesmo dentro do cenário Universitário perpetua as relações de poder.

Existe a compreensão de que se caminha para um aumento da divisão entre as opiniões dos calouros em relação ao assunto, segundo Almeida Junior (2011, p. 55) “pensamos que estes dados corroboram com a hipótese de que, longe de promover a integração dos alunos, o trote divide os alunos no campus, criando e reforçando conflitos difíceis de serem reconciliados”; o mesmo ainda enfatiza que a prática trotista apegase fortemente há discursos que possibilitem a sua legitimação, exemplificados a seguir:

“o trote é uma forma de integração”; “o novo aluno precisa fazer amigos”; “o trote é tradição”; “o trote não tem maiores consequências”; “aqueles que rejeitam o trote são fracos, não são homens”; “o trote é brincadeira”; “só participam os alunos que querem”; “o trote promove amizades para a vida inteira”; “o trote é divertido” (ALMEIDA JUNIOR, 2011, p. 55).

Contudo, esse discurso de validação das práticas do trote, em muitos casos não se fundam, ao que se refere a realidade acadêmica, pois na realidade a maioria das práticas são abastecidas de ações que remetem a coação, a violência física ou psicológica que podem se perpetuar indeterminadamente. Além de ecoar um forte discurso de legitimação propagado pela mídia, em um grande

esforço de preservar o rito de passagem, distanciando- o da sua relação íntima com a violência e do interesse de sustentação da hierarquização e subordinação dos desprotegidos socioeconomicamente e racialmente. Nesse sentido, abordarmos a equidade social como dispositivo para reprimir as violações dos direitos que refletem dentro das Universidades, a partir do ingresso dos estudantes, pensando em contextos marcados pelo fortalecimento do sistema hierárquico que estimula a discriminação como mecanismo de manutenção de controle e subordinação dos desfavorecidos, não obstante dos cenários acadêmicos.

Nas palavras de Almeida Junior (2011),

A instituição trotista vê o trote como uma forma de controlar os alunos, de instaurar uma cultura que considera favorável. A dominação do grupo trotista, normalmente envolve um endeusamento da instituição. A instituição é colocada como uma grande mãe que não deve, de modo algum, ser criticada. As atividades efetivamente desenvolvidas pela instituição, seu papel como centro de pesquisa, sua vinculação com o restante da sociedade, a justiça de seu processo seletivo, sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social pouco importam. A instituição deve ser louvada de qualquer forma. O grupo trotista se ocupa dessa louvação institucional e as práticas do trote incluem doutrinação dos novos alunos nesta direção (ALMEIDA JUNIOR, 2011, p. 146).

Aos alunos, que estão de alguma forma, envolvidos no ato do trote universitário, seja no papel de calouro ou como veterano precisam ter o raciocínio e a reflexão das questões que estão vinculadas aos preconceitos, violências e exclusões nas relações entre os indivíduos, assim sendo, dentro da ação do trote universitário é plausível que a interação entre calouros e veteranos evolua e elabore um raciocínio reflexivo de suas práticas abusivas dentro desse contexto. Portanto, considerar como os calouros compreendem a etnografia social do trote universitário comparando com as concepções dos veteranos, a partir de um mesmo cenário, assim como argumentar

SUMÁRIO

sobre as atitudes preconceituosas, que podem estar explícitas no trote universitário, pensando de uma abordagem das relações interseccionais¹ de poder existente nas relações sociais em nossa sociedade, e que de certa forma reflete nas ações dentro das universidades, ou seja, pode o trote ser ainda compreendido como uma prática que contribui para que perdure a discriminação reproduzindo um ato de poder nas universidades a partir da interação entre veteranos e calouros nos Cursos de Graduação na UENF.

Partindo da ideia de propor aos calouros um ambiente justo e inclusivo que garanta de fato a permanência de estudantes que antes eram discriminados e historicamente marginalizados pela sociedade, é que se busca a partir das representações atribuídas ao trote universitário, aspira-se uma análise do quão convencido podem estar os envolvidos quanto às representações dos veteranos, como sendo uma prática cooperativa e não coercitiva, sendo mais um dos exemplos dos atos que são naturalizados por nossa sociedade.

A ruptura do modelo de ingresso às Universidades brasileiras, enaltecida pela a meritocracia e marcada pela presença da elite, que começa a passar por um momento de interrupção do modelo antigo de entrada na instituição Superior de Educação, as ações afirmativas que deve ser compreendida para além das “cotas”, assim evidenciado por Medeiros (2015) ou seja, para o autor “o principal efeito das ações afirmativas é produzir debates”; portanto, através do se conhecer é possível “promover um enfrentamento” significativo às questões discriminatórias alicerçadas em nossa sociedade e consequentemente nas relações sociais promovidas pelas práticas do trote.

1 As relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS, 2020)

O TROTE COMO RELAÇÃO DE PODER: PASSADO E PRESENTE

É interessante, ressaltar o conceito de Necropolítica² o relacionando ao racismo, de acordo com a autora Rosane Borges a estratégia é de “eliminação de um inimigo e as favelas”, ou seja, com a possibilidade de classes tidas como inferiores assim como também as raças de “base” tendo acesso aos espaços universitários, essa ação se torna uma ameaça aos que defendem a soberania do Estado.

Ponte – Como neopolítica e racismo se relacionam?

Rosane – A política de morte, ou como o próprio Achille Mbembe vai dizer, a necropolítica adota tipografias da crueldade. São os lugares em que se tem licença para matar. Lugares subalternizados, com uma densidade negra. Então, quando a gente junta necropolítica com raça e com racismo, a gente vai ver que essa política da morte tem um endereço. Por que se fala em genocídio da juventude negra brasileira? Porque se mata negros e os números são exorbitantes (PONTE, 2019, trecho da entrevista).

Sendo assim, a política de morte e os tipos de crueldades, que estruturam a Necropolítica, estão presentes nas práticas do trote, uma vez, temos acesso a relatos, através da difusão midiáticos, de mortes ou quase mortes de calouros após serem submetidos a essas ações. Assim como a Necropolítica exerce domínio e controle sobre lugares e pessoas subalternizadas, o trote violento e discriminatório tem como alvo ele público.

Para Mbembe,

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode

2

Necropolítica é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja, na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista atual. (MBEMBE, 2018).

viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, p.123).

A ambiguidade atribuída às práticas do trote universitário, reflete que nos centros de Pesquisa da UENF as práticas das ditas “recepções” têm assumido uma postura extremamente de subalternidade dos alunos calouros em relação aos veteranos. O que para alguns esses “ritos de passagem” funciona como um marco de cooperação e boa vontade, para outros o trote é visto como uma ação abusiva e violenta, ou seja, um ritual que reproduz a relação de poder.

As relações de poder estão sempre situadas no interior de micro lutas, que ocorrem, sobretudo entre indivíduos, uns em relação aos outros, e se caracteriza por sua produtividade: “se o poder tivesse apenas a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil” (FOUCAULT, 2003, p.148).

Desse modo, o trote violento, caracterizado como “ritual de passagem”, coloca em evidência a ocorrência de discriminações em diversas instâncias e categorias, tendo um papel nefasto no início da interação entre os envolvidos. Os reflexos da vulnerabilidade dos acadêmicos ingressantes são evidentes, principalmente porque antes esses espaços estavam distantes da realidade. Porém com as mudanças de acesso, que oportunizaram aos desfavorecidos acessos ao Ensino Superior, os velhos hábitos continuavam ativos, e o trote remete e reitera de forma sutil a subordinação, dominação e controle do indivíduo em troca de uma aceitação limitada e dosificada.

O TROTE UNIVERSITÁRIO: COMO LEGITIMADOR DAS DISCRIMINAÇÕES SOCIAIS

As práticas do trote que são realizadas no ingresso a Universidade, muitas vezes são ferramentas de reprodução de atitudes discriminatórias, em relação às mulheres, negros e a população LGBT, reprodutoras de ações tais como homofobia, sexismo, racismo, xenofobia e desvalorização econômica. As manifestações discriminatórias dentro das instituições de Ensino Superior podem representar de certa forma um sinal de repúdio às políticas de ações afirmativas de inclusão social e reserva de vagas, que reforçam os discursos meritocráticos externados aos status sociais. Sendo assim, o texto tenciona apresentar, de forma breve, alguns conceitos como: raça, racismo, discriminação, preconceito, racismo estrutural, ações afirmativas, Igualdade material, igualdade formal e Necropolítica que permitirá uma reflexão ativa para o enfrentamento das discriminações que evidencia a relação existente entre dominado e dominador presente até mesmo nas práticas de recepção e interação, adotadas por alguns veteranos ao reproduzir práticas de um Trote violento e racista dentro ou fora das dependências da Universidade.

Romper com a persistência da dominação e subordinação de traços coloniais mesmo após anos de abolição da escravidão, tem sido desafiador, principalmente quando vivemos em uma sociedade que a todo custo busca a naturalização do racismo, existe uma reprodução quase que espontânea de práticas que nos são ofertadas, desde muito tempo, por nossos algozes. E o trote é um dos exemplos que ganha evidência e desperta a curiosidade dentro desse contexto, pois essas práticas estão presentes nas relações sociais desde o início das universidades europeias.

Parafraseando, Almeida (2017) a sociedade contemporânea precisa ser entendida a partir da apreciação de raça e racismo, ao que se refere à definição de raça o autor preocupa-se a desvelar os

artifícios de dominação constituída até mesmo na modernidade de manutenção do conceito de raça associados às questões biológicas e geográficas dos indivíduos, ou seja, a hierarquização das relações existentes entre os sujeitos que corroboram para que se justifiquem as desigualdades, sendo ainda hoje vista como “fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2017, p. 22).

De acordo com Cuti,

Racismo é isso. Mas, com consequências inimagináveis de violência, tortura, morte e perversa exclusão. Isso porque racismo implica em crença, dominação e ódio. E existe porque existe gente que acredita nele e desenvolve dentro de si os preconceitos (ideias, sentimentos e emoções) contra o diferente e acabam praticando a discriminação (impedimento de acesso ao emprego, humilhação, desprezo, violência etc.) contra os tais diferentes (CUTI, 2010, p.2).

Sendo assim, não tem como dissociar essa relação de poder das expressões racistas que exalam dominação e violência contra os que são considerados diferentes e inferiores, e as práticas do trote que reproduzem essa relação tencionam de certa forma dificultar o acesso da massa populacional negra, feminina, deficiente, entre outros de permanecerem nos espaços elitizados pela sociedade não obstante os ambientes educacionais de nível superior. Portanto, Cuti afirma que “A prática do racismo desagrega a sociedade e impede seu potencial humano de se manifestar plenamente. E o Brasil precisa de coesão do seu povo para ter equilíbrio social e prosperidade sustentável” (CUTI, 2010, p. 2).

As práticas do trote quando ligadas as ações que expressão o racismo, sendo justificado como forma de “brincadeira” apresenta-se como uma superioridade seja individual ou do grupo para com os desfavorecidos, essas práticas disfarçadas de acolhimento buscam

camuflar as humilhações e violências direcionadas aos calouros negros dentro e fora das dependências das instituições universitárias. É como se tivesse um espírito de legitimidade das práticas violentas, a partir de um “sentimento de superioridade congênita, por que se tem a pele e olhos claros, nariz estreito e cabelo liso [...]” (CUTI, 2010, p. 3).

A prática do racismo usa como principal arma a humilhação dos negros. Desde um escrito maldoso em porta de banheiro até a violência de um policial ou de um bandido que pode levar à morte um inocente ou mesmo um culpado sem julgamento, o racismo atua como crença de superioridade grupal. É porque muitas pessoas acreditam nele que se acham no direito de humilhar e violentar os outros (CUTI, 2010, p.3).

Cordial, o autor Medeiros (2015) aborda que o conceito de raça está associado às questões sócio-históricas que foram estabelecidas, a partir das relações hierárquicas com povos de “base” entre os séculos XV e XVI. Para conceituar racismo³ Almeida Junior (2017) utiliza de recursos associados às categorias de discriminação racial que são estruturadas nas relações de poder e suas vantagens e privilégios da “cor da pele”. Dialogando com o autor apontamos no texto o conceito de discriminação racial, por Medeiros (2015) onde a discriminação precisa ser compreendida para além dos conceitos literários, mas como práticas reais e vivenciadas por nós negros diariamente.

Segundo Nogueira,

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui

SUMÁRIO

3

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial (ALMEIDA, 2017, p. 22).

ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

Sendo assim, reconhecer, dialogar e combater as práticas que contribuem para o fortalecimento e enraizamento de ações que enaltecem essa relação de poder existente nas interações sociais dos calouros e veteranos, renovados a partir da manutenção das práticas ritualísticas atribuída historicamente ao Trote Universitário sem que haja um enfrentamento por parte dos envolvidos. É necessário que transcorra um entendimento e reconhecimento do que seriam essas práticas abusivas de violências, contra os direitos atribuídos nas esferas jurídicas, econômicas e sociais de nossa relação com o outro.

O racismo estrutural, a partir das práticas do trote oportuniza o entendimento de que o racismo quando presente nestas ações de recepção dos novatos, neste contexto de interações sociais entre alunos, mas sendo apreciada como um conjunto de práticas que se articulam de forma conscientes ou não, e até mesmo institucionalizadas, que trabalham para normalizar, além das questões de anomalia comportamental individual ou coletiva, ou seja, o racismo estrutural seria o funcionamento “normal” da sociedade, o qual somos a engrenagem, “relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (ALMEIDA, 2017, p.52).

No entanto, ao afirmar a existência de um racismo estrutural⁴ Almeida (2019) reafirma que a estrutura da sociedade é firmada

4 O termo racismo estrutural é controverso, pois é possível encontrar textos que não diferenciam o estrutural do institucional, ainda que se referindo à relação do racismo com outros *elementos essenciais da vida social* – estruturais, portanto, como a política, a economia e o direito. Com efeito, o racismo em sua acepção estrutural, deve ser analisado como: a) processo político; e b) processo histórico (ALMEIDA, 2017).

SUMÁRIO

em desigualdade racial, racismo, preconceito e discriminação e, portanto é relevante que se pense em medidas que possam minimizar as sequelas das opressões sofridas pelos os menos favorecidos, contudo Sodré (2023) discorda quanto à existência de um racismo estrutural, assim como defendida e apresentada anteriormente, para o autor as “estruturas são feitas para não funcionar. Ele está falando da estrutura jurídica, da estrutura econômica. As estruturas aqui são feitas para não funcionar. Por que a única que funcionaria seria o racismo?”. Talvez o fato seja que, o racismo é a única estrutura que perdura, administra, mantém fielmente as relações de poder aos moldes do colonialismo com respingos na contemporaneidade, principalmente ao que se refere ao controle dos subalternos e a manutenção dos dominados.

Portanto, as ações afirmativas, assim definidas por Joaquim Barbosa (2005) como “políticas públicas e privadas voltadas à concretização do princípio constitucional por igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, gênero, idade, origem nacional e deficiência” (BARBOSA, 2005 p. 51).

Tende a atender e inserir nas instituições de ensino, assim como nas categorias de trabalho os que toda vida fora desfavorecida e segregada ao longo da história. No entanto, são justamente essas ações que promovem a inclusão e a igualdade, que acabam sendo severamente criticados pelos que fazem de tudo para manter a relação de poder e dominação. Assim sendo, nas relações e interações que ocorrem nas Universidades entre os alunos calouros e veteranos exalam essa relação de subordinação, superioridade e dominação onde os calouros são submetidos a uma infinidade de ações que violam seus direitos.

De acordo com Amaral,

Às avaliações sobre sua “eficácia”, somam-se julgamentos morais acerca das ações afirmativas e, mais especifica-

mente, de uma de suas modalidades, a política de cotas. Tais sentimentos estiveram presentes nas falas dos (as) entrevistados (as) que remetem ao descontentamento com a forma primeira de implementação da Lei no Estado do Rio de Janeiro, bem como críticas ao Governo no qual a Lei foi originalmente aprovada, objeto de não poucas desconfianças em seu intento de inclusão social de minorias (AMARAL, 2006, p. 10).

Com a ampliação de oportunidades, a partir das ações afirmativas⁵, o quadro muda quando se oportuniza de forma igualitária, dentro desses espaços, a presença marcante e forte de mulheres, negros, deficientes e dos economicamente prejudicados em nossa sociedade, apropriando-se e ocasionando fissuras significativas nos alicerces discriminatórios que tendem a resistir e manter o “ato de poder” nas relações interpessoais entre os alunos.

A igualdade material presente, no princípio constitucional, apreciada por Barbosa (2005) busca, algo além de que todos sejam tratados da mesma forma, defendido pela igualdade formal, mas que os mais prejudicados segregados e marginalizados possam receber tratamento diferenciado para que de fato possam aproximar-se, de forma real e não utópica, dos considerados mais fortes, ou seja, dos que sempre nos dominaram.

Assim como é evidenciado por Amaral,

Não é simples objetivar: o que é rejeição à “discriminação positiva” como estratégia da justiça como equidade; o que é uma crença na “democracia racial” no Brasil, cujas “cotas raciais” viriam afrontar; o que é temor do prolongamento de uma política compensatória em substituição a aquelas que atinjam o cerne da não distribuição de renda no país; e o que é um ceticismo em face da eficácia da

SUMÁRIO

5

Ação afirmativa refere-se a determinadas ações que objetivam equiparar pessoas ou grupos sociais que se encontra em posições desvantajosas para que possam integrar a sociedade de forma igualitária. Cf. VILAS-BÔAS, Renata Malta. “Ações afirmativas e o princípio da igualdade”, 2003 (AMARAL, 2006).

política – não sua desaprovação – em razão da intencionalidade dos atores políticos, da confiabilidade dos critérios e das possibilidades de sua manutenção. Ainda assim, nas entrevistas, busquei capturar as motivações das controvérsias sobre as ações afirmativas e, portanto, seus desdobramentos: o discurso da invalidação da política ou o empenho em seu aperfeiçoamento como mecanismo de minimização da desigualdade de acesso entre negros e não-negros nas universidades públicas (AMARAL, 2006, p. 10-11).

As manifestações discriminatórias presente nas práticas do trote têm refletido na atualidade, o quanto nossos jovens ainda estão arraigados em reproduzir discriminações de cunho racial, gênero, econômicos e sexuais, utilizando como ferramenta os “rituais de passagem”, que acabam de certa forma, sendo legalizado pela sociedade como prática naturalizadas definidas como piadas, brincadeiras que fazem parte do início da vida acadêmica desses alunos.

Piadas e brincadeiras que são muitas das vezes carregadas de cunho racista, homofóbicos, sexistas que para Kilombola (2019, p. 136) “reforçam a superioridade branca e a ideia de que pessoas negras ou as tidas como diferentes deveriam permanecer em posição subordinadas.” Portanto, de acordo com Almeida Junior (2011),

Podemos pensar o trote como uma relação de opressão, de dominação que reproduz as relações de autoridade características das sociedades autoritárias, totalitárias ou falsamente democráticas. O trote seria assim, uma forma de produzir opressores que mais tarde, serão utilizados nas relações sociais em que a opressão está posta como regra (ALMEIDA JUNIOR, 2011, p. 97).

Contudo, apesar de toda uma expressão e sugestão de garantia de acesso as IES, principalmente ao que se refere aos segregados de nossa sociedade, é perceptível que existe um esforço em promover medidas eficientes que assegurem não só o ingresso desses estudantes como também a permanência dessa população no Ensino

Superior. No entanto, o fato de promover o acesso não é garantia de permanência, dos discentes de baixa renda e de minorias étnicas. Sendo assim, dentre outros instrumentos que possam contribuir para a fidelização desses alunos até a conclusão do curso, acaba por envolver diversos fatores, os quais apontamos aqui nesta pesquisa a forma de acolhimento/ recepção que os estudantes têm recebido nas dependências das universidades e/ou até mesmo fora desses ambientes, podem ter efeitos positivos ou negativos para a continuidade na vida acadêmica.

CONCLUSÃO

A ambiguidade atribuída às práticas do trote universitário, reflete que nos centros de Pesquisa da UENF as práticas das ditas “recepções” têm assumido uma postura extremamente de subalternidade dos alunos calouros em relação aos veteranos. O que para alguns esse “rito de passagem” funciona como um marco de cooperação e boa vontade, para outros o trote é visto como uma ação abusiva e violenta, ou seja, um ritual que reproduz a relação de poder.

Desse modo, o trote violento, caracterizado como “ritual de passagem”, coloca em evidência a ocorrência de discriminações em diversas instâncias e categorias, tendo um papel nefasto no início da interação entre os envolvidos. Os reflexos da vulnerabilidade dos acadêmicos ingressantes são evidentes, principalmente porque antes esses espaços estavam distantes da realidade. Porém com as mudanças de acesso, que oportunizaram aos desfavorecidos acesso ao Ensino Superior, os velhos hábitos continuavam ativos, e o trote remete e reitera de forma sutil a subordinação, dominação e controle do indivíduo em troca de uma aceitação limitada e dosificada.

Portanto, é necessário que as responsabilidades sejam atribuídas, tanto de forma individual como coletiva. Contudo, o trote Universitário pode ser incluído como um problema de violação aos direitos, uma vez que colaboram para que os processos opressivos da

sociedade permaneçam naturalizados camuflados como estratégias de boas-vindas aos ingressantes na instituição de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo. **Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito**, Edição 1, Abril de 2017. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>. Acesso em 5 de jun. de 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. **Anatomia do trote universitário**. 2007. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007. Acesso em: 14 ago. 2023.

ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ribeiro de; QUEDA, Oriowaldo. **Universidade, preconceitos e trote**. São Paulo: Editora Hucitec. Acesso em: 10 out. 2022, 2006.

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas**: possibilidades e limites a partir do caso UENF. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2006, p. 9-33.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CUTI. **Quem tem medo da palavra negro**. (Texto publicado na Revista Matriz: uma revista de arte negra, editada em novembro de 2010, pelo Grupo Caixa Preta, de Porto Alegre, RS. Com correções.). Acesso em 02 de setembro de 2019. Disponível em http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf&gt

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. *In*: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005, p.47-82.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. TRADUÇÃO de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 11-69.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018a

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação Afirmativa no Brasil: um debate em curso. *In*: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005, p. 121-139.

PONTE. O que é Necropolítica. **E como se aplica à segurança pública no Brasil** - Rosane Borges, Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-c>. Acesso em 12 de Julho de 2023.

RAÇA E RACISMO NO BRASIL | CARLOS MEDEIROS. Produtor: Café Filosófico. **Plataforma:** Youtube, 30 de agosto de 2016, duração: 47 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RFYQ6axQSho>. Acesso em: 12 de Mai. de 2023.

SODRÉ, Muniz. **Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil**, diz Muniz Sodré. Folha de São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/aceito-a-expressao-mas-racismo-nao-e-estrutural-no-brasil-diz-muniz-sodre.shtml>. Acesso em: 5 de mai. de 2023.

ZUIN, Antônio Á. S. **O trote universitário: passagens de um rito de iniciação**. São Paulo: Cortez, 2002.

SUMÁRIO

The background is a complex abstract composition featuring various geometric shapes such as circles, triangles, and rectangles. The color palette includes shades of blue, red, yellow, green, and black. Some shapes have internal patterns like grids or dots. The overall effect is a layered, dynamic visual field.

19

Micheli Longo Dorigan

A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL:

**REFLEXÕES SOBRE COR, RAÇA
E IDENTIDADE NO CONTEXTO NACIONAL**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.19

INTRODUÇÃO

O fenômeno da mestiçagem existente no Brasil produziu uma grande diversidade étnico-racial. Contudo, em vista da escravidão e da estrutura racista que dela se originou, as pessoas negras, são as que mais sofrem com a desigualdade no país. Os pardos, no entanto, também são prejudicados por esse sistema, fato já comprovado por pesquisas estatísticas, desde 1970. Por esse motivo, o movimento negro e as ciências sociais começaram a considerá-los como um único grupo, o que só foi oficializado pelo Estado em 2010. Todavia, se evidencia na atualidade, o questionamento da identidade racial dos pardos/negros de pele clara, em vista, principalmente do colorismo. Esta pesquisa busca debater sobre cor, raça e identidade no Brasil, a fim de refletir sobre tais questões.

Nesse sentido, centralizamos a análise no século XIX em diante, por entender, que “nas acaloradas discussões acadêmicas, os argumentos apontam o século XIX como o período de uso científico da categoria ‘raça’ e de sua vinculação com a sociedade brasileira” (SANTOS, 2005, p. 116) Nessa linha, será apresentado um resumo da questão racial no país, perpassando temas como mestiçagem, identidade nacional e democracia racial. Para em seguida, refletir sobre movimento negro, identidade racial e colorismo, temáticas de extrema importância no contexto atual, sobretudo com o avanço das políticas de cotas.

A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: MISTIÇAGEM EM FOCO

A questão racial sempre esteve presente na história de nosso país, em vista principalmente de sua grande diversidade étnico-racial. Contudo, é somente com a proximidade da Abolição que a questão

racial ganha pleno destaque e se transforma em um verdadeiro “problema nacional”. Afinal de contas, os negros agora libertos, entrariam na categoria de “cidadãos”, dignos assim, da atenção do Estado.

Na realidade, apesar disso, uma série de instituições pautadas em projetos científicos e deterministas ganhavam estrutura. Segundo Lilia Schwarcz (2012), nessa época, com a entrada das teorias raciais, as desigualdades seriam justificadas via ciência, que defendia a diferenciação entre os grupos raciais, dialogando com as principais teorias antropológicas e biológicas do momento. Em consonância com tais teorias, um outro e ainda maior “problema” surgiria no contexto brasileiro: a miscigenação e papel e o lugar do mestiço na história ainda em construção, da identidade nacional.

E qual seria o lugar do mestiço, nessa sociedade? Segundo Leudjane Diniz (2008), essa questão constituía o grande debate para a elite intelectual brasileira, em vista dos princípios das teorias deterministas sociais vigentes no período. Estas, partiam da ideia de seleção natural do determinismo, que defendia a sobrevivência do mais apto ao meio, ou seja, do mais evoluído, e aplicava o conceito a ideia de raças. Nessa linha de pensamento, a raça branca seria a mais evoluída e superior, e a raça negra a inferior. Ainda, tal perspectiva enxergava de maneira pessimista a ideia de miscigenação, uma vez que partia da premissa de que os caracteres adquiridos não poderiam ser transmitidos, nem passar por processo de evolução.

As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação, e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (OLIVEIRA, 2008, p. 40-41).

Desse modo, apesar de justificar a intensa desigualdade e hierarquia, as teorias acabavam por prejudicar a ideia de um projeto nacional brasileiro, em vista da miscigenação. Nesse contexto, de acordo com Diniz (2008), se:

[...] por um lado, as teorias condenavam a mistura racial e traziam em seu bojo um significado negativo e pessimista, relacionando a palavra miscigenação à idéia de povo degenerado, por outro, a questão da miscigenação devia também encontrar uma saída viável, pois, ao mesmo tempo em que não se podia negar essa realidade no país, desejava-se construir uma identidade nacional baseada na imagem de progresso, o que se tornava um problema (DINIZ, 2008, p. 92).

Assim, a “saída” encontrada elite intelectual brasileira, conforme Lilia Schwarcz (1992), foi adotar o ideal de que as raças significavam realidades essenciais, e em contrapartida rejeitar a noção de mestiçagem enquanto sinônimo de degeneração. Desse modo, de acordo com a autora, pregou-se no Brasil, uma ciência que justificava a desigualdade enquanto inferioridade, mas também uma ciência que defendia uma miscigenação positiva, principalmente, apostando no branqueamento da população.

Por conseguinte, segundo Schwarcz (2012), a partir de 1920, com o processo de construção do Estado nacional, o Brasil constituiria e representaria um caso interessante, sem aparentemente nenhum conflito e/ou dominação racial. Nesse contexto, conforme a autora, deixando de lado o passado escravocrata, ao invés do:

[...] estabelecimento de ideologias raciais oficiais e da criação de categorias de segregação, como o apartheid na África do Sul ou a Jim Crow nos Estados Unidos, projetou-se aqui a imagem de uma democracia racial, corolário da representação de uma escravidão benigna (SCHWARCZ, 2012, p. 40-41).

Esse cenário, na visão de Aníbal Quijano (2005), representa a trajetória histórica e a linha ideológica que envolvia a construção do Estado nacional em países como o Brasil, de imposição de uma ideologia da “democracia racial” que encobria a discriminação e a exploração sobre os negros. Apesar disso, a partir desse momento, segundo Schwarcz (2012), os ideais de mestiçagem começam a

ser valorizados e defendidos como argumento e “um fator impeditivo às classificações muito rígidas e apenas bipolares,” onde a sociedade se constituiria em negros de um lado, e brancos de outro (SCHWARCZ, 2012, p. 44).

Em um país onde o modelo branco escapava ao perfil anglo-saxônico, uma vez que já era em si miscigenado [...] as cores tenderam a variar de forma comparativa. Quanto mais branco melhor, quanto mais claro mais superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco não só uma cor mas também uma qualidade social [...] Nesse contexto, em que o conflito passa para o terreno do não dito, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema; ao contrário, ele se modifica, nos anos 1930, em matéria para exaltação (SCHWARCZ, 2012, p. 44).

Assim nasce a cultura mestiça, a partir da década de 1930, como símbolo da nação. Nesse período, o governo buscou implementar projetos a fim de reconhecer a mestiçagem como principal característica da nacionalidade brasileira. Estes, ganharam corpo e fundamento na produção de Gilberto Freyre, que conforme Kabengele Munanga (1999), retomou a questão racial e a transformou em resposta para a questão da identidade nacional. Nesse contexto, de acordo com o autor, ao transformar a mestiçagem “num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, [...] permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada” (MUNANGA, 1999, p. 79).

A DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

Apesar disso, na visão de Florestan Fernandes (2013), a mistura racial presente no país não constituía sinônimo de ausência de discriminação. Nessa linha, segundo o autor, as situações que fundamentavam a ideia de harmonia racial, vinculavam-se a casos de aquisição de status na camada dominante, e de atenuação dos fenótipos da raça negra.

Assim, nesse período, a inclusão do negro e do mulato na sociedade, variavam de acordo com a tonalidade de pele e a posição social dos brancos com quem se relacionavam. Essa situação, na visão do autor, culminou em dois processos: o surgimento de uma nova concepção de status e papéis sociais dos negros e mestiços, - onde estes não queriam ser relacionados aos escravizados - e a formação, principalmente entre os últimos, de princípios voltados para enaltecer e valorizar a cultura e a cor dominante, a branca.

Ainda, tal conjuntura, de acordo com Fernandes (2013), resultava no drama moral do negro e do mestiço: o conformismo com os casos de discriminação, e a ausência de laços de solidariedade racial. Nesse sentido, para o autor, a falta de integração dos sujeitos de cor, era o principal motivo da formação do sentimento de querer ser, ou se igualar aos brancos, e não a mística da branquidade. Nesse cenário, negros e mestiços ficavam divididos enquanto grupo, o que facilitava a dominação por parte da raça branca.

A maior parte das populações afro-brasileiras vive [...] nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o "passing" que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indistigíveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto os mulatos quanto os chamados negros "puros" caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos acesso, abrindo mão da formação de sua identidade de "excluídos" (MUNANGA, 1999, p. 88).

Nessa linha, Fernandes (2013) aponta o importante papel da luta contra o preconceito racial pelos movimentos sociais, que constituíram a primeira tentativa de contestação do mito da democracia racial. Eles tiveram a importante função de orientar a conduta dos brancos e incitar na população negra, o inconformismo contra o preconceito de cor, bem como proporcionar sua união por meio da consciência racial.

Nesse sentido, tais movimentos, contribuíram para quebrar o “tabu de cor”¹ e criar um sentimento de lealdade entre pretos e pardos, que estariam unidos em prol de uma luta em comum. Assim, conforme o autor, evidenciado a partir da década de 1930 em São Paulo, os movimentos sociais constituíam um mecanismo de defesa e segurança da população negra.

A ambigüidade da linha de cor/classe social e o embranquecimento constituem mecanismos estratégicos que auxiliaram individualmente na ascensão de negros e mestiços na sociedade brasileira. Na década de 30, tentou-se erigir esta mesma estratégia ao nível coletivo. Com efeito, a imprensa negra, criada nessa década em São Paulo, através de jornais como *O clarão* e *Alvorada* começara a denunciar as práticas discriminatórias contra negros [...] Dessa movimentação nasceu, em 1931, a “Frente Negra”, considerada como o primeiro movimento racial realmente reivindicativo após a abolição da escravidão. Esse movimento transformado em partido político em 1936 e interditado no ano seguinte, como todos os outros partidos políticos do país pela ditadura de Getúlio Vargas, e todos os demais movimentos negros que apareceram e desapareceram entre 1945 e 1970 [...] estavam preocupados em dar ao negro uma nova imagem, semelhante àquela proposta pela ideologia de “democracia racial” (MUNANGA, 1999, p. 96-97).

SUMÁRIO

RESSIGNIFICANDO A IDENTIDADE NACIONAL

Todavia, de acordo com Schwarcz (2012), é a partir dos anos 1970, que esse movimento de contestação aos valores tradicionais se fortalece e ganha uma estrutura mais robusta de combate.

1 O “tabu de cor” na visão de Fernandes, remeteria ao medo de não ser considerado branco ou de serem chamados de negros.

Surge, nesse período, o Movimento Negro Unificado (MNU), que junto a outras organizações, passaram a refletir e a questionar o padrão de poder assim como o mito da democracia racial. Nesse período, de acordo com Munanga (1999) “surgem vozes discordantes, oriundas principalmente do mundo afro-brasileiro, propondo a construção de uma democracia verdadeiramente plurirracial e pluri-étnica” (MUNANGA, 1999, p. 90).

O então militante e intelectual negro, Abdias do Nascimento, se fez porta-voz desse mundo afro-brasileiro. Prefaciando o livro *O genocídio do negro brasileiro*, de autoria desse combatente negro, o Professor Florestan Fernandes reconhece que foi a primeira vez que surgiu a idéia de que o Brasil deveria ser consolidado como uma sociedade plurirracial. Ou a sociedade brasileira é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial democrática (MUNANGA, 1999, p. 90-91).

Com essa perspectiva, surgem nessa época uma série de estudos, sobretudo quantitativos, a fim de investigar os aspectos da discriminação no Brasil, e a política da desigualdade. Nesse momento, ganha destaque as pesquisas feitas por Nelson do Valle (1979) e Carlos Hasenbalg (1979), que desmitificavam o pensamento de que os indivíduos mestiços possuíam condições melhores do que os negros na sociedade brasileira.

Os autores comprovaram com uma série dados e indicadores sociais e econômicos, que os pardos estariam muito mais próximos dos negros, do que dos brancos, e por esse motivo, fazia sentido considerá-los como um único grupo. Tais resultados foram apropriados pelos movimentos negros brasileiros, que redefiniram “a desigualdade entre brancos e não brancos como desigualdade entre brancos e negros”, e atribuíram “sua persistência à discriminação racial” (SILVA; LEÃO, 2012, p. 121).

SUMÁRIO

A partir dessa constatação, os intelectuais das Ciências Sociais, em sua maioria, passaram a considerar negros, o somatório de pardos e pretos. Contudo, tal pensamento apenas foi ser formalizado quase 3 décadas depois, a partir do Art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, em que o Estatuto da Igualdade Racial decretou ser a população negra constituída pelo conjunto de “pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (BRASIL, 2010).

Nessa linha, evidencia-se a partir da década de 70, um movimento de contestação e transformação do pensamento histórico relacionado à população negra, e uma tentativa de repensar a história oficial brasileira, até então contada pelos brancos dominantes (SCHWARCZ, 2012). Assim, de acordo com Schwarcz (2012), essa conjuntura constituiu um movimento de ressignificação da identidade nacional e de valorização da população negra.

O movimento negro brasileiro, teve papel fundamental nesse sentido, ao adotar a noção de pertencimento racial e retomar a ideia de negritude para constituir a identidade dos pardos, como um ato de resistência e denúncia ao mito da democracia racial, e a ideologia do branqueamento. Assim, conforme Petrônio Domingues (2005) a negritude passou a ser um conceito dinâmico, de caráter político, ideológico e cultural.

Desse modo, o incentivo ao orgulho de ser negro, contribuiu para romper a ideia de clareamento e fomentar a construção da identidade de uma gama de indivíduos, que antes viviam em um limbo racial (nem branco demais, nem preto demais), através do reconhecimento da grande variedade de tons e traços existentes dentro população negra.²

2 Em vista dessa valorização, associada também a outros fatores, vem aumentando gradualmente, o percentual da população que se autodeclara afrodescendente, no país, como mostra as pesquisas realizadas pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

IDENTIDADE RACIAL: CONHECER, RESSIGNIFICAR E PERTENCER

Todavia, o ato de adotar a identidade negra, de “tornar-se negro”, segundo a psiquiatra Neuza Santos Souza (1983), é extremamente complexo e envolve um intenso processo de conscientização, tendo em vista o fato de vivermos em uma sociedade estruturalmente racista. Nessa linha, de acordo com Souza (1983):

Ser negro é [...] tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de descobrimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA, 1983, p. 77).

Dessa maneira, a práxis de tornar-se negro e assumir a identidade negra, é um processo de construção política, social, cultural e histórica. Além de que, conforme Nilma Lino Gomes (2003) esse processo “implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2003, p. 171).

Em movimentos identitários, a identidade muitas vezes é referida como uma categoria social que indica o que alguém “é” ou “tem”: uma experiência marginalizada e homogênea compartilhada [...] Em contraste, a identidade também pode ser vista como um lar, com base em sentimentos de pertencimento e reconhecimento (Frankenberg, 1993; Essed, 1996), um processo múltiplo, dinâmico e flexível: um estado de “tornar-se” que implica agência humana (Lammers, 2006:283). Relacionalmente, a identidade é construída e negociada como uma co-produção mutuamente dependente do Self e do Outro que

“nos dá um lugar no mundo e faz a ligação entre nós e a sociedade em que vivemos” (Wekker, 1998:40,46). Entretanto, no que concerne à apropriação da identidade racial em relação ao Self, vale lembrar que esta é, ao mesmo tempo, atribuída por outros – e, no caso de ativistas, não sem conflito (id.ib.; Lammers, 2006) (HUIJG, 2011, p. 81).

Dessa forma, percebe-se que a identidade é construída e constituída de forma dialógica, a partir da relação com o outro, e é permeada de atritos e embates (TAYLOR,1998). Nessa linha, de acordo com Rogerio Modesto (2018), o olhar de terceiros é primordial no processo de constituição dos indivíduos negros, uma vez que faz com que estes se reconheçam enquanto tal. Assim, para os pardos, “conta não apenas a leitura que eu faço de mim mesmo, como também a leitura que o outro faz de mim e como essas duas leituras entram em (des)acordo, seja por contradição ou conciliação.” (PEREIRA; MODESTO, 2020, p. 277).

Além de que, conforme a psicóloga Marleide Soares³, o melhor lugar para se desenvolver a consciência e identidade racial, é ao lado de pessoas que passaram por situações parecidas. Desse modo, compreendemos que o indivíduo que se identifica como negro, se reconhece na comunidade negra, como alguém importante e valorizado dentro dela. Contudo, conforme Gabriela Bacelar Rodrigues (2020a), se “dos movimentos negros vem a politização da mestiçagem” vem “também as suspeitas sobre a identidade dos negros mais claros” (RODRIGUES, 2020a, p. 13). Tais questões são colocadas, sobretudo, por conta do colorismo.

SUMÁRIO

3 Comentário da psicóloga em reportagem do site UOL, escrito por Nathália Geraldo. GERALDO, Nathália. Quase brancos, quase pretos: Após longa discussão histórica, pardo ganha nova identidade: negro de pele clara. Site da UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/quase-brancos-quase-pretos/#cover>. Acesso em: 22 agosto de 2021.

COLORISMO NO BRASIL

Segundo Alessandra Devulsky (2021), o colorismo surgiu “em substituição ao sistema de leis e de institutos jurídicos que até então estabeleciam o lugar de negros e brancos durante a escravidão e a partir desses mesmos elementos culturais debitários de um sistema secularmente posto” (DEVULSKY, 2021, p. 47-48). Assim, o colorismo no Brasil surgiu enquanto um meio de manter a hierarquia racial e a organização social do período pós-abolição. Nesse sentido, segundo a autora:

O que se viu no caso brasileiro não foi uma tentativa de forjar-se paulatinamente no imaginário coletivo uma nova ordem racial desvinculada daquele sistema escravocrata outrora em vigor. Muito pelo contrário, a sociedade brasileira tratou de conservar a gradação racial entre negros claros e escuros como instrumento para mantê-los distintamente apartados do que se compreendia como sociedade civil. De fato, se o sistema da escravidão separava em grupos impenetráveis brancos e negros com o objetivo de contingenciar verbas públicas para a educação ou a saúde de brancos, ou de resguardar os melhores postos de trabalho de uma ocupação inopinada pela mão de obra negra, o sistema do colorismo pode ser compreendido como um aliado importante na organização social necessária para se manter essa ordem das coisas (DEVULSKY, 2021, p. 48).

Na atualidade, o conceito de colorismo, pode ser definido, como uma hierarquização dos tons de pele e traços físicos de pessoas negras, que determinam a intensidade de discriminação que essas pessoas irão sofrer. Quanto mais retinta a cor da pele, e quanto maior a quantidade de traços característicos da população negra, maior a possibilidade de sofrer com o racismo. O termo, propriamente dito, foi utilizado pela primeira vez no texto de Alice Walker, *If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?*, presente no livro *In Search of Our Mothers' Garden* (1983).

SUMÁRIO

Com o lapso temporal de mais de 30 anos, essa discussão só pode ser rastreada no Brasil a partir de 2015, com o artigo “Os perigos dos Negros Brancos: cultura mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 1900-1920)” de Giovana Nascimento e, a partir do ano seguinte, pela multiplicidade de vídeos na plataforma do Youtube, e de textos do mesmo teor, em sites como Geledés e Blogueiras Negras (Weschenfelder&Silva, 2018; Duarte, 2015; Silva, 2020) (RODRIGUES, 2020a, p.1).

Tal concepção, utilizada de maneira equivocada, pode levar ao pensamento de que os mestiços ou negros de pele clara, possuíam benefícios e privilégios em uma sociedade racista. Contudo, conforme com Alessandra Devulsky (2021), esse benefício constitui apenas um desdobramento do racismo. Assim, “seja em torno do fenótipo, seja com relação à carga cultural expressa pelo sujeito, a categorização do quanto um indivíduo é negro só ocorre após a leitura de que ele não é branco (DEVULSKY, 2021, p. 29).

No Brasil, segundo Devulsky (2021), “o colorismo estipula o quanto é possível ser negro gozando de alguma segurança. A mestiçagem serve, assim, como *laisser-passer*” (DEVULSKY, 2021, p. 43). Todavia, de acordo com a autora:

[...] um negro de pele clara lido como sujeito autorizado a circular na esfera branca de poder, ao portar um turbante, ao usar um dread no cabelo, pode perder com muita facilidade seu *laisser-passer*. A sutil linha que divide esses espaços de trânsito social é facilmente rompida, e essa insegurança é apreendida quase que naturalmente na sociedade por negros, especialmente os de pele clara, visto que para aqueles de pele escura a linha separatória é praticamente inamovível. Por isso, roupas, signos ostentatórios de riqueza, estéticas eurocêntricas, todos esses elementos fazem parte do arcabouço de valores que negros usam para aliviar a carga de racismo a qual estão expostos (DEVULSKY, 2021, p. 43-44).

Dessa forma, para Devulsky (2021), é insensato afirmar que os indivíduos mestiços ou negros de pele clara são vistos e tratados como “quase brancos” em nossa sociedade, não se sujeitando assim a situações de preconceito e discriminação, uma vez que o “reconhecimento de vantagens concedidos a negros de pele clara não faz deles sujeitos pertencentes aos espaços de poder tradicionalmente ocupados por brancos no Brasil” (DEVULSKY, 2021, p. 19).

COLORISMO E IDENTIDADE

Ademais, a temática do colorismo é especialmente sensível no momento em que vivemos hoje, de surgimento e concretização de políticas públicas para a comunidade negra, uma vez que tais políticas levam em conta a questão da autodeclaração de cor/raça como o principal mecanismo, apesar de haver as comissões de heteroidentificação, na maioria dos casos, para a efetivação do benefício das cotas.

[...] as políticas afirmativas [...] mexeram no tabuleiro racial do Brasil não só dinamizando a relação classe/raça, mas também as próprias autodeclarações raciais, dito de outro modo, as proporções raciais do país. Nesse sentido, o crescimento que a população negra registra no Brasil tem, possivelmente, como um dos seus fatores, o estímulo que as políticas afirmativas fornecem para que mais pessoas se declarem negras. Esse aspecto aparentemente instrumental da identidade colabora para os conflitos em torno da legitimidade do pertencimento negro de indivíduos pardos, bem como do seu direito às cotas (RODRIGUES, 2020b, p. 6).

Nesse sentido, além da alegação de que os negros de pele clara teriam mais privilégios por vivermos em uma sociedade colorista, evidencia-se o “surgimento de termos como ‘afrobege’ ou

'afroconveniente', indicativos da suspeita criada sobre a legitimidade ou veracidade da identidade negra desses sujeitos pardos ou 'negros de pele clara' (Carneiro, 2016)" (RODRIGUES, 2020a, p. 1).

O problema se intensifica na medida em que a pigmentocracia suposta pelo colorismo se transforma em uma escala para medir quão negro o sujeito é. Nessa linha, os negros de pele clara, são vistos como menos negros, ou até mesmo, possuem sua identidade racial anulada por pessoas tanto da comunidade negra, quanto fora dela.

Nessa perspectiva, conforme Camila de Albuquerque Nascimento (2020), comentando as considerações de Trudier Harris⁴, o colorismo instaura dentro da "identidade negra um sentimento de injustiça sob a falsa ideia de que negros de pele clara que têm acessos que os retintos não alcançam são menos negros, fomentando uma rivalidade que afasta a unidade do movimento" (NASCIMENTO, 2020, p. 14).

Tal cenário é extremamente prejudicial tanto a nível individual, quanto para o coletivo. A nível individual, para os sujeitos pardos ou negros de pele clara, essa perspectiva contribui para ocasionar diversos conflitos de consciência e prejudica o desenvolvimento de uma identidade saudável, em vista da desvalorização e deslegitimação da mesma. Além do fato, desses indivíduos terem suas posições raciais constantemente deslocadas entre o ser branco e o ser negro, dificultando a saída do limbo racial-identitário (GOMES, 2019) em que vivem, devido ao fato de serem brancos demais para assumirem a identidade negra, e escuros demais para adentrarem na camada branca dominante.

No nível coletivo, a negação da negritude dos indivíduos negros de pele clara, enfraquece a luta contra o racismo estrutural

SUMÁRIO

4

HARRIS, Trudier. "Pigmentocracy." *Freedom's Story, Teacher Serve*. National Humanities Center. Disponível em <http://nationalhumanitiescenter.org/tserve/freedom/18651917/essays/pigmentocracy.html> Acesso em 22 de agosto de 2021.

e o mito da democracia racial, e contribui para a perpetuação da branquitude entre eles. Além de que, conforme Rodrigues (2020a), é “politicamente perigoso, para os interesses dos próprios movimentos negros, que a maior população do país, a população parda, seja essa que não sabe o seu lugar” (RODRIGUES, 2020a, p. 13).

Desse modo, percebe-se que discutir sobre colorismo de forma superficial é extremamente perigoso, pois corrobora o imaginário de que os negros de pele clara, sofrem menos com a discriminação, ou até mesmo não são atingidos por ela, e possuem privilégios em nossa sociedade. Além disso, leva ao questionamento da negritude dos indivíduos com a pele menos retinta, e a anulação de sua identidade racial, gerando constrangimento e insegurança nos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a partir do exposto, foi possível compreender um pouco sobre as questões relacionadas à cor, raça e identidade na sociedade brasileira, com enfoque do século XIX até a contemporaneidade. Entende-se que é necessário conhecer o passado, para aprender com ele e compreender o presente. Nessa linha, foi apresentado um resumo da questão racial no país, perpassando temas como mestiçagem, identidade nacional e democracia racial, a fim de discutir sobre movimento negro, identidade racial e colorismo, tópicos de extrema importância no contexto atual. Tais questões trazem à tona elementos complexos da constituição da sociedade brasileira, e por esse motivo, faz-se necessário discutir sobre eles. O trabalho apresentado, de caráter introdutório, é somente um pequeno passo nessa direção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 31 jan. 2023.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. **Nas linhas da literatura**: um estudo sobre as representações da escravidão no romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento da negritude**: uma breve reconstrução histórica. *Mediações*. 10 (1). p. 25-40.2005.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal. 1979.

HUIJG, Dieuwertje Dyi. "Eu não preciso falar que eu sou branca, cara, eu sou Latina!" Ou a complexidade da identificação racial na ideologia de ativistas jovens (não)brancas. **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 77-116, 2011.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no mundo dos brancos**. Editora Global. São Paulo. 1ª edição digital. 330 p.2013.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos De Gênero e Diversidade**, 5(1), 66-78.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. 140p.

NASCIMENTO, Camila de Albuquerque. **A permissão de ser preta: uma análise do colorismo na mídia brasileira** [recurso eletrônico] / Camila de Albuquerque Nascimento. – Cabedelo, PB. 26 p. 2020.

OLIVEIRA, Ana Maria. **A questão racial na obra "O mulato" de Aluísio Azevedo**. 2008, 69 p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. 2008.

SUMÁRIO

PEREIRA, Cely; MODESTO, Rogério. "Mulher Negra de Pele Clara": lugar de enunciação e processos de identificação. **Revista Entremeios**. Pouso Alegre (MG), vol. 21, p. 274-290, jan. - jun. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (p. 107-130)

RODRIGUES, Gabriela Bacelar. **Mulatos, pardos, "afrobeges"**: negros de pele clara ou "afroconvenientes"? 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2020a.

RODRIGUES, Gabriela Bacelar. Afrobeges passam na comissão das cotas?. **Caderno de resumos XI COPENE** - Negras escrituras, interseccionalidades e engenhosidades, 2020b.

RODRIGUES, Gabriela Bacelar. **(Contra)mestiçagem negra**: pele clara, anti colorismo e comissões de heteroidentificação racial. UFBA.br, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/34195>. Acesso em: 16 de Set. de 2021.

SANTOS, Edson Bomfim. **Branquismo, pensamento colonizado e racismo no Brasil**. Anais do Seminário de Ciências Sociais 3. 2018.

SANTOS, Jocélio Teles. dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32, 2005.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. **Nem preto, nem branco muito pelo contrário**; cor e raça na sociabilidade brasileira. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma. v. 1. 148p. 2012.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. O Olhar Naturalista: Entre a Ruptura e a Tradução. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.35, p.149-167. 1992

SILVA, Graziella Moraes; LEÃO, Luciana T. de Souza, O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 27, n. 80, p. 117-133, 2012.

SILVA, Nelson do Valle. **"White-non-white income differentials: Brazil"**. Ann Arbor, PhD Thesis, Sociology, Michigan. 1979.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. *In*: C. Taylor (Org.), **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget. 1998.

WALKER, Alice. *In*: **Search of Our Mothers' Gardens**: Womanist Prose. San Diego: Harcourt Brace, 1983.



20

Noah de Melo Machado

A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS:

**UMA ANÁLISE DO CASO
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.20

INTRODUÇÃO

Vivemos um dos momentos de maior tensão no campo das políticas de educação. O cenário sociopolítico dos últimos anos mostra diversas reformas educacionais e propostas de modificação dos sistemas de ensino que afetam tanto a oferta de vagas nas escolas, quanto o currículo ensinado, a forma de gestão dos sistemas de ensino, bem como as condições de atuação dos trabalhadores da educação em diversas regiões do Brasil e América Latina. A crise estrutural do sistema capital estimula a radicalização dos processos de mercantilização da vida, de modo que a presença de atores privados, que buscam influenciar os caminhos das políticas de educação, se torna cada vez mais ampla. O empresariamento da educação básica, que se mostra cada vez mais evidente, têm como elementos fundamentais a mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado (Motta e Andrade, 2020; Freitas, 2018).

A partir de 1980 a liberalização se torna uma tendência hegemônica no desenvolvimento dos países Latino-americanos. Nesse processo, diversas disputas acerca da forma, sentido e conteúdo das instituições que estão se consolidando ocorrem. Tanto pela influência de agentes nacionais, que buscavam reformar o aparelho do Estado, quanto pelas parcerias e orientações técnicas advindas de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). É nesse contexto que o gerencialismo ascende enquanto importante elemento ideológico para a reprodução do sistema-capital.

A chamada “nova gestão pública”, que tem em suas agendas a terceirização e privatização de serviços anteriormente fornecidos pelo Estado, constitui-se enquanto forma de precarização do trabalho, além de auxiliar na criação de mecanismos para facilitar a abertura do fundo público a organizações empresariais, o que corresponde a uma resposta ao imperativo da acumulação capitalista

SUMÁRIO

a qual estão submetidos os países latino-americanos, dada sua situação de dependência. O que, por sua vez, influenciou na consolidação dos Estados nacionais nessa região do planeta e conferiu características específicas ao seu desenvolvimento, bem como as políticas sociais aqui implementadas. Isto ocorre pois os países do capitalismo dependente tendem a se integrar na economia global sob influência de um conjunto de determinações e sobredeterminações que estruturam a forma concreta das relações de classe, os padrões de desenvolvimento e tendências no campo político experimentados pelo continente.

O objetivo desta pesquisa foi analisar, à luz das contribuições da Sociologia de Florestan Fernandes (2008) e da Teoria Marxista da Dependência (Brettas, 2020; Reyes, 2022), o avanço das reformas empresariais na área educacional a partir do estudo de caso das Organizações Sociais (OS) no Estado de Goiás entre 2015 e 2018, período correspondente ao governo de Marconi Perillo (PSDB), que em seu último mandato tentou implementar as OS na gestão das escolas da rede estadual, seguindo recomendações do Banco Mundial em parceria realizada para cooperação técnica.

Em nosso estudo buscamos debater as tensões em torno das disputas na implementação de políticas educacionais sob o capitalismo dependente. As políticas sociais são uma importante esfera de efetivação da ação do Estado na sociedade. A educação é um campo de conflito e disputa de hegemonia, no qual diferentes agentes e projetos políticos disputam o sentido, a finalidade e a forma concreta que devem assumir as instituições do sistema educacional. Para tanto, a fim de analisar o objeto e a conjuntura em que se insere, foi necessário captarmos conflitos, contradições e antagonismos que lhe são inerentes, orientados por uma visão materialista e dialética de compreensão da estrutura social. Para desenvolver a pesquisa, utilizamos metodologias inscritas no campo das pesquisas qualitativas, como estudos bibliográficos e pesquisa documental.

A análise da legislação estadual e dos editais de chamamento das OS (Goiás, 2005, 2015, 2016), notícias (Goiás, 2016; Teixeira, 2017), e da bibliografia especializada do campo das políticas públicas de educação e teoria da dependência, demonstrou que a proposta de gestão por OS em Goiás se mostra bastante danosa para os trabalhadores do sistema educacional, ao promover um projeto político de ampla precarização e pauperização de suas condições de trabalho, além de trazer séria desconfiança quanto ao risco da implementação do modelo para a qualidade do ensino dos estudantes sobretudo no que tange as condições de oferta de uma educação de qualidade no contexto de Goiás.

DEPENDÊNCIA E DOMINAÇÃO NO NEOLIBERALISMO LATINOAMERICANO

De acordo com Weeks (2020, p. 493), a teoria da dependência oferece uma explicação do ponto de vista radical para “[...] a característica mais marcante da sociedade global: a existência de países em níveis impressionantemente distintos de desenvolvimento [...]”. Conforme argumentam os autores dessa perspectiva, a teoria da dependência busca trazer explicações para o desenvolvimento das hegemonias capitalistas, bem como para a desigualdade global a partir da compreensão de que o subdesenvolvimento dos países periféricos é resultado de um processo sistemático de extração de renda e riqueza por parte dos países centrais do capitalismo, sobretudo a partir de relações de comércio, financeiras, políticas, dentre outras, marcadamente desiguais.

Consonante com essa posição, no que tange às desigualdades de poder na economia mundial, é Osório (2019) que afirma que o sistema capitalista global impõe condicionalidades às economias periféricas, limitando a soberania dos Estados nacionais e conferindo

SUMÁRIO

características específicas ao seu desenvolvimento. Os países do capitalismo dependente tendem a se integrar na economia global sob influência de um conjunto de determinações e sobredeterminações que estruturam a forma concreta das relações de classe, os padrões de desenvolvimento e tendências no campo político experimentados pelo conjunto dos países latino-americanos (Fernandes, 2008). Ainda segundo Fernandes (2008, p. 72, grifo nosso) “a articulação entre estruturas arcaicas e modernas é um **requisito** do capitalismo dependente” de modo que a combinação dessas estruturas confere a forma concreta do regime de classes, no qual os trabalhadores experimentam taxas de superexploração do trabalho e precarização da vida em patamares bem superiores aos dos países do capitalismo central. De acordo com Reyes (2022),

Em seu movimento real, o capitalismo latino-americano segue tendências qualitativamente diferentes, entre as quais se destacam que a superexploração é a forma predominante de exploração da força de trabalho, que há transferências sistemáticas de mais-valia para o exterior através de trocas desiguais e que sua reprodução é marcada por uma quebra no ciclo do capital (Reyes, 2022, p. 365).

Como consequência desses elementos estruturais, têm como desdobramento a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora e deixam uma margem muito pequena para o atendimento das demandas reivindicadas pelos trabalhadores. De modo que acaba ocorrendo um processo de profunda concentração de riqueza, potencializando os conflitos de classe e as forças de coerção e opressão dos estados dependentes, como por exemplo, pela criminalização das resistências populares (Brettas, 2017). De acordo com a autora, dado esse contexto, uma tendência que se manifesta fortemente no contexto latino americano é o caráter interventivo do Estado, sobretudo diante de crises. Isto também ocorre nos países centrais, entretanto “[...] a diferença é que nos elos mais fracos da cadeia imperialista, muitas destas crises tendem a vir de

fora e a assumir grandes proporções internamente, o que demanda uma atuação mais ofensiva para dirimir seus desdobramentos” (Brettas, 2017, p. 56).

A partir de 1980, a liberalização tornou-se uma tendência na política econômica da América Latina. A predominância de políticas com essa orientação fortaleceu a hegemonia dos setores favoráveis ao mercado e à iniciativa privada. Nesse contexto, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) se inserem enquanto agentes de importante influência nas políticas de liberalização aplicadas nos países Latino-Americanos, pois têm a promoção de mercados enquanto uma missão institucional. A emergência da crise do endividamento na década de 1980 criou terreno para uma transformação no papel do Banco Mundial e de outros organismos multilaterais. Isto é, em conjunto os organismos multilaterais passam a atuar como agentes centrais no gerenciamento das relações de crédito internacional, momento em que o BM ganha importância estratégica na reestruturação econômica dos países dependentes, tornando-se guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por garantir o pagamento da dívida externa e garantir as condições para abertura dessas economias ao capital global (Soares, 2000).

A partir desse momento, o FMI e o Banco Mundial constituem-se enquanto importantes atores na efetivação de interesses hegemônicos no processo de mercantilização das políticas sociais. Faz-se necessário, portanto, analisar o neoliberalismo considerando as dimensões de suas transformações em uma perspectiva global, que considere a desigualdade existente nessas relações geopolíticas, aporte fundamental para compreendermos as raízes deste projeto político. Isto porque, conforme argumentamos acima, o sistema capitalista global e o conjunto de relações de poder que perpassam os Estados e as instituições que avançam na implementação desta agenda nas periferias do sistema (FMI e Banco Mundial), fornecem elementos que permitem compreender quais as reais intenções por trás das agendas de “modernização” dos sistemas e serviços públicos.

SUMÁRIO

O Neoliberalismo é um conceito polissêmico. Mesmo dentro do marxismo, ele foi concebido de diversas formas¹. Nesta proposta, buscamos entender as transformações neoliberais nas políticas sociais a partir da noção de Sistema de Acumulação (SA). Saad Filho e Moraes (2018), definem o SA como a configuração ou modo de existência do capitalismo em uma dada conjuntura. Sendo determinado pelas relações de classe atreladas ao modo de extração, acumulação e distribuição do mais-valor, bem como as estruturas e processos institucionais que possibilitam a reprodução dessas relações. Para compreender adequadamente essas estruturas e esses processos históricos, é preciso analisar os regimes políticos, as escolhas políticas e as histórias institucionais nos quais eles estão inscritos.

De acordo com Saad Filho (2015), a forma de reprodução social que se segue na contemporaneidade é particularmente neoliberal. Neste sentido, compreendê-la como a forma histórica de existência do capitalismo contemporâneo implica entender como ele se consolida como “uma estrutura material de reprodução econômica, social e política” (Ibidem, 2015, p. 59). Saad Filho e Moraes (2018) explicam que esse sistema de acumulação possui quatro características centrais: 1) A financeirização do capital, da ideologia e do Estado; 2) Integração da produção em nível global; 3) Abertura das economias, sendo o capital externo um elemento fundamental na estabilização do balanço de pagamentos; 4) Políticas macroeconômicas baseadas no ajuste fiscal e austeridade, além de estabelecer metas de inflação, onde a manipulação das taxas de juros constitui a principal ferramenta de política econômica.

Operando em conjunto, estes aspectos contribuíram para elevar as taxas de exploração a um patamar superior ao alcançado pelos sistemas de acumulação anteriores. A partir da década

1 Para um exame detalhado dos conceitos de Neoliberalismo na teoria marxista, ver: SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: Uma Análise marxista. **Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 20 ago. 2015.

de 1980, a liberalização se tornou uma tendência compulsiva na América Latina, sob a forma dos ajustes estruturais. Esse programa constitui uma ofensiva que busca responder à crise ocorrida em meados dos anos 1970, que desacelerou o crescimento e desencadeou uma rápida queda nas taxas de lucro; aumentando os custos das garantias conquistadas pelos trabalhadores através de novos direitos sociais, ao exigir certo nível de destinação do orçamento público que o capital só aceitaria enquanto as taxas de lucro se mantivessem elevadas (Netto; Braz, 2012).

As mudanças impostas pelo neoliberalismo costumam vir acompanhadas de uma retórica enfática, que insiste na necessidade de “redução do tamanho do Estado.” Em um primeiro momento, esse elemento costuma ser interpretado como a “retirada” do Estado da economia, para que assim o país possa se inserir na nova configuração do capitalismo internacional. Contudo, é preciso ressaltar que essa regra não é universal, pois em cada conjuntura isso se expressa de maneira distinta. Pois ao mesmo tempo que a ascensão neoliberal significou um contraponto ao estado de bem-estar social e o desmonte de diversas de suas instituições no norte global, na América Latina e nos países de capitalismo dependente assinalou um aumento da atuação do estado, reconfigurado, intervindo a fim de atender os interesses hegemônicos do capitalismo global. Em outras palavras, o neoliberalismo corresponde a uma determinada configuração das relações de poder, que possui seus próprios compromissos, sendo o seu compromisso fundamental aquele estabelecido com o capital financeiro (Duménil; Lévy, 2005). E o Estado tem um papel fundamental na reprodução desse modo de vida. A avaliação acerca do modo como essas políticas se desenvolvem em cada realidade precisa ser analisada criticamente, de modo que possamos separar o conjuntural daquilo que é específico na experiência neoliberal em diversas regiões do sul global.

As reformas neoliberais objetivam transformar os fundamentos materiais da economia, da sociedade e da reprodução social, de modo que isto gera impactos nas relações de classe e a dinâmica

distributiva entre elas (Saad Filho, 2015). Essa abordagem que trata do neoliberalismo enquanto um momento histórico, com suas respectivas estratégias de acumulação é formulada mais com base na lógica de efetivação das reformas do que em uma cronologia linear e rígida. Isto porque a realidade é complexa e integrada, o que faz com que esses elementos possam ocorrer simultaneamente, ou ser superpostos, protelados. Cabe ao analista compreender adequadamente cada contexto e os processos sócio-históricos que o envolve. Na próxima seção, veremos os desdobramentos desse contexto no estudo de caso sobre as Organizações Sociais.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO: O AVANÇO NEOLIBERAL NO SISTEMA DE ENSINO GOIANO

Criada no contexto da Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) no Governo de FHC na década de 1990, as Organizações Sociais (OS) é para os seus idealizadores a possibilidade de saída de uma dita “crise do Estado” (Brasil, 1997), a qual, segundo estes, o Brasil já enfrentava desde a redemocratização. Conforme disposto no PDRAE, o projeto das OS teria como objetivo, promover a descentralização de atividades do setor de prestação de serviços não exclusivos, “a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não estatal²” (Brasil, 1995, p. 74).

2 A noção de público não estatal é discutida por Bresser-Pereira e Grau (1999) e consiste na ideia de que a crise do Estado poderia ser superada por um modelo de administração pública considerado pelos autores como mais eficiente, isto é, o setor público não estatal, também tratado como “terceiro setor” pela literatura do campo das políticas públicas. Apesar de terem surgido em momentos distintos da história, o setor é compreendido pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC) surgidas nos anos 1960, as Organizações Sociais (OS) e as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), surgidas nos anos 1990. Que consistem em pessoas jurídicas de direito privado, supostamente sem fins lucrativos, que se dedicam a atuar em diversas áreas da política social, como saúde, educação, segurança pública, assistência social etc.

SUMÁRIO

Durante toda a década de 1990, empreenderam-se diversas privatizações nos diversos setores da economia em que o Estado atuava como provedor e que os governos consideravam um domínio “indevidamente explorado” pelo setor público. Assim, surgem, no final da década de 1990, com a publicação da Lei federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, as OS. Segundo o Art.1º, da referida lei, o poder executivo pode qualificar como Organizações Sociais (OS).

... pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei (Brasil, 1998).

Esse movimento em direção ao terceiro setor tinha como um de seus principais argumentos, a crítica à regulamentação e procedimentos presentes na burocracia estatal (Brasil, 1997, p. 8), bem como a promoção de mecanismos de acesso ao fundo público por atores privados. Conforme esclarece Gentili (2001), “privatizar não significa ‘afastamento’ do Estado e sim, em alguns casos, participação decidida de um aparelho governamental, ele mesmo privatizado, que opera em benefício dos grupos e corporações” (p. 87). Por terem suas atividades relacionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, as OS atuam em áreas de interesse público, as quais, no entanto, não podem ser consideradas serviços públicos *stricto sensu* (Mazza, 2013), tendo em vista o rearranjo da atuação do Estado nos setores a elas vinculados.

Desde 2010, o ex-governador do Estado de Goiás Marconi Perillo (PSDB) já apresentava em seu Plano de Governo a proposta de promover “Contratos de Gestão com Organizações Sociais” na administração de diversos setores do Estado. Baseado na ideia de “gestão pública por resultados”, pautada no racionalismo neoliberal e orientada para o estabelecimento de exigências de “retorno dos trabalhos a serem realizados, metas a serem atingidas, prazos de execução,

SUMÁRIO

sua operação, orçamento e os resultados esperados” (PERILLO, 2010, p. 16), o governador implementou projetos nesse sentido, como a inserção das OS na administração dos Hospitais públicos estaduais em 2011, e a partir de 2015 iniciou-se o processo de implementação das Organizações Sociais na educação.

Durante o governo Perillo (2015-2018), a proposta de implementar as OS nas escolas estaduais em Goiás foi o principal elemento da agenda educacional da Secretaria de Educação, seguindo as orientações do Banco Mundial, em parceria técnica firmada para implementação da política. Entre 2015 e 2017 foram publicados seis editais para selecionar as OS que iriam atuar na política. Esse processo foi marcado por disputas de diversos agentes públicos, privados, além de movimentos sociais contrários à política. Assistiu-se a uma disputa no campo da educação goiana no que se refere a celebração de Contrato de Gestão com OS para “gerenciamento, a operacionalização e a execução das atividades administrativas, de apoio para a implantação e implementação de políticas pedagógicas definidas pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) nas Unidades Educacionais da Rede Pública Estadual de Ensino” (Goiás, 2015, p. 1). Inspirado no modelo estadunidense de terceirização da educação, as chamadas *charter schools* (Freitas, 2018), o projeto que teve como objetivo transferir a gestão das escolas para as OS previa, inicialmente, abarcar somente a “Macrorregião IV, Anápolis” (Ibidem, 2015, p. 1), e posteriormente, conforme a então secretária de Educação, Cultura e Esporte, Raquel Teixeira declarou em entrevista à TV UFG (2016), que o objetivo era ampliar a política para toda a rede de ensino do Estado.

O processo de implementação das OSs na educação se inicia em abril de 2015, através da “Convocação Para Qualificação De Entidades Como Organização Social De Educação” (Goiás, 2015). A referida convocação foi feita tendo em vista que não existiam organizações sociais qualificadas em educação no Estado de Goiás. Neste sentido, conforme prevê a lei de OS do estado de Goiás,

é papel do mesmo estimular “a qualificação como organização social do maior número possível de entidades de direito privado” (Idem, 2005). Em dezembro de 2015 foi publicado o 1º edital, que estabelecia as diretrizes a serem seguidas pelas Organizações Sociais concorrentes. O edital estabelecia que as OSs tinham que apresentar projetos que apresentassem propostas de melhorias do “ponto de vista pedagógico, econômico, operacional e administrativo e os respectivos prazos e formas de execução” (Goiás, 2015) durante o período de vigência do contrato gestão das escolas, a OS precisava ser idônea e que seus proprietários não tivessem inadimplências com o Estado de Goiás.

Ao todo, houve seis editais de chamamento, dentre os quais, após prévia leitura dos documentos, optamos por apresentar nesse texto, as análises e reflexões sobre os editais de chamamento público nº 01/2016, 003/2016 e 003/2017. De acordo com o edital nº01/2016, as escolas foram selecionadas através das três principais etapas:

a) estruturação de um banco de dados com variáveis que caracterizam as escolas estaduais; b) aplicação da (sic) técnicas estatísticas denominada de análise fatorial para identificação de agrupamentos de unidades escolares por similaridades; c) definição de critérios para a caracterização do Grupo Alvo e identificação das unidades escolares prioritárias (Goiás, 2015, p. 17).

As variáveis consideradas no estudo foram “i) perfil da escola; ii) localização; iii) indicadores de desempenho, iv) indicadores de contexto ou socioeconômicos, v) indicadores de infraestrutura e vi) indicadores econômico-financeiro das escolas” (Ibidem, 2015, p. 17). A partir desse processo, agrupou-se as escolas em grupos com perfis semelhantes, buscando selecionar as escolas com o perfil mais adequado para a OS atuar. O edital 01/2016 previa a implementação da gestão compartilhada em 30% das unidades da Macrorregião IV, o que representava um número de 23 escolas, totalizando 16.016 estudantes (GOIÁS, 2015). A partir do chamamento público a entidades

SUMÁRIO

para se qualificarem enquanto Organizações Sociais (GOIÁS, 2015), houve ampla manifestação por parte de estudantes da rede estadual de ensino, que ocuparam 27 escolas em diversas cidades do estado, além de professores da rede estadual, docentes e discentes da Universidade Federal de Goiás (UFG) que se posicionaram contra a política, pois consideravam bastante danosa à educação. Em 2016, após decisão de mudar o local da abertura dos envelopes com as propostas das OS que concorriam para assumir a gestão das 23 escolas, a SEDUCE foi ocupada por 31 manifestantes

Além disso, existem outros pontos polêmicos em relação à proposta, tanto com relação à forma de transferência de verbas para as OS, quanto com relação possibilidade precarização o trabalho docente e as condições de manutenção dos estudantes na rede pública de ensino. De acordo com Souza e Maria Flores (2017), um dos principais argumentos levantados pelo movimento de luta contra as OS, tinha relação com a

expertise das OSs qualificadas pela Seduce para gerenciar as unidades escolares. Segundo levantamento da Revista Nova Escola, “[...] das 10 OSs qualificadas para o processo de terceirização, cinco delas foram abertas há menos de um ano: Inove, Consolidar, Olimpo, Ecma e Ibces” (NOVA ESCOLA, 2016). Além disso, a revista aponta que a maioria das OSs não tem experiência em gestão da Educação Básica. Além disso, segundo o levantamento, não foi possível conhecer as equipes técnicas que integram as OSs (Souza; Flores, 2017, p. 222).

Esse conjunto de elementos lançava incertezas sobre o projeto ensejado pelo governo do estado de Goiás, ao mesmo tempo que levantavam incertezas acerca de seus interesses em atuar na gestão das escolas estaduais. No que tange à questão do financiamento da educação, alguns pontos importantes merecem ser mencionados: a então secretária de educação Raquel Teixeira afirmou em entrevista à TVUFG (2016) que as OS que fossem escolhidas

para assinar o contrato de gestão deveriam abrir três contas conjuntas com o Estado, de modo que:

Uma delas será para receber apenas os recursos do Fundeb. Outra conta será destinada aos recursos dos salários da Educação e a outra conta vai receber os recursos do tesouro que são vinculados à área. Essas contas podem e devem ser acompanhadas pelo Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sindicatos, universidades e a sociedade em geral.

Todavia, conforme sugerem os autores, de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) “uma única conta para o Fundeb facilita a utilização, pelo ente governamental, do aplicativo adotado pelo agente financeiro do Fundo [...] para fins de execução dos recursos creditados nessa conta” (Souza; Flores, 2017, p. 223).

Desse modo, o crédito e a movimentação dos recursos deveriam ser efetuados unicamente nessa conta. Conforme sugere a Lei nº 14.113/2020 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em seu artigo 21º

Os recursos dos Fundos, provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal, serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, vinculadas ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim, e serão nelas executados, vedada a transferência para outras contas, sendo mantidas na instituição financeira de que trata o art. 20 desta Lei.

Outro ponto polêmico com relação às OS, refere-se à ideia de que o modelo traria mais eficiência e menos burocracia, pois conforme disse o Governador Marconi Perillo no Despacho 596/2015 “a falta de agilidade na condução de procedimentos licitatórios, com trâmite burocrático longo, tem ocasionado demora na aquisição de bens e serviços que acabam por comprometer aspectos administrativos e pedagógicos do serviço público de educação.”

SUMÁRIO

Entretanto, não seria seguro fazer essa afirmação, pois a transferência desses recursos para outra conta criaria mais um obstáculo para o pagamento dos professores contratados pela OS, uma vez que ao invés de receberem diretamente da conta estadual do Fundo, receberão da conta da OS, o que significa que caso houvesse algum atraso no repasse das verbas, consequentemente, os professores e demais profissionais educação teriam seus pagamentos atrasados (Souza; Flores, 2017, 2018).

Outro ponto importante, refere-se à precarização e pauperização do trabalho docente, tendo em vista que de acordo com Raquel Teixeira (2016), no que se refere à contratação de novos docentes no estado, esta seria feita através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que foi defendida pela ex-secretária, como uma medida de valorização dos profissionais do magistério (TVUFG, 2016). A solução para o problema dos contratos temporários seria possibilitar ao trabalhador um contrato via CLT, podendo permanecer na docência até se aposentar.

Entretanto, o discurso da ex-secretária guarda uma armadilha pós-política que merece ser criticada: ao propor como solução para o problema da instabilidade profissional e precarização da docência, a contratação de docentes por uma instituição terceirizada, via regime CLT, em detrimento do preenchimento de vagas através de concursos públicos, possibilitando aos profissionais estabilidade, plano de carreira e uma melhor remuneração; os gestores escancaram a tônica neoliberal de sua agenda política, que teria como objetivo central mercantilizar a educação do estado. A respeito desse tópico, cabe frisar que a consolidação das leis trabalhistas não garante estabilidade na carreira, tendo em vista que os professores poderiam ser demitidos pela OS. Além disso, o edital 01/2016 afirma que

9.11. Atendidos os limites traçados pela Lei estadual nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005 (art. 4º, IV e VIII), **poderá** o PARCEIRO PRIVADO utilizar como critério para remuneração dos empregados o piso salarial da categoria,

bem como **a celebração de acordos coletivos de trabalho vinculados ao cumprimento das metas estipuladas, à redução interna dos custos ou ao aumento da produtividade, sempre compatíveis com os praticados no mercado** de trabalho (Goiás, 2015, p. 90, grifo nosso).

Isto é, sequer o pagamento do piso salarial instituído pela lei 11.738/2008 está garantido aos docentes que seriam contratados pela OS, de modo que estes ficariam reféns do cumprimento de metas e das métricas do racionalismo gerencial o qual embasa e dá corpo à política (Souza; Flores, 2017). Outro aspecto, igualmente polêmico, que nos demonstra mais um pouco da tônica do projeto, é que na minuta do contrato de gestão, no que se refere ao quantitativo de profissionais concursados que deveriam ser mantidos neste modelo em seu quadro docente, estabelece que “no mínimo, 30% (trinta por cento) dos profissionais do magistério pertencentes ao quadro efetivo da SEDUCE. O restante da mão de obra necessária deverá ser contratada, sob regime da CLT” (Goiás, 2015, p. 71). Ou seja, todos os trabalhadores da educação são ameaçados com o projeto.

O governo também implementou uma ampla precarização da educação pública estadual, que pode ser percebida em diversas dimensões. Nos limites desta proposta, destacamos dados referentes à precarização do trabalho docente. Segundo o “Mapeamento da Inserção do Setor Privado nas Redes Estaduais de Educação”, entre 2011 e 2018, o percentual de professores não concursados em exercício docente no estado aumentou de 2% no início do período, para 50% ao final do último mandato de Marconi Perillo (Domiciano; Cossetin, 2021). Isto é, percebemos no período supracitado um aumento de 48% no percentual de servidores atuando sob o regime de contratos temporários na rede pública de educação do Estado de Goiás.

Além das Organizações Sociais, podemos identificar uma série de estratégias de inserção do setor privado na educação goiana, impactando o currículo, a gestão e a oferta do ensino, além de atingir diretamente a estrutura e as condições dos trabalhadores da educação

goiana. Diversos institutos, empresas, associações e fundações possuem ou possuíram parcerias com o estado (Domiciano; Cossetin, 2021). Conforme sugere Freitas (2018), o neoliberalismo não pode ser compreendido como um mero conjunto de políticas. As reformas constroem diversos caminhos para se tornarem hegemônicas.

Um dos principais propósitos dos reformadores empresariais da educação é “[...] a retirada da educação do âmbito do ‘direito social’ e sua inserção como ‘serviço’ no interior do livre mercado, coerentemente com sua concepção de sociedade e de Estado” (Freitas, 2018, p. 42). Desse modo, objetivam “destruir a ‘educação pública de gestão pública’ e não apenas redefini-la – pelo menos como objetivo final” (Ibidem, 2018, p. 40). O Estado, sob o contexto do neoliberalismo, precisa responder às necessidades do sistema capitalista global. Neste sentido, um conjunto de medidas são necessárias para responder ao imperativo da acumulação. As políticas públicas constituem importantes expressões e são desdobramentos das funções do Estado e da atuação dos governos. Enquanto uma das principais esferas de efetivação da ação do Estado capitalista na sociedade, elas estabelecem-se como mediações que visam garantir o desenrolar das relações entre Estado e governos e os outros componentes da estrutura social (Mascarenhas, 2009; Mészáros, 2002).

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe considerar também que, conforme explicam Motta e Frigotto (2017), no período em que a pesquisa se situa, isto é, a conjuntura 2015-2018, o Brasil viveu um conjunto de transformações em termos de política econômica e educacional, com destaque para a Emenda Constitucional nº 95 (teto dos gastos), reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746/2016 e Lei nº 13.415/2017) e o Projeto Escola sem Partido (Projeto de Lei nº 867/2015).

Já com relação ao ensino superior, podemos mencionar a proposta do Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se, que colocou no debate público a possibilidade de implementação de contratos de transferência de gestão de Instituições Federais de Ensino para o modelo de administração por Organizações Sociais.

Em seu conjunto essas políticas de reforma constituem, na prática, a tradução do ideário liberal-conservador no qual convergem o movimento de reformas neoliberais e conservadoras no Brasil contemporâneo, que tem raízes político-econômicas no capitalismo dependente; e se relaciona diretamente com os processos de precarização e pauperização dos trabalhadores, conforme argumentamos anteriormente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei federal Nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Organizações Sociais. Brasília: MARE, 1997.

BRASIL. Plano diretor da reforma do aparelho do estado. Brasília: presidência da república, câmara da reforma do estado, ministério da administração federal e da reforma do estado, 1995. (documentos da presidência da república).

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 53-76, 2017.

DOMICIANO, C.; COSSETIN, M. Privatização da Educação Básica no estado de Goiás: mapeamento dos programas operados por atores privados (2015-2018). In: VENCO, S.; BERTAGNA, R. H.; GARCIA, T. (Orgs.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal** (2005-2018). São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 194-221.

SUMÁRIO

DUMÊNIL, G.; LÉVY, D. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. *In: A finança mundializada*: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85–108.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOIÁS, S. Aviso de Chamamento Público Nº 001/2016 - Seleção de Organização Social qualificada em Educação. [S.l.]: [s.n.], 2015. GOIÁS, S. CONVOCAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE EDUCAÇÃO. Goiânia: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://portal.seduc.go.gov.br/SiteAssets/Lists/Noticias/AllItems/Convoca%C3%A7%C3%A3o%20S%20PDF.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GOIÁS. Convocação Para Qualificação De Entidades Como Organização Social De Educação. Goiânia: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://portal.seduc.go.gov.br/SiteAssets/Lists/Noticias/AllItems/Convoca%C3%A7%C3%A3o%20S%20PDF.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

GOIÁS. Governo de Goiás busca aprimorar Lei das OSs. Governo de Goiás, 29 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/209705/governo-de-goias-buscaaprimorar-lei-das-oss>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

GOIÁS. Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005. - Relação das entidades qualificadas como organizações sociais no Estado de Goiás. Disponível em: <<https://www.saude.go.gov.br/files//ostransparencia/hugo-ints/informacoesgerais/legislacao-aplicavel/LEI%20N%2015.503,%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202005.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GOIÁS. Seduc. Secretaria de Estado da Educação. Comitativa da Seduc vai aos EUA para discutir Educação. 2016. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/professora-trabalha-pensamento-computacional-com-criancas-de-3-anos/>. Acesso em: 25 dez. 2021.

MAZZA, A. Manual de Direito Administrativo. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOTTA, V. C. DA; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 355–372, 1 abr. 2017.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PERILLO, M. **Plano de Governo**, 2010-2014. Goiânia: [s.n.], 2010.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: Uma Análise marxista. Marx e o Marxismo - **Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 20 ago. 2015.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA JÚNIOR, J. R. S.; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. *In*: **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 15-40.

SOUZA, F. A. DE; FLORES, M. M. L. Organização social de educação e seu financiamento: a nova panaceia para educação de Goiás? **Revista HISTEDBR** On-line, v. 18, n. 3, p. 798-825, 28 set. 2018.

WEEKS, J. Teoria da Dependência. *In*: FINE, B; SAAD FILHO, A (Org.). **Dicionário de economia política marxista**. São Paulo: Expressão popular, 2020.

SUMÁRIO



21

Pedro Antonio Maciel de Arruda

INCLINAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO E ABASTECIMENTO RURAL (CAPADR) EM 2023:

NOVOS ARRANJOS, VELHAS QUESTÕES

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.21

INTRODUÇÃO

Um dos elementos essenciais da formação do capitalismo brasileiro é a figura do Latifúndio. Essa estrutura é formada baseando-se na concentração dos recursos espaciais, gerando consequências diversas nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas. Segundo Martins (1994), o latifúndio brasileiro é formado em um contexto de distribuição da terra por meio de dispêndio financeiro por meio da Lei de Terras (1850), de forma que a elite agroindustrial da época foi a grande beneficiada por essa dinâmica legal. Ao longo dos anos, essa realidade manteve-se quase inalterada, com exceção das poucas políticas públicas de democratização do acesso à terra no Brasil em sua história recente.

Analisando dados relativos ao Censo Agropecuário de 2017, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a situação da concentração fundiária é preocupante. Em relação ao Senso anterior (2006), a realidade manteve-se quase inalterada, ao passo em que as tensões envolvendo o campo aumentaram exponencialmente na última década. Nosso principal ponto de atenção versa sobre as possibilidades de leitura dessas relações de poder na arena política, especialmente no que se refere aos órgãos legislativos. Nesses termos, temos como propósito de pesquisa discutir a correspondência entre a formação do poder político e a concentração fundiária no Brasil do ponto de vista da inclinação político-partidária da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) no ano de 2023.

Sobre a metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que apresentamos quantitativamente a tendência político-ideológica da comissão parlamentar em questão. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, os dados foram coletados em setembro de 2023, tratados e organizados em um banco de dados com a distribuição das/os parlamentares em quatro categorias:

partido político vinculado, situação (titular ou suplente), vagas distribuídas e ocupadas. Os resultados indicam uma representação desproporcional entre os diversos segmentos sociais que disputam os assuntos relativos ao tema. Enfatizamos que novas pesquisas serão realizadas como forma de expandir a perspectiva da presente investigação.

APORTE TEÓRICO

Localizamos nossa discussão no campo de estudo da “Estrutura Agrária” no Brasil, que enquanto categoria analítica acolhe investigações voltadas as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do campo. Notoriamente, o agrupamento desses investigações possuem abordagens multidisciplinares e metodológicas, versando principalmente sobre: a formação, harmonização e manutenção das elites agrárias; caracterização de fenômenos políticos disfuncionais, como o coronelismo e clientelismo; aparelhamento estatal e formação de capital político (política adotada); perpetuação dos padrões de desigualdade e miserabilidade endêmica; limites e possibilidades para a implementação de ações públicas para a democratização do acesso à terra; análise e tipificação da violência no campo e seus agentes receptores e executores; entre outros. Em síntese, Delgado (2014) explica o seguinte:

O conceito chave é o de estrutura agrária, no sentido jurídico e socioeconômico – dos direitos de propriedade, posse e uso de terra (ai compreendidos todos os recursos naturais abrangidos na sua superfície). A estrutura desses direitos ou para usar uma expressão mais específica – o regime fundiário em vigor configura relações sociais relativas à propriedade, posse e uso da terra (DELGADO, 2014, p. 28).

Por meio dessa abordagem, apresentamos o aporte teórico para a realização da nossa investigação, voltado a interpretação da estrutura agrária no Brasil ao longo de sua formação socioeconômica. Nesses termos, contextualizamos o latifúndio como uma figura

historicamente construída por meio das dinâmicas de formação de hegemonia dos blocos de poder dominantes no Brasil, de acordo com a consolidação do capital agroindustrial e financeiro no nosso capitalismo (MARTINS, 1986, 1994, 2000; SAES, 2001). Entendemos a estruturação do latifúndio como um reflexo das disputas de poder na arena política, de forma que utilizaremos esse pressuposto para pensarmos a organização da conjuntura política brasileira sobre a temática.

Sobre essa questão, torna-se necessário pensar de que forma os interesses de classe podem ser institucionalizados. Ainda sobre a estrutura agrária do recorte, Martins (1994) explica que as principais tensões envolvendo o acesso a esse recurso versam sobre duas vias. A primeira diz respeito adimensão política da propriedade da terra, paralela da atuação dos que se envolvem na luta pela terra, dessa relação desenvolvem-se os conflitos e as estratégias de dominação dos grupos com capacidade de exercer acesso ao processo político decisório. Podemos pensar, por exemplo, na perspectiva da instrumentalidade do poder como uma consequência dessa relação de forças, como é com o caso da própria legislação conceptiva do latifúndio brasileiro (Lei de Terras, 1850) ou na contemporaneidade as tensões entre os grupos políticos ligados ao agronegócio e os envolvidos em organizações, associações e movimentos sociais em busca da democratização da terra.

Em outras palavras, seguindo os passos da teoria consultada, pensar na relação entre formação e manutenção do latifúndio implica em pensar na formação das elites brasileiras. Assim, Saes (2001) entende que o capitalismo brasileiro se desenvolveu de forma dependente, agregando alguns elementos essenciais para se pensar a concepção das elites. Primeiro, é preciso pensar na articulação entre o capital agrário e industrial, e de que forma essa dinâmica pode influenciar a engenharia social e política brasileira. Uma forma de se pensar o exposto é através do aparelhamento do estado na matéria da justiça social no campo, com a insipiência de políticas públicas de democratização do acesso à terra. Sobre a questão,

SUMÁRIO

Girardi (2008, p. 201) explica como a concentração fundiária embasa a formação capitalista brasileira, tanto pela especulação da terra como pela produtividade propriamente dita, a terra tem seu acesso limitado a uma questão de mercado, isolando-se do seu uso socialmente mais adequado as demandas coletivas.

Nesse sentido, Prado Jr (2014) ao analisar a estrutura agrária brasileira reflete sobre a forma com a qual a cadeia produtiva foi estruturada voltada ao mercado externo, alinhada ao modelo escravista. Mesmo com as evidentes formas de articulações sociais voltadas a democratização da terra, tem-se como um grande desafio propor materialmente medidas políticas e jurídicas para superação das heranças coloniais. Ao pensarmos no ambiente político em que esses interesses são pleiteados, Poulantzas (2001) que os órgãos jurídicos e políticos orientados a tutela das relações sociais, fundamenta-se sobre a perspectiva de um Estado como meio para a dominação de uma classe em face de outra, por meio de práticas e aparelhos diversos. Utilizar essa lógica para interpretar o processo político decisório faz com que entendamos que as reservas temáticas nas instâncias de poder são cooptadas a corresponder os interesses de uma classe dominante.

Partindo do que explica Codato *Et al.* (2018, p. 878) que a partir de 2010 a direita brasileira passa por um período de ascensão. Em relação ao espectro ideológico dos parlamentares brasileiros ocupantes de cargos políticos, o número de deputados federais passou de 35,9% para 44,6%, paralelo a uma redução dos ocupantes nos cargos alinhados ao espectro ideológico de centro e esquerda, 32,4 para 28,5% e 31,8 para 26,9%, respectivamente. A informação que abrange o período de 2010 a 2014 nos chama atenção para as possibilidades de impacto desses arranjos políticos sobre as diversas questões inerentes as disputas na arena política entre interesses antagônicos de classe. Uma forma de se pensar a questão é através da formação de grupos políticos como a Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA) e sua capacidade de formação de capital político (Ver Tabela 1).

Diante do que discutimos, compreendemos o latifúndio como uma estrutura histórica construída com íntima relação ao nosso desenvolvimento capitalista, o que consequentemente reverbera sobre as esferas social, política e econômica. Em face de outros fenômenos políticos como a ascensão da direita no Brasil, buscaremos analisar essa presença quantitativamente na Comissão Parlamentar de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), no ano de 2023. A presente análise, assim, deve ser vista como uma proposta de reflexão acerca da situação hoje dos grupos políticos em disputas pelas pautas que versam sobre a estrutura agrária, de forma que outras investigações devam ser desenvolvidas para avanço ao debate.

ANÁLISE

Pretendemos analisar duas dimensões políticas da estrutura agrária brasileira. Logo, torna-se necessário compreender empiricamente a constituição do latifúndio no Brasil recente, para que então possamos refletir como a formação do capital político na CAPADR. Primeiro buscaremos refletir empiricamente acerca sobre o latifúndio, para então pensar na possibilidade de correspondência deste a conjuntura política presente.

Sobre a concentração fundiária, o latifúndio persiste como uma representação da formação de monopólio de um recurso. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apenas 0,7% dos estabelecimentos rurais têm uma área maior que 2 mil/ha, que somadas ocupam aproximadamente 50% do espaço rural brasileiro. Por outro lado, 60% dos estabelecimentos rurais são considerados de pequeno porte, representados em média por 25/ha, ocupando em média 5% do espaço rural. Em outras palavras, menos de 1% dos estabelecimentos rurais brasileiros possuem área equivalente a 50% do território avaliado, enquanto

do quantitativo de estabelecimentos 60% deles ocupam apenas 5% do território, caracterizando-os como de pequeno porte. A perspectiva produtiva desses estabelecimentos pode ser analisada sobre a exportação ou o suprimento das necessidades do mercado interno.

Aproximando o olhar desse dado, Pinto *El al.* (2010) apresenta outra perspectiva desses dados do ponto de vista da ocupação do território. Conforme análise dos Censos Agropecuários (2006 e 2017), 25% (15.686) dos maiores imóveis em matéria de extensão de terras no Brasil, representam aproximadamente 0,3% do total de imóveis rurais. Paralelo a isso, a fração de área necessária para corresponder a essa fração territorial, corresponde a soma da área de 77% dos imóveis que detém as menores áreas privadas, ou 3.847.937 imóveis rurais. Analisando esse dado do ponto de vista do mercado agroindustrial, o latifúndio brasileiro segue sendo um ponto essencial para o entendimento das relações sociais no campo, caracterizado por ser um segmento de intensa disputa.

O segmento campesino é caracterizado como um dos mais violentos no Brasil. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2022 foram contabilizados 2018 casos de conflitos no meio rural. Estima-se que 909,4 mil pessoas estejam envolvidas nesses conflitos, podendo representar risco efetivo a 181 mil famílias diretamente, também, ressalta-se que os conflitos são envolvidos disputas por 80,1 mil/ha de terras. As práticas envolvem a ação direta contra a pessoa, como no caso de homicídios e indiretas, como ocorrências de contaminação por agroquímicos. Esse é um ponto inclusive para se pensar as dificuldades em democratizar o acesso a terra, levando em consideração as tensões desenvolvidas para a manutenção do monopólio da terra.

Em continuidade, podemos pensar nas diversas formas em que pretensões políticas podem ser institucionalizadas. Para que isso ocorra, os diversos agentes políticos organizados pleiteiam espaço nas instâncias de poder. Em relação aos assuntos que versam sobre o capital agroindustrial, a FPA é um dos grupos de pressão essencial para

a ocupação dos espaços na política. Atualmente, o grupo conta com 374 parlamentares, com 324 deputados e 50 senadores. Na tabela 1, podemos verificar a ocupação político-partidária desses indivíduos.

Tabela 1 – Composição numérica da Frente Parlamentar de Agropecuária (2023)

PARTIDO POLÍTICO	DEPUTADOS	SENADORES
PL	81	10
UNIÃO	48	7
PP	42	5
REPUBLICANOS	28	4
PSD	27	7
MDB	26	5
PSDB	12	0
PDT	8	1
PSB	7	3
PT	6	1
PODEMOS	6	5
PATRIOTA	3	0
NOVO	3	1
PV	3	0
PSC	3	0
CIDADANIA	3	0
AVANTE	3	0
SOLIDARIEDADE	2	0
PCdoB	1	0
Total Geral	313	50

Fonte: FPA, 2023.

Para a presente investigação, nos propomos a analisar quantitativamente a composição numérica da CAPADR. A importância desse órgão para o processo legislativo é imprescindível, especialmente pelo fato de 80% das tramitações são diretas, com base no critério de

votação e nas exceções previstas em lei em propostas que são obrigatoriamente revistas. Além disso, os tipos de tramitação mais recorrentes no órgão legislativo são os Projetos de Lei e os Requerimentos de informação, o que fomenta pensar nas possibilidades de institucionalização de interesse de classe por meio das atividades do órgão.

No Quadro 1, podemos analisar as competências essenciais da comissão, de forma a refletir a necessidade de problematizar a reserva temática proposta e as condições com a qual a estrutura agrária brasileira é instituída. Diante da concentração de parlamentares do espectro político da direita e sua reconfiguração ao longo da década passada, acreditamos ser pertinente aproximar nosso olhar desse número.

Quadro 1 – Síntese das atribuições da CAPADR

COMPETÊNCIA	ASSUNTO
a) Política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pesca profissional	1) Organização do setor rural; política nacional de cooperativismo; condições sociais no meio rural; migrações rural-urbanas;
	2) Estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícolas;
	3) Política e sistema nacional de crédito rural;
	4) Política e planejamento agrícola e política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária; extensão rural;
	5) Seguro agrícola;
	6) Política de abastecimento, comercialização e exportação de produtos agropecuários, marinhos e da aquícultura.
b) Política e questões fundiárias; reforma agrária; justiça agrária; direito agrário	1) Uso ou posse temporária da terra; contratos agrários;
	2) Colonização oficial e particular;
	3) Regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação;
	4) Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e na faixa de fronteira;
	5) Alienação e concessão de terras públicas.

Fonte: CAPADR, 2023.

Os dois eixos de competência da CAPADR são sintomáticos no que se refere a pensar o exercício de disputa de interesse. Notamos que ambos os blocos dialogam diretamente com assuntos inerentes a democratização da terra, do ponto de vista dos fomentos creditícios até a política de exploração dos recursos. Com a reserva temática evidente, passamos a analisar as dinâmicas político-ideológicas dessa comissão, que possuem renovação anual. Em relação a 2023, a comissão possuía como presidente um parlamentar do PP (PR), e três vice-presidentes: PP (MG), UNIÃO (RR) e PL (MG). A distribuição de vagas da comissão dá-se em divisão por partidos, blocos e federações políticas, formadas com o intuito de angariar maior capital político nessas coalisões. É caso do Bloco PL, Fdr. PT-PCdoB-PV, entre outros, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição de vagas na CAPADR por partidos, federações e blocos partidários (2023)

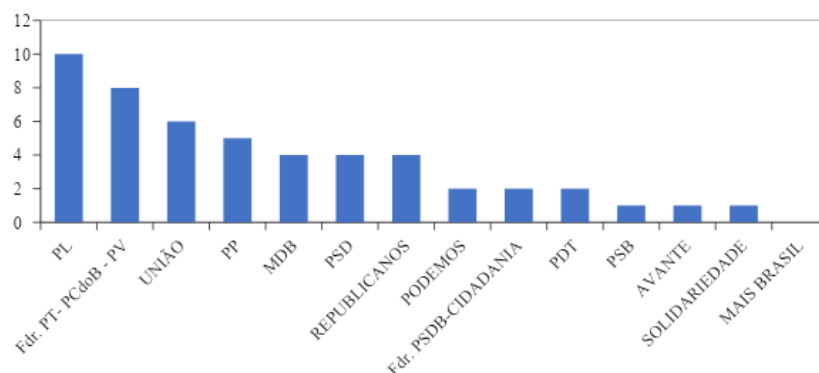
COMISSÃO PERMANENTE		PARTIDOS/FEDERAÇÕES/BLOCOS PARTIDÁRIOS			
Nome	Sigla	Membros	Bloco PL, Fdr. PT-PCdoB-PV, entre outros*	Fdr. PSOL-REDE	NOVO
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	CAPADR	52	50	1	1

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Blocos e federações acabam funcionando como partidos políticos. Esse comportamento, homogeneiza o comportamento do grupo, de forma que a lógica da instituição dessa figura é justamente concentrar a decisão em uma perspectiva de interesse. Partidos políticos menores, mas com proximidade ideológica acabam sendo incorporados nesses instrumentos, o que pode representar uma via de mão dupla: pode dar espaço aos partidos menores ou suprimir a representatividade de partidos ligados aos segmentos sociais marginalizados.

No Gráfico 1, podemos analisar o comportamento de distribuição de vagas baseado na capacidade de formação de poder político desses grupos.

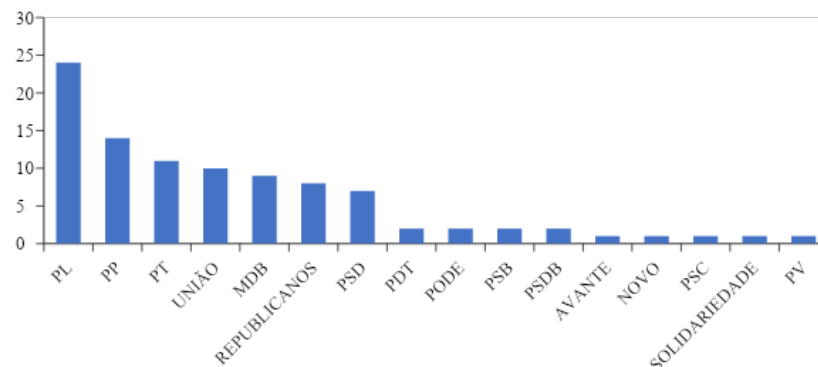
Gráfico 1 – Distribuição de vagas na CAPADR entre partidos do bloco PL, Fdr PT-PCdoB-PV, entre outros (2023)



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Quando analisamos a distribuição de vagas *versus* a incidência de ocupação, percebemos o reforço quantitativo de partidos políticos de direita nessas vagas de forma massiva. É o caso do PL com 24, PP com 14, PT com 11, UNIÃO com 10, MDB COM 9, REPUBLICANOS com 8 e PSD com 7. Com o quantitativo dos principais partidos representados, é nítida a inclinação político-ideológica da comissão para a direita, tendência reforçada analisando o espectro dos demais partidos com menores representação quantitativas: PDT, PODEMOS, PSB, PSDB, AVANTE, NOVO, PSC SOLIDARIEDADE e PV.

Gráfico 2 – Composição numérica da CAPAR por incidência partidária (Titulares e Suplentes - 2023)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Diante desse quadro, notamos que uma um seguimento do tecido da comissão a tendência de ascensão da direita brasileira. Do ponto de vista quantitativo, entendemos que as atividades nesse órgão podem ser orientadas a uma desproporcionalidade de representação, tanto pela massiva inclinação ideológica em matérias de interesse coletivo, como pela capacidade de reação de grupos em disputa pelas matérias inerentes a comissão de acordo com sua competência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar descritivamente a inclinação político-ideológica na CAPADR. Com esse propósito investigativo, coletamos dados sobre os parlamentares que ocupam as vagas da comissão. O espectro-político ideológico central na comissão é direita, o que dialoga com a ascensão da direita no Brasil a partir dos anos de 2010 até o presente momento. Outro ponto a se discutir é em relação a capacidade de articulação entre o seguimento do agronegócio e a formação de capital político, observado através da composição numérica da FPA.

Partindo da consulta teórica, entendemos que um dos pontos essenciais para se pensar a questão agrária brasileira é através das vias da formação do capitalismo local. A terra como um monopólio foi desenvolvida baseando-se na restrição aos segmentos sociais marginalizados em relação ao capital agroindustrial, como é o caso dos ex-escravizados com a promoção da Lei de Terras (1845). O latifúndio enquanto elemento essencial para se pensar tal contradição capitalista, mantém-se no Brasil contemporâneo, de forma que interesses de classe podem sofrer processo de institucionalização para sua manutenção.

Entendemos que novas pesquisas devem ser realizadas, com novas abordagens metodológicas e de recorte. Um exemplo seria pensar como o espectro ideológico influencia o comportamento desses parlamentares, de forma que seja possível problematizar com maior grau de profundidade a relação entre a desproporcionalidade de representação e a ação de formação de capital político frente a matéria de interesse relativas à estrutura agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOLOGNESI, Bruno et al. **Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros**. 2021.

CODATO, Adriano; BERLATTI, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. **Tipologia dos políticos de direita no Brasil**. *Análise Social*, v. 53, n. 229 (4, p. 870-897, 2018).

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária hoje**. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, ano, v. 35, p. 27-40, 2014.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; REYDON, Bastiaan Philip. **Direitos de propriedade da terra rural no Brasil: uma proposta institucionalista para ampliar a governança fundiária**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, p. 525-544, 2012.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária. **O Impossível Diálogo**. São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), 2000.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na "nova república"**. São Paulo: Hucitec.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el Estado capitalista**. Siglo XXI, 2001.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2014.

SANTOS, Fabiano; CANELLO, Júlio. **Comissões permanentes, estrutura de assessoramento e o problema informacional na Câmara dos Deputados do Brasil**. Dados, v. 59, p. 1127-1168, 2016.

The background is a complex abstract composition featuring various geometric shapes such as circles, triangles, and rectangles. The color palette includes shades of blue, red, yellow, green, and black. Some areas have a grid pattern, while others are solid or have a speckled texture. The overall effect is a layered, collage-like aesthetic.

22

Raurislandia dos Santos Pereira

A FILHA DO SEU FILHO:

**TRAJETÓRIA INTELECTUAL DA PROFESSORA
CRISANTINA MONTEIRO DIAS
(BARRO/CE, 2010-2013)**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.22

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa em andamento, possui a pretensão de estudar a trajetória intelectual de Crisantina Monteiro Dias, professora que contribuiu para o avanço da educação, e consequentemente o próprio desenvolvimento da cidade de Barro, no sul do Ceará. Destarte, é importante destacar que a atuação da professora Crisantina Dias influenciou a população no sentido de acreditar e apoiar a educação das crianças, pois apesar do contexto educacional de difícil acesso, ainda assim percebiam que seria o melhor caminho para a juventude e para as próximas gerações.

Dessa forma, como objetivo geral o trabalho pretende-se: problematizar de forma crítica as fontes *Memórias de uma Professora* (2010) e *Fragmentos de uma História* (2013) livros autobiográficos escritos por Crisantina Monteiro Dias, além do Livro de Atas (1966 a 1973) da Câmara Municipal de Barro e a Cronologia de sua vida produzida pelo professor e memorialista Francisco Bezerra Silva, com o intuito de compreender o percurso intelectual da professora construído a partir das suas memórias como docente e ao mesmo tempo o esquecimento da memória política como vereadora na cidade. Ademais, como objetivos específicos propõe-se: analisar a história de vida da professora; refletir sobre as memórias construídas como docente de História e compreender o esquecimento como vereadora na ausência da sua atuação política nos seus livros de memórias.

A metodologia compreende uma pesquisa autobiográfica, de procedimento técnico bibliográfico e abordagem qualitativa, pautada nos aportes teóricos de Lejeune (2008), Gomes e Hansen (2016), Borges (2008), Scott (1995), Le Goff (1996) e Ricoeur (2007). Almeja-se, portanto, contribuir para a historiografia da região, além de discutir a participação da professora na construção da cidade e principalmente no início da educação, sendo conhecida por mesmo não ser filha do Barro, o Barro é o seu filho.

SUMÁRIO

Em 2010, a professora Crisantina Dias publicou o seu primeiro livro *Memórias de uma professora* e em 2013, publicou o segundo livro *Fragmentos de uma História*, ao longo das narrativas a professora destaca sobretudo, as suas memórias em sala de aula, como o seu entendimento a respeito da educação e as histórias de vida dos discentes, bem como conta a história da cidade, a origem das primeiras construções e o próprio progresso do município.

Assim, por meio dos livros e das descrições de amigos, parentes, colegas de trabalho e ex-alunos, é descrita uma professora humilde, corajosa e que lutou contra as dificuldades do período para promover o avanço da educação e da sociedade. Portanto, ao longo dos seus livros, a professora narra alguns acontecimentos marcantes para a sociedade barrense, como a visita dos rondonistas em 1977 e 1978 presente no livro *Fragmentos de uma História* (2013), eram universitários de Brasília que através do Governo Federal realizavam palestras sobre educação, saúde, higiene, culinárias e outros temas, em algumas cidades do interior. Foram recebidos com entusiasmo e amizade, como forma de homenagem Crisantina Dias escreveu o "Cântico em seresta de despedida aos rondonistas".

Diante do exposto, este trabalho busca analisar as memórias produzidas pela professora Crisantina Dias, assim vale ressaltar a diferença entre a memória e a História, pois a memória é constituída pelas lembranças pessoais ou coletivas, carregada de emoção pelo passado, nostalgia e além disso comporta o esquecimento. Já a História, uma operação científica que estabelece uma relação crítica ao passado, utilizando da memória para construir um conhecimento outro, exigindo regras, conceitos e teorias, visto que,

"na memória fica o que significa na História se resignifica o que fica, esta é a violência do historiador que com seus conceitos atribuem novos significados ao que ficou guardado nas memórias; recortando-as, reconstruindo-as, desmanchando suas telas" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p.50).

Dessa forma, esta pesquisa busca problematizar os livros da professora Crisantina

Monteiro Dias, bem como as suas memórias e recordações, para entender a construção da escrita de si presente nos seus textos, além de compreender o contexto social daquela época, a sua atuação e relação com o ensino de História e na política. Dessa maneira, esse é o trabalho do historiador ir ao encontro dessas memórias, realizar ações para ressignificar e violar as lembrança desse indivíduos, colocando questões do presente para produzir um conhecimento científico.

BIOGRAFIA E A AUTOBIOGRAFIA NA PESQUISA HISTÓRICA

A presente pesquisa realiza-se no campo da História Social, um paradigma historiográfico que surgiu na França com o movimento dos Annales, ao lado da História Econômica em oposição à História Política tradicional, com o objetivo de estudar os modos de produção e a história das lutas de classes pela historiografia marxista. José D' Assunção Barros argumenta que "[...] toda a História que hoje se escreve é de algum modo uma História Social – mesmo que direcionada para as dimensões política, econômica ou cultural." (BARROS, 2005, p. 16) Nesse sentido, faz-se necessário discutir o retorno da biografia para a pesquisa histórica, bem como a relação da autobiografia com os conceitos de gênero, memória e esquecimento.

Desde a última década, a historiografia experimentou inovações em uma série de campos da História. Dessa maneira, o gênero biográfico representou para o historiador uma multiplicidade das formas de compreender o passado a partir da valorização de diversos atores sociais, negando o destaque apenas aos grandes homens,

SUMÁRIO

considerados heróis da História, portanto, a escrita biográfica torna possível entender o passado como um campo de conflitos, além disso redimensionar as problemáticas referentes à escrita histórica e as relações sociais.

Segundo Dosse (2020), o gênero biográfico inicialmente limitava o trabalho do historiador que se apagava, para atribuir o destaque ao biografado, estabelecendo uma relação de mesmice, linear e cronológica. Dessa maneira, para o autor a biografia na Antiguidade surge com uma forte ligação com a moralidade, com a finalidade de transmitir valores e que seria diferente da História, assim apresentava como modelo Plutarco de Queroneia.

Nessa perspectiva, no século XIX a escrita biográfica na produção da historiografia positivista privilegiava obras descritivas dos líderes e grandes homens políticos da elite, meramente uma narrativa homogênea, cronológica e linear. Com a escola dos Annales na década de 1920, essa escrita biográfica na produção historiográfica, é rejeitada. Com isso, retira o homem da História, ou seja, desloca as ações dos indivíduos para os estudos dos aspectos sociais, políticos e econômicos, de forma coletiva, assim os Annales buscavam romper com a biografia, pois representava uma forma de narrativa continuísta e historicista, que era o seu objetivo criticar e problematizar.

Desse modo, para Pierre Bourdieu, a biografia é uma “ilusão”, de acordo com o sociólogo francês, a escrita biográfica orienta-se no pressuposto de que a vida é formada por um todo, um conjunto de “intenções” subjetivas e objetivas de um projeto. Dessa forma, a narrativa biográfica “[...] segundo uma *ordem* cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de *razao* de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo.” (BOURDIEU, 2005, p. 184).

Nessa perspectiva, a “criação artificial de sentido” determina extrair de todo indivíduo biografado uma lógica e coerência com o passado, estabelecendo uma lógica dos acontecimentos, restringindo a uma única representação “talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, urna representação comum da existência que toda urna tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.” (BOURDIEU, 2005, p. 185) Portanto, a “ilusão biográfica” assume um projeto de escrita essencialista, teleológico e inevitável. Além disso, de acordo com Vieira (2018) Bourdieu é criticado por não admitir que a biografia destaque os fragmentos plurais de uma vida, assim existindo diversos “eus” impossibilita historicizar o aspecto fragmentário de uma vida individual.

Para Borges (2008), o retorno da biografia nos trabalhos no campo da História na década de 1980, não é exatamente um retorno, a autora argumenta a continuação da escrita biográfica com o propósito de estudar desde “o berço ao túmulo” de forma factual e simplificada. Dessa maneira, para a escrita biográfica é fundamental superar a narrativa cronológica e factual do personagem, bem como evitar idealizações simplistas da vida do sujeito e até mesmo anedóticas. Conforme ressalta a autora, a pesquisa é feita por meios das “vozes” fragmentadas do passado que chegam ao presente, pois “[...] como “sem documentos não há História”, os vestígios que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação.” (BORGES, 2008, p.212)

Outrossim, a pesquisa utiliza-se o conceito de gênero para problematizar a profissão de professora, que tornou-se um trabalho feminino, pois no passado a única forma do exercício profissional para as mulheres era o magistério. Nessa perspectiva, entre as décadas de 1980 e 1990 surge as discussões da categoria de gênero. Joan Scott (1995), propõe uma abordagem do conceito de gênero como uma saída para a dominação do sexo feminino pelo masculino.

O termo “gênero” além de substituir a palavra mulher, refere-se também aos homens, sobretudo ao entendimento de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, além disso recusa o entendimento dos aspectos biológicos, como a capacidade da mulher de dar à luz e a superioridade da força do homem. Assim, a autora ressalta que o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (SCOTT, 1995, p. 75)

Ademais, as contribuições de Le Goff (1996) referentes ao conceito de memória são necessárias para a pesquisa, visto que, o autor compreende a memória como a capacidade de conservar certas informações, que fazem parte de um conjunto de funções psíquicas, logo os homens atualizam determinadas visões e conhecimentos sobre o passado ou algo que é entendido como o passado. Além disso, o autor destaca a memória como um objeto da história que dispõe do objetivo de salvar o passado e servir o presente e o futuro, além de destacar a memória coletiva como um objeto de poder, em que determinadas sociedades utilizam-se da memória social oral ou a memória coletiva escrita para compreender a luta para a dominação das formas de manifestações da memória, como as recordações e tradições.

Nesse sentido, buscando problematizar a atuação da professora Crisantina Monteiro como vereadora, bem com a ausência das vivências nos seus livros de memórias, se faz relevante utilizar o conceito de esquecimento discutido por Ricoeur (2007), em que a memória seria a própria luta pelo esquecimento, assim o esquecimento está associado à memória e as suas estratégias e cultura não permite classificar o esquecimento apenas “por apagamento de rastros entre as disfunções ao lado da amnésia, nem entre as distorções da memória que afeta sua confiabilidade.”(p. 435).

SUMÁRIO

Destarte, da mesma forma em que é impossível lembrar-se de tudo, não é possível narrar tudo, tornando necessário realizar o ato de seleção, logo em todo ato de seleção, ocorre as estratégias do esquecimento durante o trabalho de configuração, visto que, ao narrar um acontecimento de uma forma, necessariamente ocorre a escolha de não narrar de outras maneiras. Diante disso, "o esquecimento pode ser tanto ativo, quando acarreta um déficit de memória ideologicamente definido, quanto passivo, quando a manifestação do esquecimento não delibera sobre os agentes do narrado." (OLIVEIRA, 2009,p. 18 apud RICOEUR, 2007, p. 456)

No campo da autobiografia, Philippe Lejeune (2008), escreveu um estudo importante em que discute a relação da autobiografia com a biografia, visto que, a escrita autobiográfica seria uma "narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade" (LEJEUNE, 2008, p.14).

Dessa forma, a escrita autobiográfica permite que o autor tenha um pacto com o seu leitor, no sentido em que a obra é tratada ao longo da escrita e leitura, assim segundo Lejeune (2008) é necessário seguir algumas regras para que o pacto seja consolidado, por exemplo, o autor e obra com o mesmo nome e a escrita em primeira pessoa, visto que, para a autobiografia o narrador é o personagem principal e a narrativa é retrospectiva, bem como exige a identidade entre o autor e o personagem. Ademais, o autor apresenta a discussão sobre a relação existente entre a biografia e a poesia, ou seja, aborda autobiografia tradicionais que narram acontecimentos da história de vida dos seus autores e que são escritos em forma de versos, assim o autor aborda que:

A poesia não está em toda parte, a autobiografia também não. Uma pode ser instrumento da outra. Não há mal nenhum em reconhecer que são duas coisas diferentes e, ao mesmo tempo, admitir-se a possibilidade de que têm muitas interseções. Pode-se tomar o termo autobiografia num sentido amplo e vago, ou estrito e preciso. Assim como a poesia. (LEJEUNE, 2008 ,p. 88)

Outrossim, para discutir a trajetória da professora Crisantina Dias busca-se utilizar as contribuições de Gomes e Hansen (2016), sobre a mediação cultural desenvolvidas por sujeitos históricos reconhecidos como intelectuais e que atuam como mediadores culturais. Nesse sentido, as autoras argumentam que as atividades de mediação cultural podem ser realizada por uma diversidade de atores, e assim são responsáveis por representar e contribuir para a cultura de determinada sociedade. Como mediadores culturais, compreende-se os “guardiões da memória”, bem como, os leitores, contadores de histórias e outros agentes dos setores educacionais, responsáveis pela socialização de crianças e jovens de várias formas, logo nas palavras das autoras “[...] tais mediadores, de enorme relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual.”(GOMES;HANSEN, 2016, p. 09) Assim, pretende-se compreender como a professora Crisantina Dias pode ser considerada uma intelectual, a partir da sua trajetória no campo da educação e na política.

TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE CRISANTINA MONTEIRO DIAS

A cronologia produzida pelo professor Francisco Bezerra Silva, narra a trajetória e os principais acontecimentos na vida da professora, assim de acordo com o documento, Crisantina Monteiro Dias nasceu na cidade de Aurora-Ceará, a primeira filha do casal João Monteiro Filho e Honorata Monteiro de Jesus, quando completou cinco anos, mudou-se com a sua família para o município de Barro-Ceará. Em 1929, retornou para a sua cidade natal e foi assim que cursou a primeira e segunda séries primárias, todavia quando retornou para a cidade de Barro em 1930, concluiu o ensino primário

SUMÁRIO

com a professora Zefinha Gonçalves diplomada pelo Colégio das Dorotéias em Cajazeiras-Paraíba, atualmente o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, além disso estudou com o professor Ancelmo Chaves, amazonense que ao chegar ao município logo instalou uma pequena escola.

Em 1935 é aprovada no Colégio Dorotéia em Cajazeiras-PB, porém em consequência do contexto turbulento da política da época, seu pai decide transferi-la para o estudar no Ceará, em que realizou o exame de admissão e foi aprovada no Colégio Teresa de Jesus em Crato, finalizou o curso de Ginásio e Magistério em novembro de 1942, sendo escolhida como a oradora da turma, além disso também diplomou-se a Catedrática professora barrense Catarina Bandeira de Almeida. Em 1945, Crisantina Monteiro Dias foi nomeada pelo Governo do Estado do Ceará, professora em uma das cadeiras integrais, em 1957 tornou-se a diretora da primeira escola pública construída na cidade, o Grupo Escolar Walter Sá Cavalcante.

Além de exercer cargos na educação, a professora também atuou na política do município, sendo eleita em 1967 a primeira mulher vereadora, tomou posse no dia 29 de novembro, e no mesmo caso casou-se com José Dias Cabral. Já em 1968, ocorreu a construção do Ginásio Paroquial Santo Antônio, tendo como fundador o Frei Hermano Studart, assim Crisantina Dias fez parte da equipe de professores, juntamente com José Dias Cabral, Maria Salete Pereira das Neves, Lúcia Cabral entre outros.

A professora também tornou-se diretora do Grupo Escolar Justino Alves Feitosa, em 1972, permaneceu até o ano de 1975, no mesmo período é aposentada devido aos trinta anos de trabalhos exercidos para o Estado do Ceará. Porém, no mesmo ano de 1975 a partir da construção da Escola de Primeiro Grau Gov. César Cals, Crisantina Dias é nomeada pela segunda vez pelo Estado e assim trabalhou na escola lecionando ao longo de oito anos e sete anos como a vice-diretora ao lado do seu esposo José Dias Cabral.

Em 1976, ocorreu a Inauguração da Biblioteca Municipal Crisantina Monteiro Dias, teve o início da sua construção na gestão do Prefeito João Tavares Neto e foi concluída pelo Prefeito Aurílio Cardoso de Lima. Tornou-se a primeira Secretária da Educação do município em 1977, na gestão do prefeito José Alves Feitosa, a sua aposentadoria compulsória ocorreu em 1990, com 70 anos.

Dessa maneira, entre 1945 até 1990, Crisantina Monteiro Dias trabalhou na profissão docente na cidade de Barro, tornando-se a primeira Secretária da Educação, além disso exerceu funções de diretora e vice-diretora, permaneceu no magistério ao longo de 45 anos, até a aposentadoria compulsória. A sua descendência consta de uma filha, Liane Monteiro Teles, os netos Davi e Levi e o genro Roberto.

Destarte, a professora faleceu em 2019 e em 2020 ocorreu o seu centenário denominado de: “A filha do seu filho”, visto que mesmo não sendo filha do Barro, pois nasceu em outra cidade, para a população, o Barro é o seu filho, por meio da sua atuação desde o início da cidade e por toda contribuição no campo da educação e em outros setores da sociedade, foi importante para o desenvolvimento e progresso do município, assim a população barrense reconhece o seu papel na história do Barro e em seu crescimento.

No campo da História e memória, a professora Crisantina Monteiro Dias escreveu em 2010, com 90 anos, o livro *Memórias de uma Professora*, reunindo as suas memórias e experiências ao longo da profissão docente, além da relação com a família e amigos. Escrito no formato de cordel, ela conta que sempre manteve admiração pelo gênero e após a leitura de um artigo no jornal, decidiu reunir os seus escritos e lançar o livro.

Figura 1 - Lançamento do livro *Memórias de uma Professora* (2010)



Fonte: Arquivo pessoal de Crisantina Monteiro Dias, 2010

Por meio das fotografias que registram o lançamento do primeiro livro, pode-se perceber a presença da população barrense, além de parentes e amigos, bem como alguns políticos da cidade. Assim, o conteúdo do livro é marcado inicialmente pela escrita de pessoas que conheceram a professora, mantiveram uma relação construída por meio da educação, como os ex-alunos e colegas de magistério, é o caso do ex-aluno Pedro Ernesto Filho que escreveu o poema intitulado de "A professora que merece admiração", o qual destaca a trajetória da professora Crisantina Dias e reconhece o seu papel importante na cidade, sobretudo no futuro dos estudantes. Ademais, em algumas passagens do livro a professora conta o que motivou tornar-se docente, além de discutir o seu entendimento sobre a educação e o papel dos professores durante o ensino, como as seguintes passagens na introdução do livro e no discurso como oradora da turma de normalistas:

SUMÁRIO

“Sempre me senti vocacionada a profissão de professora, por isso procurei exercê-la com muito devotamento, tanto como professora, como quanto diretora e vice-diretora. [...] Jamais esqueço que ao chegar na sala de aula encontrava os alunos com os olhinhos brilhando, muito ansiosos por aprendizagem, logo o meu papel era, além de lecionar, incentivá-los a prosseguir e perseverar até realizar seu sonho, fosse alcançando uma formatura ou outra possível carreira a que se sentisse inclinado, e que viesse suprir suas necessidades vitais o que advém sempre dos conhecimentos básicos adquiridos nos bancos escolares” (DIAS, 2010, p. 18).

“Sabemos que a criança tem espírito plástico e é capaz de incentivar-se por qualquer gesto do professor, assim sendo, o mestre bom e carinhoso ganhará muito cedo grande parte do coração infantil. Antes de tudo, a criança precisa ser compreendida pelo mestre. [...] Portanto, ser mestre é ter nos lábios a prece que dignifica, no pensamento a ideia que fecunda, produzindo frutos de valor e bondade. Ser mestre é possuir a abnegação dos fortes e num esquecimento de si mesmo, mergulhar-se em gestos de generosidade em favor do educando” (DIAS, 2010, p. 27).

“Colegas

Sabemos que a nossa classe não é vista com o valor que lhe é devido, contudo façamos valer o nosso entusiasmo na construção do futuro, de forma a ser mantido o respeito que com o nosso trabalho, impomos ao mundo o preceito de reconhecer a valiosa missão de mestres, mostrando que por trás de toda ascensão humana está a indispensável ação do professor.

Só nós podemos ser chamados de Mestres, espelhados que somos na vida do Divino Mestre com o apanágio de sermos os seus sucessores, fazendo do nosso desempenho mais do que uma profissão, um verdadeiro apostolado” (DIAS, 2010, p.27).

Diante dos trechos do livro, em que a professora relata a sua vocação para a docência, o livro *Minha história das mulheres* de Michelle Perrot (2019), fornece reflexões críticas sobre a criação das escolas normais para as professoras primárias, que inicialmente era uma ambição para as mulheres da burguesia e das classes populares, sobretudo rurais e operárias, em seguida a autora discute os estereótipos criados em torno da profissão, como sendo um trabalho realizado pelas mulheres que não se casaram e que consequentemente não cumpriram o seu destino como mulher. Porém, de acordo com a autora depois da Segunda Guerra Mundial houve uma mudança radical “e o ensino, atualmente, é uma profissão amplamente feminina, da qual se diz que é “boa para a mulher”. O que não é necessariamente um bom sinal. Uma relativa paridade sexual é uma garantia de igualdade” (PERROT, 2019,p127-128).

O trabalho de Louro (2020) é fundamental para compreender o momento em que emerge a figura da mulher na sala de aula, alvo de várias discussões, pois para alguns seria errado transmitir essa responsabilidade para as mãos de mulheres que eram consideradas despreparadas pelo cérebro com “pouco desenvolvimento”. Assim, o magistério seria a “extensão da maternidade” uma atividade realizada pela “vocação”, amor e carinho maternal. Desde o processo de formação nas escolas normais, as futuras professoras vivenciavam as experiências ligadas ao lar, ao afeto e o exercício da maternidade, todavia assuntos ligados aos setores da política e da religião não eram estudados, pois eram “contra a natureza feminina”.

A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a ideia de que a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que como uma profissão (LOURO, 2020, p. 450).

Nessa perspectiva, o magistério seria o trabalho da mulher, referindo-se ao cuidado “por natureza”, assim cada aluno representava um filho ou filha espiritual, visto que as professoras também deveriam servir de modelo para as alunas, no modo de falar, bem como o comportamento e as atitudes. Foi apenas com a criação dos sindicatos e centros de professores, as reivindicações através de greves como uma forma de resistência e busca de melhores condições de trabalho, contribuiu para a criação da categoria profissional da docência e de movimentos sociais organizados.

Sendo assim, por meio das memórias autobiográficas da professora Crisantina Dias, é possível compreender o seu entendimento sobre a educação como um trabalho realizado com vocação, dedicação e devoção, pois o seu papel como docente seria de incentivar os estudantes para que acreditassem no valor da educação, logo com devotamento os mestres deveriam em um esquecimento de si mesmo, buscar contribuir de forma significativa na vida dos estudantes, todavia as passagens do livro citadas ratificam o próprio modelo de formação realizado pela professora, que utilizando-se da religião compreende a docência como uma missão e um apostolado.

O segundo livro lançado em 2013, a professora escreveu com 93 anos, intitulado *Fragmentos de uma História*, em que aborda acontecimentos marcantes na História do município, desde o surgimento das primeiras escolas, crescimento econômico, saúde, religião e em outros setores da sociedade barrense. A história da cidade narrada ao longo do livro é construída de acordo com a visão da professora, visto que, a mesma vivenciou e construiu memórias em relação a sua vida e a formação da história do município.

No campo da política, em janeiro do ano de 1967, Crisantina Dias toma posse como a primeira mulher eleita vereadora da cidade de Barro-Ceará, pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), ocupando o cargo de primeira secretária da câmara, portanto a mesma registrava as sessões no livro de atas. Durante esse período,

SUMÁRIO

Firmino Tavares Martins ocupava o cargo de prefeito e Moacir Luiz Gonzaga vice-prefeito, e por meio do livro de atas de 1966 a 1973, um documento importante que contém o registro de reuniões da câmara municipal de Barro, é possível compreender alguns dos projetos de leis propostos pela professora.

A partir do Livro de Atas, e ao longo das sessões pode-se verificar os projetos de leis propostos pela vereadora como o projeto de lei nº 1/67, para o crédito de (cem cruzeiros novos) com a finalidade de construir um sanitário no açougue do município e a contratação de um zelador para o grupo escolar da cidade, outro projeto 12 de setembro de 1967, pedindo a aprovação de (mil cruzeiros novos) para a construção do clube União Barrense, o qual foi aprovado por todos.

Na sessão do dia 26 de setembro de 1967, a mesma pediu novamente uma verba para a construção do clube no valor de (um milhão de cruzeiros velhos), sendo negado pelo prefeito Firmino Tavares Martins, em virtude da prefeitura não ter orçamento suficiente, prometendo liberar a verba no ano seguinte, em 1968. Ademais, o projeto de nº 6 de Crisantina Dias referente a aprovação ao título de cidadania para o Dr. Francisco de Assis Cavalcante Matos, engenheiro chefe da obra BR 116, por se tratar de um cidadão de honra para a cidade, o projeto foi aprovado pela câmara.

Na sessão do dia 3 de setembro de 1968, o vereador Pedro Tavares apresentou um projeto que destinava-se na mudança no nome das ruas, para outros que seriam oficializados, durante o momento de discussão a vereadora Crisantina Dias demonstrou o seu descontentamento com o projeto, pois deixava muito a desejar, visto que, seria deselegante nomes das ruas de pessoas vivas ou jovens, porém relatou que estava disposta a aceitar o projeto.

Para o vereador Vagner Andrade, o nome de José Dias Cabral deveria ser substituído pelo nome de Joaquim Alves de Oliveira, em virtude do seu empenho para o progresso da cidade durante sua época. Crisantina Dias novamente com a palavra, relata que o

SUMÁRIO

projeto já estava no conhecimento da família de José Dias, dessa forma merecia que fosse aprovado, para não causar nenhum conflito com a família, visto a sua importância para a cidade. O presidente da câmara propôs o projeto para uma segunda discussão. No dia 20 de setembro de 1968, houve a segunda discussão sobre os nomes das ruas que deveriam ser oficializados, o vereador Horácio Bandeira não concordou com o projeto, pois eram nomes de dois homens rivais. As demais pessoas, em maioria concordaram com o projeto, que foi aprovado.

Ao longo do livro *Fragments de uma História* (2013), Crisantina Dias em nenhum momento relata os acontecimentos do período quando estava na posse de vereadora do Município. Principalmente, sobre os projetos de leis que a mesma colocou em discussão na câmara, pedindo verbas para a construção do clube União Barrense, entretanto no livro a professora relata as dificuldades enfrentadas pela falta de recursos, as reuniões dos sócios, os eventos promovidos para arrecadar dinheiro e o esforço da população para reconstruir o clube.

Ademais, quando se trata dos anos 60, 70 e 80, a professora se refere aos momentos de progresso da cidade e aos políticos, deixando silenciado o período das suas experiências no âmbito da política, os projetos aprovados e os recusados, as suas vivências como a única mulher vereadora na câmara, além das dificuldades e desafios que aquele momento exigia. Contudo, o único momento exposto da época de vereadora, é o seu discurso de posse no livro *Memórias de uma Professora* (2010), ela expressa o sentimento de esperança, progresso e de um governo que busque o debate com o povo, para que os governadores procurem solucionar os seus problemas para o bem da cidade.

Nessa perspectiva, no livro *Fragments de uma História* (2013) a professora conta a influência da população para a escrita e a publicação da obra, pois sendo conhecedora da história da

cidade, por estar presente desde o início do seu desenvolvimento, a comunidade solicitava que Crisantina Dias registrasse por meio da narrativa as suas memórias, sobretudo da origem do Barro, assim a professora realizou escolhas, selecionou memórias e lembranças de determinados acontecimentos e pessoas, assim conforme destaca Ricoeur (2007), no método de seleção também ocorre o esquecimento, pois ao escolher determinados momentos, consequentemente outros não serão narrados.

Figura 2- Desfile Cívico 7 de setembro em Barro-Ceará



Fonte: Arquivo pessoal de Crisantina Monteiro Dias, anos 70 a 80.

SUMÁRIO

A presente imagem trata-se do desfile cívico que era realizados na cidade de Barro, a fotografia foi tirada por volta do ano 1970 a 1980, assim esse evento segundo a professora movimentava toda a cidade, além da participação de pessoas dos municípios vizinhos. Dessa forma, Crisantina Dias descreve a preparação e organização para o desfile, as professoras por meio do livro didático, escolhiam as principais figuras históricas para participarem do desfile, nos carros alegóricos, sobretudo os abolicionistas, a princesa Isabel e D. Pedro para pronunciar independência ou morte. Dessa forma, para a professora esse desfile é uma festa patriótica, acreditava que os desfiles

contribuíam para preservar a memória dos antepassados históricos e assim exercitar os sentimentos de nacionalismo, sendo dever da sociedade do presente e para as próximas gerações.

Nesse sentido, de acordo com Gomes e Hansen (2016) os intelectuais “[...]têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político.” (p. 12) Dessa forma, pode-se compreender a atuação intelectual de Crisantina Dias por meio das atividades realizadas na educação, bem como na política e outros setores da sociedade, assim por meio da mediação cultural a docente buscava a participação da escola e dos discentes em eventos culturais, logo construindo um diálogo com as questões sociais e políticas vivenciadas em seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral: problematizar de forma crítica as fontes *Memórias de uma Professora* (2010) e *Fragmentos de uma História* (2013) livros autobiográficos escritos por Crisantina Monteiro Dias, além do Livro de Atas (1966 a 1973) da Câmara Municipal de Barro e a Cronologia de sua vida produzida pelo professor e memorialista Francisco Bezerra Silva, com o intuito de compreender o percurso intelectual da professora construído a partir das suas memórias como docente e ao mesmo tempo o esquecimento da memória política como vereadora na cidade.

Contou com os objetivos específicos de: analisar a história de vida da professora; refletir sobre as memórias construídas como docente de História e compreender o esquecimento como vereadora na ausência da sua atuação política nos seus livros de memórias.

Utilizou-se da pesquisa autobiográfica, pautada nos aportes teóricos de Lejeune (2008), Gomes e Hansen (2016), Borges (2008), Scott (1995), Le Goff (1996) e Ricoeur (2007).

Dessa forma, ao longo do trabalho foi visto a biografia e a autobiografia na pesquisa histórica, bem como o uso dos conceitos de gênero, memória e esquecimento que são importantes para o trabalho, assim a partir da contribuição das obras, foi possível compreender o percurso realizado pela professora ao longo de sua trajetória trabalhando em sala de aula e também como vice-diretora, direto e secretária de educação, ademais a sua participação na política do município durante o regime da ditadura militar, logo por meio das suas memórias a docente construiu a escrita de si como docente e ao mesmo tempo gerou o esquecimento da sua participação política ao selecionar e destacar determinados acontecimentos e vivências.

Ademais, durante a pesquisa discutiu-se sobre a formação da professora e o seu entendimento a respeito da educação, pois naquele momento a profissão docente era entendida principalmente como a função da mulher, sendo exercida majoritariamente por mulheres, devido ser a única oportunidade de trabalho e uma forma de conseguir a independência financeira, social e emocional, e até nos dias atuais, a profissão do magistério está associada ao papel da mulher e ao cuidado maternal. Assim, mesmo sendo os seus pais agricultores e diante das dificuldades da época, acreditaram que o estudo seria o melhor caminho e assim apoiaram Crisantina Dias a realizar o curso em Crato-Ceará.

Como resultados da pesquisa, destaca-se o modelo de formação docente realizado pela professora, em que estava ligado sobretudo na religião, assim Crisantina Dias destaca o seu entendimento pela docência como sendo uma missão do professor, para que assim por meio do esquecimento de si, focar no estudante e buscar formas de contribuir com o seu futuro, pois mesmo sendo uma época em que a educação estava no início do seu desenvolvimento, os professores teriam o papel de incentivar e buscar que a sociedade pudesse acreditar na educação.

Além disso, mediante as contribuições de Gomes e Hansen(2016) sobre a trajetória intelectual a partir da medicação cultural, foi possível compreender o percurso intelectual realizado pela professora Crisantina Dias, a partir da sua atuação nos setores sociais, políticos e educacionais, bem como buscou a participação também da escola e os discente para a discussão sobre os acontecimentos da época, a partir da produção de conhecimentos e o debate com a comunidade, a professora posicionou-se na sociedade, construiu saberes e compartilhou conhecimentos para os discentes do presentes e para as próximas gerações, principalmente com as narrativas memorialistas e autobiográficas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a história. Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. **Clio**. Série história do Nordeste, n.15, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24901>. Acesso em: 15 jan. 2023)

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPHRevista de História**, v. 15, p. 1-23, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Usos e abusos da história oral, v. 8, p. 183-191, 1996.

DIAS, Crisantina Monteiro. **Memórias de uma Professora**. Barro: HB gráfica e editora, 2010.

DIAS, Crisantina Monteiro. **Fragmentos de uma História**. Barro: HB gráfica e editora, 2013.

DOSSE, François. A biografia à prova da identidade narrativa. **Escritas do Tempo**, v. 2, n. 4, p. 7-36, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1249>. Acesso em: 15 jan. 2023

SUMÁRIO

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN. Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. *In*: GOMES, Angela Maria de Castro; Hansen. Patricia Santos (Orgs.) **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. *In*: DEL PRIORE, Mary; PINSKY.

CARLA B. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020, p. 443-48.

OLIVEIRA, Emerson Dionísio Gomes de. **Esquecimentos possíveis:** a hermenêutica da memória de Paul Ricoeur. Em *Tempo de Histórias*, Brasília, p. 6-24, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20011>. Acesso em 20 fev. 2023.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ª Ed, São Paulo: Contexto, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 jan. 2023.

VIEIRA, Adriana Fraga. Escafandristas do “eu”: perspectivas teóricas sobre os usos da biografia como fonte. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 12, n. 23, p. 297-312, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/6867>. Acesso em 15 jan. 2023.

The background is a complex abstract composition featuring various geometric shapes such as circles, triangles, and rectangles. The color palette is dominated by deep blues, vibrant reds, and bright yellows, with some areas of dark grey and green. The shapes are layered and overlap, creating a sense of depth and movement. Some shapes have internal patterns like grids or dots. The overall effect is a dynamic and visually rich abstract artwork.

23

Tarsizio Cipriano Freitas

OLHARES, PERCEPÇÕES E PRODUÇÕES SOBRE CULTURA NA ESCOLA:

**RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA
NA PRODUÇÃO DE CARTILHA
E MINI DOCUMENTÁRIOS CULTURAIS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.23

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de elaborar pesquisa científica com o tema que envolve juventude e questões contemporâneas. De maneira específica, o trabalho se propôs a fazer análise e relato de experiência sobre a relação da cultura e do consumo cultural com o público do Ensino Médio.

Como ponto de partida, buscou-se fazer, no formato de produção de material didático, uma cartilha cultural em que fosse trabalhado o tema da cultura através da divisão em três tópicos: “O que é cultura?”; “O que é consumo?” e “O que é consumo cultural?”. Para isso, alguns conceitos básicos foram utilizados, como o dos tipos de cultura desenvolvidos por Félix Guattari e Suely Rolnik, em sua obra “Micropolítica: Cartografias do desejo” (1986). Enquanto a cartilha estava sendo produzida e utilizada em sala de aula durante o ano letivo de 2022, algumas atividades foram propostas para que os estudantes realizassem durante a aplicação da cartilha. Em destaque, os estudantes produziram arquivos de audiovisual no formato de minidocumentários onde demonstraram os tipos de cultura apresentados pelos autores em “cultura valor”; “cultura alma-coletiva” e “cultura mercadoria”.

Para a realização dessa empreitada, buscou-se, então, no primeiro momento, através dos questionários, captar o sentido inicial que os estudantes de ensino médio tinham sobre cultura, qual a herança e o capital cultural que se demonstraram nessa percepção e como se apresentou o sentido que os estudantes atribuíram ao consumo e ao consumo cultural.

Na sequência dos trabalhos, foram buscados, de acordo com a perspectiva sociológica, alguns conceitos-chave que envolveram o tema abordado e, enfim, no momento de conclusão, apresentados os minidocumentários e o material didático no formato da cartilha cultural.

Como justificativa, temos na construção da cartilha cultural a possibilidade de percebermos como que o jovem do ensino médio pode se relacionar com a cultura, os entendimentos e significados que o universo cultural desponta para os estudantes trabalhados através das suas próprias óticas. como o quê o jovem vê, escuta, lê, navega e faz o seu mundo de cultura. Em termos conceituais, também foram trabalhados conceitos-chave sobre o tema, tais como: cultura, capital e herança cultural, trocas simbólicas, consumo, consumismo, capitalismo, indústria cultural, democratização de acesso à cultura, consumo cultural, campo de produção cultural, agrupamento, dentre outros. Como afirma Bourdieu (1996), tal investida remete a descobrir, ao mesmo tempo, o *universo finito das liberdades sob coação* e, de outro modo, as *potencialidades objetivas* que tal universo propõe como caminhos válidos e necessários à pesquisa cultural.

É uma única e a mesma coisa entrar em um campo de produção cultural, mediante um direito de entrada que consiste essencialmente na aquisição de um *código específico* de conduta e de expressão, e descobrir o universo *finito das liberdades sob coação* e das *potencialidades objetivas* que ele propõe, problemas a resolver, possibilidades estilísticas ou temáticas a explorar, contradições a superar, ou mesmo rupturas revolucionárias a efetuar (BOURDIEU, 1996, p. 266).

SUMÁRIO

Motivado em tentar descobrir o universo finito das *liberdades sob coação* e *potencialidades objetivas*, como cita Bourdieu, alguns questionamentos pautaram esse trabalho como por exemplo: O que fazem os jovens sobre o entendimento que eles mesmos têm de consumo cultural? Esse tipo de consumo é algo a que eles têm acesso? O que gostariam de ter? Como o acesso ao consumo cultural poderia fortalecer os laços que esses jovens têm em relação aos grupos sociais com os quais eles interagem e constituem? É preciso consumir cultura para ser aceito como membro participante de determinado grupo social? Como seria e como se deu esse tipo de consumo? Algo consciente ou alguma característica que foge à

SUMÁRIO

alçada do consumo cultural consciente? A partir dessas reflexões, pode-se ter conhecimento mais próximo da realidade desses jovens e saber como eles se constituem através de suas próprias práticas e consumo cultural.

Sobre essas reflexões, coube à questão de procurar entender como o jovem estudante do ensino médio se via enquanto consumidor cultural ser nosso ponto de início. Qual a relevância da análise sociológica sobre cultura e consumo cultural para possíveis elucidações quanto à autoimagem (identidade) que o jovem estudante, sob o aspecto temático, tem de si?

Os objetivos desta pesquisa foram traçados diante do constante processo de autoanálise, orientações, correções, reformulações e melhoramentos; etapas típicas presentes na construção e solidificação de toda e qualquer pesquisa fundamentada. O objetivo geral propõe: Investigar a percepção que os estudantes de ensino médio têm em relação ao consumo cultural. De maneira específica, os objetivos são traçados como: 1. Buscar, através de métodos e técnicas de pesquisa, perceber o que os estudantes de ensino médio entendem pelos conceitos de cultura e consumo cultural diante das suas práticas e vivências cotidianas; 2. Desenvolver, de forma fundamental, mas não exclusiva, conceitos de cultura e consumo cultural de acordo com referenciais temáticos do pensamento sociológico; 3. Criar, como produto final da pesquisa, cartilha cultural com a temática de cultura e consumo cultural dos estudantes de ensino médio.

Como já demonstrada a divisão da cartilha, procurou-se, como síntese metodológica, desenvolver os tópicos do que é *cultura*, *consumo* e *consumo cultural* a partir de reflexões do que viria à mente dos estudantes quando se fala em cultura; seguindo os pensadores citados Guattari e Rolnik, qual o conceito de cultura e os tipos de cultura por eles apresentados. No tópico de *consumo*, as questões do que viria a ser consumo, qual diferença entre consumo e consumismo e a provocação do quê e para quê consumir.

SUMÁRIO

No último tópico do *consumo cultural*, foram trabalhadas questões da relação entre cultura e consumo, para isso autores como Bourdieu, "Escritos de educação" (2007) e "A distinção. Crítica social do julgamento" (2007) e Bauman, "Vida para o consumo" (2008) foram trabalhados. Seguindo os subtópicos com questionamento se existiria julgamento de valor na relação da cultura com o consumo e finalizando com a reflexão de quais perspectivas poderíamos ter dessa relação.

Já nos minidocumentários, procurei dividir a turma em 06 ou 03 grupos e sortear/escolher os tipos de cultura; Apresentei os temas (cultura-valor; cultura-alma coletiva; cultura-mercadoria); Expliquei os temas; Orientei as equipes sobre como deveriam proceder (dicas/sugestões e aspectos do minidocumentário); E o que deveria ter o trabalho do minidocumentário, de forma sucinta: Produção de vídeos no formato minidocumentário de no mínimo 05 minutos onde seria apresentado o conceito de cultura da equipe: (valor, alma-coletiva ou mercadoria), além de no mínimo 02 entrevistas com pessoas relacionadas ao conceito que a equipe foi sorteada/escolhida. Para concluir, o minidocumentário deveria conter imagens, vídeos relacionados ao conceito da equipe bem como na conclusão: O que a equipe entendeu/percebeu de importante no conceito de cultura trabalhado.

Enquanto havia a produção dos minidocumentários por parte dos estudantes ao longo de determinado bimestre, fui trabalhando na cartilha, fazendo acompanhamento também de outros autores pertinentes ao tema, quando, pois, falávamos de ideologia, temática apropriada em sala de aula quando em associação ao tópico do consumo tais como: Tracy e Bonaparte; Karl Marx; Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu.

Na culminância do trabalho, os estudantes apresentaram a produção dos minidocumentários aos quais embasaram os tipos de cultura trabalhados e, em seguida, no desenvolvimento das aulas, foi apresentada a versão final da cartilha cultural, bem como a disponibilização desta aos estudantes em versão digital.

APORTE TEÓRICO

O universo que trata a juventude e as questões contemporâneas nunca é finito, mesmo que seja permeado de finitudes estruturais e limites de potencialidades sistêmicas. O modo, entretanto, de lidar com a realidade própria, possa ser, doravante, o caminho de transformar a realidade posta.

Quando desde sempre entendemos o mundo que nos rodeia, podemos então, modificá-lo. Para entender a juventude e as questões contemporâneas próprias, misturadas e fundidas entre elas precisamos primeiramente ouvir, depois possibilitar ações para que essa voz seja ouvida altissonante por todos.

Dessa maneira, vale a observação de que o estudante de ensino médio e a *juventude* não devem ser ignorados quando se propõe uma pesquisa sobre os elementos que fazem parte da própria realidade desses estudantes. Essa afirmação parece nos ser óbvia, porém, ainda podemos esbarrar em análises que fogem a essa constatação. Ignorar esse mundo simbólico é um equívoco, como demonstra Lima Filho:

Ignorar o rico mundo simbólico no qual está inserida a juventude é um equívoco grave e é preciso pensar como é possível conciliar a realidade objetiva da escola pública e a necessidade de traduzir o conteúdo a partir do mundo juvenil. Como escrito, as culturas juvenis e seus códigos, os signos da juventude enquanto estilo de vida e as sociabilidades decorrentes são imperativos a ser assumidos, encarados, dialogados e discutidos pelo sistema de ensino (LIMA FILHO, 2017, p. 360).

A proposta de trabalho e seu reflexo na produção do material didático da cartilha cultural buscou contemplar esse postulado de dar voz ao estudante sobre a sua própria percepção de mundo, de cultura e de consumo cultural.

Parece-nos não existir nada mais válido ao sujeito crítico do que aquilo que ele próprio conheceu. O processo de estranhamento e desnaturalização da realidade posta é o despertar de um mundo de conhecimento, mundo de possibilidades no qual o sujeito conhecedor, nesse caso, tem a possibilidade de intervir no seu meio, na sua vida e na sua história.

A escolha desse tema de pesquisa, teve, portanto, esta motivação. Não basta falar sobre algo, no caso, consumo e cultura para nos satisfazermos enquanto profissionais pesquisadores da educação. É necessário entendermos que somos parte integrante do processo educativo e que, mais que isso, temos enorme responsabilidade nessa construção pedagógica quando ouvimos e damos as condições de possibilidade do outro (estudante) falar, expressar e trilhar seu próprio caminho.

A sensibilidade e a percepção que este trabalho propõe ao ouvir o estudante sobre sua forma de ser, pensar e agir envolve não somente questão metodológica, mas também uma epistemologia atuante em consonância com os sujeitos culturais em questão. O conhecimento do aluno não envolve apenas aspecto racional, como afirma Paulo Carrano:

A história serve para nos mostrar que esse conhecimento do aluno não envolve apenas o aspecto racional, mas uma predisposição para sentir, entender e julgar com ele. Estamos sempre querendo saber o que o aluno sabe ou deixa de saber; entretanto, o que ele sente é algo indissociável daquilo que ele é como sujeito cultural. Proponho que a escola deveria ser também um espaço privilegiado para os muitos jogos sociais; o jogo instaura o espaço da liberdade, da diferença e do diálogo. Até que ponto nossas escolas têm se caracterizado por esses valores? (CARRANO, 2005, p.156-157).

Nas palavras de Carrano, *o que o jovem sente é indissociável daquilo que ele é como sujeito cultural*. O autor também destaca que "as escolas esperam alunos e o que lhes chega são sujeitos

SUMÁRIO

de múltiplas trajetórias e experiências de vivência do mundo” (CARRANO, 2009). Podemos considerar, portanto, que buscamos analisar, entender e descrever o outro através da nossa visão de mundo, de arquétipos que construímos ao longo da nossa vida pessoal e profissional. Muitas vezes, com o passar do tempo, é comum, não obstante, esquecermos ou até mesmo em outros casos, tentarmos esquecer de que também estivemos lá como estudantes de ensino médio com seus dilemas, desafios, medos e esperança. Ouvir, nesse sentido, é tão ou mais importante do que falar.

No decorrer de todo o processo de construção do trabalho, outros autores também tiveram importância no desenvolvimento das atividades, desde as referências citadas ao longo do texto até, e de modo anterior, o auxílio aos esclarecimentos quanto à estruturação da pesquisa, métodos e formas de lidar com o outro e que, não obstante, é também lidar consigo mesmo.

Sobre esse tema, portanto, destaco alguns autores que lançaram luz à pesquisa e a forma como pude conceber e lidar melhor com a produção do trabalho. Temos, então, a contribuição de Georg Simmel, com o *Estrangeiro* (2005) e Alain Coulon *Etnometodologia* (1995).

O pensamento de Georg Simmel, no que se refere ao “estrangeiro” expressaria muito bem a forma inicial de lidar com o outro, no caso o estudante de ensino médio. Como, acerca de invadir o universo cultural estudantil, poderia existir competência para tal investida? O que autorizaria e, sobretudo, validaria um tipo de estudo tão distinto e complexo das costumeiras práticas docentes?

Em meio a eventuais crises na construção do trabalho, foi através desse olhar que comecei a pensar sob a ótica do “estrangeiro”, na medida em que este trabalho possibilitou estar, mesmo sem dele ser, no universo estudantil pesquisado. Somente, pois, através da demarcação entre pesquisador e pesquisado, os horizontes conceituais começaram a aparecer. Não era uma marcação de um

por si e do outro pelo outro, exclusivamente, mas novas perspectivas de quem está tão somente *dentro* e *fora*, do *nativo* e do *estrangeiro*, como esta passagem demonstra:

O estrangeiro por sua natureza não é proprietário do solo, e o solo não é somente compreendido no sentido físico, neste caso, mas, também, como uma substância delongada da vida, que não se fixa em um espaço específico, ou em um lugar ideal do perímetro social. Nas relações mais íntimas de pessoa a pessoa, também, todas as atrações e significâncias possíveis no cotidiano das experiências simbolizadas podem revelar o estrangeiro. O estrangeiro é sentido, então, precisamente, como um estranho, isto é, como um outro não “proprietário do solo” (SIMMEL, 2005, p. 267).

Simmel nos alerta, então, sobre a existência dos distanciamentos objetivos no que se refere à relação entre o pesquisador e o campo da pesquisa. Afinal, quem pesquisa a realidade pode pesquisar a própria realidade sem ser necessariamente nativo ou viajante. O estrangeiro ou *estranho* é alguém de fora que quer compreender o mundo que o cerca e do qual ele também participa, mesmo através do não relacionamento:

Na relação com um “estrangeiro” ou “estranho”, em um sentido positivo, porém, o que existe é um não-relacionamento. Nos contatos possíveis ele, o estranho, é sempre considerado como alguém de fora, como um não membro do grupo, portanto, as relações se dão a partir de um certo parâmetro de distanciamento objetivo, mas partindo das características essenciais de que também ele é um membro de um outro determinado grupo. Como tal, os contatos com ele são, ao mesmo tempo, estreitos e remotos, na fragmentação das relações por onde uma abstrata igualdade humana em geral se encontra (SIMMEL, 2005, p. 270).

Dito isto, portanto, esta pesquisa buscou perceber, ouvir e captar o campo simbólico que os estudantes têm e tecem sobre o universo de cultura próprio a eles. No desenvolvimento da pesquisa, comecei assim com a *observação atenciosa* e a *análise dos processos*

que, segundo Alain Coulon (1995), “aplicados nas ações permitiriam pôr em evidência os modos de proceder pelos quais os atores interpretam constantemente a realidade social”. A etnometodologia, definida pelo mesmo autor como “[...] a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações” (COULON, 1995, p. 30), nos foi de grande auxílio. A busca pelos indícios na pesquisa através do sentido de *indicialidade* desenvolvido pelo autor configurou objetivo caro a esta pesquisa. Segundo o autor, a *indicialidade*:

É um termo técnico, adaptado da linguística. Isto significa que, embora uma palavra tenha uma significação trans-situacional, tem igualmente um significado distinto em toda situação particular em que é usada. Sua compreensão profunda passa por características indicativas e exige dos indivíduos que vão além da informação que lhe é dada (COULON, 1995, p. 33).

Não somente a *indicialidade*, mas demais categorizações pautadas pelo autor foram de fundamental importância para a pesquisa, tais como, de modo sucinto e parafraseado: a *reflexividade*, que designa as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social. *Accountability*, que é a ideia de que é possível entender o mundo social como *accountable*, ou seja, que ele (o mundo) é algo disponível, descritível, relatável, analisável. Nas palavras do autor: “essa analisabilidade do mundo social, a sua descritibilidade e sua objetividade se mostram nas ações práticas dos atores. O mundo não é dado de uma vez por todas. Ele se realiza em nossos atos práticos.” (COULON, 1995, p. 45-46). E também a *noção de membro*, que, no vocabulário etnometodológico, como afirma o autor, não se refere a pertença social, mas ao domínio da *linguagem natural*:

Tornar-se membro significa filiar-se a um grupo, a uma instituição, o que exige o progressivo domínio da linguagem institucional comum. Essa filiação repousa sobre a particularidade de cada um, sua maneira singular de enfrentar o mundo, de “estar-no-mundo” nas instituições

sociais da vida cotidiana. [...] um membro, não é portanto, apenas uma pessoa que respira e pensa. É uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades, de *savoir-faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca (COULON, 1995, p. 48).

Embora a abordagem historiográfica neste momento seja notadamente proeminente no corpo do trabalho, ressignifico o caráter propedêutico na percepção e fundamentação teórica que ela permite para termos possibilidades metodológicas e conceituais de atuação, as quais me foram extremamente necessárias. Não obstante, outros pensadores também contribuíram para trazer luz à pesquisa sociológica.

É a partir de sua obra *Escritos da educação* (2007) que trataremos, a princípio, sobre aspectos relacionados não somente à educação, mas, e sobretudo, à participação da escola no processo educativo e suas implicações produtoras e reprodutoras da dinâmica social existente. Aspecto este de fundamental importância para a discussão sobre consumo cultural no público jovem do ensino médio.

O método científico e a hierarquia social dos objetos são o ponto de partida para Bourdieu em sua referida obra, pois é através desse início que poderá ser discutido o *lugar da ciência*, o *lugar do seu método*. A referência na utilização do diálogo entre Parmênides e Sócrates, exposta por Bourdieu, reflete bem essa preocupação:

Quando Parmênides indaga a Sócrates, para embarçá-lo, se ele admite a existência de “formas” de coisas “que poderiam até mesmo parecer insignificantes, como um fio de cabelo, a lama, a sujeira, ou qualquer outro objeto sem importância nem valor”, Sócrates confessa que não pode decidir-se a fazer isso, pois tem medo de resvalar para um “abismo de besteiras”. Isso, diz Parmênides, é porque ele é jovem e novo em filosofia e preocupa-se ainda com a opinião dos homens; a filosofia vai apoderar-se dele um dia e lhe fará ver a inutilidade dessas arrogâncias das quais a lógica não participa (BOURDIEU, 2007, p. 35).

SUMÁRIO

O diálogo utilizado por Bourdieu como início de sua exposição sobre ciência e método é bem característico de quando pensamos no lugar ou na hierarquia de valores sociais que a ciência desenvolve. O erro ou o problema socrático, nesse sentido, é que ele não deveria cair na presunção do que é válido ou nobre em detrimento daquilo que aparentemente não o é. “A ciência não toma partido pela luta, pela manutenção ou subversão do sistema de classificação dominante, ela o toma por objeto” (BOURDIEU, 2007, p. 38).

A ciência, ainda sob essa perspectiva, não vai opor julgamentos de valores entre si, mas constatar a hierarquia de valores em suas práticas, como em suma, cita:

A ciência não opõe um julgamento de valor a outro julgamento de valor, mas constata o fato de que a referência a uma hierarquia de valores está objetivamente inscrita nas práticas e, em particular, na luta da qual essa hierarquia é o objeto de disputa e que se exprime em julgamentos de valor antagônicos” (BOURDIEU, 2007, p. 38).

Situada a ciência e seu método na análise da hierarquia de valores sociais, podemos agora adentrar no campo da escola e, em especial, nas desigualdades frente à escola e à cultura expressas na escola conservadora.

Como início desse novo ponto, Bourdieu chama-nos a atenção para que aquilo que consensualmente se consideraria “escola transformadora/libertadora”, na verdade, em termos práticos, não dispõe de características em nada condizentes com transformação e liberdade, tendo em vista que é justamente essa escola que reproduz o contexto geral, sendo então, fidedignamente considerada como “escola conservadora” ao tratar a *herança cultural* como *natural*, fator eficaz de conservação social.

Como um exemplo dessa máxima, podemos explicitar o que Bourdieu e Passeron trazem em sua obra *Os herdeiros*, de 2002:

Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar em uma universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda duas vezes superiores àqueles de um jovem de classe média (*apud* BOURDIEU, 2007, p. 41).

É objetivo, então, de Bourdieu, através dessa constatação, não somente anunciar, mas descrever os mecanismos da realidade educacional social. A família, aspecto fundamental na vida dos estudantes, segundo Bourdieu, de forma mais indireta do que direta, transmitirá certo *capital cultural* e certo *ethos*, entendido como sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados. A herança cultural é responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar, a escola, de outro modo, as reproduz.

A transmissão do capital cultural, seguindo essa perspectiva relacionada à família e aos contextos sociais, apresenta-se na escola através da ideia do êxito escolar. Mesmo com nível de escolaridade semelhante, o que poderá diferenciar o êxito dos alunos está mais ligado ao capital cultural do que ao nível de escolaridade

Do mesmo modo que se distinguem jovens de camadas superiores por estar ligados a diferença de condição social, também os filhos das classes populares que chegam até o ensino superior parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria, tanto por seu nível cultural global como por seu tamanho: como se viu, as chances de um jovem de camada superior chegar à universidade são quarenta vezes mais fortes do que um filho de operário (BOURDIEU, 2007, p. 43-44).

O capital cultural transmitido na família e reproduzido nas escolas traz o reflexo de uma estrutura de poder mais ampla. Continuando com Bourdieu, as atitudes dos membros das diferentes classes sociais, assim como as atitudes a respeito da escola, da *cultura escolar*, são, em grande parte, a própria expressão de valores que se devem à posição social estabelecida.

ANÁLISE

O caminho metodológico desta pesquisa assumiu horizonte conceitual, tal como a premissa desenvolvida por Pedro Demo em sua obra *Metodologia científica das ciências sociais*, de 1989, através da qual se entende metodologia como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades. (DEMO, 1989). É, ainda sob esse prisma, que a metodologia desta pesquisa, tendo em vista que esteve sempre aberta a reavaliações e consequentes melhoramentos processuais, compreendeu o paradigma empírico-analítico no formato da pesquisa-ação. Essa escolha não é somente uma escolha, mas um entendimento de abordagem científica, como se referencia, portanto, através de Tripp (2005), o qual nos esclarece que:

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação (TRIPP, 2005, p. 445-446).

SUMÁRIO

Ao admitir que o processo faz parte da construção do saber científico, a metodologia utilizada, mesmo compreendendo a diversidade de perspectivas consideradas, não deve seguir engessada sob única forma de análise, como afirma Martins (2004): “Diante da diversidade de perspectivas, o ‘fazer ciência’ não segue um único modelo ou padrão de trabalho científico. Ao contrário, a sociologia foi sempre marcada pela diversidade de métodos (e de técnicas) de investigação e de métodos de explicação” (MARTINS, 2004, p. 292).

Tendo em vista esse horizonte conceitual metodológico e refinando a estrutura que embasa essa pesquisa, busco seguir a diretriz expressa por Demo no que se refere à metodologia como pesquisa:

Como pesquisa, significa a produção crítica e autocrítica de caminhos alternativos, bem como a inquirição sobre os caminhos vigentes e passados. Conteúdos mais evidentes da preocupação metodológica seriam: A) Em primeiro lugar, a metodologia questiona a cientificidade da produção científica, colocando em discussão sua demarcação [...]; B) Em segundo lugar, questiona-se a construção do objeto científico, dentro do contexto da discussão sobre 'objeto construído' [...]; C) Em terceiro lugar, estudam-se abordagens metodológicas clássicas e atuais (DEMO, 1989, p. 59-60).

Especificamente quanto a esta pesquisa, essa abordagem processual crítica e autocrítica, como demonstrada por Demo, se deu na relação variável que os estudantes tiveram sobre consumo cultural nas escolas apontadas.

A metodologia utilizada, mesmo compreendendo a diversidade de perspectivas consideradas, não deve seguir engessada sob única forma de análise, como cita Martins (2004): "Diante da diversidade de perspectivas, o 'fazer ciência' não segue um único modelo ou padrão de trabalho científico. Ao contrário, a sociologia foi sempre marcada pela diversidade de métodos (e de técnicas) de investigação e de métodos de explicação" (MARTINS, 2004, p. 292).

Este trabalho, portanto, seguindo o método da abertura da compreensão diante da diversidade das possibilidades do universo cultural juvenil, se propôs a cumprir seu papel essencial, ouvir o jovem.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão do trabalho, os estudantes apresentaram a produção dos minidocumentários aos quais embasaram os tipos de cultura trabalhados por Guattari e Rolnik e, em seguida, no desenvolvimento das aulas, foi apresentada a cartilha cultural desenvolvida pelo professor com os tópicos: "O que é cultura?"; "O que é consumo?" e "O que é consumo cultural?"

SUMÁRIO

Ao longo dos bimestres foram elaboradas atividades, trabalhos e provas sobre o assunto. Os resultados puderam ser expressos nos rendimentos das notas durante o ano letivo de 2022. Antes da aplicação do trabalho e da cartilha cultural, como parâmetro, em uma determinada turma, as notas do 1º bimestre; apenas 39,47% dos estudantes obtiveram nota igual ou superior a 8,0. A grande maioria, 52,6% tiveram nota entre 6,0 e 7,0. Já para 7,8% dos estudantes, a nota foi reprovativa. Já no último bimestre, as notas a partir de 8,0 foram 65,7% do total. 21% tiraram nota 10,0. No bimestre anterior, essa faixa específica de nota correspondeu a 5,2%, o que gerou aumento de 15,8%. Dentre as maiores notas, (a partir de 8,0), o aumento foi de 34,2%, maior índice positivo do ano. Já estudantes com nota entre 7,0 e 6,0 foi de 34,2%. Talvez a maior marca desse período nem tenha sido o substancial aumento das notas máximas, mas a diferença do quantitativo de notas reprovativas, nenhuma.

Como resultado final, obteve-se então, 57,8% de notas a partir de 8,0 e 42,1% de notas entre 7,0 e 6,0. Nenhum estudante ficou com nota reprovativa. Todos concluíram com êxito o ensino médio.

Evidentemente houve melhora no decorrer das atividades propostas deste trabalho. Embora possam existir muitas variáveis que influenciem esses resultados, o aumento quantitativo das melhores notas não deixa de ser uma possibilidade tangível de que o trabalho demonstrou resultados significativos, pois foi possível, além de objetivar a melhora das avaliações, perceber nas observações em sala de aula e das impressões em conversas com os estudantes, as mudanças de perspectivas quanto aos tópicos discutidos e compartilhados ao longo da pesquisa.

Por fim, a possibilidade da replicabilidade da cartilha em outras realidades escolares se demonstra viável e instigante. Existe, portanto, a produção de material concreto que possa servir de auxílio nas práticas docentes e o pensamento de que os estudantes passaram a compreender os conceitos e a relação da cultura e do consumo cultural com as suas próprias vivências cotidianas.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CARRANO, Paulo. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude**: O desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". Palestra proferida no IX ENEJA, Curitiba – PR.
- CARRANO, Paulo. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. **Diversia. Educación y Sociedad**, v. 1, p. 159-184, 2009.
- COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LIMA FILHO, Irupuan P. Culturas Juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos. **Revista de Ciências Sociais** – UFC, Fortaleza, Vol. 45, N. 1, jan-jun. 2014.
- LIMA FILHO, Irupuan P. Dilemas da juventude na escola: notas sobre a sociabilidade juvenil e o ensino médio. *In*: SILVA, Ileizi Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle N. (orgs). **A Sociologia na educação Básica**. São Paulo: Anna Blume/ Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), 2017.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30. 2004.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. **RBSE**. João Pessoa. v. 4, n. 12, p. 265-271, 2005. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.0%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsed ez05.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.



24

Thiago Prestes de Oliveira

**OS INTERESSES
DA CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DA INDÚSTRIA NO
NEODESENVOLVIMENTISMO:**

DO APOIO À RUPTURA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.24

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo caracterizar os interesses da Confederação Nacional da Indústria (CNI) durante o período neodesenvolvimentista no Brasil. Entendemos como neodesenvolvimentismo o período dos governos petistas, abarcados pelos mandatos de Luís Inácio “Lula” da Silva (de 2003 a 2010) e Dilma Rousseff (de 2010 a 2016). O termo pode enganar, mas o neodesenvolvimentismo é um desenvolvimento dentro dos marcos do neoliberalismo. Não se trata, portanto, de um retorno do velho desenvolvimentismo ocorrido no século XX, realizado por alguns governantes no Brasil e no mundo. Foi um projeto político ocorrido durante a vigência dos governos petistas com participação dos industriais.

Já o neoliberalismo foi um movimento de fortalecimento das burguesias dos países centrais para recuperar as perdas relativas ao avanço do Estado de Bem-Estar social em alguns países europeus. Esse movimento neoliberal se espalhou por todo o planeta, no Brasil foi iniciado por Collor e permanece até a atualidade, inclusive como enfatizamos, permaneceu no período neodesenvolvimentista.

A burguesia industrial, durante o período estudado, foi um setor importante tanto no apoio ao neodesenvolvimentismo como na sua ruptura. Em destaque na cena política, em ambos os contextos de governo, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) apoiou o governo petista no episódio do “Mensalão” (BOITO JUNIOR, 2018). A mesma entidade realizou diversos protestos na campanha pelo *impeachment* de Rousseff, inclusive lançando o *slogan*: “Não vou pagar o pato”. Seus interesses ainda são alvos de disputa na bibliografia das ciências sociais e nosso trabalho pontuará sobre as ambições da entidade no apoio e na ruptura dentro desse período.

1 Mensalão foi o nome do escândalo político ocorrido em 2005. Essa denominação ganhou corpo após a denúncia do deputado Roberto Jefferson, referindo-se a um pagamento contínuo, como uma espécie de mensalidade para os deputados votarem em projetos favoráveis ao poder executivo no período.

Para realizar tal objetivo, pontuaremos os interesses gerais dos industriais, bem como aquilo a que visavam tanto na manutenção como na ruptura com o neodesenvolvimentismo. O método utilizado foi o qualitativo, a partir de uma bibliografia sobre o tema do neodesenvolvimentismo. Faz-se importante destacarmos ao leitor que o capítulo é fruto da tese, ainda em andamento, sobre os interesses da CNI no período neodesenvolvimentista. O escrito neste capítulo do livro se refere ao que foi apresentado no "3º Seminário de Pensamento Social Brasileiro: intelectuais, cultura e democracia".

Além dessa introdução, o trabalho apresenta mais três partes. O item a seguir se refere aos interesses dos industriais. Posteriormente, são apresentados os interesses da CNI na manutenção do neodesenvolvimentismo e a terceira parte diz respeito aos interesses da entidade na ruptura com o neodesenvolvimentismo. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

INTERESSES DOS INDUSTRIAIS

Desde já, é necessário que classifiquemos a origem dos interesses das classes sociais. Eles não surgem de um movimento aleatório, mas designam-se de transformações ocorridas na estrutura econômica. A partir dessas mudanças, aqueles que compartilham de posições estruturais semelhantes reúnem-se e planejam uma atividade política através de partidos ou demais organizações para fazerem valer seus interesses (GUIMARÃES, 1991, p. 50).

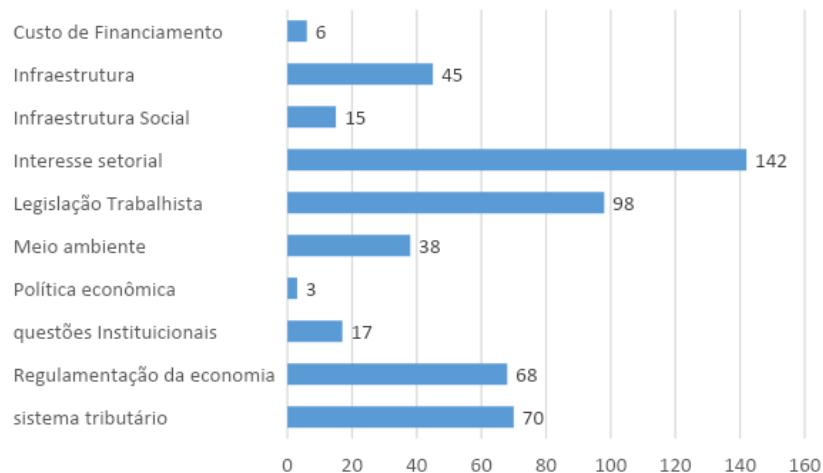
Apesar da já existente industrialização brasileira, em seus primórdios, a pedra de toque dos interesses das frações burguesas no Brasil consistiu na insistência em evitar qualquer modelo de reforma agrária que viesse a afetar a propriedade fundiária (FIORI, 2001, p. 276).

Também se percebe que, desde o princípio da atuação da indústria são elencados pontos como a crítica à carga tributária e um medo de desfavorecimento das indústrias em relação às empresas estrangeiras. Na década de 1930, por exemplo, os industriais tinham a posição de que “[...] a expansão industrial no Brasil não pode reproduzir o modelo inglês de industrialização e, sobretudo, não pode prescindir da proteção do Estado” (LEOPOLDI, 2000, p. 120).

Como evolução desse movimento primeiramente é formada a CIB, Confederação Industrial do Brasil (CIB), posteriormente a CNI é fundada em 1938, a partir de união das federações de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nesse primeiro momento, como já pontuamos, o seu nome era CIB, mas a CNI reivindica sua fundação desde essa data ainda com o nome da antiga confederação (HARTMANN, 2020, p. 99).

Assim, após esse início de pautas gerais em concordância com outras frações da burguesia, no momento por nós estudado, o interesse prioritário dos industriais é a eliminação do intitulado “Custo Brasil”. Tal interesse se destaca por ser algo particular do setor industrial e da CNI. Outros setores podem, em determinados contextos, compartilhar determinados interesses da fração industrial; todavia, a participação na formulação e no prosseguimento do acompanhamento da pauta referente ao Custo Brasil permanece, até a atualidade, no controle da CNI.

Concentram-se, como pautas centrais do Custo Brasil: a alta carga tributária; a legislação trabalhista; uma estrutura ineficiente do país para produção e atração de investimento. Tais temáticas são representadas na agenda política dos industriais.

Gráfico 1 – Temática das proposições legislativas da CNI (2010-2017)


Fonte: COSTA e BORCK, 2019.

Como elencado na tabela acima, o interesse setorial prevalece, seguido pela pauta trabalhista e pela infraestrutura, demonstrando que, em suas proposições, a CNI visa ativamente efetivar a eliminação do Custo Brasil.

De certa forma, o Custo Brasil é um programa político geral da burguesia industrial para a sociedade brasileira e suas federações associadas. Nesse “manifesto” se encontram, sob sua ótica, os motivos de o país se manter subdesenvolvido, além das propostas dos indústrias para alcançar a rota de desenvolvimento. Tal programa dos industriais se manteve presente durante todo o período estudado.

Para realização dos projetos do Custo Brasil e dos demais interesses da CNI, a burguesia industrial costuma criar diversas ações para acompanhar o processo legislativo. Os conselhos especializados em determinadas matérias do legislativo oferecem atualizações sobre as pautas de conveniência das diversas áreas da indústria sobre aspectos referentes às leis e também para enviar aos deputados as posições do empresariado industrial sobre

determinados temas (DINIZ e BOSCHI, 2002). Dessa forma, percebemos que o empresariado realiza um *lobby* para a concretização daquilo que tem por demanda.

O *lobby* pode ocorrer nas diversas agências políticas, como na Câmara dos Deputados, no Senado, ou mesmo na Presidência da República. Esse instrumento de pressão pode se dar antes mesmo da deliberação de uma proposta, como na alteração da redação do projeto e nas fases do processo decisório, após a deliberação, como na revisão das decisões acatadas (MANCUSO, 2004, p. 401).

Salientamos também uma contradição nos interesses dessa confederação. Apesar de os industriais defenderem a presença do Estado, também defendem, paradoxalmente, a permanência do modelo neoliberal (BOITO JUNIOR, 2018; JAIME, 2005). Este modelo afeta a força dos Estados dependentes, como é o caso do brasileiro. Essa ideologia contraditória já fora apontada por Fernando Cardoso (1964) na defesa de interesses díspares do empresariado industrial em relação à presença do Estado, sendo favorável em alguns pontos e contrário em outros. Entendemos a persistência dessa contradição por parte da CNI, dessa vez com o neoliberalismo. A entidade defende o modelo, mas de forma parcial e ocorrendo com a presença estatal. Todo esse movimento levou os industriais a preservarem o neodesenvolvimentismo.

SUMÁRIO

O APOIO DA CNI NA MANUTENÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO

É interessante notarmos como a pauta do Custo Brasil surge em um momento defensivo da indústria brasileira nos anos 1990, com o fechamento de diversas empresas do setor secundário devido à abertura comercial iniciada por Collor. Com Fernando Henrique Cardoso,

houve diversas reclamações dos industriais a respeito da política econômica, os quais seguiram apontando seus pontos de descontentamento como a alta taxa de juros e a abertura econômica desenfreada durante todo o governo.

Após os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Lula é eleito em 2002. Mesmo com a imagem modificada em comparação a outras eleições, como a de 1989, quando esse candidato operário causava uma maior ojeriza de parcelas da burguesia, socialmente, existia um receio de como seria um governo de esquerda após a abertura democrática no país.

Ao longo do governo, existiram benefícios para as empresas industriais, pois criaram-se nichos de protecionismo para as grandes empresas nacionais, além de medidas protecionistas alfandegárias e não alfandegárias. Nenhuma privatização do governo anterior foi revogada, mas existiu um fortalecimento das grandes empresas estatais, principalmente da Petrobrás. Os juros permaneceram altos, mas diminuíram em relação ao passado dos governos “tucanos²”, a política orçamentária em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aumentou consideravelmente (BOITO JUNIOR, 2018, p. 278-279).

No caso dos industriais do Rio Grande do Sul, existiu uma rejeição inicial ao governo Lula. No entanto, passado esse primeiro momento, os industriais inclusive mostraram interesse em participar de programas governamentais como o “Fome Zero³”. O governo também contou com a confiança dos líderes da entidade gaúcha para manutenção do neoliberalismo, mas com algumas características benéficas para os industriais, apesar de não completarem totalmente seu programa (CADONA, 2014, p. 35).

2 O tucano é o animal símbolo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiação que contava com Fernando Henrique Cardoso quando exercia seu mandato enquanto presidente do Brasil.

3 Fome Zero foi um programa do governo Lula iniciado em 2003 com objetivo de enfrentar a fome e a miséria no Brasil

SUMÁRIO

Um grande momento para o teste das alianças entre burguesia industrial interna e governo foi a crise do “Mensalão”, ocorrida em 2005. Mesmo no auge da crise, enquanto alguns chegaram a cogitar o pedido de *impeachment* do presidente Lula, os industriais se mantiveram calados nos seus meios de publicação sobre o tema (PERRIN, 2020). Também por essa base de apoio da CNI, o governo Lula conseguiu se reeleger e seguir o seu mandato sem maiores dificuldades.

Com a sucessora de Lula, Dilma Rousseff, o programa industrial foi ainda mais prestigiado, afinal, de forma diferente do predecessor, o governo Dilma priorizou o programa da burguesia industrial. As medidas consistiram em: redução de juros, com o Banco Central diminuindo essa taxa de 12,5 % para 7,25% ao ano, a menor desde 1986; aumento da utilização do BNDES para investimento das empresas; e forte política industrial. Um exemplo dessa nova governança foi o Plano Brasil Maior, com diversas medidas envolvendo redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ampliação da categoria do Microempreendedor Individual (MEI) (SINGER, 2018).

Em conjunto a esse movimento, foram adotadas medidas governamentais para desoneração da produção e do investimento, fora os incentivos tributários para diversos ramos da indústria (FARIA, 2016, p. 418). Todo esse conjunto de políticas culminou no ápice do neodesenvolvimentismo:

O ensaio desenvolvimentista chegava ao auge. O BNDES estava capitalizado e disponível para financiar a produção, assim com os bancos comerciais; havia controle sobre o fluxo de capitais; o real se encontrava menos valorizado; a desoneração da folha de pagamentos aliviada as empresas intensivas em mão de obra; fora determinada a obrigatoriedade de conteúdo local em setores estratégicos e nas encomendas da Petrobrás; as compras governamentais e as tarifas alfandegárias se voltavam para a produção nacional; o programa de investimento em infraestrutura fora lançado; o aumento do limite de endividamento dos Estados, estabelecido (SINGER, 2018, p. 51).

O neodesenvolvimentismo teve, portanto, sua cristalização e foi celebrado por isso, tanto na defesa do governo no início do processo de favorecimento do programa industrial como a nível social. Isso se mostra em como o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu tanto reeleger Lula como conquistar uma sucessora para o presidente, elegendo Rousseff em 2010 com relativa facilidade. Todavia, percebemos que, mesmo com os elogios ao governo no tocante à economia, os industriais continuavam a criticar os pontos incompletos do Custo Brasil.

A RUPTURA DA CNI COM O NEODESENVOLVIMENTISMO

Mesmo no período de início do neodesenvolvimentismo, com favorecimento dos industriais na permanência desse modelo, evitando o prolongamento da crise no processo do Mensalão, existiram reticências da burguesia com a lógica neodesenvolvimentista pelo seu quesito social e pelas organizações inclusas na frente⁴ política neodesenvolvimentista. No caso do Rio Grande do Sul, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), desde as eleições de 2002, visou a um movimento contrário à reeleição do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo do estado do Rio Grande do Sul, cadeira ocupada por Olívio Dutra de 1999 a janeiro de 2003. O movimento foi incrementado pelas polêmicas ocorridas com a Ford, ao deixar de se alocar no estado. A decisão da empresa automobilística foi atribuída ao partido e seu governador no período, por rejeitar incentivos fiscais para a empresa se instalar no estado (CANDONA, 2014, p. 26-27).

4

A frente política ocorre com agrupamento de setores políticos heterogêneos, destituídos de uma afinidade estratégica de longo prazo.

Com o apoio da entidade ao processo de *impeachment* da presidente, no final de 2015, também observamos um tom de percepção de esgotamento do neodesenvolvimentismo, bem como a adoção de um discurso do neoliberalismo aos moldes daquele que havia nos tempos dos governos do PSDB. Nesse sentido, os industriais reclamavam da ausência de um ajuste fiscal por parte do governo petista.

Além da adesão a esse discurso do neoliberalismo do período tucano, compreendemos que o neodesenvolvimentismo não cativou a burguesia industrial brasileira no sentido ideológico. Afinal, mesmo com o crescimento da burguesia industrial no geral, seus ganhos não foram atribuídos à política neodesenvolvimentista. Por outro lado, o contrário ocorre quando vem a crise, com diversas rejeições por parte dos industriais ao novo modelo e a culpabilização. A fala do industrial Pedro Evangelinos sintetiza esse sentimento:

A indústria não mudou de posição por causa da Dilma, a questão foi o resultado econômico. [...] A parte mais sensível do ser humano continua sendo o bolso. No final do governo Lula, podia ter acontecido meia dúzia de Lava Jatos, não teria acontecido nada. [...] Não sei se impeachment foi correto ou não, mas não tinha alternativa, por conta da recessão (PERRIN, 2020, p. 151, grifo nosso).

De todo esse movimento de ruptura dos industriais também é necessário considerar o entorno da situação política no período, como a evolução do antipetismo. Justamente nos períodos próximos à crise há um pico no sentimento do antipetismo. Contudo, ainda vale a ressalva que a tabela para no ano de 2014 traz porcentagens de quando o auge da crise ainda não tinha se manifestado.

Tabela 1 - Evolução de eleitores antipetistas (2002-2014)

Ano	Porcentagem
2002	28%
2006	39%
2010	28%
2014	40%

Fonte: TATABIGA, 2018.

O antipetismo tem suas facetas de rejeição eleitoral ao partido em si, bem como ao seu programa e suas representações (TATAGIBA, 2018). Levantamos tal tabela para pontuar que esse processo não passou imune aos industriais. O entorno antipetista os afetou e foi afetado por eles, tendo sido um dos movimentos ocasionadores da ruptura do setor com o neodesenvolvimentismo.

Analisando essa questão de forma mais direta, do ponto de vista político, há um fator interessante a ser observado indiretamente, que consiste na reorientação burguesa após as “Jornadas de Junho” de 2013. Para Perrin (2020), essa mudança no comportamento dos industriais ocorre após a crise de 2008, com a impossibilidade de ganhos de outrora por parte do empresariado. Dessa forma, o empresariado industrial partiu para o campo conservador, liderado pela classe média, indo ao encontro das ideias desse grupo, principalmente após as Jornadas de Junho de 2013.

Fato é que, na crise do *impeachment*, os industriais não defenderam o governo abertamente. Ocorreu inclusive o movimento de algumas federações, como a FIESP e sua liderança, Paulo Skaf, abandonarem a frente neodesenvolvimentista, deixando a base de apoio do governo no momento de crise.

Em relação à ruptura, entendemos o descontamento da burguesia com o neodesenvolvimentismo através das crises e do entorno político, com a evolução política da direita elevando o nível de antipetismo, uma visão dos industriais que aderiram às manifestações de junho de 2013, mostrando-se contrários ao governo. Essas manifestações coincidiram com a chance de, novamente, esses industriais se direcionarem para outro bloco político, a fim de possibilitar a conquista de alguns dos pontos do Custo Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A burguesia industrial representada pela CNI manteve um programa político coeso de defesa do Custo Brasil. Apesar dessa sua coesão em defesa de determinados objetivos representados nesse programa, observamos que o *modus operandi* para sua realização ocorreu com a defesa do neodesenvolvimentismo no início desse modelo. Porém, com as crises, esse grupo abandonou a frente neodesenvolvimentista.

Em relação ao marco temporal da defesa, seus últimos suspiros foram até a crise de 2015. Posteriormente a ela, os industriais agrupados na CNI passaram à oposição do governo. Figuras como Skaf, presidente da FIESP, foram à cena política tanto protestar como incentivar movimentações contra o governo. Outras federações se reservaram quanto ao aparecimento em público, mas nenhum agrupamento defendeu o governo de forma clara, com manifestações abertas em favor da presidente Dilma Rousseff ou da proposta neodesenvolvimentista.

Todo esse movimento garantiu uma determinada proeminência à CNI, afinal, em todo o período neodesenvolvimentista, a confederação foi um ator importante e, na crise, também se evidenciou com notoriedade, como no caso da FIESP. Mesmo com esse mérito, os industriais, durante o período destacado, não completaram o seu programa referente à concretização do Custo Brasil.

REFERÊNCIAS

BOITO JUNIOR, Armando. **Reforma e crie política no Brasil** - os conflitos de classe nos governos do PT. 1. ed. Campinas e São Paulo: Editora Unicamp e Editora Unesp, 2018.

CADONÁ, Marco. **Burguesia Industrial no Rio Grande do Sul e o Governo Lula**: os posicionamentos políticos da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) nas Eleições Presidenciais de 2002. *Ágora* (UNISC. Online), v. 16, p. 19-39, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

SUMÁRIO

COSTA, Paulo; BORCK, Igor. **Empresariado, parlamento e democracia**: a CNI e o Congresso Nacional (2010-2017)1. *OPINIÃO PÚBLICA*, v. 25, p. 433-471, 2019.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Olha o Empresariado Aí, Minha Gente**. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 17, p. 112-119, 2002.

FARIA, Cristina. **O papel da Confederação Nacional da Indústria na política industrial brasileira (1938 - 2014)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FIORI, José. Para um diagnóstico da modernização brasileira. *In*: FIORI, José; MEDEIROS, Carlos. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 269-289.

GUIMARÃES, Antônio. Classes, interesses e exploração: comentários a um debate anglo-americano. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, nº 31, p. 49-66, 1991.

HARTMANN, José. **As federações da indústria como organizações políticas**: causas e desenvolvimento do processo de profissionalização política das entidades do sistema corporativista industrial subnacional brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência Política), Curitiba, 2020.

JAIME, Pedro. O empresariado e a questão social: apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial no Brasil. **Revista de Administração Pública - RAP**, v. 39, n. 4, p. 939-978, 2005.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Política e interesses na industrialização: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANCUSO, Wagner. **Partidos Políticos e Grupos de Interesse**: Definições, Atuação e Vínculos. Leviathan (São Paulo), São Paulo, v. 1, p. 395-407, 2004.

PERRIN, Fernanda. **O ovo do pato**: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias no estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, 2020.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, p. 112-135, 2018.



25

Viviane Gonzalez Dias

EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-171-0.25

INTRODUÇÃO

Em um capítulo recente da República brasileira, transformações em curso na área da Educação suscitaram reações da sociedade civil em diferentes locais do país, especialmente por docentes. A Reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei 13.415/17, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.493/96), resultando na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). A BNCC suscitou uma série de questionamentos por parte de associações de estudantes, de professores, de sindicatos e instituições de ensino, inclusive pedidos de revogação. Assim, as unidades da federação foram instadas a estruturar o Ensino Médio em dois grandes blocos: currículo geral básico e itinerários formativos. Devido à homologação do Novo Ensino Médio a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro montou uma comitiva para elaborar os referenciais curriculares no estado, a qual tinha que enviar uma proposta a ser aprovada e homologada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Este fez duas escutas públicas. Dentre os principais questionamentos foi que a medida começou a ser implementada, mas faltou diálogo com a sociedade, em especial, com a comunidade escolar, entidades educacionais ou estudantis.

A medida acarretou em preocupação com os rumos da avaliação nacional que possibilita acesso ao Ensino Superior, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) diante da diversificação de itinerários com variação por estado, redução do horário destinado aos componentes da base comum, baixo investimento em infraestrutura, carência de professores para atender os novos componentes curriculares e a preocupação com o impacto da medida sobre estudantes mais vulneráveis. Acatando os pedidos por maior escuta da população, o Ministério da Educação, equipe nomeada pelo novo governo federal que assumiu em 2023, suspendeu por 60 dias o cronograma de implementação nacional e abriu consulta pública. A medida tensionou reformulação da BNCC, por meio de pesquisa nacional, audiências, seminários e oficinas de trabalho.

SUMÁRIO

Tamanha mobilização e reação de entidades face a Reforma do Ensino Médio - ocorrida na República Federativa do Brasil entre as décadas de 2010 e 2020 - contrasta com a atitude “bestializada” do povo quando foi proclamada a primeira república no país, em 1889. Fundada em estrutura agrária latifundiária, baseada em economia de base escravista e relações de poder hierárquicas, autoritárias, patrimonialistas, coronelista e posteriormente, clientelistas, a modernização da sociedade brasileira nem sempre encontrou uma sociedade ativa e organizada. No Brasil, não houve comunas emancipadas em luta contra o poder legal dos senhores de terra como na Europa (WERNECK VIANNA, 1997). Tampouco foi considerado relevante ampla consulta e participação popular, desde sempre, por parte dos governantes. Demorou um século para a participação da sociedade civil organizada ou da população em geral ser legitimada por parte do Estado.

A redução da cidadania à igualdade jurídica; a afirmação de que cidadão é a pessoa que habita um território do qual é originária sendo portadora de direitos e deveres, são simplificações do conceito que foram difundidos para a população, tornando-se nativas. As categorias nativas têm sentido no mundo prático dos sujeitos cujos comportamentos são interpretados pelas Ciências Sociais. Elas só têm sentido verdadeiro para quem as utiliza. Para se tornarem analíticas, devem ser conceituadas, ou seja, interpretadas teoricamente (GUIMARÃES, 2021).

A cidadania no Brasil é parte de um longo processo de construção, repleto de idas e vindas. Seu significado remonta à sequência contínua de fatos históricos ocorridos no país, mais do que a incorporação acrítica de conceitos advindos da Europa, Estados Unidos ou de outros contextos (GUERREIRO RAMOS, 1995). Destarte, a cidadania é esvaziada de sentido quando seu ensino reduz sua noção ao conjunto de direitos e deveres que o cidadão possui na localidade de origem. Tal definição é seguida pela apresentação da conquista de direitos na teoria de T H Marshall (1967), da divisão

entre direitos civis, políticos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento histórico da cidadania na Inglaterra: primeiro se constituíram os direitos civis (século XVIII), depois a população conquistou direitos políticos (século XIX) até alcançar direitos sociais, no século XX. A evolução da cidadania não ocorreu da mesma forma no Brasil.

Neste texto, a construção da cidadania no Brasil será analisada historicamente e de modo situado, a partir de cientistas sociais que abordaram a modernização do Estado Brasileiro e o acesso do povo à educação. Por fim, teceremos considerações sobre engajamento docente e intervenções que promovam humanização e transformação social.

MODERNIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA REPÚBLICA VELHA

No período monárquico, filhos de fazendeiros educados em profissões liberais monopolizavam a política, elegendo a si próprios ou a seus candidatos. A política tradicional girava em torno do patriarca e de sua família. A autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Vínculos biológicos e afetivos uniam o chefe aos descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados. Formava-se um todo indivisível. Os membros se achavam associados uns aos outros. No entanto, alguns representantes da classe dos antigos senhores assumiram inclinações anti tradicionalistas e empreenderam movimentos liberais (HOLANDA, 2000).

Nos domínios rurais, o engenho bastava a si mesmo. Lá se produzia a alimentação, mobiliário e outros apetrechos do engenho. Padres realizavam missas nas capelas e ensinavam aos meninos as primeiras letras. Predominava na vida social sentimentos próprios à domesticidade, ao particularismo e à antipolítica, o público era invadido pelo privado, o Estado era invadido pela família.

SUMÁRIO

A vinda da Corte Portuguesa no ano de 1808 somada ao declínio da lavoura, ascendem os centros urbanos. Senhorios rurais começaram a perder posição. Ocupações citadinas (atividade política, burocracia e profissões liberais) reclamaram igual iminência (HOLANDA, 2000). Embora a Constituição Monárquica de 1824 permitisse ensino primário gratuito para todos os cidadãos, as escolas públicas do império eram frequentadas somente por famílias abastadas. Em 1827, cerca de 12% de crianças em idade escolar estudavam (WESTIN, 2020) pois a condição econômica era critério de cidadania.

As qualidades da imaginação, da inteligência para fins ostentatórios eram valorizadas em contraste ao espírito prático. O trabalho intelectual era uma ocupação considerada digna pelos antigos senhores de escravos e seus herdeiros. Ao passo que atividades manuais e mecânicas foram associadas ao trabalho servil. Após a Revolução Industrial, passa-se a fazer uma crítica à educação no âmbito familiar. Doravante, tendo em vista teorias modernas, procurou-se separar o indivíduo da comunidade doméstica. A moderna educação propôs aos indivíduos que aprendessem a viver por si sós, libertando-se dos laços caseiros (HOLANDA, 2000).

A mudança do Império para a República ocorrida no Rio de Janeiro, então capital, é um período de intensas transformações: o lançamento do restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho após a abolição da escravatura engrossando o contingente de subempregados e desempregados; êxodo rural e aumento da imigração estrangeira teve por consequência o rápido crescimento populacional, desequilíbrio quantitativo entre homens e mulheres, acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa vivendo na fronteira entre a legalidade e a ilegalidade. Também houve impacto nas condições de vida: déficit habitacional, problemas de saneamento, higiene, abastecimento de água e ausência da preocupação de garantir direito educacional para todos. Politicamente, é na República Velha que se inaugurou maior envolvimento dos fluminenses nos problemas da cidade e do país (CARVALHO, 1989).

Com a instauração da República, dentre os republicanos históricos, havia preocupação lógica misturada com influências da Revolução Francesa e de diversas vertentes do pensamento europeu (liberalismo, positivismo, socialismo, entre eles). Havia grandes expectativas de renovação política, de participação no poder de camadas antes excluídas do jogo político. Contudo, a vasta participação popular na capital política e cultural do país passava ao largo da política e era antes de natureza religiosa, social (em festas populares e no futebol) e fragmentada (CARVALHO,1989).

Durante a primeira república pouco se fez em termos de expansão de direitos políticos e civis. Os direitos políticos não eram tidos como naturais, mas concedidos pela sociedade a quem julgavam merecedores. Grande maioria da população estava excluída da sociedade política: mulheres, menores de idade, praças de pé, mendigos, membros de ordens religiosas, pessoas de baixa renda e sem escolaridade. A cidadania política ativa exigia uma qualidade que só o direito da educação poderia oferecer. Porém, a Constituição de 1891 retirava a obrigação do governo de garantir instrução primária e impediu o voto dos analfabetos. A ordem era liberal, mas antidemocrática e resistente aos esforços de democratização (CARVALHO, 1989).

Diante da ausência de uma cultura cívica e da dependência do sujeito relativamente às políticas estatais, poderia-se falar em "estadania" ao invés de cidadania (CARVALHO,1989). A educação seria importante instância emancipatória para integração dos indivíduos na sociedade. No entanto, a maioria da população viveu no campo até a década de 1950 onde o acesso à educação por parte da população jovem pobre era precário. Instaurou-se um apartheid educacional no Brasil (PAIVA, 2021). Nos primórdios da República brasileira, uma vez que o rural predominava sobre o urbano e a solidariedade era assimétrica (de um lado o patriciado rural e de outro subalternos do campo), as elites estavam preocupadas com a manutenção da unidade nacional. Não se formaram laços de associação "naturais" entre indivíduos nos primórdios da república brasileira.

Pode-se dizer que estava em curso uma revolução passiva e com processo de modernização conservadora (WERNECK VIANA, 1997).

SENTIDOS DE CIDADANIA DA ERA VARGAS E NO GOVERNO MILITAR

No livro *Bestializados*, José Murilo de Carvalho chamou de cidadania o primeiro exercício da cidadania republicana. Trata-se de uma república feita de cima para baixo, sem participação popular. O povo não se via como cidadão. Apenas quem possuía alguma relação com o Estado era contemplado com direitos. Não se organizavam grupos pelo interesse em novas formas de associação e representação, tal como nas repúblicas modernas. Na década de 1890, o povo composto por quase 90% de analfabetos estava excluído do direito ao voto (PAIVA, 2021).

A análise de Wanderley Guilherme dos Santos sobre a cidadania regulada no governo de Getúlio Vargas mostra que o novo mecanismo criado pelo governo Vargas para fazer a passagem da esfera da acumulação para a da equidade foi denominado cidadania regulada. O que regia o acesso à cidadania não eram códigos de valores políticos, mas um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal. Portanto, a cidadania era concedida via trabalho formal aos que se encontravam em quaisquer das ocupações definidas por lei.

A experiência de democratização e de cidadania política restrita foi suprimida durante o Estado Novo (1937 a 1945) e por um golpe militar (1964 até 1985), períodos em que foi implementada a ditadura. A política social no governo militar foi de investir na modernização acelerada da economia com aumento da produtividade do fator trabalho. A política educacional durante o governo militar estava preocupada em formar técnicos para o trabalho e não trabalhadores cidadãos, capazes de refletir e se organizar em pró de seus direitos.

CHAVES DE LEITURA DOS DESAFIOS DA CIDADANIA À BRASILEIRA

A literatura política brasileira estabeleceu consenso sobre a ausência de cultura democrática enraizada no país (REZENDE DE CARVALHO, 2002). Werneck Viana (1997) fala em revolução passiva, uma vez que o Estado prevalecia sobre a sociedade civil e orientava o processo, ao contrário do que ocorrera nas sociedades modernas, na Europa e nos Estados Unidos. Deste modo, um dos principais desafios à construção da democracia e da cidadania no contexto social e político brasileiro foi o estabelecimento de uma cultura cívica, de habituação democrática (REZENDE DE CARVALHO, 2002).

De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho, países não - originários 'importaram' as instituições do regime democrático, assimilaram junto com elas seu sistema legal e antropologia moral, segundo a qual, o padrão de agência é individual supõe uma forma de articulação entre valores e normas específica àquela trajetória que não se reproduziu no contexto brasileiro.

Nos anos de 1980, em um contexto onde a educação formal não era democratizada, a pedagogia cívica conduzida por engajamento em movimentos sociais proporciona educação para a cidadania. Havia um processo pedagógico em curso com ingredientes necessários ao incentivo da participação cívica. A Constituição de 1988 traduzia a demanda dos diversos grupos sociais que atuaram junto aos constituintes para formulação de princípios constitucionais que contemplassem a defesa de direitos civis, políticos e novo compromisso no que se refere aos direitos sociais não previstos em constituições anteriores (PAIVA, 2021): indígenas, quilombolas e a inclusão de pessoas com necessidades especiais, entre eles.

As várias edições das constituintes brasileiras desde o início da República prescreviam liberdade e igualdade jurídica. Quando a

SUMÁRIO

ideia de direitos desponta como questão primordial em função da demanda de várias formas associativas que denunciavam déficits para fruição de direitos, parte-se ao desafio de assegurar sua efetivação. Na construção social da nova cidadania, a ideia formal dos direitos constitucionais prescritos desde sempre dá lugar à luta por direitos substantivos (PAIVA, 2021).

Na década de 1990, o desafio da concessão de educação formal no estado democrático de direito ocupou posição central. Foram elaboradas políticas públicas para universalização do Ensino Fundamental e mitigação dos padrões estruturais das desigualdades presentes ao longo do processo educacional brasileiro. O país chega a uma fase de dinâmicas sociais inovadoras construídas nas práticas democráticas. Desigualdade e exclusão social possibilitaram reações em rede, encontrando ressonância em governos democráticos.

Nos anos 2000, o desafio era grande, pois persistiram os déficits de acesso a direitos sociais como saúde, moradia e educação. Para além das desigualdades regionais e de acesso a recursos tecnológico no campo, comparativamente ao aparato tecnológico disponível nos grandes centros urbanos. Chegou-se à conclusão de que estava na hora de enfrentar desigualdades estruturais persistentes na história republicana. No entanto, havia outro Brasil profundo, conservador, questionando as novas ideias pautadas nos direitos humanos e pautadas na redistribuição (PAIVA, 2021).

Na década seguinte, quando a Reforma do Ensino Médio foi anunciada e lançada pelo governo Temer, estudantes ocuparam escolas em diferentes unidades da federação em defesa da escola pública. Dentre as demandas em pauta estavam críticas às políticas de “reorganização” das escolas de Ensino Médio e pedidos de maior participação na organização escolar. As ocupações encerraram em 2016 deixando a experiência de defesa do ensino público e de formas mais democráticas de ensino (PAIVA, 2021).

O que se segue em 2018 é a eleição de um governo que se aproveita da ampliação do uso de redes sociais e da internet para propagar fake news no intuito de instigar um Brasil profundo onde pautas de valores conservadores ainda encontram ressonância. Setores democráticos e progressistas vivenciaram a ameaça de novo golpe militar e instauração de regime autoritário. Algumas instituições democráticas foram mais duramente atacadas. Além dos ataques ao direito instituído por meio da tentativa de desacreditizar o Poder Judiciário, a escola também entrou na mira de tiro. Não tanto pela Reforma, mas pela disseminação de notícias falsas e acusações descabidas de deturparam o papel de combate ao preconceito e à discriminação levados a cabo pelas instituições de ensino. Na disseminação de notícias falsas, afirmou-se, por exemplo, que por meio de *kit gay* o governo estimulava a massificação de sexualidades minoritárias. Em período mais recente, professores de escolas de nível médio são duramente atacados, comparados a criminosos. Tais atores destroem sentidos e valores fundamentais das sociedades democráticas como o conceito de liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio visa refletir sobre o processo histórico de construção da cidadania e modernização da sociedade brasileira nos séculos XX e XXI, o qual resulta em demandas por maior participação social na elaboração de reformas de grande impacto social na Educação. O ponto de partida foi uma situação contemporânea: Escuta pública sobre o Novo Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro em 2021. A suspensão do cronograma de implementação pelo Ministério da Educação, devido ao questionamento de estudantes e professores de que houve pouco debate, seguida da abertura de novos meios e oportunidades de participação, por parte do Estado.

A partir da recepção da Reforma do Ensino Médio, que foi paralisaada por associações de estudantes, professores, sindicatos e entidades da sociedade civil, promove-se um resgate da cidadania no Brasil. A Reforma do Ensino Médio é uma oportunidade de analisar os rumos da cidadania, a ampliação de oportunidades de participação social de professores e de estudantes, no debate sobre questões que lhes afetam diretamente. Importante direito social, a educação permite integração e mexe com estruturas profundas da sociedade. Por isso recebe duros ataques de agentes que desejam conservação - quando não retorno - às condições políticas, sociais e econômicas de privilégios anteriores.

O recrudescimento de desigualdades sociais durante os anos da pandemia, somados à crise política instigada por grupos conservadores e por uma reforma educacional que prega maior pluralidade, mas que não convenceu toda a população de que trata aumento de qualidade e de novas oportunidades, todas essas circunstâncias colocam a democracia sob atenção. A derrota de Bolsonaro em 2022 e de movimentos que tentaram dar um golpe na democracia, mostram que a sociedade amadureceu. Mas é preciso aprender a lidar com o potencial da internet e dos meios de comunicação de massa para ampliação do acesso ao conhecimento e a participação social de modo a fortalecer a democracia, não o seu contrário.

Em relação ao Novo Ensino Médio cujo processo está em curso, sugere-se que encontra uma população menos passiva e pouco disposta a aceitar as políticas públicas que lhes afetam diretamente sem que haja amplo debate prévio e consulta pública. A cidadania brasileira encontra-se com bases menos frágeis embora estas requeiram muito cuidado e atenção.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo. Cia das Letras, 1989.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1995. Partes II e III.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Modernidades Negras**. São Paulo. Editora 34, 2021
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PAIVA, Angela Randolpho. **Dinâmicas sociais na luta por direitos no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. PUC Rio/Pallas, 2021.
- REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Cultura Política, capital social e a questão democrática no Brasil. WERNECK VIANNA, Luiz. (org) **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.
- REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. In: REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. **Processos e escolhas**. Rio de Janeiro. Contracapa, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça** - a política social na ordem social brasileira. Rio de Janeiro. Ed. Campus Elsevier, 1979
- WERNECK VIANA, Luiz. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro. Ed. Revan, 1997.
- WESTIN, Ricardo. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Agência Senado. Arquivo S. Educação, Brasília, ed. 25, 2 Abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso: 01 Dez. 2023.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Maro Lara Martins

Graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Realiza estágio pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professor na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenador do Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil (Netsib-UFES). Membro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Áreas de interesse: Pensamento Social Brasileiro, Teoria Social e Sociologia Histórica.

Igor Suzano Machado

Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (2004), bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2007) e Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2012), com estágio de doutorado no exterior, financiado pela CAPES, no departamento de Governo da Universidade de Essex, Reino Unido. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito, democracia, judicialização da política e das relações sociais, teoria sociológica, teoria política e pensamento social e político brasileiro.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Albér Carlos Alves Santos

É doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Assistente Social. Minas Gerais, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1053295173612856>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4085-6642>

E-mail: alber15369@gmail.com

Alexandre Nogueira Souza

É mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG. Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais - UNILESTE/MG. Sócio do escritório Nogueira & Drumond Sociedade de Advogados. Membro do Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais - CONSET. Membro do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG. Docente assistente do Instituto Ives Gandra Martins - IIG.

Ana Paula da Costa Munção

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciada em Ciências Sociais pela UFRN.

E-mail: ana.paula.muncao@gmail.com

Anderson Barbosa de Lima

É licenciado em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense Campus Campos Centro. Atualmente é Mestrando e Bolsista no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

E-mail: andersonbarbosa1991@gmail.com

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Beatriz de Paula Azevedo

É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (PCHS/UFABC). Mestra pelo mesmo programa e mesma instituição (2023). Bacharela em Ciências Sociais, com ênfase nas áreas de Sociologia e de Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (2019). Atualmente é Pesquisadora do Projeto Caleidoscópio das Ações Afirmativas e do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFABC (NEAB/UFABC). Suas pesquisas abordam temáticas em torno de Ações Afirmativas, comissões de heteroidentificação, classificações étnico-raciais correlacionadas às mídias digitais.

E-mail: bpa.azevedo@gmail.com

Bruno de Oliveira Ribeiro

É doutor em Ciências Sociais (UNESP-Marília) e professor da Faculdade de Pedagogia/Educação da Universidade de Rio Verde – UniRV.

E-mail: ribeiro.brunodeoliveira@gmail.com

Carla Juliana Loiola De Oliveira

É doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, com estudos na área de Sociologia da Juventude. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará com estudos nas áreas de Violência, Sistema Penal e Segurança Pública. Graduação em Psicologia com atuação em Psicologia Jurídica.

E-mail: Juliana.loiola87@gmail.com

Cauê Gomes Flor

Como jovem intelectual negro, recém institucionalizado, tem desenvolvido trabalhos teóricos relacionados à história, enfoques e usos do conceito diáspora africana. Esse trânsito pelo mundo afro-atlântico tem me permitido, a um só tempo, adentrar às diversas tradições intelectuais negras radicais, estabelecer uma disposição transdisciplinar (com especial atenção ao enfoque antropológico) na análise dessas comunidades interpretativas de origem africana e, mais recentemente, direcionar o olhar para as seguintes insólitas relações. A primeira diz respeito à presença do Caribe e do pensamento lá produzido no interior dos estudos canônicos da diáspora afro-atlântica. A segunda concerne ao diálogo, ainda obscurecido, entre o associativismo negro brasileiro e os intelectuais, estéticas-políticas e tradições de pensamento afro-antilhanas.

E-mail: caue.flor@unesp.br

SUMÁRIO

Crislaine Gomes Souza Félix

É graduada em Administração e Direito pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - Câmpus do Pantanal.

E-mail: crislainegomez@live.com

Edson Linhares da Silva

É mestrando em Sociologia pela UFRGS, bolsista Capes e cotista étnico-racial. Desenvolve a pesquisa onde estabelece o gênero musical rap como uma ferramenta estratégica da negritude no enfrentamento ao racismo, destacando sua relevância na produção de conhecimento a partir das margens. Formado em Ciências Sociais (2019) pela FMU, possui também graduação em Comércio Exterior (2011) e MBA em Marketing Internacional e Formação de Traders (2014), ambos pela UNIP. Professor voluntário de Sociologia e Atualidades na Uneafo, militante do movimento negro, amante da música negra, são paulino fanático, sneakerhead, cinéfilo, mochileiro e maloqueiro.

Eduarda Cintra Palmeira

É graduanda em licenciatura de ciências sociais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), atuou como bolsista da CAPES no programa de iniciação à docência durante 2020-2022, na área da Sociologia com turmas do 1º ano do ensino médio. Atualmente participa como bolsista do programa residência pedagógica da CAPES vinculada à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em atuação no Colégio Estadual João Batista Pereira Fraga em Muritiba - Bahia, na área da sociologia. Está atuando como voluntária no Grupo de Estudo e Pesquisa em Política e Sociedade e no Grupo de Pesquisa e Estudos em Juventude.

E-mail: eduardacintra@aluno.ufrb.edu.br

Felipe Silva Motta

É mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Licenciado em Ciências Sociais pela UFRN.

E-mail: felipe1406cs@gmail.com

Helio Cannone

É doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e mestre em Ciência Política (2018) pela mesma instituição. Concluiu graduação com Licenciatura (2016) e Bacharelado (2016) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem interesse nas áreas de Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro, Ideologias políticas, História do Brasil República, Teoria da História e História da Historiografia.

Hermana Oliveira

Possui licenciatura (2015) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba instituição na qual realizou seu mestrado (2018) em Sociologia, e onde atualmente realiza pesquisa de doutorado através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB) sobre ativismo feminino de caráter comunitário, feminismo negro e produção de cidadania.

E-mail: hermanacof@gmail.com

Guilherme Nascimento Prates

É graduando em Ciências Sociais nas Licenciaturas Integradas em Humanidades do Colégio Pedro II, faz parte do Laboratório de Educação em Direitos Humanos (LAEDH/CPII), onde integra o Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME). Tem experiência na área de sociologia com enfoque em pensamento social brasileiro, sociologia da cultura e sociologia da literatura.

E-mail: guilherme.prates.1@cp2.edu.br

Israel David de Oliveira Frois

É doutorando em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Tecnológico Federal do Espírito Santo (Ifes) e Professor de Geografia da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu).

E-mail: israelfrois@gmail.com

Jeferson Alexandre Miranda

É doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, pós-graduado em História, Cultura e Poder, pós-graduado em Ensino de História e Geografia, trabalha ministrando aulas para ensino fundamental e médio atuando como professor da Área de Ciências Humanas e Sociais (História e Geografia). Tem experiência na área de História e Geografia, com ênfase em História Contemporânea e Geografia Política. É membro pesquisador do grupo Ideias e Instituições para o Desenvolvimento e a Democracia da Universidade Federal de São Carlos. Como ator e diretor coordenou a ONG Grupo Teatral Epifania, tradicional trupe teatral da região de Bauru. Atuando nesta área recebeu dois prêmios: Premio Especial do Juri, pelo espetáculo teatral O Novo e Melhor Ator Coadjuvante, pelo espetáculo Tribobó City.

SUMÁRIO

José Walber Vieira de Oliveira

É graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde atuou como pesquisador bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFCG). Atualmente é membro interno do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais, vinculado ao (CNPq/UFCG/CFP/UACS).

E-mail: josewalbervieira23@gmail.com

Julia Ribeiro Ferreira

É acadêmica do curso de Bacharelado em Direito da Universidade de Rio Verde – UniRV.

E-mail: julia.ribeiro_f@outlook.com

Karine Nogueira dos Santos

É graduanda do Curso de Licenciatura em História - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. É membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais [UFCG/CNPq].

E-mail: karinendossantos@gmail.com

Laurindo Mékie Pereira

É doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Minas Gerais, Brasil.

E-mail: mekie1@hotmail.com

Luciana dos Santos Jorge Pessanha

É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGSP/UENF), na linha de pesquisa de Cultura, Territorialidades e Poder. Possui graduação em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyaert. Especialização em Orientação e Supervisão Escolar ; Especialização em Ludopedagogia pela Faculdade da Região Serrana; Especialização em Docência com ênfase na Educação Especial Inclusiva pela Universidade IFMG Campus Avançado. Voluntária do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Raça (NEPER/UFF). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UENFF).

E-mail: lukipessanha@gmail.com

SUMÁRIO

Maiana do Amor Divino de Jesus

É graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com interesse na área de pesquisa antropológica no que tange às manifestações artísticas e culturais afro diaspóricas na Bahia. Atuou como voluntária no grupo de extensão de avaliação de público em intuições culturais e religiosas em Cachoeira e São Félix, Membro do grupo de pesquisa Laboratório de Museologia do Recôncavo.

E-mail: maianadivino@outlook.com

Micheli Longo Dorigan

É mestrande e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela mesma universidade. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Pensamento Social Brasileiro e Pensamento Racial Brasileiro.

E-mail: michelidorigan@hotmail.com

Noah de Melo Machado

É mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Câmpus Marília. É bolsista no mestrado do Programa CAPES-DS. Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Formosa.

E-mail: noah.machado@unesp.br

Pedro Antonio Maciel de Arruda

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário FIS. Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande. Possui interesse nas seguintes temáticas: Teoria Democrática, com ênfase na mensuração democrática; Classificação de Regimes Políticos na América Latina; e, a Questão Agrária Brasileira, enfocando as dinâmicas de poder na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

E-mail: pedro-3.0@hotmail.com

Priscila Pinheiro Tinelli

É doutora e mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Professora Adjunta na Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - Câmpus do Pantanal.

SUMÁRIO

Raurislandia dos Santos Pereira

É graduanda no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Centro de Formação de Professores (CFP), Cajazeiras - Paraíba - Brasil. Participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (2020 - 2022). Atuou como pesquisadora voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq/UFCG (2021 - 2022) na pesquisa: "De Guarairas a Arez: Dinâmicas Sociais e Processos Históricos de Formação de uma Espacialidade Local (Séculos XVII a XX)". Atualmente é bolsista do Programa Institucional de Residência Pedagógica - PRP/CAPEs/UFCG (2023). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais (UFCG/CNPq). Com interesse na linha de pesquisa em Biografia, Autobiografia, Escrita de Si, Gênero, Memórias de Professores e História Local.

E-mail: raurislandia.santos@estudante.ufcg.edu.br

Sandra Soares Della Fonte

É doutora em Educação e em Filosofia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

E-mail: sdellafonte@gmail.com

Tarsizio Cipriano Freitas

É mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - PROFSOCIO/UFC. Especialista em Ensino de Filosofia - UFC/CE. Bacharel em Filosofia - UFC/CE. Licenciado em Ciências Sociais - URCA/CE. Professor da rede estadual de ensino básico - SEDUC/CE.

E-mail: tarsiziothomas@gmail.com

Thiago Prestes

É graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Sociologia pela UFRGS e doutorando em Sociologia também pela UFRGS. Atualmente é analista sociólogo do quadro de Analistas de Projetos e Políticas Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, lotado na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

E-mail: thiago.prestes13@gmail.com

Viviane Gonzalez Dias

É doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC - Rio. Mestre em Educação e Mestre em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia e das Técnicas (UFRIJ). Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais (UFRIJ). Trabalha como professora na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, desde 2009.

E-mail: vivianefgd@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

ações governamentais 258
agricultura 400, 401, 405, 409, 484
análise documental 16, 19, 254, 314
análise sociológica 239, 245, 439
autoimagem 143, 439
autonomia 45, 64, 69, 147, 184, 186, 329

C

capital cultural 437, 448
capitalismo 46, 54, 57, 61, 72, 227, 229, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 285, 286, 287, 291, 294, 314, 316, 330, 382, 383, 384, 386, 387, 397, 401, 403, 412, 438
cartilha cultural 437, 438, 439, 440, 441, 450, 451
cidadania 124, 148, 151, 155, 166, 231, 237, 241, 242, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 325, 429, 466, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 482
ciência social 116
classes sociais 100, 144, 159, 291, 448, 455
Codevale 16, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32
competição externa 17, 20
comunicação 26, 59, 60, 62, 168, 172, 184, 232, 254, 259, 265, 297, 298, 299, 305, 308, 476
consciência 171, 205, 225, 246, 256, 265, 292, 367, 371, 372, 376
conservação 15, 18, 193, 268, 447, 476
consumo 65, 67, 283, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 446, 450, 451
consumo cultural 437, 438, 439, 440, 441, 446, 450, 451
cooperação 465
cultura 13, 38, 121, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 148, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 180, 182, 183, 189, 192, 194, 209, 213, 216, 221, 232, 235, 239, 247, 259, 268, 280, 297, 299, 302, 308, 348, 366, 367, 374, 389, 420, 422, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 444, 447, 448, 450, 451, 452, 455, 471, 473, 482
cultura negra 159, 176, 177

D

democracia 13, 45, 47, 54, 56, 62, 72, 110, 113, 115, 124, 128, 132, 199, 213, 216, 219, 220, 224, 228, 231, 247, 251, 256, 272, 274, 277, 279, 280, 283, 293, 294, 357, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 377, 399, 413, 455, 465, 473, 476, 477, 478
democratização 46, 246, 294, 401, 402, 403, 404, 409, 438, 471, 472
desenvolvimento regional 21, 22, 28, 29, 32, 69
desigualdade 60, 63, 100, 121, 125, 132, 167, 175, 231, 236, 278, 282, 288, 356, 358, 363, 364, 365, 369, 383, 385, 402
desigualdade social 63, 132, 167, 231, 288
diagnóstico 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 465
discurso 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 30, 32, 97, 102, 108, 180, 192, 193, 198, 203, 271, 315, 316, 328, 332, 333, 340, 343, 347, 358, 371, 394, 425, 430, 462
diversidade 129, 160, 167, 178, 232, 349, 363, 422, 449, 450
dominação 72, 218, 268, 348, 351, 352, 353, 356, 358, 359, 365, 367, 383, 403, 404, 419, 420

E

economia 27, 28, 45, 55, 61, 63, 65, 69, 99, 131, 135, 180, 218, 236, 256, 263, 265, 282, 284, 288, 293, 294, 355, 382, 383, 384, 387, 389, 399, 461, 468, 472
educação 158, 175, 177, 180, 251, 252, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 270, 271, 272, 349, 360, 361, 378, 388, 390, 392, 393, 395, 397, 398, 399, 424, 435, 452, 466, 467, 475, 477, 480, 482, 483, 484, 485
elites 14, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 30, 32, 35, 42, 69, 402, 403, 471
empoderamento 165, 172, 236, 246
ensino médio 171, 398, 437, 438, 439, 441, 443, 446, 451, 452, 481
enunciados performativos 15, 18
escolas 68, 108, 166, 260, 261, 381, 382, 390, 391, 392, 427, 428, 442, 448, 450, 452, 470, 474, 475, 477
espaço simbólico 15, 18

SUMÁRIO

- estado 15, 18, 21, 22, 23, 26, 28, 32, 37, 56, 57, 58, 103, 112, 113, 114,
117, 234, 236, 239, 245, 255, 258, 294, 298, 305,
317, 318, 327, 360, 371, 387, 390, 392, 394, 395,
396, 397, 403, 461, 465, 467, 474, 475
- Estado de bem-estar 62, 274, 291
- Estado de Minas Gerais 21, 31, 117, 479
- estudantes 120, 238, 261, 348, 349, 358, 359, 383, 391, 392, 425,
428, 437, 438, 439, 440, 441, 443, 444, 448, 450,
451, 467, 474, 475, 476
- experiência 55, 73, 101, 128, 165, 233, 235, 248, 262, 270, 294,
316, 371, 387, 392, 436, 437, 448, 472, 474, 478,
482, 484
- expressão artística 160, 171
- expressão cultural 160, 166, 174
- F**
- fronteiras 16, 19, 22, 30, 130, 131, 133, 135, 161, 242, 304
- Fundação João Pinheiro 16, 18, 31, 32
- G**
- grupos sociais 100, 125, 193, 218, 357, 438, 473
- H**
- hegemonia 110, 161, 252, 259, 264, 267, 268, 272, 288, 382, 385,
398, 403
- heterogeneidade 16, 19
- hip-hop 158, 159, 160, 161, 163, 165, 172, 175
- homogeneidade 17, 19, 130, 259, 268
- I**
- IBGE 15, 16, 18, 183, 199, 210, 370, 401
- identidade 31, 32, 121, 127, 128, 142, 143, 158, 160, 162, 165, 191,
192, 194, 199, 210, 212, 213, 219, 224, 229, 239,
245, 247, 248, 316, 324, 325, 362, 363, 364, 365,
366, 367, 368, 370, 371, 372, 375, 376, 377, 378,
421, 434, 439
- identidade cultural 123
- identidade nacional 199, 212, 213, 219, 224, 229, 363, 364, 365,
366, 368, 370, 377, 378
- imigração 214, 470
- inclusão 62, 64, 151, 158, 175, 277, 320, 352, 356, 357, 367, 473
- inclusão social 62, 277, 352, 357
- indústria cultural 201, 438
- infraestrutura 68, 283, 391, 457, 460, 467
- integração 68, 70, 147, 218, 347, 367, 471, 476
- intelectuais orgânicos 249, 254, 259, 262, 264, 268
- intervenção social 168, 289
- J**
- Jequitinhonha 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28,
29, 30, 31, 32, 479
- juventude 154, 452, 480, 481
- juventude negra 158, 163, 166, 174, 350
- L**
- legitimação 73, 108, 334, 339, 343, 347
- M**
- mercado 26, 55, 63, 64, 66, 68, 104, 107, 137, 143, 145, 146, 201,
251, 256, 257, 276, 278, 283, 284, 316, 385, 395,
396, 404, 406, 470
- mercado de trabalho 26, 63, 68, 137, 143, 145, 146, 278, 395, 470
- mineiridade 21, 23, 32
- mineração 26, 27, 28, 30
- modernização 38, 61, 65, 66, 67, 70, 71, 124, 127, 129, 221, 287, 291,
292, 385, 465, 468, 469, 472, 475
- movimentos sociais 62, 64, 72, 100, 238, 290, 367, 368, 390,
403, 428, 473
- Multiculturalismo 135, 379
- N**
- narrativas 123, 166, 171, 174, 233, 237, 333, 416, 434
- O**
- ordem social 125, 477
- organização social 373, 391
- P**
- pecuária 400, 401, 405, 409, 484
- planejamento estatal 16, 19, 23
- pobreza 22, 27, 28, 29, 30, 58, 62, 68, 71

SUMÁRIO

poder 15, 18, 21, 22, 23, 30, 31, 37, 39, 43, 44, 48, 50, 57, 63, 65, 66, 67, 69, 98, 103, 104, 110, 113, 123, 131, 148, 163, 165, 168, 174, 183, 198, 204, 220, 233, 241, 246, 248, 255, 257, 271, 272, 283, 287, 289, 291, 313, 317, 330, 333, 334, 336, 339, 340, 342, 343, 344, 345, 347, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 359, 369, 374, 375, 383, 385, 387, 389, 399, 401, 403, 404, 406, 410, 420, 448, 454, 468, 471, 484

políticas educacionais 250, 251, 252, 254, 257, 261, 263, 264, 269, 270, 382, 399

políticas públicas 71, 120, 133, 137, 154, 194, 237, 242, 243, 245, 251, 254, 256, 258, 275, 277, 278, 291, 356, 375, 383, 388, 396, 401, 403, 474, 476

práticas culturais 182, 183, 435

precarização 63, 69, 170, 177, 207, 293, 381, 383, 384, 392, 394, 395, 397

preconceito 74

produção cultural 438

R

racismo 69, 71, 127, 131, 132, 134, 135, 159, 166, 167, 170, 171, 175, 207, 210, 213, 245, 246, 311, 313, 314, 315, 317, 328, 350, 352, 353, 354, 355, 356, 360, 361, 373, 374, 376, 379, 481

reflexão 17, 20, 31, 66, 121, 139, 145, 163, 164, 171, 174, 227, 228, 275, 338, 348, 352, 405, 440

reflexão crítica 31, 163

reforma agrária 100, 408, 413, 455

reformas 36, 37, 40, 43, 44, 46, 57, 61, 71, 250, 251, 381, 382, 387, 388, 396, 397, 399, 475

regionalismo 14, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 30, 32

relações sociais 124, 131, 138, 196, 218, 347, 349, 352, 358, 402, 404, 406, 418, 478

representatividade 179, 180, 241, 243, 297, 409

resistência cultural 178, 183, 186, 189

S

saúde 25, 26, 28, 138, 141, 144, 146, 148, 150, 151, 154, 155, 258, 284, 285, 312, 373, 388, 389, 416, 428, 474

segurança 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 152, 222, 237, 258, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 328, 329, 330, 361, 368, 374, 388

significação 15, 18, 445

sistema econômico 65, 125, 293

sociedade 23, 36, 41, 43, 47, 48, 55, 59, 62, 64, 68, 71, 99, 101, 104, 108, 116, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 151, 158, 166, 168, 170, 174, 175, 179, 185, 193, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 229, 231, 240, 244, 255, 256, 268, 284, 288, 290, 298, 312, 314, 322, 330, 344, 348, 349, 352, 353, 355, 357, 358, 360, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 382, 383, 387, 393, 396, 399, 416, 422, 424, 428, 432, 433, 434, 457, 467, 468, 471, 473, 475, 476

sociologia 31, 54, 70, 121, 124, 126, 128, 129, 131, 225, 228, 232, 233, 235, 242, 246, 449, 450, 481, 482

subjetividade 123, 128, 299

subversão 16, 19, 447

T

território 15, 16, 18, 60, 68, 181, 189, 191, 192, 193, 197, 206, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 259, 274, 279, 326, 329, 405, 406, 468

transformação social 133, 166, 171, 281, 469

V

violência 116, 330, 344, 480

2

www.PIMENTACULTURAL.com

AUSÊNCIAS E EXCESSOS

leituras sobre o Brasil

fapes
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

 **pimenta
cultural**